



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 4ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**22/04/2025
TERÇA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senadora Tereza Cristina**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/04/2025.**

4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

terça-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 2/2025 - Não Terminativo -	SENADOR SÉRGIO PETECÃO	9
2	MSF 4/2025 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	111
3	MSF 9/2025 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	157
4	MSF 11/2025 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	201
5	MSF 3/2025 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	251

2ª PARTE - SELEÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	REQ 5/2025 - CRE - Não Terminativo -		327

3ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	REQ 6/2025 - CRE - Não Terminativo -		331

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)		
Renan Calheiros(MDB)(10)(1)	AL 3303-2261 / 2262 / 2265 / 2268	1 Ivete da Silveira(MDB)(10)(1) SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(10)(1)	PE 3303-3522	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)(1) TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(10)(3) PB 3303-2252 / 2481
Efraim Filho(UNIÃO)(10)(3)	PB 3303-5934 / 5931	4 Alan Rick(UNIÃO)(10)(3) AC 3303-6333
Carlos Viana(PODEMOS)(9)(10)(8)	MG 3303-3100 / 3116	5 Marcos do Val(PODEMOS)(9)(10)(8) ES 3303-6747 / 6753
Tereza Cristina(PP)(10)	MS 3303-2431	6 VAGO(10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)		
Nelsinho Trad(PSD)(4)	MS 3303-6767 / 6768	1 Daniella Ribeiro(S/Partido)(4) PB 3303-6788 / 6790
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	2 Sérgio Petecão(PSD)(4) AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Rodrigo Pacheco(PSD)(4)	MG 3303-2794 / 2795	3 Irajá(PSD)(4) TO 3303-6469 / 6474
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR 3303-2281	4 Cid Gomes(PSB)(4) CE 3303-6460 / 6399
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)		
Astronauta Marcos Pontes(PL)(2)	SP 3303-1177 / 1797	1 Marcos Rogério(PL)(2) RO 3303-6148
Wellington Fagundes(PL)(2)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Carlos Portinho(PL)(2) RJ 3303-6640 / 6613
Jorge Seif(PL)(2)	SC 3303-3784 / 3756	3 Dr. Hiran(PP)(11) RR 3303-6251
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	4 VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)		
Randolfe Rodrigues(PT)(6)	AP 3303-6777 / 6568	1 Jaques Wagner(PT)(6) BA 3303-6390 / 6391
Humberto Costa(PT)(6)	PE 3303-6285 / 6286	2 Rogério Carvalho(PT)(6) SE 3303-2201 / 2203
Fabiano Contarato(PT)(6)	ES 3303-9054 / 6743	3 Beto Faro(PT)(6) PA 3303-5220
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)		
Esperidião Amin(PP)(5)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Luis Carlos Heinze(PP)(5) RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5) RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
- (12) Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
 HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 22 de abril de 2025
(terça-feira)
às 09h

PAUTA

4ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Seleção de política pública
3ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Atualizações:

1. Horário correto: 9 horas. (15/04/2025 16:13)
2. Inclusão do REQ 6/2025-CRE (15/04/2025 16:37)
3. Inclusão de textos (relatórios e planejamentos estratégicos) (16/04/2025 14:16)
4. Inclusão de Sabatinado (Item 5, 1ª Parte) e textos respectivos. (16/04/2025 19:02)
5. Inclusão de relatório no Item 3 da 1ª Parte (18/04/2025 13:47)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2025

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Pública Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CRE)

3ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2025

Requer criação de Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS

CPF: [REDACTED]
ID: [REDACTED]

1968 Nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

- 1992 Letras pela Universidade Federal do Paraná
- 2004 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr
- 2010 LV Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. "Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP): Implicações para a política comercial brasileira"

Cargos:

- 1995 Terceiro-secretário
- 2000 Segundo-secretário
- 2005 Primeiro-secretário, por merecimento
- 2007 Conselheiro, por merecimento
- 2010 Ministro de segunda classe, por merecimento
- 2022 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1995-97 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1997-99 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
- 1999-2003 Delegação permanente do Brasil em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
- 2003-06 Embaixada do Brasil em Tóquio, segundo-secretário e primeiro-secretário
- 2006-07 Embaixada do Brasil em São José, primeiro-secretário comissionado conselheiro e encarregado de Negócios, a.i.
- 2007-11 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
- 2011-16 Missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, ministro-conselheiro
- 2016-18 Embaixada do Brasil em Tel Aviv, ministro-conselheiro
- 2018-21 Delegação permanente do Brasil em Genebra, ministro-conselheiro
- 2021-22 Assessoria Especial de Gestão Estratégica, chefe
- 2022- Assessoria Especial de Planejamento Diplomático, chefe

Obras publicadas:

- 2006 "Programas de Combate a Desigualdades Regionais no Japão", com embaixador André Mattoso Maia Amado, in Coleção Mundo Afora, MRE, Brasília, em 1º de julho de 2006
- 2007 "Aspectos da Política Agrícola Japonesa", in Revista de Política Agrícola, Nº 1/2007, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 10 de agosto de 2007.
- 2024 "The Perfect Recipe? Brazil has the right strategy to survive in a world full of crises: unite with many to deliver to all", in Emerging Middle Powers Report 2024 ("Listening Beyond the Echo Chamber"), Körber

Stiftung, em março de 2024

Condecorações:

2001	Ordem do Mérito Aeronáutico, cavaleiro
2012	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa.
2014	Ordem do Mérito Naval, comendador
2016	Medalha do Exército Brasileiro
2022	Ordem de Rio Branco, grã-cruz



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2025

(n° 90/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 90

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de janeiro de 2025.

EM nº 00014/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 105/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/01/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6381272** e o código CRC **2C588498** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Ásia e Pacífico
Departamento de China, Rússia e Ásia Central
Divisão de Rússia e Ásia Central

RÚSSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA	
NOME OFICIAL:	Federação da Rússia
GENTÍLICO:	Russo, russa
CAPITAL:	Moscou
ÁREA:	17.098.242 km²
POPULAÇÃO (2024, est.):	145,6 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Russo (oficial) e outras 31 línguas cooficiais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (70%); ateus e agnósticos (15%); muçulmanos (10%); outras correntes cristãs (3%); outros (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Assembleia Federal, composta pela Duma de Estado (Câmara Baixa, 450 membros) e Conselho da Federação (Câmara Alta, 170 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-presente)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mikhail Mishustin (desde 2020)
CHANCELER:	Sergey Lavrov (desde 2004)
PIB NOMINAL (2024, est.):	US\$ 2,2 trilhões (FMI)
PIB PPP (2024, est.):	US\$ 6,9 trilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2024, est.):	US\$ 14.950,00 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2024, est.):	US\$ 47.300,00 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,6% (est. 2024); 3,6% (2023); -1,2% (2022); 5,9% (2021); -2,7% (2020); 2,2% (2019) (FMI)
IDH (2022):	0,822 (52ª posição) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	72,8 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2020):	99,7% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024, est.):	3,1% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rublo
EMBAIXADOR EM MOSCOU:	Rodrigo de Lima Baena Soares (desde setembro de 2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Alexey Labetskiy (desde março de 2021)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 600

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL- RÚSSIA (US\$ bilhões - Fonte: MDIC)

Brasil → Rússia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	5,7	6,8	4,7	4,3	5,4	5,0	5,3	4,2	7,3	9,9	11,3	12,4
Exportações	3,0	3,8	2,5	2,3	2,7	1,6	1,6	1,5	1,6	2,0	1,3	1,4

Importações	2,7	3,0	2,2	2,0	2,7	3,4	3,7	2,7	5,7	7,9	10,0	11,0
Saldo	0,3	0,8	0,3	0,3	0	-1,8	-2,1	-1,2	-4,1	-5,9	-8,7	-9,6

APRESENTAÇÃO

A Rússia é o país mais extenso do mundo, com mais de 17 milhões de quilômetros quadrados. Os montes Urais dividem seu território entre as planícies europeia oriental e siberiana ocidental. Na cordilheira do Cáucaso, situada no sudoeste russo, localiza-se o monte Ebrus, ponto culminante da Europa (5.642 m). O país detém vasta rede fluvial, a exemplo dos rios Volga e Don. A maior parte da Rússia é coberta pela taiga. Dentre suas abundantes riquezas naturais, encontram-se petróleo, gás, carvão e bauxita, além de madeira.

Sua população de cerca de 145 milhões, a nona maior do mundo, é composta de, aproximadamente, 200 etnias, sendo os russos étnicos mais de 80% do total. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação da Rússia, mas é reconhecido o direito de estabelecer línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Rússia mantém fronteiras terrestres com quatorze países, além de fronteiras marítimas com o Japão, no Mar de Okhotsk, e com os Estados Unidos, no Estreito de Bering.

Orgulhosa de sua história milenar e de sua cultura, a Federação da Rússia é internacionalmente reconhecida como estado sucessor da antiga União Soviética, herdeira de amplo arsenal nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O eixo principal da diplomacia brasileira para a Rússia é político, assentado na nossa percepção da enorme importância geoestratégica daquele país.

O Brasil tem interesse em cultivar a relação política com a Rússia, detentora do maior arsenal nuclear e maior exportadora de energia do mundo, que continua a reivindicar reconhecimento como grande potência, em novo cenário mundial, onde é importante interlocutora dos EUA e da China.

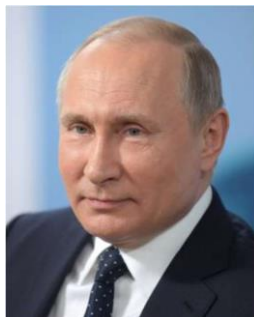
Também a Rússia reconhece a importância internacional do Brasil (parceiro no BRICS e no G20, apoio a assento permanente no CSNU), que considera ser seu principal parceiro em nossa região.

A amizade entre o Brasil e a Rússia permite avanços em diversos setores, como ciência e tecnologia, energia, comércio e defesa, além da coordenação em foros multilaterais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

VLADIMIR PUTIN

Presidente



Nascido em São Petersburgo, em outubro de 1952, Vladimir Vladimirovich Putin graduou-se em Direito pela Universidade Estatal de Leningrado em 1975. Ingressou no Comitê de Segurança do Estado (KGB) no mesmo ano e, entre 1985 e 1990, serviu na Alemanha Oriental. Em 1991, o prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, nomeou-o chefe da Comissão de Relações Exteriores do município. Em 1996, Putin transferiu-se para Moscou, onde ascendeu ao posto de vice-chefe do Gabinete da Presidência. Em 1998, o presidente Boris Yeltsin nomeou-o diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB, novo nome da KGB) e, em 1999, primeiro-ministro. Com a renúncia de Yeltsin, em dezembro de 1999, tornou-se presidente em exercício até as eleições presidenciais de março de 2000, quando foi eleito com 53% dos votos. Em 2004, foi reeleito com 71% dos votos. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pela concentração de poder na Presidência. Em 2008, impedido constitucionalmente de postular-se novamente, lançou a candidatura de Dmitry Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Nos quatro anos seguintes, ocupou o posto de chefe de governo (primeiro-ministro). Após o mandato de Medvedev, Putin voltou a se eleger presidente em março de 2012, com 63% dos votos. Em seu terceiro mandato (2012-2018), a política externa mais assertiva conferiu maior visibilidade ao mandatário russo e índices inéditos de popularidade. Em março de 2024, Putin foi reeleito com 76% dos votos para seu quarto mandato presidencial (2018-2024). Em março de 2024, foi reeleito para seu

quinto mandato presidencial, com 87,3% dos votos válidos, alcançando recorde de votos obtido por candidato presidencial no período pós-soviético. Visitou três vezes o Brasil (2004, 2014 e 2019). É divorciado, tem duas filhas. Gosta de pescar e de praticar lutas marciais (judô e sambo, modalidade esportiva russa que combina luta livre com judô). Fluente em alemão.

MIKHAIL MISHUSTIN*Primeiro-Ministro*

Mikhail Vladimirovich Mishustin nasceu em Moscou em 3 de março de 1966. Em 1989, formou-se em Engenharia de Sistemas na Universidade Estatal Tecnológica de Moscou Stankin, instituição em que concluiu pós-graduação em 1992. Entre 1992 e 1995, exerceu a função de diretor do laboratório de testes do Clube Internacional de Computadores, organização pública sem fins lucrativos dedicada à aplicação das tecnologias de informação ocidentais à realidade russa. Em agosto de 1998, foi designado vice-diretor do Serviço Tributário Federal (FNS). De 1999 a 2004, atuou como vice-ministro para Tributos. Em 2004, assumiu a diretoria da Agência Federal de Cadastro de Imóveis (Rosnedvizhimost). Em 2006, tornou-se diretor da Agência Federal para a Administração das Zonas Econômicas Especiais (RosOEZ). Em 2008, Mishustin deixou o serviço público para assumir a presidência do grupo de companhias UFG-Invest, um dos maiores conglomerados no setor de gestão de fundos de investimento da Rússia. Em abril de 2010, foi nomeado diretor do Serviço Tributário Federal (FNS). Nessa qualidade, tornou-se o vice-presidente do *Global Tax Administration Forum* da OCDE, sendo responsável por inovações nas tecnologias de coleta de impostos. No mesmo ano, obteve o grau de Doutor, ao defender a tese *Estratégia para a incidência de impostos sobre a propriedade na Rússia*. Em janeiro de 2020, foi designado primeiro-ministro. Nessa função, é o copresidente russo da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), cuja próxima edição ainda se encontra em negociação. De perfil tecnocrático, não demonstra ter ambições políticas próprias, apesar de sua popularidade ter aumentado nos últimos meses, dada a implementação de medidas que permitiram aliviar os efeitos das sanções econômicas impostas à Rússia no contexto do conflito ucraniano. Mishustin está encarregado de desenvolver agenda voltada ao crescimento econômico, com base em substituição de importações industriais, e a ambicioso projeto de reestruturação da estrutura administrativa federal. É casado e tem três filhos. Seu principal *hobby* é o hóquei no gelo. É membro da Liga Noturna de Hóquei, que

ocasionalmente realiza jogos dos quais participam o presidente Vladimir Putin e jogadores profissionais de hóquei no gelo.

SERGEY LAVROV*Ministro dos Negócios Estrangeiros*

Sergey Viktorovich Lavrov nasceu em Moscou em março de 1950. Em 1972, graduou-se pelo Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou (MGIMO) e ingressou no serviço exterior soviético. Excetuado breve período na Embaixada em Colombo, Sri Lanka (1972-1976), dedicou toda a sua carreira à área multilateral. Entre 1976 e 1981, trabalhou no Departamento de Organismos Internacionais do MID. Entre 1981 e 1988, serviu na Missão da URSS junto às Nações Unidas, em Nova York. Retornou a Moscou em 1988, como subchefe do Departamento de Relações Econômicas Internacionais. Em 1990, regressou ao Departamento de Organismos Internacionais, como diretor. Entre 1992 e 1994, foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2004, foi representante permanente da Rússia junto às Nações Unidas. Desde março de 2004, é ministro dos Negócios Estrangeiros. Esteve no Brasil em diversas ocasiões para visitas bilaterais e no âmbito do BRICS. Reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em múltiplas oportunidades, sendo as mais recentes no Brasil, no âmbito da Presidência brasileira do G20, em fevereiro e novembro de 2024, bem como às margens da Semana de Alto Nível das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2024. É casado e tem uma filha. Fumante contumaz, seus *hobbies* são poesia, rafting e futebol (torcedor do Spartak de Moscou). Fluente em inglês, francês, cingalês e divehi.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Rússia tem sido relevante parceira do Brasil: grande mercado consumidor de produtos primários (soja, café, frutas, amendoim e proteína animal) e de maior valor agregado (aviões, máquinas e equipamentos); fonte de insumos estratégicos para a economia brasileira, como fertilizantes e combustíveis; e parceiro de cooperação em áreas sensíveis (espacial, nuclear, segurança). Trata-se de país-chave na arquitetura internacional, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), potência nuclear e sócio no BRICS e no G20. Embora tenha tido fragilizada sua inserção internacional, em razão do conflito ucraniano, a Rússia segue sendo parceira com autonomia estratégica e decisória. Respalda as credenciais internacionais do Brasil e apoia a candidatura brasileira a membro permanente de um CSNU reformado.

Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1828. Ao longo de 197 anos, o relacionamento foi interrompido em duas ocasiões: entre 1918-1945 e entre 1947-1961. No período que vai de 1961 até o fim da Guerra Fria, as relações desenvolveram-se, principalmente, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado. A visita do presidente José Sarney à URSS em 1988, a primeira de chefe de Estado brasileiro, ampliou as possibilidades de cooperação.

Em 2002, as relações entre Brasil e Rússia foram elevadas ao patamar de parceria estratégica, por ocasião de visita do então presidente Fernando Henrique Cardoso a Moscou, a segunda de um chefe de Estado brasileiro àquele país. Em 2004, o presidente Vladimir Putin realizou a primeira visita de um chefe de Estado russo ao Brasil, quando foi estabelecida meta de dobrar o fluxo comercial bilateral, para o patamar de US\$ 10 bilhões – objetivo que foi atingido e ultrapassado em 2023 (US\$ 11,3 bilhões).

Nas últimas duas décadas, houve progressivo adensamento das relações, com trocas de visitas de alto nível de lado a lado: Luiz Inácio Lula da Silva (outubro de 2005, junho de 2009 e maio de 2010); Dmitry Medvedev (novembro de 2008 e abril de 2010, como presidente, e fevereiro de 2013, como primeiro-ministro); Dilma Rousseff (dezembro de 2012, setembro de 2013 e julho de 2015); Vladimir Putin (julho de 2014 e

novembro de 2019); Michel Temer (junho de 2017); e Jair Bolsonaro (fevereiro de 2022).

As últimas visitas do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil se deram em fevereiro e em novembro de 2024, respectivamente, para participações na Reunião Ministerial e na Cúpula do G20, ambas no Rio de Janeiro – ocasiões em que manteve audiências com o presidente Lula. Anteriormente, havia vindo a Brasília em abril de 2023, no contexto de périplo à América Latina, tendo se reunido com o chanceler Mauro Vieira. O ME brasileiro esteve, por sua vez, em Nizhny Novgorod, em junho de 2024, para participação na Cúpula de Chanceleres do BRICS. Os dois chanceleres têm mantido, ademais, encontros à margem de outros eventos multilaterais, como a Cúpula de Chanceleres do G20, em Nova Delhi, em março de 2023. O último encontro dessa natureza teve lugar em Nova York, às margens da Semana de Alto Nível das Nações Unidas, em outubro de 2024.

O interesse em aprofundar as relações com o Brasil foi recentemente renovado em conversa telefônica mantida entre o presidente Putin e o então presidente eleito Lula em dezembro de 2022, bem como em carta de Putin endereçada ao presidente Lula, entregue pela presidente do Conselho da Federação, senadora Valentina Matvienko, durante a cerimônia da posse presidencial, em janeiro de 2023 – Matvienko chefiou a delegação russa. Na ocasião, transmitiu, também, convite ao presidente Lula para visita oficial à Rússia.

O Kremlin condenou, ainda, de maneira imediata, os atos de violência em Brasília em 8 de janeiro de 2023, por meio de publicação de Nota no *site* do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID) e de declarações de diversas autoridades, entre elas o porta-voz de Putin, Dmitry Peskov, e a senadora Valentina Matvienko.

Os presidentes Lula e Putin mantiveram novos contatos telefônicos em junho e em setembro de 2024.

O comparecimento pessoal do chanceler Lavrov à Embaixada do Brasil em Moscou para assinatura do livro de condolências de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, em janeiro de 2023, ocasião na qual manteve conversa com o embaixador Rodrigo Baena Soares, demonstrou inusual deferência do governo russo em relação ao Brasil.

A posição adotada pelo Brasil relativamente ao conflito russo-ucraniano, com a não adesão ao regime de sanções e à expulsão da Rússia de organismos internacionais, tem sido reiteradamente suscitada e elogiada por autoridades russas em diversos níveis – o que contribui para fortalecer

o diálogo político ao longo do período de hostilidades. Tem havido, no entanto, divergências pontuais associadas a votações brasileiras em favor de resoluções em condenação ao conflito, como, por exemplo, no caso da resolução *Principles of the Charter of the United Nations underlying a comprehensive, just and lasting peace in Ukraine*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em fevereiro de 2023.

Mecanismos bilaterais de alto nível – CAN, CIC e CAP

A Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia. É copresidida pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro da Rússia.

O braço operacional da CAN é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), presidida, do lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores, e do lado russo, pelo vice-ministro de Desenvolvimento Econômico. Subdivide-se em dez subcomissões: a) Cooperação Econômica, Comercial e Industrial; b) Ciência e Tecnologia; c) Cooperação Espacial; d) Cooperação Técnico-Militar; e) Cooperação Aduaneira; f) Cooperação Interbancária e Financeira; g) Energia e Usos Pacíficos de Energia Nuclear; h) Esporte e Turismo; i) Educação e Cultura; e j) Comitê Agrário. (Nem todas são necessariamente convocadas a cada reunião da Comissão.)

A CAN foi instituída em 1997. Até o momento, reuniu-se sete vezes: junho de 2000 (Moscou); dezembro de 2001 (Brasília); outubro de 2004 (Moscou); abril de 2006 (Brasília); maio de 2011 (Moscou); fevereiro de 2013 (Brasília); e setembro de 2015 (Moscou). A CIC, por sua vez, reuniu-se doze vezes: abril de 1999 (Brasília); setembro de 2001 (Moscou); fevereiro de 2004 (Brasília); outubro de 2005 (Moscou); novembro de 2008 (Brasília); outubro de 2010 (Brasília); maio de 2011 (Moscou); novembro de 2013 (Brasília); setembro de 2015 (Moscou); maio de 2017 (Brasília); outubro de 2021 (Brasília); e fevereiro de 2024 (Moscou).

A Ata Final da 12ª CIC contempla deliberações sobre as seguintes áreas: Cooperação Econômica, Comercial e Investimentos; Ciência e Tecnologia; Cooperação Espacial; Agricultura; Cooperação Aduaneira; e Energia.

A CAN incorporou, como seu capítulo político, a Comissão para Assuntos Políticos (CAP), instituída em 1995. A CAP abriga a interlocução

entre altas autoridades das duas Chancelarias sobre temas de cooperação setorial no âmbito bilateral e acordos em negociação, assuntos regionais e temas internacionais. Foram realizadas 14 edições do mecanismo, sendo a última em outubro de 2020, em Moscou, entre a então secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (S-SARP) e o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia.

A próxima edição da CAN deverá ter lugar no Brasil, em data a ser acordada.

Relações parlamentares

No período recente, merecem registro as seguintes visitas parlamentares de alto nível:

- a presidente do Conselho da Federação, senadora Valentina Matvienko, esteve em Brasília em novembro de 2015, em junho de 2017 e, como já mencionado, em janeiro de 2023, para a posse presidencial do presidente Lula – nesta última vez, acompanhada do vice-presidente daquela Casa legislativa, senador Konstantin Kosachev;

- o senador Sergey Kislyak, primeiro vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, veio a Brasília em maio de 2019, quando se reuniu com o então presidente da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado Federal, senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e o então presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), além de ter sido recebido pelo então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e por autoridades do Itamaraty; e

- o presidente da Duma de Estado, Vyacheslav Volodin, esteve em Brasília em janeiro de 2019.

No contexto da presidência de turno russa do BRICS de 2020, realizou-se, em São Petersburgo, Fórum de Jovens Parlamentares. Também em 2020, Fórum Parlamentar do BRICS se deu por intermédio de videoconferência – o Brasil foi representado pelo senador Marcos do Val (PODE-ES), então vice-presidente da CREDN.

Em setembro de 2021, o deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) esteve em Moscou para atuar como observador internacional das eleições legislativas para a Duma de Estado. Em fevereiro de 2022, o senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO) foi a Moscou para participar da feira de alimentos PRODEXPRO.

Parlamentares russos têm demonstrado reiterado interesse em ações com o Brasil, o que se evidencia pela intensidade de encontros mantidos na Embaixada do Brasil em Moscou. Recentemente, o embaixador Baena Soares reuniu-se, por exemplo, com o senador Konstantin Kosachev (fevereiro de 2023); com o presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, senador Grigory Karasin (dezembro de 2021 e setembro de 2022); com o presidente do Comitê de Assuntos Internacionais da Duma de Estado e líder do Partido Liberal Democrata (LDPR), deputado Leonid Slutsky (dezembro de 2021 e setembro de 2022); com o senador Andrey Klimov (fevereiro de 2024); com o senador Oleg Golov (julho de 2024); e com o senador Alexei Pushkov.

Em março de 2023, foi oferecido jantar na Residência Oficial do Brasil em Moscou a grupo de seis senadores: Konstantin Kosachev; Andrey Klishas, presidente do Comitê de Legislação Constitucional e Construção do Estado do Conselho da Federação; Grigory Karasin; Vladimir Djabarov, primeiro vice-presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação; Sergey Kislyak; e Sergey Ryabukhin, presidente do Grupo de Amizade entre o Conselho da Federação e o Senado Federal.

Em setembro de 2023, no âmbito da primeira Conferência Parlamentar Rússia-América Latina, foram a Moscou 11 parlamentares brasileiros: os senadores Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e Irajá Silvestre Filho (PSD-TO); os deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP), Carlos Zarattini (PT-SP), Francisco Celeguim (PT-SP), Miguel Ângelo (PT-MG), Valmir Assunção (PT-BA), Reginete Bispo (PT-RS) e Orlando Silva (PC do B-SP); e os deputados estaduais Mario Maurici (PT-SP) e Laura Sito (PT-RS).

Em julho de 2024, no contexto do 10º Fórum Parlamentar do BRICS, em São Petersburgo, o Brasil foi representado pelo primeiro vice-presidente do Senado Federal, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Instrumentos bilaterais em tramitação

Brasil e Rússia compartilham vasto acervo de tratados bilaterais, sobre os mais variados aspectos da relação.

Recentemente, em fevereiro de 2022, foi assinado Protocolo de Emendas ao Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.

Em 2020, durante a 4ª Reunião dos Procuradores-Gerais do BRICS, realizada em formato virtual, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação Jurídica e Técnica Internacional entre a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria-Geral da Federação da Rússia. O documento prevê cooperação nas seguintes áreas: proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais; fortalecimento do combate ao crime, especialmente nas suas formas organizadas; assuntos de extradição e assistência jurídica; e recuperação de bens e ativos obtidos por meio do crime.

Em 2019, foram assinados Acordo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério do Interior da Rússia, bem como Memorando de Cooperação na Área de Segurança no Trânsito.

Estão em fase de tramitação e pendentes de ratificação pelo lado brasileiro os seguintes instrumentos: Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (2006); Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas (2008); Acordo para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação (2010); Acordo sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral (2010); e Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais (2017). Todos já foram ratificados pelo lado russo.

Principais áreas de cooperação

Cooperação econômica, comercial e em investimentos

Em 2024, a corrente de comércio bilateral montou a USD 12,4 bilhões, sendo USD 1,4 bilhão de exportações (aumento de 8% em relação a 2023) e USD 11 bilhões de importações (aumento de 9%).

As exportações se concentraram em soja (33%), café não torrado (18%) e carne bovina (18%).

As importações se concentraram em óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (57%) e adubos e fertilizantes químicos (34%).

Desde 2009, a Rússia tem sido a principal origem das importações de adubos e fertilizantes pelo Brasil (foram US\$ 3,7 bilhões de importações desses produtos em 2024). Em abril de 2022, foi criado grupo *ad hoc* bilateral para o encaminhamento de questões relativas ao comércio de fertilizantes.

As exportações brasileiras para a Rússia de carnes bovina e suína haviam sido afetadas por restrições aplicadas por Moscou em 2017, em razão de detecção do aditivo ractopamina em carregamentos brasileiros de carne suína. Posterior suspensão das restrições a alguns estabelecimentos permitiu recuperação das vendas, sobretudo da carne bovina.

As carnes brasileiras exportadas ao mercado russo destinam-se, prioritariamente, a processamento (por exemplo, enlatados e embutidos), sendo o mercado de cortes *premium* atendido por produtores russos e, em menor medida, por exportadores do Uruguai e da Argentina.

O Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoz nadzor) realizou, em novembro e em dezembro de 2023, missão ao Brasil, durante a qual inspecionou 11 plantas brasileiras produtoras de carnes bovina e de aves, com o seguinte resultado: cinco plantas habilitadas, cinco com restrições temporárias e uma desistente do processo.

Nota-se, atualmente, forte interesse do governo russo na retomada de relacionamento pragmático com o Brasil em temas sanitários e fitossanitários. Como exemplos, mencionam-se o anúncio da abertura do mercado russo de ovos, farinhas e gorduras a produtos brasileiros, bem como as diversas habilitações de estabelecimentos ocorridas ao longo de 2023 e de 2024.

Em relação à diversificação da pauta comercial, há possibilidades de expansão das exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado como tratores rodoviários para semi-reboque, máquinas e equipamentos agrícolas (pulverizadores e niveladoras), produtos do setor moveleiro, cosméticos, calçados e vestuário.

Na área agrícola, sublinha-se o potencial de novos nichos de exportação como lácteos, bovinos vivos e farinhas e gordura de origem animal. Empresários individuais assinalam oportunidades em açaí, castanhas, nozes, vinhos, doces e cafés especiais.

No campo de investimentos, destaca-se a aquisição, em fevereiro de 2022, pelo grupo EuroChem, de planta da norueguesa Yara, na Serra do Salitre, inaugurada em março de 2024 com presença do presidente Lula. O ativo inclui mina de fosfato a céu aberto e fábrica de fertilizantes que

totalizam US\$ 1 bilhão de investimento e devem produzir 1 milhão de toneladas.

Em março de 2023, foi anunciada a compra da Adubos Vera Cruz, empresa sediada em Ibaté-SP, pela gigante russa do ramo de fertilizantes Uralkali.

Cooperação em energia

Há potencial para ampliação da cooperação bilateral em energia. No âmbito comercial, o Brasil importa da Rússia montante relevante de derivados de petróleo (diesel, principalmente). Em 2024, foram USD 6,2 bilhões de importações de óleos combustíveis ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos), 57% do total de importações bilaterais e aumento de 19% em relação a 2023.

Em 2019, a Petrobras adquiriu a primeira carga de gás natural liquefeito (GNL) russo, proveniente do projeto Yamal, no Ártico.

A estatal Rosneft investiu mais de USD 1 bilhão em conjunto de blocos exploratórios na Bacia do Solimões, no Amazonas. A estatal Gazprom, por sua vez, mantém escritório de representação no Rio de Janeiro para prospecção de negócios.

Na área nuclear, a Rússia vem reiterando disposição de cooperar com o Brasil. A Rosatom, que também mantém escritório no Rio de Janeiro, firmou, recentemente, acordo com a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (CNEN) para fornecimento de isótopos de uso médico, bem como venceu concorrência internacional aberta pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para o fornecimento de concentrado de urânio. Em outubro de 2022, foi assinado memorando de entendimento entre a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) e a Rosatom com o objetivo de "aprofundar a cooperação em áreas como construção, operação e descomissionamento de novas usinas nucleares de alta capacidade baseadas em tecnologias russas no Brasil".

Em março de 2023, a TVEL, divisão de combustíveis da Rosatom, anunciou que sua subsidiária Novosibirsk havia vencido licitação da Eletronuclear para fornecimento de mais de 100kg de hidróxido de lítio-7, componente do sistema de refrigeração de reatores nucleares.

Em julho de 2024, o diretor do escritório da Rosatom na América Latina, Ivan Dybov, em entrevista ao *site* da companhia, enfatizou o interesse da empresa em multiplicar ações com o Brasil.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é uma das áreas mais promissoras do relacionamento bilateral. A Rússia tem domínio autônomo de tecnologias estratégicas como inteligência artificial; materiais avançados; segurança cibernética; energia nuclear; tecnologias da informação e comunicação (TICs); e tecnologias espaciais; entre outras áreas de potencial interesse do Brasil.

Atores diversos de CT&I russos têm demonstrado interesse na cooperação bilateral em múltiplas esferas, inclusive em tecnologias agrícolas; ciências da vida e biotecnologia; fármacos; nanotecnologia; "Internet das Coisas" (IoT); TICs; e física de partículas.

Nos últimos anos, foram dados passos para aprimorar ações conjuntas entre parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras de negócios e outros ambientes de inovação do Brasil e da Rússia. Missão à Rússia de três parques tecnológicos brasileiros (PqTEC, de São José dos Campos; Porto Digital, de Recife; e Parque UFRJ, do Rio de Janeiro), por exemplo, realizada em 2018, resultou em avanço do diálogo interinstitucional com vistas a explorar parcerias em inovação, com ênfase nos setores de energia, aeronáutica e TICs.

No âmbito do BRICS, a Rússia apoiou proposta brasileira de criação de rede de parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de empresas inovadoras (*iBRICS Network*). As áreas identificadas como de maior potencial incluem: *agritechs*; *healthtechs*; *edtechs*; *fintechs*; e *spacetechs*, além de inteligência artificial, tecnologias digitais e IoT.

No quadro da CIC, foram cogitados projetos de incubação cruzada de *startups* e iniciativas de mobilidade acadêmica.

Em 2024, destacou-se extenso projeto de cooperação acadêmica em pesquisa e CT&I entre Brasil, Rússia e Belarus, com a participação da Embaixada do Brasil em Minsk. Atualmente, mais de 85 instituições estão envolvidas em discussões sobre propostas práticas e parcerias em múltiplas áreas do conhecimento, com perspectiva promissora de criação de rede permanente de cooperação.

Cooperação espacial

A cooperação espacial Brasil-Rússia teve início em 1997, com a assinatura do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos. É um dos setores tradicionais no

relacionamento bilateral. Os anos recentes assistiram a avanços significativos na área, tanto em seu tratamento institucional, como na geração de resultados concretos em campos específicos, como geoposicionamento e detritos espaciais.

Brasil e Rússia atribuem relevância às tecnologias espaciais com vistas ao desenvolvimento econômico e como ferramentas importantes para contribuições nos contextos de mudança do clima, prevenção de catástrofes naturais e preservação do meio ambiente.

Desde o Acordo de 1997, foram assinados diversos instrumentos que aprofundaram a cooperação, com destaque para as seguintes áreas: pesquisa; modernização do veículo lançador VLS-1; proteção de tecnologia associada à exploração e ao uso do espaço exterior para fins pacíficos; desenvolvimento e emprego do sistema de navegação russo GLONASS no Brasil; e instalação e utilização de estação do Sistema Eletro-Óptico Panorâmico para Detecção de Detritos Espaciais (PanEos) – inaugurada em 2017, no Observatório Pico dos Dias, nas cercanias de Itajubá-MG.

Em 2008, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Russa (Roscosmos) assinaram Programa de Cooperação para Utilização e Desenvolvimento do GLONASS. Na Universidade de Brasília (UnB), foram inauguradas, em 2013, Estação Experimental de Referência do Sistema de Correção e Monitoramento e, no ano seguinte, durante visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil, Estação Óptico-Quântica do GLONASS. Na ocasião, a parte russa firmou, também, contratos com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) – os quais posteriormente, em 2016, inauguraram estações do sistema.

Atualmente, o Brasil é o maior centro de estações GLONASS fora da Rússia, com as já mencionadas quatro estações plenamente operacionais, e a instalação ora em curso de duas adicionais, em Belém do Pará e em Colorado do Oeste, Rondônia.

Em março de 2021, foi lançado, a partir da base de Baikonur, no Cazaquistão, em foguete russo (Soyuz-2), nanossatélite brasileiro (NanoSatC-Br2).

Cooperação em defesa

A cooperação bilateral em defesa ganhou impulso a partir de 2008, durante visita ao Brasil do presidente Medvedev, quando foi assinado o Acordo sobre Cooperação Técnico-Militar, em vigor desde 2010.

O Acordo sobre Cooperação em Defesa, assinado em Moscou, em 2012, por ocasião de visita do então ministro da Defesa, Celso Amorim, e em vigor desde 2018, conferiu, por sua vez, novo marco institucional à cooperação bilateral na área, com a definição de setores prioritários (diálogo sobre aspectos político-militares da segurança global e regional, e intercâmbio de experiências sobre operações de manutenção da paz da ONU), bem como novas modalidades de cooperação (visitas recíprocas e reuniões de consultas; participação, efetiva ou como observador, em exercícios militares, bem como a realização de exercícios militares conjuntos; visitas de navios de guerra e aeronaves militares; e promoção do intercâmbio educacional).

No âmbito do diálogo político-militar, destacam-se: as reuniões da Subcomissão de Cooperação Técnico-Militar da CIC; as reuniões de chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e os encontros entre ministros da Defesa dos dois países, que contribuem para passar em revista a cooperação bilateral na área técnico-militar e definir prioridades futuras.

Na área de cooperação técnico-militar, destacaram-se, nos últimos anos: (i) a aquisição de 12 helicópteros de combate Mi-35M, entregues entre 2010 e 2012; (ii) a instalação, em Belo Horizonte, pela empresa Russian Helicopters, em março de 2019, de centro de manutenção de helicópteros, como parte do contrato de *offset* de aquisição das aeronaves Mi-35M; e (iii) a compra, pelo Exército Brasileiro, em 2010 e em 2016, de cerca de 130 unidades do sistema de defesa antiaérea portátil Igla.

Empresas russas diversas costumam fazer-se presentes na LAAD Defense & Security, principal feira da América Latina na área de produtos de defesa, realizada anualmente no Rio de Janeiro.

Cooperação em segurança

A cooperação Brasil-Rússia na área de segurança passou por adensamento nos últimos anos, em razão da intensificação do diálogo de alto nível entre unidades da Presidência da República e o Conselho de Segurança da Federação da Rússia (CSFR), com base na identificação de desafios compartilhados, como o combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

O Brasil tem participado de quase todas as edições anuais da Reunião Internacional de Altos Representantes para Assuntos de Segurança, organizada pelo CSFR. Em abril de 2024, o embaixador Celso Amorim, assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidente da

República, esteve na 12ª edição da Reunião – de sua agenda na Rússia constaram, ademais, encontros com o então secretário do CSFR, Nikolai Patrushev, e com o MNE Sergey Lavrov (o embaixador Celso Amorim visitara a Rússia também em 2023).

No âmbito do BRICS, a cooperação em segurança se dá por meio da Reunião de Assessores de Segurança Nacional (NSAs). Em nova ida à Rússia, em setembro de 2024, o embaixador Celso Amorim participou da Reunião de Altos Representantes para Assuntos de Segurança do BRICS. Na ocasião, manteve, também, encontros com o novo secretário do CSFR, Sergey Shoigu; com Nikolai Patrushev, assistente do presidente da Rússia; e, novamente, com o chanceler Sergey Lavrov.

Cooperação em educação e cultura

A cooperação em educação e cultura é outra área relevante do relacionamento bilateral.

Diversas instituições de ensino superior brasileiras têm mostrado interesse em realizar convênios com suas congêneres russas. Em outubro de 2024, teve lugar, em Moscou, missão de reitores, pró-reitores, professores e pesquisadores de 19 universidades do Brasil. O programa da missão incluiu: visitas a instituições em Moscou; organização de Fórum de Reitores das universidades; participação em Fórum de Reitores do BRICS; e visitas de campo.

Existem, atualmente, programas de ensino da variante brasileira da língua portuguesa em doze universidades russas. Além disso, registra-se a inauguração, em 2023, de Centro Internacional Russo-Brasileiro, na Universidade Estatal de Ciências Humanas da Rússia, em Moscou.

No âmbito cultural, as relações são balizadas pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, assinado em 1997. Destacam-se a Escola do Teatro Bolshoi em Joinville (SC), a única unidade fora do território russo, em operação desde 2000, bem como as diversas iniciativas de promoção da cultura brasileira junto ao público russo coordenadas pelo Itamaraty.

Ressaltam-se ainda, as publicações em russo de obras de Aluísio Azevedo, Clarice Lispector, José de Alencar, Lima Barreto, Lygia Fagundes Telles e Machado de Assis.

Assuntos consulares

A jurisdição consular da Embaixada do Brasil em Moscou abrange a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão, onde não há Embaixada residente. Há apenas um Consulado Honorário na Rússia, em São Petersburgo.

O Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração, em vigor desde 2010, eliminou a necessidade de vistos em viagens de turismo ou de negócios de até 90 dias. Houve, desde 2021, substantiva queda no número de turistas brasileiros que visitam a Rússia.

Antes da pandemia de Covid-19 e do atual conflito russo-ucraniano, estimava-se em cerca de 1.300 cidadãos a comunidade de brasileiros residentes na Rússia – formada, em grande parte, por estudantes de medicina, engenharia e relações internacionais, entre 18 e 35 anos. Hoje, estima-se que a comunidade brasileira residente na Rússia não ultrapasse 600 pessoas, a maioria concentrada em Moscou, São Petersburgo, Kursk, Belgorod e Vladivostok.

Tendo em conta o recente agravamento das condições de segurança na região da Kursk, a Embaixada do Brasil em Moscou tem acompanhado atentamente a situação dos estudantes brasileiros naquela localidade.

POLÍTICA INTERNA

Conforme a Constituição em vigor, de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de Poderes. Compõe-se de repúblicas federadas, territórios, regiões (*oblasts*), cidades com *status* de unidade da Federação (por exemplo, Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. São 85 entes federativos.

O Poder Legislativo estrutura-se em formato bicameral. A Câmara Alta é o Conselho da Federação, integrado por 170 senadores eleitos de forma indireta para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa é a Duma de Estado, composta por 450 representantes eleitos para mandatos de cinco anos. A eleição à Duma ocorre por votação paralela: metade das vagas é preenchida por meio de sistema proporcional baseado nos votos nos partidos e metade é preenchida por eleição direta de candidatos individuais. O conjunto Conselho da Federação e Duma de Estado é chamado de Assembleia Federal.

Na oitava legislatura da Duma (2021-2026), o partido governista Rússia Unida detém confortável maioria, com 324 das 450 cadeiras. O também governista Partido Liberal Democrata soma 21 cadeiras. Pela oposição, o Partido Comunista detém 57 cadeiras.

O Poder Judiciário é constituído pela Corte Constitucional, pela Suprema Corte e por tribunais comuns. A Corte Constitucional, composta por 19 juízes e sediada em São Petersburgo, é responsável, por exemplo, pelo controle constitucional dos atos normativos, pela interpretação do texto constitucional e pela resolução de conflitos de jurisdição entre órgãos governamentais. Tem funções semelhantes às do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil.

Já a Suprema Corte russa tem funções semelhantes às do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Brasil, sendo a instância judicial suprema para casos civis, penais, administrativos e outros sob a jurisdição dos tribunais comuns. Ademais, exerce supervisão judicial sobre as atividades das cortes subordinadas a ela e fornece explicações sobre questões processuais.

O presidente da Federação da Rússia é eleito com base em sufrágio secreto, direto e universal, para o máximo de dois mandatos consecutivos de seis anos cada um. É o chefe de Estado e o supremo comandante em chefe das Forças Armadas. Determina as linhas gerais das políticas públicas.

O primeiro-ministro, por sua vez, é nomeado pelo presidente e aprovado pela Duma. É o chefe de governo, assessorado por dez vice-primeiros-ministros, responsáveis pela coordenação de políticas em eixos temáticos específicos (como, por exemplo, defesa e políticas sociais).

Em seguida, na linha de hierarquia do governo russo, estão 21 ministros federais. Os vice-primeiros-ministros e os ministros federais são nomeados pelo presidente, após recomendação do primeiro-ministro.

O presidente Vladimir Putin é visto, internamente, como o líder que logrou evitar a fragmentação territorial da Rússia, resgatou a estabilidade socioeconômica e recuperou o prestígio internacional do país após sucessivas crises na década de 1990, na esteira do colapso da União Soviética. Em março de 2024, Putin foi reeleito para seu quinto mandato presidencial, com 87,3% dos votos válidos (de um total de 76,3 milhões), alcançando recorde de votos obtido por candidato presidencial no período pós-soviético. Tomou posse em 7 de maio de 2024 e cumpre mandato de seis anos, até 2030. Segundo as regras constitucionais atuais, Putin ainda poderá concorrer à presidência mais uma vez, o que possibilitaria sua permanência no poder até 2036.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o primeiro mandato presidencial de Vladimir Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu *status* de ator incontornável em questões de paz e segurança. Para a população russa, a ascensão de Putin ao poder representou progressiva retomada de política de caráter nacionalista, centrada na recuperação da autoestima de sociedade que historicamente valoriza a projeção internacional da Rússia como grande potência.

A diplomacia russa contrapõe a atual “ordem internacional baseada em regras” (a seu ver, prescritas por Washington e Bruxelas) à perspectiva de fomentar um sistema multipolar “policêntrico”, fundado nos princípios do direito internacional, cuja fonte primária seria a Carta das Nações Unidas. O BRICS reveste-se, nesse sentido, de importância singular no quadro da formulação da política externa russa, ao agrupar as principais potências em ascensão, a quem caberia engajar-se em prol de reformas nas instituições de governança global que aprimorem a influência e a representatividade dos países emergentes.

Em seu primeiro mandato presidencial, entre 2000 e 2004, Putin buscou sinergias políticas, econômicas e mesmo militares com os EUA e países europeus, tendo fortalecido canais de cooperação, estimulado a atração de tecnologias e investimentos norte-americanos e europeus, bem como apoiado, inclusive logisticamente, a campanha militar liderada pelos EUA no Afeganistão.

Com o passar dos anos, no entanto, tal aproximação deu lugar a múltiplos atritos. Movimentos de expansão da OTAN para o leste europeu foram percebidos, pelo Kremlin, como “ameaça existencial” aos interesses de segurança da Rússia e entendidos como “violação de compromisso informal” que teria sido feito à então URSS no contexto da reunificação alemã, em 1990.

Desafios adicionais, da ótica russa, teriam sido: i) intervenções militares de membros da OTAN, sem respaldo do CSNU, por exemplo, na Iugoslávia, no Iraque e na Síria, ou excedendo seu mandato, como na Líbia; ii) o recurso, por Washington e Bruxelas, a “sanções extraterritoriais como instrumento de política externa”, inclusive contra Moscou; iii) a retirada unilateral dos EUA de regimes de desarmamento e de não proliferação; e

iv) o alegado apoio dos EUA e da União Europeia a mudanças de regime no entorno estratégico de Moscou, como o espaço pós-soviético (“revoluções coloridas”), o Oriente Médio (“primavera árabe”) e, potencialmente, até na própria Rússia, com o suposto respaldo de Washington a manifestações populares contra o terceiro mandato de Putin, em 2011 e 2012. Tais desafios sedimentaram decepção com gestos amigáveis em direção a um Ocidente que “jamais demonstraria apreço à Rússia” ou a trataria como “parceiro verdadeiro”.

A Ucrânia tem extrema relevância histórica para o mito fundador do Estado russo, que considera Rússia, Ucrânia e Belarus como terras habitadas pelo mesmo povo. A Crimeia, por sua vez, é vista, na Rússia, como “troféu” conquistado “a duras penas” pela tzarina Catarina, a Grande, frente aos otomanos, no século XVIII, tendo servido de base permanente da frota do Mar Negro, fundamental para projeção de poder da Rússia.

Nessa percepção, o governo russo sustenta que teria sido o Ocidente o responsável pelo conflito com a Ucrânia, a partir da expansão da OTAN rumo a sua área de influência. Desde a incorporação da Crimeia e a eclosão do conflito no Donbass, em 2014, iniciativas de cooperação entre Moscou e a Aliança Atlântica foram suspensas, e o contato político, significativamente reduzido, em que pesem as reuniões OTAN-Rússia em 2017 e no início de 2022. Em outubro de 2021, oito diplomatas da missão da Rússia junto à OTAN foram expulsos, acusados de espionagem. Em resposta, Moscou fechou sua missão junto à OTAN em Bruxelas, bem como a missão da OTAN em Moscou.

Entre 2014 e 2022, o posicionamento russo pautou-se por defesa ostensiva da implementação dos Acordos de Minsk, relativos ao conflito no Donbass, e pela tentativa de busca de acordo com a OTAN para não expansão da aliança securitária euro-atlântica em direção às fronteiras russas, com base na tese do princípio da indivisibilidade da segurança, segundo o qual os Estados não devem buscar fortalecer sua situação de segurança em detrimento da estabilidade de outros países, conforme estabelecido em acordos da OSCE e no Ato OTAN-Rússia de 1997.

Em dezembro de 2021, a Rússia apresentou aos EUA e à OTAN propostas de garantias de segurança, que incluiriam: (i) compromissos juridicamente vinculantes sobre a retirada de tropas e infraestrutura bélica do território dos países que se tornaram membros da Organização após 1997; (ii) compromissos de não inclusão da Ucrânia na OTAN e de conter a expansão da OTAN à leste; e (iii) proibição de instalação de armas ofensivas em áreas que permitam alcançar o território russo.

A agenda atual de política externa russa é dominada pelo conflito na Ucrânia, que elevou as tensões entre a Rússia e as potências ocidentais a novos patamares, com a virtual paralisação do diálogo diplomático entre os dois lados e a imposição de sanções econômicas em escala inédita, que suscitaram a virtual exclusão de Moscou dos principais sistemas financeiros globais; a inclusão de altas autoridades e empresários russos em extensas listas de sanções individuais, incluindo o próprio presidente Vladimir Putin e seus ministros; expulsões de diplomatas russos em diversas capitais; coordenação para suspensão ou expulsão da Rússia de organismos internacionais e agências especializadas; e proibição da entrada de aeronaves russas em espaços aéreos de diversos países.

Em face do distanciamento russo em relação ao eixo euro-atlântico, Moscou tem se voltado para a Ásia e para os países em desenvolvimento, buscando não apenas novos mercados para seus produtos, mas a consolidação de alianças menos suscetíveis a pressões políticas ocidentais, em linha com a visão russa de sustentar a aspiração a um mundo mais multipolar.

Conflito na Ucrânia

A crise ucraniana eclodiu no final de 2013, quando o então presidente Viktor Yanukovitch desistiu de assinatura de acordo de associação política e livre comércio da Ucrânia com a União Europeia, o que gerou protestos e sua deposição. Em março de 2014, grupos pró-Rússia declararam independência das regiões de Donetsk e Luhansk (conhecidas, conjuntamente, como Donbass), ao leste do país. Paralelamente, Crimeia e Sebastopol foram incorporados à Federação da Rússia.

Em setembro de 2014, Rússia, Ucrânia, França e Alemanha assinaram o Protocolo de Minsk, suplementado por segundo acordo em 2015. Os textos previam concessão de maior autonomia às províncias do Donbass, sem, contudo, reconhecer a independência das autoproclamadas “repúblicas populares” de Donetsk e Luhansk. Discussões sobre implementação dos Acordos de Minsk, referendados pela resolução 2202 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, passaram, desde então, a desenvolver-se ao abrigo do chamado “Formato Normandia” (Rússia, Ucrânia, França e Alemanha).

Entre os fatores que contribuíram para o insucesso dos Acordos de Minsk I e II destacam-se condicionantes políticos e militares. Diferentes interpretações quanto ao texto acordado e à sequência de ações propostas

dificultaram a implementação dos documentos. A esses obstáculos se somou percepção russa de que Kiev seguia atacando a população russófona ao leste do país, o que gerou sequência de hostilidades entre o governo central de Kiev e as “repúblicas populares”, de modo que, já ao longo de 2015, os Acordos de Minsk passaram a ser sistematicamente descumpridos.

Como resultado do impasse e da percepção de risco securitário, em 21 de fevereiro de 2022, o presidente Vladimir Putin reconheceu independência das duas “repúblicas populares” no leste da Ucrânia e, em 24 de fevereiro, autorizou as Forças Armadas da Rússia a realizarem “operação militar especial” na Ucrânia. Entrando em seu quarto ano, o conflito russo-ucraniano converteu-se, de “operação militar especial”, no maior esforço de guerra convencional em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Com a ação russa, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky decretou lei marcial e declarou que seu país se defenderia nos termos do artigo 51 da Carta da ONU: direito inerente de legítima defesa em caso de ataque armado. Em paralelo às ações das forças armadas ucranianas, Zelensky vem conduzindo ampla campanha diplomática como forma de buscar apoio político e ajuda econômica e militar da UE, dos EUA e da OTAN.

Em pronunciamento em 21 de setembro de 2022, o presidente Vladimir Putin, além de anunciar “mobilização parcial” de centenas de milhares de reservistas, manifestou apoio à realização de referendos populares nas regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhyya. Em 27 de setembro, Moscou anunciou o resultado final dos referendos, em favor da adesão das quatro regiões à Federação da Rússia, formalmente reconhecida pelo presidente Putin três dias depois. Em 12 de outubro, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou resolução condenatória dos referendos.

A transformação, ao longo de 2022, 2023 e 2024, do conflito russo-ucraniano em guerra de atrito indica a dificuldade de se obterem ganhos substantivos desacompanhados de sacrifícios humanos e materiais da mesma monta. A manutenção de diferenças de princípios entre as lideranças de Moscou e de Kiev, e de posições nacionais aparentemente irreconciliáveis, sugere a complexidade para a retomada de negociações que envolvam as duas partes. Nesse contexto, iniciativas como a de Brasil e China para estabelecer “caminho rumo à paz” e facilitar eventual diálogo entre Moscou e Kiev são seguidas de perto pelo Kremlin.

O Brasil tem expressado sua posição em favor de cessar-fogo imediato e de solução negociada com vistas a uma paz duradoura, que contemple as preocupações de segurança de ambos os lados. Tem sido, ademais, voz contrária à aplicação de sanções unilaterais, as quais não possuem o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e impactam negativamente a população civil e a segurança alimentar e energética global. Tem-se absterido, ainda, em votações que buscam isolar a Rússia em foros internacionais, por entender que o isolamento tende a acirrar posições e prejudicar as perspectivas de encaminhamento político-diplomático do conflito. Defende estrito respeito ao direito internacional humanitário por ambos os lados, de maneira a minimizar danos materiais e a preservar a vida da população civil nas regiões em conflito.

Em 26 de fevereiro de 2022, o Brasil votou a favor do projeto de resolução apresentado pelos EUA ao Conselho de Segurança da ONU que condenava as ações russas na Ucrânia – projeto vetado pela Rússia. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou a favor de duas resoluções condenatórias à Rússia, a exemplo da já mencionada resolução aprovada em 12 de outubro de 2022, que não reconhece os referendos organizados nas regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhya.

Ao longo de 2023 e no início de 2024, o Brasil participou de reuniões de Assessores de Segurança Nacional organizadas em Copenhague (junho de 2023); Jedá (julho de 2023); Valeta (setembro de 2023); e Davos (janeiro de 2024). A posição defendida pelo Brasil no chamado “processo de Copenhague” se fez em defesa da constituição de um arcabouço processual que permitisse conduzir diálogo e negociação entre Rússia e Ucrânia, com equilíbrio.

No quadro do diálogo com a China, foi adotado, em 23 de maio de 2024, durante visita do embaixador Celso Amorim a Pequim, documento conjunto sino-brasileiro intitulado Entendimentos Comuns sobre a Resolução Pacífica da Crise na Ucrânia.

Ponto central do documento é o apelo em favor do diálogo e da negociação como únicas soluções viáveis para o conflito na Ucrânia. Nesse sentido, registra-se a disposição de Brasil e China em apoiar uma conferência de paz reconhecida tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia.

Outras mensagens contidas no documento sino-brasileiro dizem respeito à necessidade de esforços para aumentar a assistência humanitária; à rejeição do emprego de armas de destruição em massa e de ataques contra usinas e instalações nucleares; à não divisão do mundo em grupos políticos ou econômicos isolados; e ao reforço da cooperação internacional. O

documento está aberto a manifestações de apoio ou adesão de outros países.

Na esteira da iniciativa sino-brasileira, teve lugar em Nova York, em 27 de setembro de 2024, Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia, presidida pelo chanceler Mauro Vieira, pelo embaixador Celso Amorim e pelo ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. O encontro contou com participação de número expressivo de países do Sul Global comprometidos com busca de solução pacífica para o conflito. Anunciou-se, também, criação do Grupo de Amigos da Paz, formado por Representantes Permanentes dos países participantes junto às Nações Unidas. O Grupo deverá manter contatos regulares com objetivo de apoiar os esforços da comunidade internacional para alcançar paz duradoura e contribuir para criação de condições favoráveis em prol da resolução do conflito. Em 18 de dezembro, o grupo reuniu-se pela primeira vez.

A iniciativa tem gerado crescente interesse e ajudado a direcionar o foco para iniciativas de paz e de desescalada do conflito, com expectativa de que as discussões se intensifiquem em 2025. A Rússia classificou os entendimentos sino-brasileiros como “importante contribuição para o processo de paz e para as relações entre Brasil e Rússia”.

ECONOMIA

O PIB da Rússia, segundo dados oficiais, registrou queda de 1,2% em 2022 e expansão de 3,6% em 2023. O FMI estima que a economia do país terá crescido novos 3,6% em 2024, taxa superior à projetada pelo órgão para países de economia avançada. Para 2025, o Fundo estima crescimento de 1,3%. Em termos de valor agregado, segundo os últimos dados disponíveis, o PIB russo estaria distribuído da seguinte forma: agricultura com 6%; indústria com 27%; e serviços com a maior fatia, 67%.

O Banco Central russo trabalha com sistema de metas de inflação, atualmente de 4% ao ano. Segundo o FMI, a inflação de 2024 teria sido de 7,9%, depois de haver registrado 5,9% em 2023 e 13,7% em 2022. A projeção para 2025 se situa em 5,9%.

Após êxito em evitar colapso do rublo e do sistema bancário nos primeiros meses que se seguiram ao início da "operação militar especial", a Rússia teve de enfrentar desafios conjunturais e estruturais complexos para

mitigar dificuldades econômicas em contexto de sanções unilaterais sem precedentes, as quais afetaram operações de pagamentos e fluxos de comércio exterior. Em setembro de 2022, cerca de seis meses após o início do conflito, às incertezas que pairavam sobre o futuro da economia se somaram repercussões negativas decorrentes da “mobilização parcial”, que afetaram diretamente empresas e cidadãos.

Nesse contexto de adversidades internas e externas, o ano de 2023 trouxe incertezas para empresas e consumidores. As projeções catastróficas de colapso da economia russa sob o peso das sanções, contudo, não se concretizaram. Ao final daquele ano, governo e analistas locais passaram a expressar visões menos pessimistas sobre o futuro imediato da economia russa.

Prevaleceu, ao longo de 2024, perspectiva de manutenção de importante saldo no comércio exterior, bem como de resiliência da demanda interna, em parte devido ao impacto positivo – particularmente, em regiões fora do eixo econômico central (Moscou - São Petersburgo) – de pagamentos de auxílios sociais a combatentes e suas famílias. O significativo nível de reservas líquidas do país, composto pelo fundo soberano russo; o relevante orçamento de investimento de grandes empresas estatais, como a Gazprom; o elevado volume de reservas do Banco Central; e o bom desempenho da balança comercial permitiram adoção de eficaz política anticíclica por parte do governo, com estímulos fiscais orientados para manutenção da demanda e para investimentos em infraestrutura.

As sanções ocidentais impostas contra exportações do setor de petróleo e derivados mostraram-se pouco eficazes em razão da forte demanda internacional pelo petróleo russo. Nesse contexto, constituição de frota própria de navios para transportar óleo bruto e derivados foi fundamental para contornar medidas de pressão sobre transportadores e seguradores ocidentais nas operações com fornecedores russos. Manteve-se, assim, fluxo relevante de receitas externas e fortalecimento das reservas financeiras.

Na esfera comercial, um dos desafios enfrentados a partir do segundo ano de conflito foi o processo de *decoupling* no comércio com a União Europeia. A reorientação das exportações para a China, para a Índia e para países em desenvolvimento, bem como o significativo incremento comercial com países vizinhos que não aderiram às sanções (como Turquia e países do Cáucaso e da Ásia Central) garantiram à Rússia mercado para

suas exportações, bem como acesso a importações, inclusive de bens de capital, peças de reposição e maquinário.

As medidas retaliatórias do Ocidente, em contexto de ampla capacidade industrial ociosa do país, abundância de recursos energéticos e significativas reservas de capital, parecem ter estimulado a intensificação de processo de substituição de importações – que já se observava, em alguns setores de bens de consumo básico, desde a assunção de Putin à Presidência e fortalecida pela crise da Crimeia. Em particular, nos âmbitos do agronegócio, industrial-militar e de alguns ramos de bens duráveis esse processo pode ser considerado especialmente exitoso.

A Rússia conseguiu desenvolver, nesse sentido, relevante produção de componentes de maior valor agregado, como equipamento óptico, de radiotransmissão e de navegação, empregados em larga escala na produção de drones e de produtos militares acabados. Na perspectiva de parte dos analistas, as sanções ocidentais, em conjunto com fatores endógenos presentes na economia, permitiram retomada de processo de reindustrialização na Rússia, em contraste com forte dependência de importações de bens europeus, observada no passado.

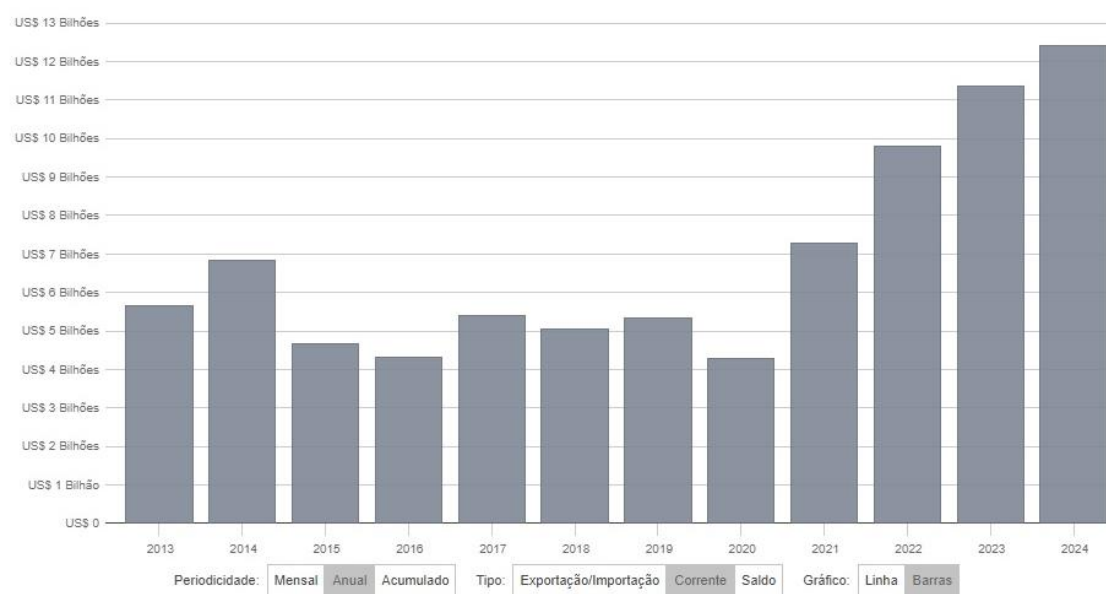
Desafios para a economia russa em 2025 foram elencados por ocasião de sessão plenária da Duma de Estado realizada em novembro de 2024, com participação da presidente do Banco da Rússia (equivalente ao Banco Central do Brasil), Elvira Nabiullina.

Nabiullina singularizou a inflação como ponto a ser atentamente acompanhado: reconheceu que a alta de preços permanece em patamares elevados pelo quarto ano consecutivo e, atualmente, seria verificada “inércia inflacionária” nas expectativas de consumidores e de empresas – o que obrigaria o Banco a agir de forma “decisiva”.

Fez referência, a esse respeito, ao rápido crescimento da demanda após o “choque inicial” decorrente das sanções, apoiado, majoritariamente, em expansão do crédito e em forte estímulo fiscal praticados no primeiro ano do conflito – situação observada ainda em 2025, segundo Nabiullina. A dificuldade em conter os aumentos de preços poderia ser explicada, em grande parte, pelo persistente desequilíbrio entre oferta e demanda, esta última em acelerado crescimento.

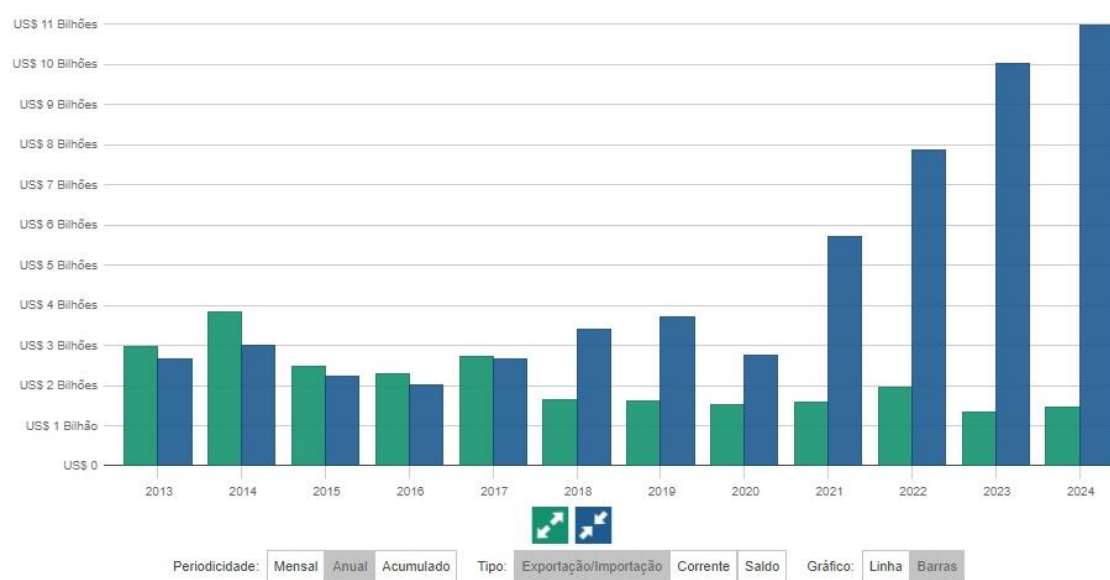
DADOS COMERCIAIS BRASIL-RÚSSIA

Brasil-Rússia: Corrente de comércio



Fonte: Comex-vis

Brasil-Rússia: exportações e importações



Fonte: Comex-vis

Brasil-Rússia: Pauta importadora (2024)



Fonte: Comex-vis

Cronologia Histórica da Rússia
Séculos VIII a.C.-XII d.C – Tribos eslavas consolidam presença na planície europeia oriental. Ao longo de vários séculos, sucessão de tribos nômades asiáticas povoam a região, mesclando-se com as tribos eslavas.
Séculos XIII-XV – Invasão e domínio mongol.
1480 – Ivan III repele a Horda Dourada, marcando o fim do controle mongol sobre a Rússia.
1547 – Ivan IV, o Terrível, torna-se o primeiro monarca moscovita a receber o título de czar de toda a Rússia.
1582-1640 – Expansão da Rússia rumo à Sibéria.
1682-1725 – Reinado do czar Pedro I, o Grande, que estende as fronteiras da Rússia até o mar Báltico.
1762-1796 – Reinado de Catarina II, a Grande, conhecido como a “Era de Ouro do Império Russo”.
1812 – Invasão da Rússia pelo Grande Exército de Napoleão, derrotado pelo czar Alexandre I.
1853-1856 – Guerra da Crimeia, perdida pela Rússia.
1904-1905 – Guerra russo-japonesa, perdida pela Rússia.
1905 – Revolução de 1905. Reprimida, mas força o czar a assinar o Manifesto de Outubro, que permite a criação de um parlamento.
1917 – Revolução de Outubro. Fim da monarquia. Revolucionários bolcheviques tomam o poder. Armistício com a Alemanha retira a Rússia da Primeira Guerra Mundial.
1922 – Fim da Guerra Civil Russa. Fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
1924 – Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski e torna-se o primeiro secretário-geral do Partido Comunista soviético.
1941 – Invasão da URSS por Hitler. A URSS une-se aos Aliados contra o Eixo.
1945 – Fim da Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Divisão da Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
1953 – Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev ao comando do Partido Comunista soviético.
1955 – Assinatura do Pacto de Varsóvia entre a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polónia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956 – Khrushchev denuncia crimes de Stálin em discurso no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.
1962 – Crise dos mísseis em Cuba.
1964 – Ascensão de Brezhnev à liderança do Partido Comunista (1964-1982).
1982 – Andropov assume a posição de secretário-geral do partido comunista.
1984 – Após o falecimento de Andropov, Chernenko ascende ao poder.
1985 – Mikhail Gorbachev torna-se secretário-geral do Partido Comunista, após

o falecimento de Chernenko. Gorbachev adota, como lema de seu governo, os conceitos <i>glasnost</i> (transparência ou abertura) e <i>perestroika</i> (reestruturação).
1991 – Dissolução da URSS.
1993 – Crise constitucional na Rússia. Exército bombardeia o Parlamento e prende líderes opositores. Eleições para o novo Parlamento e referendo sobre nova Constituição.
1994 – Primeira Guerra da Chechênia. Yeltsin declara cessar-fogo unilateral em 1996.
1999 – Segunda Guerra da Chechênia. Vladimir Putin torna-se primeiro-ministro de Yeltsin em agosto. Com a renúncia de Yeltsin, em dezembro, Putin assume como presidente interino da Rússia.
2000 – Vladimir Putin vence a eleição presidencial no primeiro turno.
2008 – Após dois mandatos consecutivos do presidente Putin, seu aliado político Dmitry Medvedev ganha a eleição presidencial no primeiro turno.
2012 – Início do terceiro mandato do presidente Vladimir Putin.
2014 – Anexação da Crimeia. Suspensão da Rússia do G8. EUA, UE e aliados ocidentais anunciam sanções contra a Rússia.
2018 – Início do quarto mandato do presidente Vladimir Putin (2018-2024).
2020 – Aprovação de reforma à Constituição de 1993, que faculta ao presidente Putin a possibilidade de concorrer a nova reeleição em 2024.
2022 – Conflito na Ucrânia tem início em fevereiro. Em setembro, após referendo, Rússia anuncia anexação de quatro províncias ucranianas: Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhya. Estados ocidentais impõem sanções progressivas contra o país.
2024 – Reeleição de Putin para o quinto mandato, até 2030, com 87,3% dos votos.
2024 – Invasão ucraniana da província russa de Kursk, em agosto.

Cronologia das Relações Bilaterais
1828 – Estabelecimento de relações diplomáticas, em 3 de outubro.
1876 – Visita privada de D. Pedro II a São Petersburgo.
1918 – Rompimento de relações diplomáticas, em razão do não reconhecimento, pelo Brasil, do governo bolchevique.
1945 – Restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS.
1947 – Novo rompimento de relações diplomáticas, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra.
1959 – Restabelecimento de relações comerciais, durante a presidência de Juscelino Kubitschek.
1961 – Restabelecimento de relações diplomáticas, durante a presidência de João Goulart.
1981 – Ato constitutivo da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC).
1988 – Visita do presidente José Sarney à URSS.
1997 – Criação da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).
1999 – 1ª Reunião da CIC, em Brasília (23 e 24 de abril).
2000 – 1ª Reunião da CAN, em Moscou (21 a 25 de junho).
2001 – 2ª Reunião da CIC, em Moscou (25 e 26 de setembro).
2001 – 2ª Reunião da CAN, em Brasília (12 de dezembro).
2002 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica.
2004 – Visita do vice-presidente José Alencar à Rússia.
2004 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil, a primeira de chefe de Estado da Rússia. Estabelecimento de Aliança Tecnológica entre os dois países.
2004 – 3ª Reunião da CIC, em Brasília (18 a 20 de fevereiro).
2004 – 3ª Reunião da CAN, em Moscou (11 e 12 de outubro).
2005 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia (18 de outubro).
2005 – 4ª Reunião da CIC, em Moscou (3 e 4 de outubro).
2006 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (dezembro).
2006 – 4ª Reunião da CAN, em Brasília (4 de abril).
2008 – 1ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRIC, em Ecaterimburgo (maio).
2008 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil (25 e 26 de novembro).
2008 – 5ª Reunião da CIC, em Brasília (17 e 18 de novembro).
2009 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia, por ocasião da 1ª Cúpula do BRIC, em Ecaterimburgo (junho).
2010 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil, por ocasião da 2ª Cúpula do BRIC (15 e 16 de abril).
2010 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia. Assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica (maio).
2010 – 6ª Reunião da CIC, em Brasília (7 e 8 de outubro).

2011 – Visita do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da 5ª Reunião da CAN (16 de maio) e da 7ª Reunião da CIC (17 de maio), em Moscou.
2012 – Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 26 de setembro).
2012 – Visita da presidente Dilma Rousseff a Moscou (13 e 14 de dezembro).
2013 – Visita do primeiro-ministro Dmitry Medvedev ao Brasil e realização da 6ª CAN, em Brasília (19 a 21 de fevereiro).
2013 – Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov ao Brasil (11 de junho).
2013 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na Cúpula do G20, em São Petersburgo (5 de setembro).
2013 – 8ª Reunião da CIC, em Brasília (8 de novembro).
2013 – Visita do ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado à Rússia (20 de novembro).
2014 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil e participação na 6ª Cúpula do BRICS, em Fortaleza (14 de julho).
2015 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na 7ª Cúpula do BRICS, em Ufá (9 de julho).
2015 – Visita do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da 9ª Reunião da CIC (14 e 15 de setembro) e da 7ª Reunião da CAN (16 de setembro), em Moscou.
2016 – Visita de Sua Santidade Cirilo I, Líder da Igreja Ortodoxa Russa, ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, 19 a 21 de fevereiro).
2017 – 10ª Reunião da CIC, em Brasília (22 de maio).
2017 – Visita do presidente Michel Temer à Rússia (20 e 21 de junho).
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de secretários (Brasília, 11 de março).
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de diretores de Departamento (Brasília, 24 de abril).
2019 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (26 de julho).
2019 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil e participação na 9ª Cúpula do BRICS, em Brasília (14 de novembro).
2021 – 11ª Reunião da CIC, em Brasília (25 e 26 de outubro).
2021 – Visita do Ministro das Relações Exteriores Carlos França à Rússia (29 de novembro e 1º de dezembro).
2022 – Visita do presidente Jair Bolsonaro à Rússia (16 de fevereiro).
2022 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de diretores de Departamento (Brasília, 22 de julho).
2023 – Reunião de Consultas de Planejamento Diplomático (Moscou, 28 de

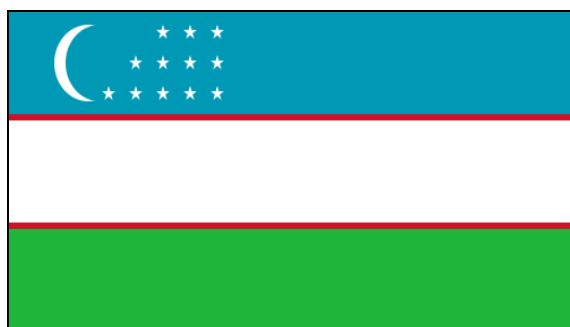
março).
2023 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (17 de abril).
2023 – Reunião de Consultas Políticas em nível de secretário (Moscou, 3 de julho).
2024 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil e participação na Reunião Ministerial do G20 (21 e 22 de fevereiro).
2024 – Visita do chanceler Mauro Vieira à Rússia e participação na Reunião de Chanceleres do BRICS, em Nizhny Novgorod (10 e 11 de junho).
2024 - Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil e participação na Cúpula do G20 (18 e 19 de novembro).

ACORDOS BILATERAIS VIGENTES			
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	02/03/2018	26/10/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	26/06/2010	08/07/2015
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	16/06/2017	01/08/2017
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	01/01/2007	07/03/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008

Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	01/08/2004	11/10/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	12/12/2001	30/01/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Quarentena Vegetal	22/06/2000	26/06/2002	12/06/2002
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	14/01/2002	18/09/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002	13/08/2002
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Ásia e Pacífico
Departamento de China, Rússia e Ásia Central
Divisão de Rússia e Ásia Central

UZBEQUISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO

NOME OFICIAL:	República do Uzbequistão
GENTÍLICO:	Uzbeque
CAPITAL:	Tashkent
ÁREA:	447.400 km²
POPULAÇÃO:	36.412.350 (2023)
LÍNGUA OFICIAL:	Uzbeque (língua oficial). Línguas minoritárias não oficiais incluem russo e tadjique.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
CHEFE DE ESTADO:	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (est. 2024):	US\$ 112,6 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (est. 2024):	US\$ 425,24 bilhões
PIB PER CAPITA (est. 2024):	US\$ 3.010
PIB PPP PER CAPITA (est. 2024):	US\$ 11.572
VARIAÇÃO DO PIB:	5,98% (2019); 2% (2020); 7,4% (2021); 5,67% (2022); 5,99% (2023), 5,2% (est. 2024)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2022):	0,727 (106ª posição entre 191 países; Brasil é o 89º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022):	72,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	99,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023):	4,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Som uzbeque
EMBAIXADOR EM TASHKENT:	Rodrigo de Lima Baena Soares (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Javlon Vakhobov (residente em Washington – pendente apresentação de credenciais)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões – FOB / Fonte: MDIC)

Brasil →Uzbequistão	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	18,0	12,3	14,0	6,0	38,3	35,1	46,3	500,2	606,7	637,7	580,3
Exportações	17,0	9,9	13,5	5,3	38,1	27,7	44,7	280,8	334,1	268,4	176,9
Importações	1,0	2,4	0,5	0,7	0,2	7,4	1,6	219,4	272,6	369,3	403,4
Saldo	16,0	7,5	13,0	4,6	37,9	20,3	43,1	61,4	61,5	-100,9	-226,5

APRESENTAÇÃO

Núcleo histórico, geográfico e demográfico da Ásia Central, o Uzbequistão faz fronteira com todas as demais repúblicas pós-soviéticas regionais (Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tajiquistão), além do Afeganistão. Trata-se de um dos dois únicos países duplamente mediterrâneos (isto é, sem acesso ao mar e cercado por países na mesma condição) do mundo, ao lado de Liechtenstein.

O território uzbeque, de 447.400 km² (pouco maior do que o Paraguai), é caracterizado pela escassez de água, o que decorre, em parte, da drástica redução do volume do Mar de Aral, em consequência da irrigação intensiva para o cultivo do algodão no período soviético. O clima é caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Trata-se do país mais povoado da Ásia Central, com 36 milhões de habitantes, concentrados nas terras férteis da parte oriental do país, como o vale do Fergana. O crescimento demográfico vegetativo é relativamente elevado (2,8% por ano). Em sua maioria (88%), a população professa o Islã sunita, geralmente em sua vertente “russificada”, com costumes sociais comparativamente liberais. O Estado é laico.

Entre a população nacional, há aproximadamente 83% de uzbeques e 17% de minorias étnicas, como russos, tadjiques e cazaques. Há expressiva diáspora uzbeque (2 milhões de pessoas) na Rússia, sobretudo em Moscou.

País rico em recursos naturais, o Uzbequistão conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.

O idioma uzbeque, o único oficial do país, pertence à família linguística túrquica. Em 1992, o cirílico foi substituído por versão modificada do alfabeto latino (“Yañalif”) na grafia do uzbeque. O russo segue sendo amplamente compreendido no Uzbequistão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHAVKAT MIRZIYOYEV

presidente



Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em 24 de julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em Ciências Técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Tornou-se governador da região de Jizzakh, em 1996, e da região de Samarcanda, em 2001. Foi o primeiro-ministro do Uzbequistão por longo período (2003 a 2016).

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente com 88,6% dos votos. Foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos, em 2021, com 80,3% dos votos. Após uma emenda constitucional garantir a possibilidade de o Presidente concorrer a um terceiro mandato, ganhou as eleições de 2023, com 87,7% dos votos, para um mandato, dessa vez, de 7 anos.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem um filho e duas filhas.

ABDULLA ARIPOV*primeiro-ministro*

Abdulla Nigmatovich Aripov nasceu em 24 de maio de 1962, em Tashkent. Formou-se em Engenharia de Comunicações. É doutor em Economia pelo Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações de Tashkent.

Fez carreira no setor de comunicações, tendo trabalhado na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent (1983 a 1992); nas empresas Uzimpeksaloka (1993 a 1995) e JV TashAfinalAL (1995 a 1996); e em agências públicas de telecomunicações e correios (1995 a 2001).

Foi vice-primeiro ministro de 2002 a 2012, quando se afastou do governo para lecionar na Universidade de Tecnologias da Informação de Tashkent. Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro em substituição a Shavkat Mirziyoyev, eleito presidente. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo pelo parlamento uzbeque.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem cinco filhas.

BAKHTIYOR SAIDOV*Ministro dos Negócios Estrangeiros*



Nascido em Samarcanda, em 22 de abril de 1981, graduou-se em 2002 em Economia pela Universidade Estatal de Tashkent. Em 2007, concluiu pós-graduação em comércio internacional no Instituto da OMC, em Genebra. Entre 2009 e 2013, atuou como representante comercial junto à Embaixada do Uzbequistão em Seul. Após período no setor privado, foi indicado Embaixador do Uzbequistão em Pequim, com jurisdição também sobre Mongólia e Filipinas. Em novembro de 2021, foi nomeado Ministro da Educação, posto que ocupou até dezembro de 2022, quando se tornou Ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros. Foi efetivado no cargo em votação parlamentar no dia 25 de abril de 2023.

APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão contemporâneo corresponde aproximadamente à histórica Transoxiana (ou Sogdiana), o território situado entre os rios Amu Darya e Syr Darya, respectivamente conhecidos como Oxus e Jaxartes na antiguidade. Trata-se de uma das regiões do globo com mais antigo registro de presença humana. A área era habitada já no período paleolítico, quando nela foram desenvolvidas armas rudimentares, formulações teológicas e técnicas de domesticação de animais.

Sob o domínio persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Após a conquista da Pérsia por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas localidades tornaram-se importantes centros de intercâmbio comercial, político, religioso e cultural – o núcleo dos corredores de trânsito entre China e Europa coletivamente conhecidos como “Rota da Seda”.

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe entre os anos 709 e 712, quando o Islã sunita tornou-se a religião predominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região e provocou grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, o que deu origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongóis, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan e o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais estabeleceram controle sobre o antigo canato mongol. Nos séculos seguintes, a região sofreu diversas ondas de conquista militar, entre as quais se destaca a ascensão do Império Timúrida, de matriz turco-mongol, liderado por Amir Timur (Tamerlão), que se encontra sepultado em Samarcanda e atualmente é considerado herói nacional no Uzbequistão. Posteriormente, consolidaram-se três canatos/emirados independentes na área: Bucara, Khiva e Kokand. Essas unidades políticas sobreviveram até meados do século XIX, quando forças russas os anexaram, sob a forma de protetorados, no contexto do “Grande Jogo” entre os impérios tsarista e britânico pela hegemonia geopolítica na Ásia Central. A região passou a ser administrada por governadores-gerais indicados por São Petersburgo, que investiu no setor agrícola, com o objetivo de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos. No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas, conhecidos como jadadistas, advogaram pela modernização e pela independência do Uzbequistão.

No âmbito da Guerra Civil posterior à Revolução Russa de 1917, houve conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, os basmachis, que ambicionavam a independência, mas foram vencidas militarmente. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ensejou o estabelecimento, em 1924, da República Socialista Soviética Uzbeque, cujas fronteiras foram arbitrariamente delineadas por Josef Stalin, então Comissário do Povo para as Nacionalidades da URSS, e passaram por diversas alterações nas décadas de 1920 e 1930.

A construção da ferrovia Turquestão-Sibéria (Turksib), concluída em 1930, contribuiu para a consolidação do poder soviético no Uzbequistão e para o desenvolvimento da economia do país, processo aprofundado durante a Segunda Guerra Mundial, quando parte expressiva do complexo fabril soviético foi realocada para a Sibéria e a Ásia Central e testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades e empreendimentos agrícolas estatais. O Uzbequistão também recebeu grande fluxo de refugiados e deportados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos uzbeques, sobretudo personalidades políticas e culturais, foram submetidos à repressão stalinista.

Nos anos 1970, o chefe do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, adotou práticas autonomistas e clientelistas que desgastaram a autoridade soviética na região. Após sua morte, Moscou indicou uma nova geração de líderes para reestabelecer seu controle na área, com destaque para Islam Karimov, que se tornou primeiro-secretário do Partido Comunista do Uzbequistão em 1989 e presidente do Uzbequistão soviético em 1990.

Em paralelo, a incursão soviética no Afeganistão (1979-1989) afetou diretamente o Uzbequistão. Passava pela cidade uzbeque de Termez o principal corredor de trânsito do Exército Vermelho naquela campanha militar. Milhares de uzbeques faleceram no conflito no país vizinho.

Com as reformas estruturais (*glasnost* e *perestroika*) implementadas por Mikhail Gorbachev para liberalizar e modernizar a União Soviética, Islam Karimov promoveu políticas que ensejaram maior autonomia política e cultural ao Uzbequistão, como a valorização do Islã – cuja prática havia sido restrita por décadas – e do idioma uzbeque.

Em 1º de setembro de 1991, após a malfadada tentativa de golpe de Estado da linha-dura soviética contra Gorbachev, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu respaldo popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, Islam Karimov foi eleito o primeiro presidente da República do Uzbequistão, com 87% dos votos. O

mandatário consolidou sua autoridade e foi reeleito sucessivamente em 2000, 2007 e 2015.

Durante seu prolongado governo, Karimov centralizou o poder político e promoveu a autossuficiência política e econômica do país. Permaneceu no cargo até falecer, vítima de infarto, em setembro de 2016. O parlamento nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como chefe de Estado interino, e determinou a realização de eleições antecipadas.

Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão com 88,6% dos votos, com base em plataforma reformista, visando a modernizar a economia, por meio da atração de investimentos estrangeiros, descomprimir o ambiente político interno, com a libertação de prisioneiros políticos e o fechamento da prisão de Jaslyk (2019), símbolo de violação de direitos humanos, e romper o isolamento internacional herdado da Era Karimov, buscando melhorar a relação com os países vizinhos.

Após ser reeleito para um segundo mandato em 2021, com 80,3% dos votos, promoveu uma reforma constitucional, aprovada por meio de referendo, que incluiu a extensão do mandato presidencial para sete anos. Com a reforma, foi convocada nova eleição presidencial, em 2023, vencida por Mirziyoyev, com 87,7% dos votos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 30/4/1993 e são acompanhadas, de forma cumulativa, pela Embaixada do Brasil em Moscou e pela Embaixada do Uzbequistão em Washington.

O relacionamento ganhou alguma densidade na segunda metade da década de 2000. O primeiro embaixador brasileiro a apresentar credenciais em Tashkent foi Carlos Augusto Santos-Neves, em 2006, e, em 2008, Abdulaziz Kamilov tornou-se o primeiro embaixador uzbeque a apresentar credenciais em Brasília.

O fluxo de visitas intensificou-se nos anos seguintes. Em 2006 e 2007, o então assessor especial do MRE para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, visitou Tashkent. Em 2007, o então vice-chanceler uzbeque, Ilkhom Nematov, visitou Brasília para firmar protocolo sobre consultas políticas – o primeiro ato bilateral assinado entre Brasil e Uzbequistão. Em 2008, visitou o Brasil o então ministro das Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão, Elyor Ganiev. No mesmo ano, ocorreu, em Tashkent, a I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, com a viagem à capital uzbeque do então SGAP II, embaixador Roberto Jaguaribe. Naquele contexto, o governo uzbeque anunciou apoio à candidatura brasileira a vaga permanente no CSNU.

O ápice da aproximação bilateral foi a viagem ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) do então presidente Islam Karimov, em maio de 2009, a única de um mandatário uzbeque à América do Sul.

À exceção do protocolo sobre consultas políticas de 2007, todos os atos bilaterais existentes foram assinados durante a visita presidencial. Esse arcabouço jurídico é composto por acordos de cooperação econômica e comercial, cooperação técnica, cultura, turismo e agricultura; acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos; memorando de consultas políticas; e uma declaração presidencial conjunta. Todos estão vigentes no plano internacional.

No mês seguinte à visita presidencial uzbeque, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a EMBRAPA realizaram missão ao país centro-asiático para prospectar possíveis áreas de cooperação técnica.

O então secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, liderou missão empresarial ao Uzbequistão, em 2010, para participar da Feira Internacional de Turismo de Tashkent e reunir-se com ministros da área econômica e com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria e o presidente da Uzbekenergo.

O Uzbequistão foi representado na Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, por seu então ministro da Proteção da Natureza, Nariman Umarov.

Nos anos seguintes, desacelerou-se o fluxo de contatos de alto nível. O hiato foi superado em 2016, quando o vice-primeiro-ministro uzbeque, Adham Ikramov, chefiou a delegação de seu país aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O atual embaixador uzbeque em Washington, Furkat Sidikov, que assumiu seu posto em maio de 2023, entregou cópia figurada de suas credenciais à embaixadora do Brasil em Washington em outubro de 2023 e aguarda previsão de data para cerimônia de entrega de credenciais.

Entre os dias 5 e 7 de julho de 2023, o atual embaixador do Brasil em Moscou, Rodrigo Baena Soares, realizou visita à capital uzbeque, em que manteve encontro com o chanceler do Uzbequistão, que indicou que o Brasil é o principal parceiro do Uzbequistão na América Latina e ressaltou que existe grande potencial a ser explorado, e participou, a convite da Embraer, de evento de apresentação e voo de demonstração da aeronave E195-E2 a autoridades governamentais e companhias aéreas uzbeques.

Em setembro de 2023, à margem da Assembleia Geral da ONU, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com o MNE Bakhtior Saidov. No encontro, a parte uzbeque destacou que o seu país considera o Brasil como "parceiro-chave", tanto em termos globais quanto para sua relação com a América Latina. Ao tratar do interesse uzbeque na compra de aeronaves C-390 Millennium, foi feito convite para que o ministro Saidov realizasse visita ao Brasil em ocasião que lhe fosse conveniente, em cujo programa poderia ser inserida visita à sede da EMBRAER em São José dos Campos para conhecer a linha de montagem e manter reuniões com diretores da empresa. O MNE uzbeque indicou que verificaria a sua disponibilidade para visita na ocasião mais próxima possível. Convidou igualmente o ME Mauro Vieira a realizar visita a Tashkent em momento oportuno.

Em 30 de abril de 2024, realizou-se a II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, por videoconferência, em nível de diretores de Departamento (DRC). Na reunião, o diretor uzbeque sugeriu a criação de grupos de amizade parlamentares e manifestou interesse em nomear cônsul-honorário no Brasil. Solicitou, ademais, fosse definida data para apresentação de credenciais do embaixador do Uzbequistão para o Brasil, residente em Washington.

Nos dias 2 e 3 de julho de 2024, o embaixador brasileiro em Moscou retornou a Tashkent para nova visita ao Uzbequistão. Na ocasião, manteve reuniões com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Muzaffarbek Madrahimov, com o diretor do Departamento de Américas da Chancelaria,

Kakhramon Shakirov, com o vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria, Dilshod Rasulov, com o vice-ministro dos Transportes, Jasurbek Choriev, e com o vice-ministro da Economia e Finanças, Jasur Karshibayev. Dentre os destaques da visita, que deu seguimento ao diálogo de abril, estiveram as negociações para aquisição de aeronaves da Embraer por parte do Uzbequistão, o interesse uzbeque em expandir contatos com o Brasil na área humanitária, no setor de educação e de cooperação técnico-científica, bem como na área cultural, por meio do estabelecimento de convênio com o Instituto Guimarães Rosa.

Em 26 de setembro último, houve novo encontro entre o chanceler Mauro Vieira e seu homólogo uzbeque, à margem da Assembleia Geral da ONU. No mesmo mês, foi assinado o protocolo bilateral de acesso a mercado, no contexto do processo de acessão do Uzbequistão à Organização Mundial do Comércio.

Por meio de nota verbal à Embaixada em Moscou, o Uzbequistão informou, em novembro último, decisão de aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma das principais prioridades da presidência brasileira do G20. Aguarda-se o envio da Declaração de Compromisso, ato necessário à formalização da adesão.

Atualmente, as relações bilaterais são entendidas pelo lado uzbeque como parte da estratégia de diversificação de parceiros internacionais. O Uzbequistão percebe o Brasil com líder regional e potência econômica, capaz de contribuir com setores estratégicos do desenvolvimento uzbeque, como o aumento da produtividade agrícola.

O Uzbequistão cogita abrir embaixada residente em Brasília. Existem, atualmente, 45 embaixadas residentes em Tashkent, a capital que conta com o maior número de embaixadas sem presença de embaixada brasileira residente. Nenhum país latino-americano tem embaixada naquela capital.

Assuntos consulares

Atualmente, a Embaixada do Brasil em Moscou contabiliza um cidadão brasileiro residente no Uzbequistão. Três nacionais brasileiros foram repatriados do Uzbequistão com ajuda da Embaixada em Moscou após a eclosão da pandemia de COVID-19. Pequeno fluxo de turistas brasileiros visita anualmente o país, mas os números precisos são desconhecidos.

Por decisão unilateral do governo uzbeque, em vigor desde fevereiro de 2019, cidadãos brasileiros não necessitam de visto para visitas de caráter turístico com duração de até 30 dias. Acordo bilateral em vigor, firmado

em 2009, prevê a isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos para visitas de até 90 dias.

POLÍTICA INTERNA

Após a morte de Sharof Rashidov, que liderou o Partido Comunista do Uzbequistão entre 1959 e 1983, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança da agremiação. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia na república, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo em que maior *status* era conferido à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após tentativa de golpe de estado em Moscou, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão, com 88,6% dos votos.

O novo chefe de Estado logo iniciou movimento de reformas políticas, sociais e econômicas que contemplaram cinco objetivos prioritários: modernizar a administração pública; garantir a supremacia da lei; fomentar o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança do país. Mirziyoyev foi eleito pela mesma legenda oficialista antes comandada por Karimov, o Partido Liberal Democrático do Uzbequistão (UzLiDeP).

O resultado das eleições parlamentares realizadas em 5 de janeiro de 2020 confirmou a maioria na Câmara Legislativa do Partido Liberal Democrático, com 53 cadeiras. Nurdinzhon Ismailov foi reeleito como presidente da Câmara Baixa ("Oliy Majlis"). Em 16-17 de janeiro, foram realizadas eleições para o Senado, cujos membros foram eleitos em sessões conjuntas dos órgãos legislativos regionais, com seis senadores para cada uma das quatorze regiões uzbeques. Os dezesseis assentos restantes foram

preenchidos por indicação do presidente da República. Tanzila Narbayeva foi reeleita presidente do Senado.

Após ser reeleito para um segundo mandato em 2021, com 80,3% dos votos, Shavkat Mirziyoyev promoveu reforma constitucional, aprovada por meio de referendo em abril de 2023, que alterou cerca de 65% do texto da constituição uzbeque. Instituiu prescrições como a abolição da pena de morte, o habeas corpus e o direito ao silêncio. O novo texto constitucional passou a definir o Uzbequistão como um Estado de bem-estar social, com os correspondentes direitos de segunda geração. Buscou incrementar a repartição de poderes, com mecanismos de contrapeso à primazia do Executivo. O mandato presidencial, contudo, foi estendido de cinco para sete anos, com anulação da contagem dos mandatos anteriores.

Ao abrigo da reforma, foi convocada nova eleição presidencial, em 2023, vencida por Mirziyoyev, com 87,7% dos votos.

Organização administrativa e sistema político

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de Estado e de Governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O Executivo detém grande parte do poder, e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da República. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior uzbeque caracteriza-se pela ênfase na autossuficiência, pela postura não intervencionista e pela busca de posicionamento equilibrado entre as potências regionais e globais com interesses geopolíticos ou econômicos na Ásia Central – sobretudo Rússia, China e EUA, mas também Turquia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Paquistão, Irã e União Europeia.

O ímpeto reformista do presidente Mirziyoyev também se manifesta na política externa. O Uzbequistão atribui bastante ênfase ao entorno regional e logrou distensionar as relações com seus vizinhos, antes marcadas por disputas territoriais, migratórias e de gestão de recursos hídricos. Participou ativamente do processo de paz no Afeganistão, país cuja estabilização é prioridade do governo uzbeque – o primeiro-ministro Abdulla Aripov visitou o país em agosto de 2024, tendo sido a maior autoridade uzbeque a visitar o Afeganistão desde a retomada do poder pelos Talibãs, em 2021. O país aprofundou, ademais, os laços com os EUA, a Rússia, a União Europeia, a China, a Coreia do Sul, a Turquia e a Índia, além de promover política mais assertiva de atração de investimentos e de lançamento de candidaturas em organismos internacionais. Retomou seu processo de acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC), que se encontra, atualmente, em estágio avançado, com a assinatura de protocolos bilaterais de acesso a mercado, e aproximou-se da União Econômica Eurasiática (UEEA), junto à qual se tornou país observador em 2020. Além disso, o Uzbequistão é membro de diversas organizações regionais, como a Organização dos Estados Túrquicos (OET), a Conferência sobre Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (CICA) e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

No âmbito das organizações regionais, o país tem salientado, sobretudo, o potencial logístico e energético da Ásia Central. Em linhas gerais, o relacionamento com os vizinhos encontra-se em boa fase, apesar de contenciosos por questões fronteiriças e utilização de recursos hídricos e naturais no passado. Ainda que os cinco países da Ásia Central apresentem dissensos entre si, tendem a coincidir e coordenar-se na interação com atores extrarregionais, a partir do entendimento de que há interesses comuns, que serão melhor reverberados com atuação uníssona.

Diante da percepção de um país mais aberto a novas parcerias, o Uzbequistão tem recebido série de visitas de altas autoridades.

Relações com a Rússia

A Rússia continua a ser o mais importante parceiro político, econômico e diplomático do país centro-asiático. Vladimir Putin e Shavkat Mirziyoyev trocaram visitas de Estado e firmaram acordos de cooperação em comércio, investimentos, segurança, educação e cultura. Os líderes lançaram, em 2018, as obras da primeira central nuclear uzbeque, a ser construída pela Rosatom na região de Navoi, com capacidade de 2.400 megawatts e conclusão prevista para 2028. A central nuclear deverá produzir 18% da eletricidade consumida pelo Uzbequistão.

O fluxo comercial bilateral superou a queda resultante da crise russa de 2015-2016 e, mesmo com a pandemia, atingiu US\$ 5,6 bilhões em 2020, com superávit russo de US\$ 2,7 bilhões. Em 2022, o comércio bilateral atingiu US\$ 9,33 bilhões, com exportações russas de US\$ 6,23 bilhões, com destaque para bens industriais (US\$ 2,44 bilhões), alimentos, bebidas e tabaco (US\$ 908 milhões) e exportações uzbeques de US\$ 3,1 bilhões, com destaque para bens industriais (US\$ 1,01 bilhão), alimentos, bebidas e tabaco (US\$ 547,9 milhões), bens finais (US\$ 514,9 milhões) e serviços (US\$ 506,5 milhões).

Essa cifra posiciona Moscou entre os principais sócios comerciais de Tashkent, ao lado de Pequim. Há cerca de mil firmas com participação russa instaladas no Uzbequistão, com estoque de investimentos superior a US\$ 8,5 bilhões.

A comunidade uzbeque na Rússia, estimada em 2 milhões de pessoas, remete aproximadamente US\$ 4 bilhões anuais para sua terra de origem, o que corresponde a quase 10% do PIB do Uzbequistão. Para apoiar essa diáspora, o governo Mirziyoyev inaugurou novos consulados-gerais em cinco cidades russas (São Petersburgo, Rostov-sobre-o-Don, Ecaterinburgo, Kazan e Vladivostok), somando-se às duas representações previamente existentes (embaixada em Moscou e consulado-geral em Novosibirsk).

Entre 26 e 27 de maio de 2024, o presidente russo Vladimir Putin realizou visita oficial a Tashkent, ocasião na qual se encontrou com o presidente Mirziyoyev e assinou extenso pacote de acordos, estimado em USD 5 bilhões, incluindo substantiva Declaração Conjunta, além de copresidir a primeira reunião do Conselho de Regiões da Rússia e Uzbequistão, na qual participaram 22 governadores russos. Em 9 de setembro último, foi realizado, em Tashkent, o 5º Encontro da Comissão Conjunta Rússia-Uzbequistão, em nível de chefes de governo. No encontro, o primeiro-ministro russo, Mikhail Mishustin, expressou desejo de que as relações intrarregionais continuem se aprofundando, sugerindo enfoque no desenvolvimento conjunto de corredores logísticos e de transporte. Destacou o progresso da parceria em matéria energética, em especial à

venda de gás e petróleo russos ao Uzbequistão. O PM uzbeque, por sua vez, ressaltou que as relações entre Rússia e Uzbequistão teriam atingido um nível inédito em termos de parceria estratégica. Destacou ser a Rússia parceiro-chave do país e um dos principais investidores, com portfólio de projetos de cerca de 60 bilhões, e reforçou a necessidade de implementar os acordos firmados pelos presidentes em maio, bem como o objetivo de atingir fluxo de comércio de USD 30 bilhões até 2030.

Relações com vizinhos da Ásia Central

O relacionamento entre o Uzbequistão e as demais repúblicas pós-soviéticas da Ásia Central é tradicionalmente difícil e permeado de rivalidades políticas. Os fluxos comerciais estão abaixo do potencial, e a conectividade física e logística é ainda deficiente.

Os laços entre Tashkent e Nur-Sultan melhoraram substancialmente sob Mirziyoyev, que fez sete visitas ao Cazaquistão em seus dois primeiros anos de mandato. Foram assinados atos de cooperação econômica, alfandegária e empresarial, o que suscitou forte alta do comércio bilateral, com o Cazaquistão ocupando hoje a terceira posição entre os principais parceiros comerciais uzbeques (volume de trocas de US\$ 3 bilhões em 2020).

Em larga medida graças ao degelo nas relações entre o Uzbequistão e seus vizinhos, em 2018 voltou a realizar-se, em Astana, após quase uma década de hiato, reunião de cúpula entre os cinco países da Ásia Central pós-soviética. O evento repetiu-se em março de 2019, em Tashkent. Atualmente o modelo de reunião no formato C5+1, que reúne os cinco países da Ásia Central (Cazaquistão, República Quirguiz, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), mais um país de fora da região, vêm se expandindo, com, por exemplo, reuniões: C5+EUA, C5+China, C5+Índia, C5+EU.

ECONOMIA

Nos últimos anos, o país vem se consolidando como ator importante da Ásia Central, com inegável busca de maior protagonismo na cena internacional. Estabilidade política interna, amparada por recente reforma constitucional modernizadora de suas instituições, e crescimento econômico robusto são alguns dos elementos que fazem com que a presença de atores relevantes cresça naquele país e abra múltiplas oportunidades para aprofundamento da cooperação com o Brasil.

O Uzbequistão adotou, em 2023, Estratégia Nacional para o Desenvolvimento para 2030, documento que mapeia os principais objetivos e as reformas a serem implementadas em diversos setores. O texto compila 100 ações prioritárias para o governo em cinco áreas: i) promover condições para o desenvolvimento do indivíduo; ii) assegurar o bem-estar social através do desenvolvimento sustentável; iii) conservar recursos hídricos; iv) proteger o meio ambiente; e v) criar sistema de administração pública focado nas necessidades dos cidadãos.

O reformismo, que assentou as bases para a abertura e o bom desempenho econômico recente do Uzbequistão, veio com a chegada ao poder do atual presidente, Shavkat Mirziyoyev. A política econômica anterior, conduzida pelo presidente Islam Karimov - que governou o país da independência até sua morte, em 2016 – era amplamente protecionista, com o Estado exercendo papel central no desenvolvimento. Empresas privadas eram permitidas em apenas uma gama limitada de áreas de atuação e havia estrito controle cambial e de importações. Até o início das reformas liberalizantes, em 2017, a informalidade respondia por aproximadamente metade do mercado de câmbio do país.

Em 2017, Mirziyoyev iniciou processo de implementação de novo paradigma econômico, pautado pela liberalização e pela criação de ambiente propício para negócios e investimentos. O PIB atual do país é de cerca de US\$ 112 bilhões, segundo dados do Banco Mundial, e o presidente estabeleceu como meta dobrá-lo até 2030, em relação ao valor de 2023. Paralelamente, têm-se observado medidas no sentido de assegurar bem-estar social, conforme os objetivos da estratégia nacional e as recentes alterações constitucionais.

A economia uzbeque cresceu 5,9% em 2023 e o crescimento estimado para 2024 foi de 5,2%, taxa que deve se manter nos próximos quatro anos (dados do FMI). Autoridades uzbeques enfatizam o potencial de produção agrícola do país, bem como o interesse na atração de investimentos externos, projetos de cooperação técnica e "joint ventures". Diplomatas uzbeques lotados em Moscou, em contato com a Embaixada do Brasil, definiram a diplomacia econômica como o principal foco da política externa e grande paradigma para a inserção internacional do país. Importantes empresas brasileiras passaram a identificar o Uzbequistão como promissora base para atuação na Ásia Central.

Relações comerciais com o Brasil

Segundo estatísticas do MDIC, o fluxo bilateral foi de US\$ 580,3 milhões em 2024, uma redução de -9% em relação ao recorde histórico de US\$ 638 milhões em 2023. Naquele ano, o fluxo apresentou crescimento de 435,9% em relação a 2022, resultado de um aumento de 126,3% das exportações brasileiras, para US\$ 268,4 milhões, e de um aumento de 92.225% nas importações, para US\$ 369,3 milhões. Tal aumento resultou da busca por fornecedores alternativos de fertilizantes, diante das crescentes sanções à Rússia. Com efeito, o grupo adubo e fertilizantes químicos não consta das importações brasileiras de produtos uzbeques até 2022, passando a representar 99,1% do total importado, ou US\$ 366 milhões, em 2023, e 98%, ou US\$ 393 milhões em 2024. Com isso o saldo do comércio bilateral, que, tradicionalmente, apresentava ligeiro superávit para o Brasil, passou a registrar déficits crescentes, sendo de US\$ 101 milhões em 2023 e de US\$ 226 milhões em 2024. As negociações em curso para a aquisição de aeronaves da Embraer pelo governo uzbeque podem, contudo, impactar significativamente a balança comercial, caso concretizadas.

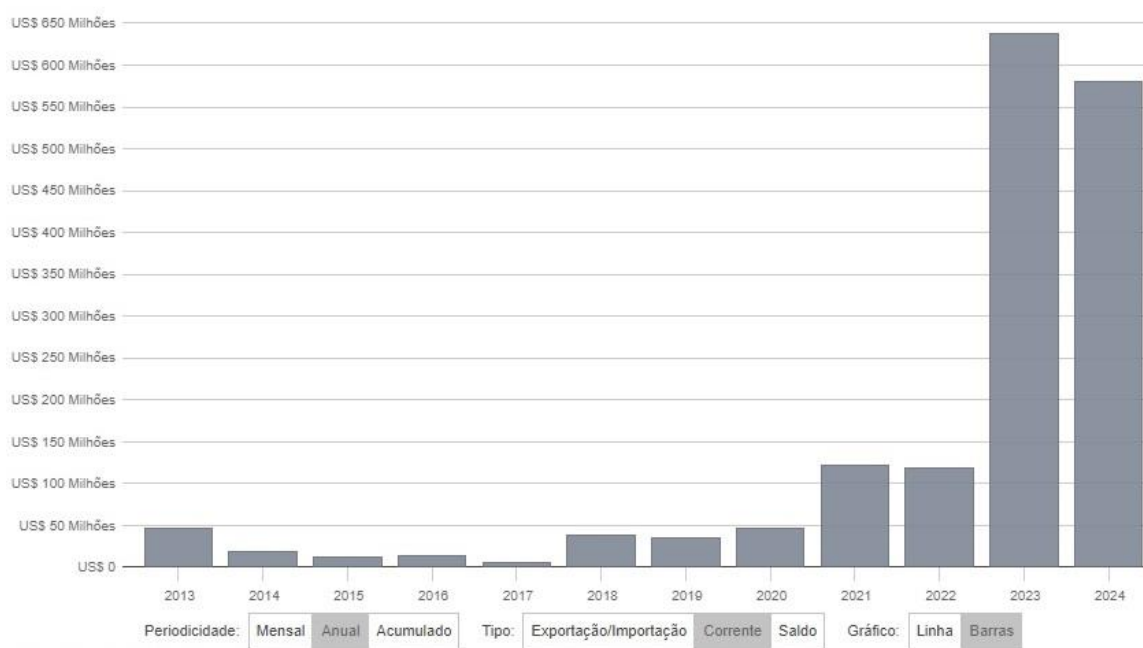
Historicamente, os principais produtos exportados para o Uzbequistão são açúcares (54% em 2024) e peças automotivas (26% em 2024). Além de adubos e fertilizantes químicos, o Brasil importa, em pequenas quantidades, frutas e nozes não oleaginosas.

Em 2024, o Uzbequistão foi o 94º destino das exportações brasileiras, com participação de 0,08%, e o 63º país de origem das importações brasileiras, com 0,2% de participação.

Já existe uma moldura de acordos em vigor que permite a ampliação do intercâmbio, com destaque para os seguintes, assinados em 2009, durante visita do presidente Karimov ao Brasil: Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial; Acordo de Cooperação Técnica; e Acordo de Cooperação em Agricultura.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

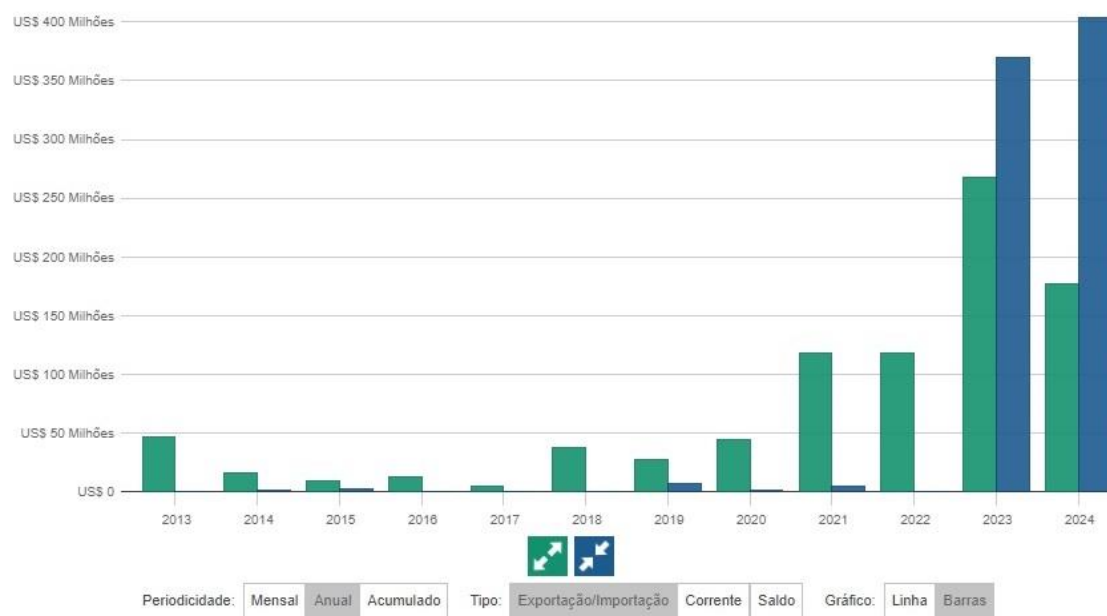
Brasil-Uzbequistão: Corrente de comércio



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Comex-vis

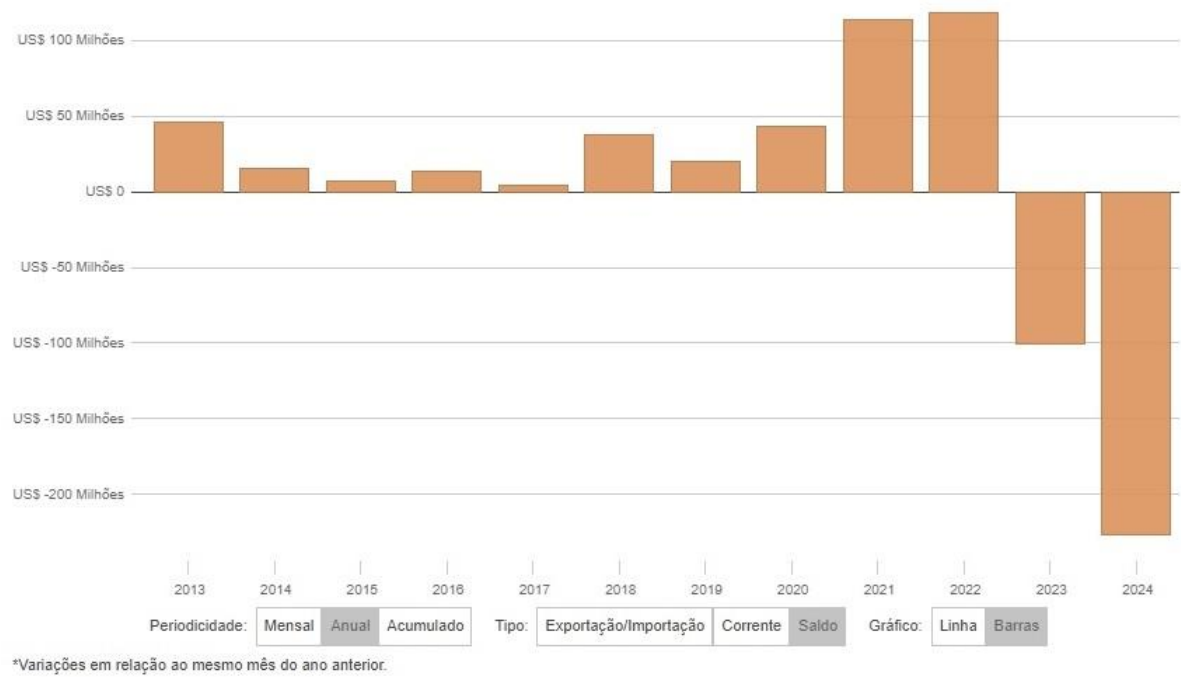
Brasil-Uzbequistão: Exportações e importações



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Saldo comercial



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta exportadora (2024)

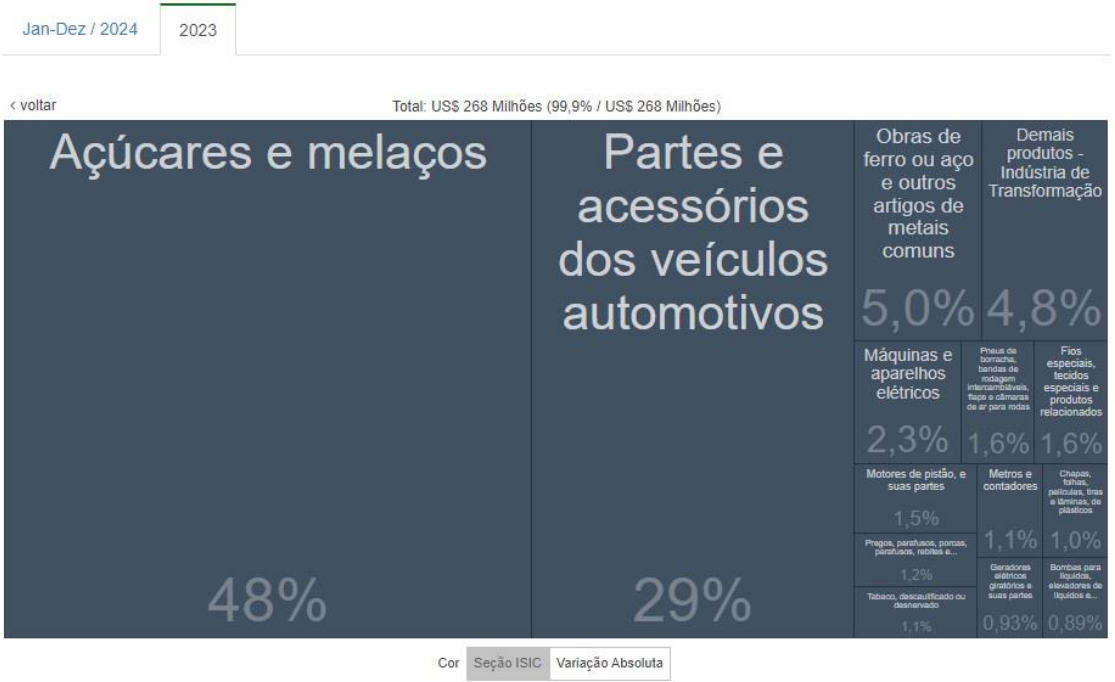
Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Uzbequistão



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta exportadora (2023)

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Uzbequistão



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta de importações (2024)

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Uzbequistão



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta de importações (2023)

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Uzbequistão



Fonte: Comex-Vis

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
500 a.C.	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
600 a.C.	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
328 a.C.	Alexandre, o Grande, assume o controle de Samarcanda.
Séc. VII	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
Séc. IX	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
1258	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
Séc. XIV	Tamerlão, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
Séc. XIX	Os russos incorporam a área do atual Uzbequistão.
1922	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
1950	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
1990	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
1994	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
1994	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
1995	O Partido Popular Democrático vence as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandato estendido por mais 5 anos.
2000	Islam Karimov é reeleito para outro mandato de 5 anos.
2001	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão formam a Organização para Cooperação de Xangai (OSC).
2001	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos

	para operações no Afeganistão.
2001	O presidente Karimov vence referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
2002	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
2004	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para divisão de recursos hídricos.
2005	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
2007	Islam Karimov é reeleito presidente.
2008	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de operações no Afeganistão.
2015	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
2016	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
2016	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.
2021	Shavkat Mirziyoyev é reeleito presidente do Uzbequistão.
2022	Uzbequistão e Cazaquistão finalizam acordo de demarcação de fronteiras.
2023	Reforma constitucional é aprovada em referendo, em abril.
2023	Com a extensão do mandato presidencial para 7 anos, aprovada na reforma constitucional, Shavkat Mirziyoyev é eleito presidente do Uzbequistão, em julho, com mandato até 2030.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
2008	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
2008	Realização, em Tashkent, da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em nível de vice-ministro. Uzbequistão anuncia apoio ao Brasil no CSNU.
2009	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.
2016	Vice-primeiro-ministro uzbeque, Adham Ikramov, chefiou delegação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2023	Embaixador uzbeque em Washington, Furkat Sidikov, entregou cópia figurada em outubro de 2023 e aguarda previsão de data para cerimônia de entrega de credenciais.
2023	Encontro bilateral de chanceleres às margens da AGNU.

2024	II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, por videoconferência, em nível de diretores de Departamento (DRC), em abril.
2024	Novo encontro entre o chanceler Mauro Viera e sua contraparte uzbeque, às margens da AGNU.
2024	Assinatura do protocolo bilateral de acesso a mercado, no contexto do processo de acesso do Uzbequistão à Organização Mundial do Comércio

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU

Candidato: SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS

Março de 2025

PERFIL DO CANDIDATO**Sérgio Rodrigues dos Santos**

Nascido em Londrina, Paraná, em 11 de maio de 1968, Sérgio Rodrigues dos Santos graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Paraná em 1992 e cursou o Instituto Rio Branco na turma 1994-1995.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro Secretário na Divisão de Operações de Promoção Comercial (1995 a 1997) e na Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos, Financeiros e de Integração (1997 a 1999). De 1999 a 2003, trabalhou na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, onde se ocupou de negociações sobre medidas ligadas a investimentos, comércio internacional de serviços e comércio eletrônico.

Foi promovido a Segundo Secretário em 2000. De 2003 a 2006, exerceu funções na Embaixada em Tóquio como responsável pelos temas econômicos e de comércio agrícola. Ascendeu a Primeiro Secretário em 2005. Em 2006, passou a servir na Embaixada em São José, na Costa Rica, onde chefiou os setores político e econômico.

Retornou a Brasília em 2007 para trabalhar como assessor para assuntos econômicos no Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi promovido a Conselheiro em dezembro de 2007. Após ser aprovado no Curso de Altos Estudos com a tese "Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico: Implicações para a política comercial brasileira", foi promovido, em dezembro de 2010, a Ministro de Segunda Classe.

Mandado servir na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York entre 2011 e 2016, desempenhou as funções de Ministro-Conselheiro e coordenador da equipe dedicada às negociações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da ONU. Em seguida, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tel Aviv (2016 a 2018) e Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra (2018 a 2021), período no qual coordenou a delegação junto ao Conselho de Direitos Humanos.

Regressou a Brasília em junho de 2021 para chefiar a Assessoria Especial de Planejamento Diplomático, tendo sido promovido a Ministro de Primeira Classe em

junho de 2022. Foi professor no Instituto Rio Branco das disciplinas de Política Internacional (turma 2022-2023) e de Linguagem Diplomática (turma 2024-2025).

É casado com Josiane Dias, com quem tem dois filhos.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**RELAÇÕES BILATERAIS**

- A Federação da Rússia tem sido parceira de grande relevância para o Brasil. Trata-se de país-chave na arquitetura internacional, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), potência nuclear e energética, e sócio no BRICS e no G20. Respalda as credenciais internacionais do Brasil e apoia a candidatura brasileira a membro permanente de um CSNU reformado.
- Os dois países estabeleceram relações em 1828. Em 2002, as relações foram elevadas à categoria de parceria estratégica. Em novembro de 2004, o presidente Putin realizou a primeira visita de chefe de Estado russo ao Brasil, ocasião em que foi estabelecida a meta de USD 10 bilhões de fluxo comercial anual, a qual foi atingida e ultrapassada em 2023 (USD 11,3 bilhões).
- Nas últimas duas décadas, houve progressivo aprofundamento das relações, com trocas de visitas de alto nível de lado a lado: Luiz Inácio Lula da Silva (outubro de 2005, junho de 2009 e maio de 2010); Dmitry Medvedev (novembro de 2008 e abril de 2010, como presidente, e junho de 2012 e fevereiro de 2013, como primeiro-ministro); Dilma Rousseff (dezembro de 2012, setembro de 2013 e julho de 2015); Vladimir Putin (julho de 2014 e novembro de 2019); Michel Temer (junho de 2017); e Jair Bolsonaro (fevereiro de 2022). Está prevista a visita do Presidente Lula a Moscou no dia 9 de maio para participar da cerimônia de celebração do aniversário de 80 anos da vitória na Segunda Guerra Mundial.
- O ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov esteve três vezes no Brasil desde o início do atual governo: em novembro de 2024, por ocasião da Cúpula de Líderes do G20; em fevereiro de 2024, por ocasião da Cúpula Ministerial do G20; e em abril de 2023, quando visitou Brasília no contexto de périplo pela América Latina. O Chanceler Lavrov estará novamente no Brasil em fins de abril, para participar da Reunião de Chanceleres do BRICS (Rio de Janeiro, 28-29/04). O senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, esteve em Kazan em outubro de 2024, para a Cúpula de Líderes do BRICS; e em Nizhny Novgorod, em junho de 2024, para a Reunião de Chanceleres do BRICS. Manteve, ainda, encontros à margem de eventos multilaterais com o chanceler russo, como no caso da Semana de Alto Nível das Nações Unidas, em outubro de 2024, e da Reunião de Chanceleres do G20 em Nova Delhi, em março de 2023. O último encontro dessa natureza se deu à margem da Reunião de Chanceleres do G20, em Joanesburgo, em 21 de fevereiro de 2025.
- O interesse em aprofundar as relações com o Brasil foi recentemente renovado em conversa telefônica mantida entre o presidente Putin e o então presidente eleito Lula em dezembro de 2022, bem como em carta do presidente Putin endereçada ao presidente Lula, entregue pela presidente do Conselho da Federação, senadora Valentina Matvienko, durante a cerimônia da posse presidencial, em janeiro de 2023 – Matvienko chefiou a delegação russa. Houve, ainda, novos contatos telefônicos entre os presidentes em junho e setembro de 2024 e em janeiro de 2025.

- A Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia, copresidida pelo vice-presidente da República brasileiro Geraldo Alckmin e pelo primeiro-ministro russo Mikhail Mishustin. Até o momento, reuniu-se sete vezes, tendo a última sido realizada em setembro de 2015, em Moscou. A próxima reunião da Comissão deverá ser realizada no Brasil, em data a ser definida no segundo semestre deste ano.
- O mecanismo técnico-operacional da CAN é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), presidida, pelo lado brasileiro, pela senhora secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e pelo lado russo, pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico, Vladimir Ilyichev. A CIC já se reuniu doze vezes, tendo a última edição ocorrido em fevereiro de 2024, em Moscou, ocasião na qual se reuniram sete subcomissões temáticas: Cooperação Econômica, Comercial e Industrial; Cooperação na Área de Energia e Energia Nuclear para Fins Pacíficos; Cooperação Científico-Tecnológica e na Área de Educação; Cooperação Alfandegária; Cooperação na Área de Usos Pacíficos do Espaço Exterior; Cooperação na Área de Cultura; e Comitê Agrário.
- O relacionamento bilateral também conta com Mecanismo de Consultas Políticas, respaldado juridicamente pelo Plano de Consultas Políticas para 2022-2025. A última reunião foi realizada em 27 de fevereiro de 2025, em Brasília, copresidida pelo secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Eduardo Paes Saboia, e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Ryabkov.
- Outro mecanismo bilateral de consultas de alto nível é o Diálogo Político-Militar, no formato “2+2”, liderado pelos ministros das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países. A Rússia é o único país, além do Chile, com o qual o Brasil mantém diálogo político-militar no nível de ministros de Estado. A primeira reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Rússia ocorreu em fevereiro de 2022, em Moscou, durante a visita do presidente Bolsonaro à Rússia.
- Com relação ao conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia, o Brasil tem defendido, desde o início das hostilidades, em fevereiro de 2022, uma posição de equilíbrio, calcada na defesa de uma solução negociada que leve em consideração as preocupações legítimas de segurança de ambas as partes e que seja conducente a uma paz sustentável e duradoura.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

- A corrente de comércio Brasil-Rússia alcançou a cifra histórica de US\$ 12,4 bilhões, superando o recorde registrado em 2023, de US\$ 11,3 bilhões. Em 2022, a corrente havia sido de US\$ 9,8 bilhões; e, em 2021, de US\$ 7,3 bilhões. O saldo comercial foi deficitário, em 2024, em US\$ 9,6 bilhões. Em 2023, fora registrado déficit de US\$ 8,7 bilhões; em 2022, de US\$ 5,9 bilhões; e, em 2021, de US\$ 4,1 bilhões.

- Os principais produtos brasileiros exportados para a Rússia no ano passado foram: soja (33% da pauta, com US\$ 485 milhões, -21% em relação a 2023); carnes (28%, com US\$ 404 milhões, +33%), em particular, carne bovina (US\$ 261 milhões), carne de aves (US\$ 98 milhões) e carne suína (US\$ 8 milhões); café (18%, com US\$ 267 milhões, +103%); amendoins (6%, com US\$ 93 milhões, -26%); preparações alimentícias (4%, com US\$ 54 milhões, +301%); e tabaco (2%, com US\$ 34 milhões, +1.911%).
- Os principais produtos russos importados pelo Brasil foram: combustíveis, especialmente diesel (59% da pauta, com US\$ 6,5 bilhões, +14% em relação a 2023); adubos e fertilizantes (34%, com US\$ 3,7 bilhões, +4%); ferro e aço (3%, com US\$ 363 milhões, +102,5%); e cereais (1%, com US\$ 162 milhões, -31%).
- No que concerne a investimentos de empresas brasileiras na Rússia, atualmente, há apenas escritórios de representações de exportadores. As empresas russas com investimento no Brasil são (valores estimados): Eurochem, US\$ 1 bilhão (extração mineral); Uralkali, US\$ 115 milhões (extração mineral); Rosneft Brasil, US\$ 96 milhões (extração de petróleo); Roscosmos, US\$ 2,7 milhões (pesquisa e desenvolvimento científico); Whoosh Group, US\$ 12,7 milhões (transporte urbano); e Blockchain Sports Russia, US\$ 15 milhões (atividades esportivas).
- Também com investimentos no Brasil, mas sem montantes divulgados, há o grupo Sodrugestvo, que atua no setor de agropecuária por meio da "Aliança Agrícola do Cerrado S.A."; a PowerMachines, empresa de produtos industriais acionária de 51% da Fezer Indústria Mecânica; a Gazprom, que mantém escritório no Rio de Janeiro; o Grupo Acron, que atua em extração mineral e mantém empresa de distribuição Acron Brasil Ltda com armazéns em seis portos brasileiros; e a Phosagro, igualmente do setor de extração mineral, mas que também detém investimentos na cadeia logística, em particular no Porto de Antonina.
- O Setor Comercial da Embaixada em Moscou monitora e mantém diálogo ativo com as empresas russas com investimento no Brasil, bem como com as empresas brasileiras exportadoras para o mercado russo. Participa igualmente da promoção de produtos brasileiros, em parceria estreita com o Escritório da Apex-Brasil em Moscou, inclusive em feiras alimentares como a ProdExpo e a World Food, onde o Brasil tem participação tradicional, e a Coffee Tea Cacao e a Dental Expo, além de eventos de promoção de produtos e do Brasil como destino turístico.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- A estratégia nacional russa para a área de ciência, tecnologia e inovação caracteriza-se, em particular desde o início do conflito com a Ucrânia, em fevereiro de 2022, por esforços para alcançar a autossuficiência tecnológica e estabelecer laços com novos parceiros. Essa situação decorre das sanções unilaterais impostas ao país, que resultaram na suspensão da tradicional cooperação com instituições acadêmicas e científicas na Europa, na América do Norte e na Ásia (Japão e Coreia do Sul) e em dificuldades adicionais de acesso a equipamentos e insumos.

- O contexto político atual abre caminho para o fortalecimento da colaboração com outros atores, em especial países do BRICS. Para o Brasil, há oportunidade para firmar-se como um dos parceiros preferenciais da Rússia, com a ampliação da produção conjunta de conhecimento e da transferência de tecnologias. Startups e empresas brasileiras ligadas ao segmento de ciência e tecnologia têm mantido cautela no relacionamento com a Rússia por receio de sofrerem retaliação nas suas interações com parceiros tradicionais dos EUA e da Europa. Já as universidades brasileiras mostram-se mais abertas à cooperação com o lado russo.
- A principal iniciativa recente da Embaixada, nesse sentido, foi projeto de cooperação acadêmica e em CT&I entre Brasil, Rússia e Belarus, a partir de 2023. O projeto incluiu a organização de missão de reitores, professores e pesquisadores brasileiros à Rússia, em outubro de 2024; o estabelecimento de grupos temáticos ("clusters") para cooperação entre pesquisadores; a realização do primeiro fórum de reitores; e a criação de liga de universidades dos três países. A segunda edição do fórum, sob responsabilidade da UFRJ, está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2025, no Rio de Janeiro.

CULTURAL

- O intercâmbio cultural com a Rússia inclui a organização de festival de cinema anual (realizado, em 2024, nas cidades de Moscou, São Petersburgo, Nizhny Novgorod e Kaliningrado), mostras de filmes brasileiros em universidades, exposições de artes visuais (a exemplo de mostra do fotógrafo Ricardo Martins, com imagens da fauna e da flora brasileiras, em instituições diversas do país), espetáculos musicais, a participação em festivais de teatro (entre os quais se destaca o Festival Internacional de Teatro Tchekhov) e a tradução de obras literárias.
- No que concerne à dança, o Brasil é o único país dotado de uma filial da Escola de Ballet do Teatro Bolshoi, em funcionamento desde 2000. Para 2025, em comemoração dos 25 anos da instituição, avalia-se a possibilidade de organizar visita à Rússia de cerca de 30 alunos da Escola. Avaliam-se, também, a reedição do festival de cinema brasileiro, novas mostras fotográficas, e o apoio institucional à participação de artistas brasileiros em eventos locais.
- Em 2024, houve avanço importante relativo ao ensino da variante brasileira da língua portuguesa na Rússia, com o credenciamento de duas universidades como centros aplicadores do exame CELPE-BRAS, o Instituto Estatal de Moscou para Relações Internacionais (MGIMO) e a Universidade Estatal de Linguística de Moscou (MGLU). Realizou-se aplicação do exame em março último. Avalia-se, no momento, a possibilidade de ampliar a rede de postos examinadores com a inclusão de centros em outras cidades russas, especialmente São Petersburgo. Há, ainda, dois leitorados brasileiros no país, em Moscou (MGIMO) e Kazan (UFG - Universidade Federal de Kazan).

CONSULAR

- A comunidade brasileira na Rússia é pequena, cerca de 500 pessoas, excluídos os brasileiros com outras cidadanias. A maioria dos residentes se encontra na Rússia em razão de laços familiares. Nesse sentido, nota-se curva de crescimento na quantidade de russos que têm filhos nascidos em território brasileiro e, consequentemente, detentores da nacionalidade brasileira.
- Há comunidade de estudantes em Kursk, que chegou a ter cerca de 250 brasileiros, porém o número diminuiu drasticamente após o início do conflito militar na Ucrânia e, como não há novas matrículas, tende a se reduzir ainda mais. No momento, calcula-se em 50 o número de estudantes brasileiros naquela localidade.
- O apoio e a assistência à comunidade brasileira dão-se especialmente pela prestação de serviços regulares pelo Setor Consular e em casos de assistência consular individual, como os recentes casos envolvendo brasileiros alistados ou que tentavam se alistar nas Forças Armadas russas.

REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO (CUMULATIVIDADE)

RELAÇÕES BILATERAIS

- As relações entre o Brasil e o Uzbequistão foram estabelecidas em abril de 1993, sendo acompanhadas, de forma cumulativa, pela Embaixada do Brasil em Moscou e pela Embaixada do Uzbequistão em Washington. O relacionamento bilateral foi essencialmente protocolar em seus primeiros anos.
- O primeiro embaixador brasileiro a apresentar credenciais em Tashkent foi Carlos Augusto Santos Neves, em 2006, e, em 2008, Abdulaziz Kamilov tornou-se o primeiro embaixador uzbeque a apresentar credenciais em Brasília. Em 2006, o então assessor especial do Ministério das Relações Exteriores para a Ásia, João Gualberto Marques Porto, visitou Tashkent.
- O momento mais relevante da aproximação bilateral foi a viagem ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) do então presidente do Uzbequistão Islam Karimov, em maio de 2009, a única de um mandatário uzbeque à América do Sul. Em nível ministerial, o então ministro das Relações Econômicas Exteriores, Elyor Ganiev, visitou o Brasil em 2008. Do lado brasileiro, nunca houve viagem bilateral em nível presidencial ou ministerial ao Uzbequistão. O ministro do Turismo, Celso Sabino, chefiou a delegação brasileira na XXV Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), que se realizou em Samarcanda, em outubro de 2023. Em setembro de 2023, à margem da semana de alto nível da 78ª AGNU, o ministro Mauro Vieira manteve reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros Bakhtyor Saidov.
- Os dois países contam com protocolo de consultas políticas, firmado em 2007. A primeira edição do mecanismo ocorreu em Tashkent, em 2008, contexto no qual o Uzbequistão anunciou apoio à candidatura brasileira a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (mandato 2010-2011). A segunda edição do mecanismo ocorreu por videoconferência, em abril de 2024.

- O atual embaixador do Brasil em Moscou realizou quatro visitas oficiais ao Uzbequistão: em junho de 2022, para apresentação de cartas credenciais ao então ministro dos Negócios Estrangeiros, Vladimir Norov; em setembro de 2022, para participação no XIV Festival de Cinema em Tashkent; em julho de 2023, ocasião em que manteve encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros Bakhtyor Saidov e participou de evento de promoção da aeronave comercial E195-E2, da Embraer, com realização de voo de demonstração de Tashkent a Samarcanda; e em julho de 2024, em Tashkent, ocasião em que se reuniu com os vice-ministros das pastas de Negócios Estrangeiros, Transporte e Finanças e com o vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria.
- A crescente importância geopolítica da Ásia Central, assim como as múltiplas oportunidades de cooperação com o Uzbequistão, país mais populoso da região (36,5 milhões de habitantes) e considerado seu centro cultural, faz com que o acompanhamento da política externa e interna uzbeque seja cada vez mais relevante.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

- A corrente de comércio Brasil-Uzbequistão, em 2024, totalizou US\$ 580,3 milhões, diminuindo 8,9% em relação a 2023, quando somou US\$ 637,7 milhões. Em 2022, a corrente foi de US\$ 119 milhões; e, em 2021, US\$ 122,5 milhões. O saldo comercial foi deficitário em 2024 em US\$ 226,5 milhões; em 2023, em US\$ 99,9 milhões. Em 2022, o saldo foi positivo em US\$ 118,2 milhões; e, em 2021, em US\$ 113,5 milhões.
- Os principais produtos brasileiros exportados, em 2024, para Uzbequistão foram: açúcares de cana (53,8% da pauta ou US\$ 94,9 milhões, -25,9% em relação a 2023); autopeças (25,8% ou US\$ 45,5 milhões, -42%), aparelhos mecânicos (6,4% ou US\$ 11,3 milhões, +1%). Os principais produtos uzbeques importados pelo Brasil foram: fertilizantes, especialmente cloreto de potássio (95,1% da pauta ou US\$ 383,5 milhões, 7%) e nitrogenados (2,4% ou US\$ 9,6 milhões, -44,5%); algodão (1,3% ou US\$ 5,1 milhões, 2450%); frutas (0,8% ou US\$ 3,2 milhões, 28%) e plásticos (0,3% ou US\$ 1,3 milhão, 12900%). Destaca-se o significativo incremento das vendas uzbeques de fertilizantes ao Brasil, insumo estratégico para a agricultura brasileira, nos últimos dois anos.
- O Setor Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil Moscou, cumulativamente, realiza trabalho de inteligência comercial e monitora as oportunidades para produtos brasileiros no mercado uzbeque, além de manter contato com a Câmara de Comércio e Indústria do Uzbequistão. Adicionalmente, atende a consultas e apoia as empresas brasileiras interessadas em exportar para o Uzbequistão, além de buscar identificar provedores de recursos estratégicos para o Brasil.
- Em outubro de 2023, o SECOM Moscou apoiou a visita do Ministro do Turismo, Celso Sabino, a Samarcanda, para chefiar a delegação brasileira na XXV Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), à margem da qual manteve encontro com sua contraparte uzbeque para tratar dos desafios de ampliar o setor de turismo.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Embora a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação seja ainda incipiente, as políticas recentes do governo local abrem espaço para uma colaboração mais estreita. A criação do Ministério de Desenvolvimento Inovador, em 2017, impulsionou a criação de parques tecnológicos em Tashkent, Andijan, Namangan, Nukus e Ferghana. O plano de desenvolvimento 2022-2026 ampliou os investimentos no setor, com ênfase na formação de capital humano e na atração e fixação de startups.
- O mapeamento do ambiente de inovação e a identificação de áreas específicas para cooperação são, atualmente, as prioridades do Posto no Uzbequistão. Contatos preliminares indicam haver interesse do lado uzbeque nas áreas de agricultura e biotecnologia (em 2024, ocorreram duas missões prospectivas ao Brasil por parte de instituições locais), tecnologia da informação, educação tecnológica e energias renováveis.

CULTURAL

- A Embaixada em Moscou tem buscado desenvolver atividades de divulgação da cultura brasileira no Uzbequistão. Em 2022, o Brasil participou do Festival de Cinema Rota da Seda. Além disso, a Embaixada prestou apoio para a abertura de curso de português na Universidade Estatal de Línguas Mundiais, em Tashkent.

CONSULAR

- A Embaixada em Moscou não tem registro de brasileiros residentes no Uzbequistão. O posto tem, no entanto, prestado assistência consular a brasileiros em trânsito pelo país e também recebido e processado demandas de concessão de visto por parte de cidadão uzbeques.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência junto à Federação da Rússia e à República do Uzbequistão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Rússia e Brasil-Uzbequistão, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais dos dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Rússia e no Uzbequistão, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com a Rússia e o Uzbequistão;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de excelência na Rússia e no Brasil;
5. Buscar estabelecer mecanismos para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com o Uzbequistão;
6. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
7. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
8. Promover interesses comerciais e a inserção econômica competitiva do Brasil nos mercados russo e uzbeque, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
10. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos;
11. Buscar o apoio dos dois países a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;

12. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Rússia e no Uzbequistão, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
13. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, consularização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;
14. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil;
15. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE**I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS****i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Incrementar e diversificar o comércio com a Rússia e o Uzbequistão;
2. Estimular a diversificação da pauta exportadora brasileira para a Rússia, sobretudo por meio da promoção de exportações de produtos brasileiros de maior valor agregado;
3. Explorar a possibilidade de uso de moedas locais na liquidação de transações comerciais bilaterais com vistas à expansão das trocas, com ênfase no aumento das exportações brasileiras;
4. Colaborar com a ApexBrasil por meio da Plataforma Brasil Exportação (BRAEXP);
5. Captar investimentos russos nos setores de energia, de infraestrutura e nas cadeias logísticas da soja e de fertilizantes, entre outros;
6. Revitalizar o Conselho Empresarial Brasil-Rússia;
7. Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral, bem como a aproximação entre Mercosul e a União Econômica Euroasiática;
8. Receber demandas de empresas russas e uzbeques sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;
9. Organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto;
10. Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
11. Monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros nos mercados da jurisdição do Posto;
12. Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos na jurisdição do Posto, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, presenciais ou virtuais sobre temas econômico-comerciais entre representantes brasileiros e russos/uzbeques;
2. Número de missões empresariais organizadas ou apoiadas pela Embaixada;
3. Número de participações em feiras, seminários e mostras para promoção de comércio e investimentos;
4. Número de encontros com representantes brasileiros interessados nos mercados russo/uzbeque, assim como com autoridades e empresários russos/uzbeques com interesse no mercado brasileiro;
5. Número de comunicações com eventuais interessados em participar de processos de concessão, leilão e licitação no Brasil;
6. Número de respostas a consultas sobre informação econômica e comercial entre o Brasil e a Rússia e o Uzbequistão;

7. Número de documentos inseridos e de atendimentos a consultas sobre comércio exterior na Plataforma Brasil Exportação (BRAEXP);
8. Número de relatórios produzidos sobre a economia e o comércio exterior da Rússia e do Uzbequistão;
9. Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para a Rússia e Uzbequistão.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da parceria estratégica Brasil-Rússia, por meio do aprofundamento dos principais mecanismos bilaterais de alto nível e da ampliação do número de visitas oficiais de lado a lado;
2. Manter a interlocução política regular entre o governo brasileiro e o governo russo;
3. Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros do Uzbequistão;
4. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa russa e uzbeque;
5. Incrementar o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países;
6. Intensificar a paradiplomacia bilateral e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e russas;
7. Realizar gestões, junto aos governos da Rússia e do Uzbequistão, para retomar a negociação de propostas de acordo não finalizadas;
8. Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras à Rússia e ao Uzbequistão e de autoridades russas e uzbeques ao Brasil;
9. Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio da Rússia e do Uzbequistão a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
10. Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico da Rússia e do Uzbequistão, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
11. Elaborar materiais informativos sobre a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Rússia;
2. Apoio substantivo, organizacional e logístico à realização de reuniões dos principais mecanismos bilaterais de alto nível com a Rússia: Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN); Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação

Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC); e Comissão para Assuntos Políticos (CAP); Diálogo Político-Militar (formato 2+2, MRE e MD).

3. Apoio aos trabalhos preparatórios das subcomissões temáticas da CIC, em conjunto com as áreas correlatas do MRE e dos demais Ministérios envolvidos, de modo a contribuir para que a CIC logre resultados concretos;
4. Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e russos/uzbeques, em formato presencial ou virtual;
5. Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Rússia e ao Uzbequistão e de autoridades russas e uzbeques ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos;
6. Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo russo e uzbeque, por meio dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Rússia e do Uzbequistão;
7. Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Rússia e o Uzbequistão, quando cabível;
8. Participação em reuniões ou eventos relativos ao BRICS, quando cabível;
9. Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa russa e uzbeque, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, desarmamento e não proliferação, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros;
10. Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos;
11. Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada;
12. Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e russos e uzbeques;
13. Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e russos e uzbeques;
14. Apoio à negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e russos e uzbeques;
15. Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e russas e uzbeques.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

1. Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com a Rússia e/ou Uzbequistão entre seus membros;
2. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com a Rússia e/ou Uzbequistão entre seus membros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação da Rússia e do Uzbequistão em dossiês regionais e internacionais;
2. Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Rússia e pelo Uzbequistão em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO, além do G20, BRICS e outros, inclusive que não contam com a participação do Brasil, com a Organização de Cooperação de Xangai;
3. Diálogo com representantes governamentais russos e uzbeques sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;
4. Realização de gestões para buscar o apoio do governo russo e/ou uzbeque a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover o maior conhecimento da cultura brasileira junto às sociedades russa e uzbeque, inclusive nas vertentes de dança, cinema, música e literatura, entre outras;
2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Rússia e no Uzbequistão, inclusive por meio da expansão do programa de leitorado brasileiro na Rússia, atualmente em vigor na Universidade Federal de Kazan e no Instituto de Relações Internacionais de Moscou;
3. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes russos e uzbeques;
4. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público russo e uzbeque;
5. Identificar continuamente os artistas brasileiros na jurisdição do Posto com os quais se possa realizar parcerias;
6. Buscar continuamente estabelecer parceria com empresas privadas russas com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros de maior custo;
7. Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais da Rússia e do Uzbequistão para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Apoio à organização regular do Festival de Cinema Brasileiro na Rússia e à inserção brasileira em outros festivais de cinema, como o Festival Ibero-americano de Cinema, em Moscou;
2. Apoio à negociação de Acordo de Coprodução Audiovisual com a Rússia;

3. Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos ou dançarinos brasileiros na Rússia e no Uzbequistão, a exemplo do Festival de Samba de Moscou;
4. Contatos com os profissionais brasileiros em instituições de dança clássica na Rússia, a exemplo do balé Bolshoi de Moscou;
5. Apoio a eventos de capoeira na Rússia, o segundo país do mundo em que a capoeira mais se difundiu, e no Uzbequistão;
6. Apoio à publicação de edições em russo e uzbeque de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição para várias cidades russas;
7. Apoio ao processo de credenciamento de instituições russas para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Brasil;
8. Apoio a manutenção de leitorado brasileiro na Universidade Estatal Lomonossov de Moscou, como parte do Protocolo de Cooperação entre o MRE e a referida universidade;
9. Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Rússia, como a feira MITT, em cooperação com a EMBRATUR;
10. Organização de seminários e eventos em agências de turismo da Rússia;
11. Realização de eventos de promoção comercial e de promoção da imagem do Brasil, em coordenação com o escritório da Apex Brasil em Moscou, para divulgação de produtos brasileiros na Rússia e no Uzbequistão, especialmente de alto valor agregado, como cafés especiais, vinhos, espumantes, queijos e frutas industrializadas, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.

V - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação na área espacial e na área de energia nuclear com a Rússia;
2. Expandir a cooperação científico-tecnológica em áreas de interesse mútuo;
3. Promover a operação de “fintechs” brasileiras no mercado russo;
4. Identificar e desenvolver oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Rússia e o Uzbequistão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e missões;
2. Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;
3. Número de informes produzidos sobre cooperação em ciência, tecnologia e inovação;
4. Apoio ao diálogo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Roscosmos (Agência Espacial Federal Russa) e aos contatos entre representantes da academia, do setor de negócios e do segmento de *spacetechs* que indiquem interesse na busca de parcerias e oportunidades comerciais nos dois países;

5. Diálogo com representantes da indústria nuclear civil russa, com vistas a incrementar a cooperação em tecnologias de radiação, ciclo do combustível nuclear, medicina nuclear, capacitação de especialistas, entre outros;
6. Apoio às negociações sobre o tema no âmbito da CIC Brasil-Rússia;
7. Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes, de Brasil e Rússia, sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet das coisas, inteligência artificial, nanotecnologia e biotecnologia, entre outras;
8. Participação de startups brasileiras em programas de “softlanding” (em formato online ou presencial, a depender das circunstâncias, disponibilidade financeira e fluxo internacional de indivíduos) oferecidos por parques tecnológicos russos;
9. Realização de programa de incubação cruzada, em que startups dos dois países participam de processo de imersão na realidade, ecossistema e condições de negócios do país parceiro;
10. Apoio à internacionalização de fintechs por meio de ferramentas da diplomacia da inovação, como estudo de mercado do setor de fintechs, missão de incubação de fintechs a parque tecnológico na Rússia, organização de roadshow de soluções tecnológicas brasileiras na área de fintechs no “Startup Village” maior evento de startups da Rússia, aproximação da ABFintechs (associação brasileira de fintechs) com suas congêneres russas: associação Fintech e a Fintech Star, além de órgãos regulatórios (Banco da Rússia).

VI - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e a apoiar a internacionalização de universidades brasileiras;
2. Ampliar o diálogo com a Rússia para a produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos;
3. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa do Brasil e da Rússia/Uzbequistão;
4. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação com a Rússia em defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas russas;
2. Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Rússia e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio;
3. Intensificação da cooperação educacional, por meio da interlocução continuada com instituições de ensino superior russas para facilitação de programas de intercâmbio acadêmico de pesquisadores, docentes e alunos de lado a lado, além da divulgação de instituições de ensino superior brasileiras na Rússia;
4. Monitoramento dos avanços realizados pela Rússia em matéria de desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral;

5. Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros russos para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar;
6. Divulgação, junto aos setores interessados do governo russo e uzbeque, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil, bem como sobre os parâmetros e normas de funcionamento do sistema brasileiro de compras de produtos de defesa e oportunidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos;
7. Elaboração sistemática, para o governo brasileiro, de materiais de registro e análise sobre os produtos de defesa produzidos pela Rússia, bem como a atuação e o funcionamento do complexo militar-industrial da Rússia;
8. Apoio às reuniões bianuais dos Estados-Maiores de Defesa Brasil-Rússia, em coordenação com a Adidância de Defesa do Brasil em Moscou;
9. Apoio à participação governamental e empresarial brasileira em feiras militares russas, como o Fórum Armiya, uma das maiores feiras da indústria de produtos de defesa do mundo, em coordenação com a Adidância de Defesa do Brasil em Moscou;
10. Prestação de apoio à participação brasileira em eventos russos na área de segurança e defesa, como a Conferência sobre Segurança Internacional de Moscou;
11. Apoiar a identificação de possibilidades de participação conjunta em exercícios militares;
12. Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Rússia, quando cabível;
13. Número de visitas e missões recíprocas relacionadas à área de defesa, reuniões de especialistas e interesse demonstrado por produtos brasileiros de defesa;
14. Número de jovens diplomatas e palestrantes participantes de intercâmbio entre as academias diplomáticas do Brasil e da Rússia.

VII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira na Rússia e no Uzbequistão, composta em sua maior parte, por estudantes, esportistas e empresários, mediante implantação de ferramenta especializada;
2. Ampliar a rede de consulados honorários na Rússia e no Uzbequistão, de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território de grande extensão;
3. Realizar missões consulares itinerantes para cidades de grande concentração de brasileiros, com prestação de serviços notariais e de esclarecimento de dúvidas, por exemplo;
4. Retomar o mecanismo de diálogo consular entre o MRE e o MID russo, com vistas a ampliar as discussões a respeito de problemas migratórios recorrentes e assuntos relativos às realidades brasileira e russa para residentes estrangeiros temporários e permanentes;
5. Promover a conscientização e o enfrentamento à violência de gênero e violência doméstica entre a comunidade brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de missões consulares itinerantes realizadas, quando julgadas apropriadas;
2. Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira;
3. Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras;
4. Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;
5. Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados;
6. Índice de reclamações de consulentes;
7. Criação de consulados honorários em cidades russas com grande concentração de brasileiros, bem como na capital uzbeque, além de manutenção de contato com canais de apoio, como igrejas, universidades, academias e câmaras empresariais;
8. Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, como medicamentos proibidos na Rússia, seja por meio do portal consular do Itamaraty, seja no quadro de campanhas de promoção ao turismo.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 2, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1968, o diplomata indicado possui formação em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1992). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2004) e o Curso de Altos Estudos (2010), tendo defendido tese intitulada “Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP): Implicações para a política comercial brasileira”.

É também autor de publicações sobre desigualdades regionais e política agrícola no Japão e sobre estratégias do Brasil num cenário mundial de crises.

Sobre sua trajetória no MRE, desde 1995, ocupou progressivamente os cargos de Terceiro-Secretário até atingir, por merecimento, o posto de Ministro de Primeira Classe em 2022.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 2003 a 2006; Primeiro-Secretário comissionado, Conselheiro e Encarregado de Negócios interino na Embaixada em São José, de 2006 a 2007; Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, de 2011 a 2016; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tel Aviv, de 2016 a 2018; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente do Brasil em Genebra, de 2018 a 2021; Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, de 2021 a 2022; e Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Diplomático desde 2022.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

O diplomata foi agraciado com diversas condecorações nacionais.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão.

A Rússia é o maior país do mundo em extensão territorial, superior a 17 milhões de km², marcada por relevo diverso, vastos rios como o Volga e o Don, e grande cobertura de taiga. Rica em recursos naturais como petróleo, gás, carvão, bauxita e madeira, tem população de cerca de 145 milhões, composta por aproximadamente 200 etnias. Os russos étnicos são maioria.

O país faz fronteira terrestre com catorze países e marítimas com Japão e Estados Unidos da América (EUA). Reconhecida como sucessora da União Soviética, a Rússia é potência nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A relação Brasil-Rússia é centrada no eixo político, tendo em vista, sobretudo, a importância geoestratégica da Rússia, detentora de maior arsenal nuclear e da condição de maior exportadora de energia do mundo. Ademais, ambos os países valorizam a parceria estratégica, especialmente no âmbito do BRICS e do G20.

Com relações diplomáticas estabelecidas em 1928, interrompida em duas ocasiões (entre 1918-1945 e entre 1947-1961), Brasil e Rússia firmaram parceria estratégica no ano de 2002. Vale destacar que o Brasil, apesar de defender uma solução negociada com vistas a uma paz duradoura para o conflito com a Ucrânia, tem também se posicionado contrariamente à aplicação de sanções unilaterais, por não possuírem o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Sobre os mecanismos bilaterais de alto nível, a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia. Seu braço operacional é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC). O braço político da CAN, por sua vez, é a Comissão para Assuntos Políticos (CAP), criada em 1995.

No campo comercial, os três principais itens da pauta de exportação do Brasil no ano passado foram soja, café não torrado e carne bovina. Já o Brasil, em 2024, importou óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e adubos e fertilizantes (exceto fertilizantes brutos).

No tocante ao Uzbequistão, o país é o núcleo histórico, geográfico e demográfico da Ásia Central. Ele faz fronteira com todas as demais repúblicas pós-soviéticas da região e com o Afeganistão. É um dos dois únicos países duplamente mediterrâneos do mundo, isto é, sem acesso ao mar e cercado por países também sem litoral.

Com 447.400 km² e clima de verões longos e quentes, o país costuma enfrentar escassez de água. Tem a maior população da Ásia Central, com 36 milhões de habitantes, concentrados principalmente no fértil vale do Fergana, e apresenta alto crescimento populacional.

A maioria da população é muçulmana sunita (88%), numa vertente dita “russificada”. O Estado é laico. Os uzbeques representam 83% da população, com minorias russas. Há cerca de 2 milhões de uzbeques vivendo na Rússia.

O Uzbequistão é rico em recursos naturais, como gás, petróleo e ouro, e conta com forte tradição agrícola, especialmente no cultivo de algodão.

O fluxo bilateral de comércio foi de US\$ 580,3 milhões em 2024. Historicamente, o Uzbequistão importa do Brasil sobretudo açúcares



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

(54% em 2024) e peças automotivas (26% em 2024). Além de adubos e fertilizantes químicos, o Brasil importa, em pequenas quantidades, frutas e nozes não oleaginosas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO PAES SABOIA*

CPF: [REDACTED]

1967 Filho de [REDACTED], nasce no [REDACTED]
[REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1989 Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1989)
1989 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (Instituto Rio Branco)
1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco)
2009 LIV Curso de Altos Estudos - Tese: "O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros"

Cargos:

1990 Terceiro-secretário
1995 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991 Divisão Econômica da América Latina, assistente
1991-94 Divisão do Mercado Comum do Sul, assessor
1994 Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor
1994-97 Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário
1997-2001 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, segundo-secretário
2001-03 Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe
2003-07 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2007-08 Banco Mundial, Assessor Senior do Diretor Executivo do Brasil
2008-10 Embaixada em Washington, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-11 FMI, Assessor do Diretor Executivo do Brasil
2011-13 Embaixada em La Paz, ministro-conselheiro
2013-15 Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços

2015-17	Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal
2017	Assessor Parlamentar Sênior, Gabinete da Liderança do Governo do Senado Federal
2017	Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores
2018-22	Embaixada em Tóquio, Embaixador
2022	Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia, Secretário

Condecorações:

1990	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de ouro (Concurso de Admissão ao Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
1990	Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata (Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Rio Branco, Grande oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2013	Medalha de Mérito Pedro Ernesto
2017	Medalha Mérito Tamandaré
2022	Ordem do Sol Nascente, Grande Cordão



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2025

(n° 121/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 121

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EDUARDO PAES SABOIA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EDUARDO PAES SABOIA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

EM nº 00002/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO PAES SABOIA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Áustria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, foi removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EDUARDO PAES SABOIA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 143/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402389** e o código CRC **37F5BDCF** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000359/2025-33

SEI nº 6402389

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 4/2025 [4 de 24]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Europa Central e Oriental

ÁUSTRIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Áustria
GENTÍLICO	Austriaco
CAPITAL	Viena
ÁREA	83.879 km ²
POPULAÇÃO (2023)	9,1 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2021)	Catolicismo (55,2%), Protestantismo (3,8%), Ortodoxos (4,9%), Islamismo (8,3%), Nenhuma (22,4%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Nationalrat</i>) e pelo Conselho Federal (<i>Bundesrat</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Alexander Van der Bellen (desde 26 de janeiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Karl Nehammer (desde dezembro de 2021)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Alexander Schallenberg (desde dezembro de 2021)
PIB NOMINAL (est. 2024)	US\$ 535,8 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (est. 2024)	US\$ 58.668
VARIAÇÃO DO PIB	-0,6% (est. 2024), -0,7% (2023), 4,8% (2022), 4,6% (2021); -6,5% (2020); 1,4% (2019); 2,6% (2018)
IDH (2022)	0.926 (22ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022)	Mulheres: 83,7 anos / Homens: 79 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM VIENA	Nelson Antônio Tabajara de Oliveira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Stefan Scholz
COMUNIDADE BRASILEIRA	Registram-se 10 mil brasileiros residentes na Áustria.

Brasil →Áustria (Em US\$ milhões)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1.040	1.139	1.050	1.312	1.112	966	1.041	1.489	1.403,9	1.479,5
Exportações	139	89	137	212	149	114	98	110	96,3	80,3
Importações	901	1.050	913	1.100	963	852	953	1.379	1.307,6	1.399,2
Saldo	-762	-961	-776	-888	-814	-738	-855	-1.269	-1.211,3	-1.318,9

APRESENTAÇÃO

A Áustria está localizada na região central da Europa, não possuindo litoral. Faz fronteira, ao norte, com a República Tcheca; a leste, com a Eslováquia e a Hungria; ao sul, com a Eslovênia; a sudoeste, com a Itália; a oeste, com a Suíça e Liechtenstein; e, a noroeste, com a Alemanha. A capital e cidade mais populosa é Viena, com mais de 2 milhões de habitantes.

A Primeira República Austríaca foi estabelecida em 1919, após a dissolução do Império Austro-Húngaro. Em 1938, o território do país foi anexado à Alemanha pelo regime nazista, no chamado “Anschluss”. Esta união durou até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando a Áustria passou a ser ocupada pelos Aliados da Segunda Guerra Mundial. Em 1955, o “Tratado de Independência da Áustria” restabeleceu a sua soberania e o parlamento emitiu a “Declaração de Neutralidade”, a qual determinou que o país se tornaria politicamente neutro.

Atualmente, a Áustria detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento e de renda per capita do mundo. O país destaca-se no âmbito da União Europeia por sua economia estável, com base industrial sólida sustentada por setores tecnológicos de ponta, como o de máquinas e equipamentos, farmacêutico e químico.

PERFIS BIOGRÁFICOS



PRESIDENTE ALEXANDER VAN DER BELLEN

Nasceu em Viena, em 1944. Formou-se em economia na Universidade de Innsbruck. Foi professor de economia na Universidade de Viena antes de ingressar na carreira política. Ex-membro do Partido Social-Democrata (SPÖ), integrou o Conselho Nacional austríaco pelo Partido “Verdes” de 1994 a 2012 e foi líder do partido entre 1997 e 2008. Em 2012, deixou o Parlamento e tornou-se membro do Conselho Municipal de Viena (legislativo municipal). É presidente federal da Áustria desde 2017, tendo sido reeleito para novo mandato em 2022.



CHANCELER KARL NEHAMMER

Nasceu em Viena, em 1972. Formou-se em Comunicação Política na Universidade de Krems. Após breve passagem pelo Exército, trabalhou na organização do Partido Popular (ÖVP). Em outubro de 2015, foi nomeado vice-secretário-geral e presidente da organização federal do Sindicato dos Trabalhadores Austríacos (ÖAAB), a associação sindical do ÖVP. Nas eleições federais de 2017, foi eleito para o Conselho Federal. Durante o segundo governo do ex-chanceler Sebastian Kurz (2020-2021), foi indicado para conduzir o Ministério do Interior. Desde 2021, é o chanceler

federal da Áustria.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Áustria mantêm relações historicamente fluidas e cordiais, além de compartilharem valores e objetivos similares em política externa, dentre os quais a defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos humanos; o fortalecimento do

multilateralismo; o desarmamento nuclear; e a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. São frequentes os apoios recíprocos a candidaturas e a cooperação em foros multilaterais.

As boas relações bilaterais ancoram-se em laços históricos e culturais, existentes desde o Império, sobretudo pelo casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com D. Pedro I. A iniciativa do Brasil, na 7ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca (que ocorreu em 1955) também é fator que uniu a Áustria contemporânea ao Brasil.

A última visita presidencial a Viena foi realizada em 2006, à margem da cúpula CELAC-União Europeia, em reciprocidade à visita ao Brasil do ex-presidente federal Heinz Fischer, em 2005. O ex-chanceler federal Alfred Gusenbauer visitou o Brasil em 2008. Em 2013, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido

encontros bilaterais com seu homólogo, Michael Spindelegger, que havia visitado o Brasil em 2010.

Em 18/7/2023, o presidente Lula encontrou-se com o chanceler federal Karl Nehammer à margem da Cúpula CELAC-UE. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de criação de um grupo para apoiar as negociações de paz na guerra da Ucrânia. Em 19/9/2023, o presidente Lula encontrou-se com o presidente austríaco Alexander van der Bellen, ocasião em que foram tratados temas ambientais. Os presidentes concordaram que a crise climática somente poderá ser superada por meio da cooperação entre todos os países. O presidente brasileiro convidou seu homólogo a visitar o Brasil.

No dia 1/5/2024, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Alexander Schallenberg, nas dependências do Autódromo Dino e Enzo Ferrari, em Ímola, Itália, à margem da solenidade alusiva ao trigésimo aniversário do falecimento dos pilotos Ayrton Senna e Roland Ratzenberg, vitimados no GP de San Marino de Fórmula 1 de 1994. Foram discutidos o conflito no Oriente Médio, reforma da governança global e outros temas multilaterais.

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizados oito encontros até o presente. A VIII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria foi realizada em Viena, em 17/10/2023, com a presença da Secretária de Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Luisa Escorel.

A relação completa dos acordos assinados entre Brasil e Áustria é a seguinte:

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo de Pagamentos Brasil - Áustria	20/10/1952	19/11/1952	Dado inexistente
Ajuste de Pagamentos e Comércio, por troca de notas, Modificando as Disposições do "Acordo Regulando o Comércio e o Regime de Pagamentos, de 1956" entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	27/02/1958	27/02/1958	10/03/1958
Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo dos	07/12/1959	01/01/1960	Dado inexistente

Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria			
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	21/12/1965	21/12/1965	Dado inexistente
Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	22/08/1967	21/10/1967	05/09/1967
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria	24/05/1975	01/07/1976	11/11/1975
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Áustria.	29/05/1980	29/05/1980	Dado inexistente
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria.	03/05/1985	01/10/1986	14/08/1985
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal Austríaco	29/06/1988	28/07/1988	04/08/1988
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria Referente ao Reconhecimento dos Certificados de Origem e de Bens de Produção Artesanal	15/03/1993	26/04/1993	17/07/1993
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria	16/07/1993	01/09/1995	11/10/1993
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação	19/09/2005	19/11/2005	26/11/2005

Técnica			
Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria	11/03/2013	01/08/2017	08/06/2017
Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria	03/09/2014	O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 30/03/2023 (Decreto Legislativo 12/2023). Aguarda-se promulgação e publicação.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica	19/06/2019	24/08/2023	25/08/2023
Arranjo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	31/10/2019	31/10/2019	15/01/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria	15/05/2022	Em tramitação no Congresso Nacional	

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

O Brasil é o principal parceiro comercial da Áustria na América do Sul, mas o intercâmbio ainda é relativamente baixo, com saldo historicamente deficitário para o Brasil.

Em 2023, o comércio bilateral somou USD 1,4 bilhão, com USD 96,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,3 bilhão de importações, resultando em significativo déficit de USD 1,2 bilhão. Em 2024, o intercâmbio totalizou USD 1,4 bilhão, com USD 80,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,1 bilhão de importações, resultando em déficit de USD 1,3 bilhão.

Destacaram-se, na pauta exportadora brasileira de 2024, celulose (20%), geradores elétricos giratórios e suas partes (8,7%), veios de transmissão e manivelas, engrenagens, rodas de fricção, volantes, polias, embreagens, elos articulados e suas partes (6,4%), barras de ferro e aço, barras cantoneiras e perfis, incluindo estacas-prancha (5,6%) e papel e cartão (5,3%). Entre as importações, sobressaíram-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (20%), outros medicamentos, incluindo veterinários (8,9%) bebidas não alcoólicas (8,7%) e máquinas e equipamentos para determinadas indústrias e suas partes (4,8%).

Os investimentos diretos da Áustria no Brasil somaram 2,1 bilhões de euros em 2023. Segundo a Câmara de Comércio da Áustria, cerca de 50 empresas austríacas têm representação no Brasil e empregariam mais de 10 mil pessoas.

Os investimentos diretos do Brasil na Áustria alcançaram 3,8 bilhões de euros em 2023. Entre as empresas brasileiras com presença na Áustria, destacam-se a WEG, que em 2011 adquiriu a austríaca Watt Drive, e a Suzano Papel e Celulose, que em setembro de 2024 adquiriu participação de 15% na austríaca Lenzing AG.

Em julho de 2024, as Forças Armadas da Áustria anunciaram a aquisição de quatro aviões do modelo KC-390 da Embraer, com preço unitário estimado em 150 milhões de euros. A entrega está prevista para ocorrer até 2028.

O ministro do Trabalho e da Economia da Áustria, Martin Kocher, realizou visita ao Brasil em abril de 2024, acompanhado de delegação com representantes de mais de 30 empresas austríacas. Na ocasião, Kocher assinou, com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, Memorando de Entendimento para Cooperação Econômica e Inovação. O documento

prioriza as áreas de tecnologia verde; indústria, mobilidade e infraestrutura; inovação e novas tecnologias; e cooperação em financiamento e crédito à exportação.

Foi também reinstituída, na ocasião, a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Industrial Brasil-Áustria, criada originalmente em 1987. A primeira reunião está prevista para acontecer em 2025, em data a definir.

POLÍTICA INTERNA

O chefe de Estado da Áustria é o "*Bundespräsident*" (presidente federal), que é eleito diretamente pela população a cada seis anos, limitado a dois mandatos consecutivos. O presidente federal nomeia o "*Bundeskanzler*" (chanceler federal), bem como os outros membros do governo federal. O chanceler federal é o chefe de governo, que pode ser destituído por decreto presidencial ou por voto de desconfiança do Conselho Nacional.

O Poder Legislativo é bicameral. O parlamento é composto pelo Conselho Nacional (câmara baixa) e pelo Conselho Federal (câmara alta). O primeiro tem 183 deputados; o segundo, 61 membros. O Conselho Nacional é constituído por meio de eleições e é a casa principal do legislativo austríaco. Os membros da segunda câmara, o Conselho Federal, são nomeados pelas nove províncias (*Länder*). O Conselho Federal representa os interesses das províncias e o seu poder é de natureza negativa, facultando-lhe vetar decisões do Conselho Nacional, o qual pode, contudo, anular eventuais vetos do Conselho Federal. A eleição para o Conselho Nacional é realizada a cada cinco anos, ou a qualquer momento, em caso de dissolução da casa, determinada pelo presidente a pedido do governo, ou por autodissolução, por intermédio de uma moção de censura.

O Poder Judiciário está dividido em tribunais gerais e tribunais de direito público. Os tribunais gerais tratam do direito civil e penal. Os tribunais de direito público dividem-se em dois ramos: administrativo e constitucional. Os juízes são independentes e as nomeações, vitalícias. No topo da hierarquia jurisdicional encontram-se o Supremo Tribunal de Justiça, que trata dos aspectos jurídicos relacionados aos direitos civil e penal, e o Tribunal Constitucional, que trata de matérias constitucionais. O Tribunal Constitucional é composto por quatorze membros e seis membros suplentes, nomeados pelo presidente federal, por indicação do Gabinete Federal, do Conselho Nacional e do Conselho Federal. Não há justiça militar em tempos de paz, e os militares são julgados pelo sistema judiciário regular.

A conjuntura política recente tem sido marcada por polarização política, com erosão do apoio popular aos dois principais partidos, o Partido Popular (ÖVP), do chanceler Karl Nehammer, e o Social-Democrata (SPÖ). Ambos os partidos vêm perdendo parte de seus eleitores para o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema direita, que venceu as últimas eleições parlamentares, realizadas em 29 de setembro de 2024, com 28,8% do total de votos. Os Liberais Conservadores, do Partido Popular (ÖVP), atualmente à frente do governo, alcançaram 26,3%, os Socialistas (SPÖ), 21,1%, os Liberais (NEOS), 9,2%, e os Verdes (GRÜN), 8,3%.

Tratou-se da primeira vitória do FPÖ na história das eleições austríacas, apesar de o partido ser considerado um dos três mais tradicionais do país, juntamente com o Socialista (SPÖ) e o Popular (ÖVP), que vinham vencendo as eleições gerais nas últimas décadas. Os três partidos já estiveram, porém, coligados no passado, em diferentes arranjos, inclusive como frentes de oposição, conforme a conveniência política do momento e a despeito de claras incompatibilidades ideológicas.

O crescimento da preferência do eleitorado austríaco por partido de extrema direita foi possível por circunstâncias de ordem interna, especialmente o fraco desempenho do governo ÖVP/Verdes na economia, com alta inflação, baixo crescimento, percepção de má gestão contra a pandemia de COVID-19 e acolhimento de grandes contingentes de imigrantes e refugiados - fato altamente criticado pelo FPÖ, que mantém discurso xenofóbico e anti-islâmico.

O FPÖ foi criado em 1956 por ex-integrantes da SS, do partido nazista austríaco e militantes do movimento pangermânico, muitos dos quais foram absolvidos no processo de desnazificação do país no pós-guerra. Na Áustria, os tribunais seguiram procedimento informado por parâmetros diferentes do processo na Alemanha pois, desde o “Anschluss”, os Aliados declararam a Áustria “vítima do nazismo” (Conferência de Moscou - 1943), fato que serviu de justificativa para que muitos nazistas austríacos alegassem coerção para aderir ao partido nazista. Com isso, vários réus, especialmente os de famílias austríacas proeminentes, foram autorizados pelos tribunais a assumir cargos públicos.

No processo de formação do novo governo, após as eleições de setembro último, colapsaram as negociações de coalizão tripartite, com a retirada inesperada dos Liberais (NEOS) das tratativas, em 3/1/2025. Os outros dois partidos remanescentes, o Popular (ÖVP) e o Social-Democrata (SPÖ), reuniram-se no dia 4/1 para avaliar vias de diálogo possíveis, sem sucesso. Ambos os partidos declararam, assim, a saída das negociações, devolvendo à estaca zero o processo de formação de governo.

Ao relatar o fracasso das negociações, o presidente do ÖVP e atual chanceler federal, Karl Nehammer, anunciou, no dia 5/1/2025, a sua renúncia à presidência do partido e à chefia do governo austríaco. Para a liderança do partido, o advogado Christian Stocker foi designado como novo secretário-geral do ÖVP. A renúncia como chanceler federal não teve efeito imediato, pois Nehammer declarou almejar transição institucional suave. Nesse contexto, o presidente Alexander van der Bellen anunciou, também no dia 5/1, que escolherá o substituto de Nehammer proximamente.

Após o colapso das negociações, o presidente Alexander Van der Bellen reuniu-se com o líder do Partido da Liberdade (FPÖ), Herbert Kickl, e o encarregou de iniciar conversas com o Partido Popular (ÖVP) para formar um governo. Ele afirmou caber-lhe, como chefe de Estado, a "tarefa constitucional de explorar todas as possibilidades para constituir um governo com representação de mais de 50 por cento (no parlamento)". Segundo Van der Bellen, o FPÖ de Kickl e o ÖVP são as únicas opções que restaram para que se constitua um novo governo, e declarou que essa decisão não foi "um passo fácil" para ele próprio. O presidente chegou a declarar, no início das campanhas eleitorais, que, caso Herbert Kickl vencesse, jamais daria posse a um chanceler federal que fosse representante da extrema direita austríaca.

Kickl, que acabou sendo retirado do processo inicial de formação de governo por ter sido rejeitado por todos os partidos, agora volta ao tabuleiro político com grande possibilidade de tornar-se chanceler federal, caso se materialize a coligação com o ÖVP. No entanto, ainda que ambos os partidos se tenham começado a conversar, não é certa a formação da coligação. Mas deve-se ter em mente que já houve uma coalizão recente do ÖVP com FPÖ, em 2020, ano em que o FPÖ obteve a segunda maior votação nas eleições gerais.

Essa coligação, porém, ruiu no ano seguinte, quando o chanceler federal Sebastian Kurz demitiu Herbert Kickl, então ministro do Interior. Com a demissão forçada de Kickl, o FPÖ retirou-se da coligação e novas eleições foram convocadas em 2021, tendo o ÖVP vencido novamente, com Karl Nehammer à frente do partido. Ao perder o cargo de ministro, Kickl assumiu, então, a presidência do FPÖ e iniciou dura oposição contra o governo ÖVP.

POLÍTICA EXTERNA

O principal eixo da política externa da Áustria é sua declarada neutralidade, que sempre fundamenta ou matiza seu posicionamento internacional, especialmente

em tempos de tensão no continente, como é o caso no contexto do conflito na Ucrânia. A Áustria, devido ao seu forte e próximo relacionamento com Moscou desde o pós-guerra, especialmente no tocante ao setor bancário e dependência do gás russo, recorre permanentemente à neutralidade para deixar abertos os canais com a Rússia, ao mesmo tempo em que apoia a Ucrânia, para alinhar-se ao posicionamento político da União Europeia, da qual é membro desde 1995.

Além da UE, as principais esferas de atenção da política externa austríaca são: (i) Balcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes.

Pelo histórico de reuniões internacionais desde o Congresso de Viena, onde foram negociadas as Convenções de Viena, um aspecto permanente da política externa austríaca é promover sua capital como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é a terceira mais importante sede das Nações Unidas e abriga duas agências especializadas: a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Organização para Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) e a Organização das Nações Unidas em Viena (UNOV), que abriga a Organização para Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA) e o Secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm, igualmente, sede em Viena.

A política externa do país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas, com cautela quando se apresentam opções militares em crises internacionais. Essas características da política externa austríaca estão relacionadas ao estatuto de neutralidade adotado pelo país em 1955 e à tradição de ser ponte entre a Europa Ocidental e Oriental, papel que advém da Guerra Fria.

Com relação à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), a Áustria tem crescentemente se posicionado a favor da revisão da sub-representação de países em desenvolvimento ou de regiões como a América Latina e Caribe e África, mas evita posicionamento em favor de um dos grupos atualmente concorrentes. A Áustria não tem manifestado, portanto, apoio explícito à postulação brasileira em favor da expansão do número de membros permanentes do CSNU.

No que concerne à guerra na Ucrânia, as autoridades austríacas condenam a invasão do país pela Rússia, e são frequentes as considerações do conflito, sobretudo por parte do ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, como uma

“guerra de agressão neoimperialista” por parte de Moscou. Todavia, a Áustria reafirma categoricamente o princípio da neutralidade militar.

Em seu discurso durante a última Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 2024, o ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, enfatizou a neutralidade militar da Áustria, esclarecendo que a "neutralidade não significa indiferença", especialmente no que se refere à Ucrânia. Schallenberg afirmou que "um mundo em que a Rússia consegue mudar fronteiras com mísseis e tanques é mais perigoso para todos nós", acrescentando que "após 946 dias de sofrimento humano indescritível", é hora de regressar à diplomacia, única opção para se alcançar a paz. Ele ressaltou que uma solução para a Ucrânia deve ser negociada e contar com a participação indispensável dos ucranianos, não com uma "ordem de Moscou", e reiterou que a base das negociações deve ser o direito internacional.

Devido aos laços históricos e econômicos que vinculam a Áustria aos Balcãs, o governo austríaco é um grande defensor da entrada dos países da região na União Europeia. Para o ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, a guerra da Ucrânia seria indicativa da crescente necessidade de maior integração da UE junto aos Balcãs, sobretudo em matéria de coordenação de política externa e em temas de segurança.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Além do setor industrial forte, a Áustria tem uma economia aberta, tendo mais de 50% do seu PIB correspondente a exportações. Diante dessa forte dependência do exterior, a Áustria criou entidades e estrutura para penetração em mercados externos. A “Advantage Austria”, a organização governamental austríaca de promoção do comércio exterior, vinculada à Câmara Econômica Federal Austríaca (WKO), possui rede de mais de 100 escritórios em 70 países.

Em 2023, a maior parte das exportações da Áustria destinou-se aos países da União Europeia (68,4% do total), destacando-se a Alemanha (29,1%). O Brasil foi o destino de 0,5% das exportações das austríacas. Com relação às importações, a Áustria posicionou-se como a 35ª economia de origem.

Após alguns anos de crescimento moderado, a economia austríaca ganhou dinamismo a partir de 2016, estimulada por reforma tributária que entrou em vigor naquele ano, bem como pela retomada no comércio internacional. Em 2020, contudo, o PIB austríaco recuou 6,5% em razão da pandemia da Covid-19. O país registrou, por outro lado, forte recuperação da atividade econômica nos anos seguintes, com

crescimento de 4,6% em 2021 e de 4,8% em 2022. Em 2023, porém, o PIB sofreu contração de 0,7%, principalmente em razão do conflito na Ucrânia e da desaceleração do comércio internacional. A estimativa de 2024 é de que o PIB tenha sofrido nova contração, de 0,6%.

A principais instituições de pesquisa econômica da Áustria divulgaram, em dezembro de 2024, suas projeções para o desempenho da economia do país em 2025. Segundo indicado nas estimativas, após dois anos consecutivos de recessão, a Áustria deverá ter crescimento do PIB neste ano. A expansão da economia projetada pelas três instituições - Banco Central (OeNB), Instituto de Pesquisas Econômicas (WIFO) e

Instituto de Estudos Superiores (IHS) - será moderada, alcançando entre 0,6% e 0,8%.

As contas públicas, que fecharam 2024 com déficit fiscal de 3,7%, devem seguir apresentando deterioração em 2025. As estimativas relativas ao déficit no orçamento deste ano variam entre 3,8 % e 4,2%. O diretor do WIFO alertou, porém, para riscos em medidas concentradas somente nos cortes de gastos. Segundo esse instituto, severas medidas de contenção de despesas poderiam prolongar a recessão por um terceiro ano. A taxa de desemprego, que voltou a crescer em 2024, deverá subir 0,4 pontos percentuais em 2025, alcançando a marca de 7,4%. Por outro lado, espera-se continuação da trajetória decrescente da taxa de inflação. A alta nos preços em 2025 deverá situar-se entre 2,3% e 2,6%, segundo as projeções divulgadas.

O WIFO também divulgou estimativas de emissões de gases de efeito estufa geradas pela economia austríaca. Conforme os dados do instituto, após queda de 6% em 2022 e 6,4% em 2023, e queda estimada de 3,4% em 2024, a redução das emissões deve continuar no próximo ano, ainda que em menor ritmo (-1,5%).

O governo da Áustria está empenhado em alcançar a neutralidade climática até 2040, o que exigirá que o país melhore substancialmente os esforços de redução de emissões em todos os setores energéticos. A Áustria estabeleceu meta de fornecimento de eletricidade 100% renovável até 2030 (balanço nacional). Em 2018, 77% da eletricidade já provinha de energias renováveis, a terceira maior percentagem entre os países membros da AIE (Agência Internacional de Energia). A maior parte é proveniente de hidrelétricas (41%). Tal como em muitos países, a descarbonização dos transportes é um desafio, e o crescimento das emissões na Áustria desde 2014 é em grande parte impulsionado pelo aumento do consumo final de energia nos edifícios e nos transportes. Até 2035, o governo planeja eliminar gradualmente os

sistemas de aquecimento a petróleo e carvão, bem como restringir a utilização de gás natural para aquecimento em novos edifícios até o final de 2025.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século 4º d.C. – Ondas de povos tribais invadem a Áustria
1156 – A Áustria, parte do Sacro Império Romano, torna-se Ducado
1282 – Albert de Habsburgo torna-se Duque da Áustria
1438 – O duque da Áustria torna-se Sacro Imperador Romano
1740 – Maria Theresa torna-se imperatriz da Áustria
1806 – Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico
1815 – Congresso de Viena e participação da Áustria na Confederação Germânica
1848 – Onda de revoluções sacode o Império Austríaco. Metternich renuncia.
1866 – A Áustria é derrotada pela Prússia
1867 – Concedido status de igualdade à Hungria. Império Austro-Húngaro
1914 – Assassinato do arquiduque Francisco Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo
1918 – Desintegração do Império Austro-Húngaro. Proclamação da Primeira República
1934 – Dolfuss, chanceler da Áustria, sofre atentado
1938 – Anexação da Áustria pela Alemanha
1945 – Governo provisório. Segunda República. A Áustria é dividida em zonas de ocupação
1955 – A Áustria recupera plena soberania sobre seu território. Ingressa nas Nações Unidas
1995 – A Áustria ingressa na União Europeia
1999 – A Áustria adota o Euro
2004 – Heinz Fischer (SPÖ) é eleito presidente federal.
2008 – Setembro – Os Partidos Social-Democratas (SPÖ) e Partido Popular (ÖVP) sofrem elevadas perdas. O Partido da Liberdade (FPÖ) avança e recebe 29% dos votos.

2008 - Dezembro - O novo governo de coalizão formado pelos Social-Democratas (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP) são empossados. O líder da SPO, Werner Faymann, torna-se chanceler federal.
2010 – Heinz Fischer (SPÖ) é reeleito presidente federal.
2016 – Dezembro: Alexander Van der Bellen (Verdes) derrota Norbert Hofer (FPÖ) na reedição do segundo turno da eleição presidencial e torna-se presidente federal
2017 – Outubro: As eleições federais registram avanço do Partido FPÖ. O ÖVP, de centro, e o FPÖ, de direita, acordam um governo de coalizão. O líder do Partido Conservador (FPÖ), Sebastian Kurz, torna-se chanceler federal
2019 – Dissolução da aliança ÖVP-FPÖ e do governo.
2020 - Tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro de 2020, em inédita aliança entre o ÖVP e os Verdes.
2020 – Chanceler federal Sebastian Kurz renuncia (11/10)
2020 – Dezembro: Karl Nehammer (ÖVP) assume a posição de chanceler federal. A coalizão entre o partido Popular e os Verdes é mantida.
2022 – Alexandre Van der Bellen (sem partido) é reeleito para o cargo de presidente federal
2024 – Setembro: Vitória Partido da Liberdade (FPÖ) nas eleições legislativas federais

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1817 – Casamento da arquiduquesa Leopoldina com o então príncipe herdeiro do trono de Portugal e futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I
1825 – Reconhecimento, pela Áustria, da independência do Brasil. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os dois países (27 de dezembro)
1871 e 1877 – Visitas a Viena do imperador Dom Pedro II
1891 – Reconhecimento, pela Áustria, da proclamação da República no Brasil (22 de janeiro)
1933 – Andreas Thaler, ex-ministro da Agricultura da Áustria, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina
1952 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Karl Gruber
1976 – Entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital
1980 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Willibald Pahr
1982 – Visita à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro
1986 – Entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial
1995 – Entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos
2005 – Visita ao Brasil do presidente federal Heinz Fischer
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena
2006 – Visita à Áustria do presidente brasileiro
2008 – Visita ao Brasil do chanceler federal Alfred Gusenbauer
2008 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas
2010 – Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Europeus e Internacionais, Michael Spindelegger; visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores e do secretário-geral das Relações Exteriores
2011 – Visita ao Brasil do secretário-geral do Ministério dos Negócios Europeus e

Internacionais, Johannes Kyrle
2012 – Visita à Áustria do secretário-geral das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e visita ao Brasil da ministra da Justiça, Beatrix Karl
2013 – Duas visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota; visita ao Brasil do ministro de Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle
2013 – Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; do Memorando de Entendimento sobre Ensino Superior, Ciência e Pesquisa entre CAPES e OeAD; do Convênio de Cooperação entre CAPES e OeAD para Implementação de Bolsas de Graduação Sanduíche na Áustria no Âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).
2013 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia)
2014 – IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – V Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – Bicentenário do casamento de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador Francisco II, com Dom Pedro I.
2023 – Encontro entre PR Lula e chanceler Karl Nehammer à margem da Cúpula da CELAC-UE
2023 – Encontro entre PR Lula e presidente Alexander van der Bellen em Nova York
2024 – Visita ao Brasil do ministro do Trabalho e da Economia da Áustria, Martin Kocher

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA, NA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA**

Candidato: EDUARDO PAES SABOIA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Eduardo Paes Saboia**

Nascido no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1967, o embaixador Eduardo Paes Saboia é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1988) e concluiu Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1990 (Turma San Tiago Dantas).

Desempenhou, no Brasil, as funções de assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (2015-2016) e de chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (2017-2018), entre outras.

No exterior, serviu na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (1994-1997), na Delegação junto à ALADI em Montevidéu (1997-2001) e na Embaixada em La Paz (2011-2013). Foi assessor do Diretor Executivo do Brasil no Banco Mundial e no FMI (2007-2011).

Foi embaixador do Brasil no Japão entre 2018 e 2022.

É secretário de Ásia e Pacífico desde 2022, tendo atuado como sherpa do BRICS entre 2022 e 2024.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁUSTRIA**I – Relações diplomáticas**

- Brasil e Áustria mantêm relações historicamente fluidas e cordiais, além de compartilharem valores e objetivos similares em política externa, dentre os quais a defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos humanos; o fortalecimento do multilateralismo; o desarmamento nuclear; e a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. São frequentes os apoios recíprocos a candidaturas e a cooperação em foros multilaterais.
- As boas relações bilaterais ancoram-se em laços históricos e culturais, existentes desde o Império, sobretudo pelo casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com D. Pedro I. A iniciativa do Brasil, na 7ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca (que ocorreu em 1955) também é fator que uniu a Áustria contemporânea ao Brasil.
- A última visita presidencial a Viena foi realizada em 2006, à margem da cúpula CELAC-União Europeia, em reciprocidade à visita ao Brasil do ex-presidente federal Heinz Fischer, em 2005. O ex-chanceler federal Alfred Gusenbauer visitou o Brasil em 2008. Em 2013, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido encontros bilaterais com seu homólogo, Michael Spindelegger, que havia visitado o Brasil em 2010.
- Em 18/7/2023, o presidente Lula encontrou-se com o chanceler federal Karl Nehammer à margem da Cúpula CELAC-UE. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de criação de um grupo para apoiar as negociações de paz na guerra da Ucrânia. Em 19/9/2023, o presidente Lula encontrou-se com o presidente austríaco Alexander van der Bellen, ocasião em que foram tratados temas ambientais. Os presidentes concordaram que a crise climática somente poderá ser superada por meio da cooperação entre todos os países. O presidente brasileiro convidou seu homólogo a visitar o Brasil.
- No dia 1/5/2024, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Alexander Schallenberg, nas dependências do Autódromo Dino e Enzo Ferrari, em Ímola, Itália, à margem da solenidade alusiva ao trigésimo aniversário do falecimento dos pilotos Ayrton Senna e Roland Ratzenberg, vitimados no GP de San Marino de Fórmula 1 de 1994. Foram discutidos o conflito no Oriente Médio, reforma da governança global e outros temas multilaterais.
- No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizados oito encontros até o presente. A VIII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria foi realizada em Viena, em 17/10/2023, com a presença da Secretária de Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Luisa Escorel.
- No momento, estão em curso negociações para a formação do novo governo austríaco.

II – Relação econômico-comercial

- O Brasil é o principal parceiro comercial da Áustria na América do Sul, mas o intercâmbio ainda é relativamente baixo, com saldo historicamente deficitário para o Brasil.

- Em 2023, o comércio bilateral somou USD 1,4 bilhão, com USD 96,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,3 bilhão de importações, resultando em significativo déficit de USD 1,2 bilhão. Em 2024, o intercâmbio totalizou USD 1,4 bilhão, com USD 80,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,1 bilhão de importações, resultando em déficit de USD 1,3 bilhão.
- Destacaram-se, na pauta exportadora brasileira de 2024, celulose (20%), geradores elétricos giratórios e suas partes (8,7%), veios de transmissão e manivelas, engrenagens, rodas de fricção, volantes, polias, embreagens, elos articulados e suas partes (6,4%), barras de ferro e aço, barras cantoneiras e perfis, incluindo estacas-prancha (5,6%) e papel e cartão (5,3%). Entre as importações, sobressaíram-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (20%), outros medicamentos, incluindo veterinários (8,9%) bebidas não alcoólicas (8,7%) e máquinas e equipamentos para determinadas indústrias e suas partes (4,8%).
- Os investimentos diretos da Áustria no Brasil somaram 2,1 bilhões de euros em 2023. Segundo a Câmara de Comércio da Áustria, cerca de 50 empresas austríacas têm representação no Brasil e empregariam mais de 10 mil pessoas.
- Os investimentos diretos do Brasil na Áustria alcançaram 3,8 bilhões de euros em 2023. Entre as empresas brasileiras com presença na Áustria, destacam-se a WEG, que em 2011 adquiriu a austríaca WATT drive, e a Suzano Papel e Celulose, que em setembro de 2024 adquiriu participação de 15% na austríaca Lenzing AG.
- Em julho de 2024, as Forças Armadas da Áustria anunciaram a aquisição de quatro aviões do modelo KC-390 da Embraer, com preço unitário estimado em 150 milhões de euros. A entrega está prevista para ocorrer até 2028.
- O ministro do Trabalho e da Economia da Áustria, Martin Kocher, realizou visita ao Brasil em abril de 2024, acompanhado de delegação com representantes de mais de 30 empresas austríacas. Na ocasião, Kocher assinou, com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, Memorando de Entendimento para Cooperação Econômica e Inovação. O documento prioriza as áreas de tecnologia verde; indústria, mobilidade e infraestrutura; inovação e novas tecnologias; e cooperação em financiamento e crédito à exportação.
- Foi também reinstituída, na ocasião, a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Industrial Brasil-Áustria, criada originalmente em 1987. A primeira reunião está prevista para acontecer em 2025, em data a definir.

III – Cooperação bilateral

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

- Em 2019, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Áustria, com vistas a promover colaboração mais estreita nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, mediante o fomento de pesquisas conjuntas, transferência de tecnologia e intercâmbio de conhecimento e expertise.
- A Comissão Mista bilateral estabelecida pelo acordo reuniu-se pela primeira vez em Brasília, em 23 de novembro de 2023, com o intuito de aprovar programa de trabalho plurianual para o período de 2024 a 2026. As áreas prioritárias para cooperação são: (1) biodiversidade; (2) energia renovável; (3) mudança climática; e (4) aeroespacial.

- Em 2022, realizou-se, em Viena, reunião da diáspora científica brasileira na Áustria, em formato híbrido. O encontro reuniu pesquisadores brasileiros na Áustria, na Eslováquia e de outras diásporas, bem como de instituições brasileiras.
- Em maio de 2024, delegação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) visitou Viena para reunir-se com contrapartes austríacas, como o Ministério Federal de Educação, Ciência e Pesquisa (BMBWF), o Ministério Federal de Ação Climática (BMK), o Fundo de Clima e Energia, a Agência Austríaca de Promoção da Pesquisa (FFG), e o Banco de Investimentos da Áustria (Austria Wirtschaftsservice Gesellschaft, ou AWS) e a Federação das Indústrias Austríacas.

PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL:

- A embaixada cultiva sólidas parcerias com instituições austríacas no campo da cultura e da educação como, por exemplo, a Universidade de Viena, a Universidade de Artes Aplicadas de Viena e a Academia de Belas-Artes de Viena.
- Salienta-se a longa parceria com o *Weltmuseum Wien*, que abriga a maior coleção estrangeira de objetos etnográficos brasileiros. No momento, há a exposição “(Un)Known Artists of the Amazon”, em parceria com o Museu de Arte Indígena, até abril de 2025, que teve seu catálogo financiado pela embaixada.
- Em celebração ao dia da Independência em 2024, a embaixada organizou, com patrocínio do Estado de Goiás, apresentação da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás na Igreja de São Canísio.
- A embaixada vinha mantendo programa mensal de saraus de música brasileira com músicos reconhecidos, interrompido em 2024, devido a restrições orçamentárias.
- Desde 2019, a embaixada patrocina a impressão da Revista Heranças, que apresenta seleção de materiais produzidos pelos alunos das turmas de Português como Língua de Herança, oferecidas por escolas públicas em alguns estados da Áustria.
- A Embaixada apoia o Exame de Português para jovens falantes I e II, oferecido desde 2019, que tem como objetivo incentivar os alunos inscritos nas aulas de Português como Língua de Herança a seguirem em seus estudos formais em língua portuguesa.

IV – Temas multilaterais

- A Embaixada do Brasil em Viena atua também como Missão Permanente junto aos Organismos Internacionais Sediados em Viena, sendo responsável pela representação e atuação junto ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), ao Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA); e à Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), entre outros organismos internacionais sediados em Viena.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME - UNODC

- Estabelecido em 1977, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) atua em cinco áreas principais: (i) políticas sobre drogas; (ii) prevenção do crime e justiça criminal; (iii) crime organizado transnacional; (iv) combate à corrupção e (v) prevenção do

terrorismo. A embaixada atua diretamente junto ao Escritório e presta apoio à participação em Viena de delegados dos órgãos brasileiros que atuam nessas áreas. Segue análise mais detalhada das cinco áreas mencionadas:

I. Comissão de Entorpecentes (CND): é a principal instância de governança das convenções internacionais sobre controle de drogas. Nela são debatidas desde a produção, tráfico e consumo de entorpecentes, até a prevenção, políticas de redução de danos e tratamento de dependentes. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJ) e o Ministério da Saúde participam ativamente dos trabalhos desse foro.

II. Comitê de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (CCPJC): responsável pelo debate e troca de experiências sobre o combate ao crime transnacional e a promoção do acesso à justiça e da eficiência dos sistemas judicial e penal. O Brasil tem defendido nesse âmbito a democratização do acesso aos sistemas judiciais, a inclusão e a igualdade no âmbito da justiça criminal, bem como nova ênfase nos crimes que afetam o meio ambiente.

III. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC): provê as bases para cooperação internacional e possui três protocolos sobre (i) tráfico de pessoas, (ii) contrabando de migrantes e (iii) tráfico ilícito de armas. Além de atuar nessas áreas, o Brasil tem promovido a negociação de novos instrumentos voltados para o combate aos crimes que afetam o meio ambiente, como a mineração ilegal e o tráfico internacional de fauna e flora selvagens.

IV. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC): dedicada ao fortalecimento dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção e de recuperação de ativos. O Brasil tem apresentado avanços legislativos nesse campo e promove ativamente a troca de boas práticas internacionais. A Controladoria-Geral da União (CGU) tem atuação destacada na área, assim como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

V. Prevenção do terrorismo: é um setor relativamente menor da UNODC que trabalha com os Estados-Membros para prevenir e combater ameaças de terrorismo e extremismo violento. Oferece treinamentos e assistência legislativa sobre contraterrorismo, além de promover encontros para troca de experiências. A principal contraparte no Brasil é a Polícia Federal.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – UNIDO

- A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) foi estabelecida em 17 de novembro de 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), como um órgão autônomo dentro das Nações Unidas, com a missão de promover e acelerar a industrialização dos países em desenvolvimento.
- Em 1975, a UNIDO se converteu em agência especializada do sistema ONU, sua Constituição tendo sido adotada em 1979, com vigência a partir de 1985.
- Na década de 90, a organização passou por processo de reestruturação e reforma em decorrência, em parte, da saída de alguns membros, como os EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá, França, entre outros.

- O atual diretor-geral da Organização, Gerd Müller (Alemanha) assumiu o cargo em 10 de dezembro de 2021 e lançou recentemente sua candidatura à reeleição ao posto.
- Segundo dados da UNIDO, em 2024, a organização executou um portfólio de 698 projetos, com um valor total de US\$ 1,6 bilhões. A maioria dos projetos se insere nas três áreas temáticas prioritárias do Desenvolvimento Industrial Sustentável Inclusivo (ISID): (a) criação de prosperidade compartilhada, (b) promoção da competitividade econômica, e (c) proteção do meio ambiente.
- O custo desses projetos não é coberto pelo orçamento regular da UNIDO, mas quase inteiramente por contribuições voluntárias reservadas (*earmarked*), negociadas projeto por projeto. Em linha com suas prioridades corporativas de aumentar o impacto enquanto reduz os custos operacionais, a UNIDO, com o apoio de seus doadores, tem buscado realizar programas maiores, multianuais e que contam com a participação de vários estados (*multi-country*).
- No momento, o Brasil tem seis projetos em curso sendo implementados pela UNIDO, cujos orçamentos totalizam 11,8 milhões de dólares, custeados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), pelo Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, entre outras fontes. Encontram-se em análise novos projetos para o Brasil que, segundo a própria UNIDO, totalizariam no mínimo 60 milhões de dólares.
- Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se iniciativa relacionada à produção de biogás obtido a partir de resíduos animais, para emprego produtivo dentro das cadeias de valor agroindustriais, com vistas ao fortalecimento das cadeias nacionais de fornecimento de tecnologia de biogás e à redução da dependência de combustíveis fósseis e das emissões de gases de efeito estufa.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSUNTOS DO ESPAÇO EXTERIOR (UNOOSA)

- Estabelecido em 1958, o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA) é o secretariado do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus subcomitês: o Técnico e Científico e o Jurídico. O Comitê é o guardião dos cinco principais tratados multilaterais sobre o espaço exterior: Tratado do Espaço Exterior; Acordo sobre Resgate de Astronautas e Objetos Lançados; Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais; Convenção sobre Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior; e o Tratado da Lua.
- O Brasil é membro fundador do Comitê e comprometeu-se com a observância dos princípios basilares que regem as atividades espaciais – uso exclusivamente pacífico do espaço exterior, sustentabilidade das atividades espaciais e acesso equitativo dos benefícios do espaço a todos os países. Atualmente, o Brasil defende a revitalização do subcomitê jurídico do COPUOS como instância legisladora e codificadora legítima do Direito do Espaço Exterior.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL (UNCITRAL)

- Estabelecida em 1966, a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) é o principal órgão das Nações Unidas a tratar de questões envolvendo o Direito Empresarial Internacional. A comissão elabora convenções e instrumentos

legais que visam a simplificar as transações comerciais globais, reduzir entraves jurídicos e contribuir para a solução de litígios comerciais internacionais.

- Há seis grupos de trabalho, responsáveis por desenvolver e atualizar convenções, leis modelo, guias legislativos, regras e recomendações. Os grupos discutem questões como reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados, arbitragem internacional, comércio eletrônico, insolvência, pagamentos internacionais, venda de mercadorias, direito dos transportes, aquisições e apoio a pequenas e médias empresas. As reuniões da Comissão e de seus grupos de trabalho ocorrem alternadamente em Viena e em Nova York.

V – Temas consulares

- Segundo dados oficiais austríacos, há cerca de 7.000 nacionais brasileiros vivendo na Áustria. Os maiores contingentes populacionais destes encontram-se na região de Viena, seguida pelo estado de Vorarlberg, no extremo oeste austríaco, cuja capital é a cidade de Bregenz. Por ocasião das eleições presidenciais de 2022, havia 2.929 eleitores aptos a votar nas seções eleitorais do posto. Cerca de 50% compareceram, em cada um dos dois turnos da eleição.
- A rede consular honorária conta com quatro Cônsules-Honorários, nas cidades de Bregenz, Graz, Linz e Salzburgo.
- O setor consular está adequadamente estruturado para atender a demanda da comunidade local brasileira e austríaca e é capaz de prestar atendimento de forma expedita. Não se registram filas de espera ou demora para a prestação de serviços.
- O volume de casos que demandam atenção consular individual é relativamente reduzido, somando cerca de quatro casos ao mês. As ocorrências mais frequentes referem-se à detenção de brasileiros para deportação por questões migratórias e ao exercício ilegal de prostituição, seguidas por situações envolvendo conflitos familiares, disputas de guarda de menores e internações hospitalares.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa falada no Brasil e prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que vive ou se encontra momentaneamente no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover a língua portuguesa falada no Brasil.
4. Promover serviços consulares de qualidade.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais e regionais.
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com a Áustria, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com o país, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional, tendo sempre por norte o desenvolvimento nacional e a defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto à Áustria.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Cumprimento do dever. Excelência. Integridade. Respeito à hierarquia e aos valores que inspiram a política externa brasileira em dois séculos de história. Atenção aos valores e identidades que caracterizam o povo junto ao qual a embaixada realiza seu trabalho na Áustria.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar as relações políticas, econômicas, culturais e educacionais com a Áustria nos âmbitos bilateral e internacional, com foco na prosperidade das sociedades e no desenvolvimento sustentável dos países;
2. Situar e operar essas relações dentro do quadro mais amplo da política externa do Brasil para a Europa, diante do papel da Áustria na Europa (em especial no contexto da União Europeia e dos demais países da Europa Oriental);
3. Entabular parcerias políticas, econômicas e sociais com a Áustria que permitam a elevação do perfil das relações diplomáticas entre o país e o Brasil, a partir da identificação de áreas de interesse comum para o benefício mútuo das respectivas sociedades;
4. Promover o adensamento dos laços econômicos com a Áustria e a inserção competitiva do Brasil na Europa, incentivando o adensamento e a consolidação das correntes de comércio e investimentos em ambos os sentidos, a partir do mapeamento das complementaridades econômicas, do apoio às empresas brasileiras interessadas em comercializar ou investir, e de esforços para identificação e remoção de eventuais barreiras;
5. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a Áustria em todas as áreas de interesse comum, como agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, desenvolvimento industrial, saúde e outras. Articular iniciativas em áreas prioritárias para os países, como ciência, tecnologia e inovação;
6. Compartilhar com a Áustria a experiência brasileira sobre políticas públicas, sobretudo na área de direitos humanos e imigração;

7. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Áustria, em especial por meio da cooperação cultural com entes governamentais e privados austríacos e pelo apoio ao ensino e a manutenção do português como língua de herança;
8. Intensificar a coordenação com a Áustria nos temas da agenda internacional, em particular nas organizações internacionais em que ambos os países atuam;
9. Fortalecer, por meio das relações com a Áustria, os laços do Brasil com o continente europeu, inclusive por meio de eventuais interações com os mecanismos de integração sub-regional e outras organizações de que o país faz parte, a exemplo da União Europeia;
10. Promover o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Áustria;
11. Realizar o seguimento ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e a Áustria sejam partes;
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a otimizar os benefícios da atividade diplomática e consular do Brasil na Áustria.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral;
- b) Buscar manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito de oportunidades de negócios na Áustria;
- c) Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral;
- d) Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros;
- e) Entabular diálogo e buscar parcerias com instituições, associações setoriais e outros atores locais capazes de influenciar a tomada de decisão referente a medidas com impacto sobre o comércio;
- f) Apoiar técnica e politicamente as exportações brasileiras eventualmente afetadas por medidas restritivas;
- g) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas austríacas de capital brasileiro atuantes na Áustria;
- h) Mapear os setores e nichos nos quais há oportunidades para produtos brasileiros, por meio de estudos preliminares desenvolvidos pelo posto e eventualmente aprofundados em trabalhos contratados;
- i) Divulgar produtos e serviços brasileiros por meio de eventos especificamente concebidos e organizados pela embaixada com tal objetivo, bem como em feiras presenciais ou virtuais realizadas na Áustria;
- j) Por meio de parcerias com instituições, agências de fomento estaduais e municipais, federações de indústrias e outras associações setoriais, divulgar as oportunidades existentes na Áustria;
- k) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros;
- l) Promover a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos;
- m) Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica na Áustria, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil;
- n) Apresentar o ambiente de negócios brasileiros nos foros pertinentes e para parceiros com potencial interesse investidor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios de acompanhamento da economia na Áustria e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- b) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;

- c) Número de reuniões e gestões junto ao governo austríaco referentes aos interesses expressos nas metas;
- d) Número de eventos de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios na Áustria.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa na Áustria, sob a perspectiva do interesse brasileiro

- a) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna da Áustria, com destaque para implementação de reformas políticas e econômicas e evolução do cenário político local;
- b) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa da Áustria;
- c) Acompanhar o relacionamento da Áustria com seus vizinhos;
- d) Acompanhar assuntos relativos a interesses étnicos, religiosos e regionais relevantes para a análise do comportamento da população austríaca;
- e) Elaborar materiais informativos que atendam às solicitações específicas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília, e outros órgãos públicos brasileiros.

2) Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo

- a) Dar continuidade à realização do mecanismo de consultas políticas;
- b) Cultivar rede de contatos na Áustria e aprofundar a interlocução com autoridades civis e militares, com vistas a estreitar diálogo bilateral transparente e profícuo para ambos os países;
- c) Ampliar contatos com acadêmicos, analistas e jornalistas locais, de forma a subsidiar as análises a serem enviadas à SERE.

3) Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado

- a) Trabalhar, junto ao Congresso Brasileiro e ao parlamento austríaco, as oportunidades de “diplomacia parlamentar”;
- b) Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras na Áustria, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e austríacos;
- c) Realizar reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Industrial sobre temas selecionados de maior interesse.

4) Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- a) Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais;

- b) Identificar temas prioritários em apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;
- c) Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de eventuais propostas realizadas pela Áustria;
- d) Acompanhar o processo de ratificação pelo Brasil do Acordo de Previdência Social.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre política interna e externa e demais temas de interesse da política externa brasileira;
- b) Número de visitas oficiais realizadas, tanto de autoridades brasileiras à Áustria quanto de autoridades locais ao Brasil;
- c) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos;
- d) Número de reuniões de outra natureza, em formato presencial ou virtual, de que a embaixada participe;
- e) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;
- f) Número de projetos de cooperação em andamento ou em discussão;
- g) Número de acordos bilaterais e ajustes complementares negociados durante a gestão;
- h) Número de acordos assinados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Assegurar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil e a posições brasileiras em fóruns internacionais

Realizar gestões junto ao governo da Áustria em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais.

2. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais

Elaborar informações e análises sobre a atuação da Áustria no âmbito da União Europeia e em outros mecanismos regionais de integração, bem como em organismos multilaterais, notadamente as Nações Unidas, a OCDE e a OMC.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões junto ao governo da Áustria para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais;
- b) Número de expedientes telegráficos produzidos pela embaixada sobre atuação da Áustria em organizações internacionais;

- c) Índice de apoio austríaco a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem do Brasil

Difundir a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos disponíveis.

2. Promover a cultura brasileira e a língua portuguesa

- a) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à população austríaca e diversificar as referências culturais brasileiras.

3. Promover o Brasil como destino turístico

- a) Divulgar o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Áustria;
- b) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público austríaco.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de contatos com agentes formadores de opinião e de postagens em redes sociais, com controle sobre eventuais compartilhamentos de material produzido pelo posto;
- b) Número de ações de promoção cultural, tradicionais ou virtuais, aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Buscar promover a cooperação com a Áustria, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.

- a) Incentivar a cooperação com o governo austríaco no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
- b) Explorar novas áreas para cooperação aliadas a iniciativas vinculadas aos ministérios de ciência, tecnologia e inovação de ambos os países;
- c) Difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, de sua biodiversidade e sustentabilidade de sua produção de alimentos;

- d) Acompanhar e monitorar a implementação de políticas locais com o objetivo de proteção do meio ambiente;
- e) Auxiliar na promoção de tecnologias limpas produzidas no Brasil, com o objetivo de sua introdução no mercado austríaco;
- f) Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas, particularmente solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos;
- g) Analisar os impactos ambientais, geopolíticos e econômicos dos efeitos da mudança do clima na Áustria.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral em áreas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- b) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Áustria**
 - a) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação técnica e em C,T&I, principalmente em áreas já identificadas como prioritárias, como biodiversidade, energia renovável, mudança climática e aeroespacial;
 - b) Promover iniciativas nas áreas de C,T&I, mobilidade, intercâmbio acadêmico e experiências de gestão, governamentais e privadas.
- 2. Contribuir para o fortalecimento da “marca Brasil” como país inovador, por meio de iniciativas que visam à promoção de tecnologias desenvolvidas nacionalmente, assim como para a divulgação de instituições do Sistema Nacional de Inovação.**
 - a) Organizar eventos em conjunto com atores relevantes dos ecossistemas de inovação de ambos os países;
 - c) Elaborar estudos e material de inteligência de mercado para guiar as ações brasileiras na área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

- a) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema;
- b) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e a Áustria;
- c) Número de estudos e informações preparados pelo posto.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

- 1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e buscar favorecer a mobilidade acadêmica mútua**
- 2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
- 3. Ampliar o diálogo em temas afetos à cooperação em saúde, com especial ênfase no enfrentamento de pandemias**
 - a) Monitorar e relatar avanços realizados localmente na área de saúde;
 - b) Promover a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e da Áustria.
- 4. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de ações realizadas em favor da divulgação da variante brasileira do português;
- b) Número de informes elaborados pela embaixada a respeito dos avanços realizados localmente nessas áreas;
- c) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhadas pela embaixada.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Cooperar na área de políticas de inclusão social e de combate às desigualdades de gênero e raça**

Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países.
- 2. Ampliar o escopo dos mecanismos de cooperação**
 - a) fortalecer os mecanismos brasileiros de cooperação por meio da manutenção de canais diretos entre instituições competentes brasileiras e respectivas congêneres locais;
 - b) No campo da agricultura, cooperar cientificamente, entabular iniciativas de formação e capacitação de agentes e intercambiar boas práticas agrícolas, amparadas em perspectivas sustentáveis;
 - c) fortalecer o diálogo entre as instituições locais e brasileiras responsáveis pelo tema.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- a) Número de informes elaborados pela embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades;
- b) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhados pela embaixada;
- c) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Prestar atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade;
- b) Prestar assistência consular cabível aos brasileiros na Áustria;
- c) Familiarizar a comunidade brasileira com os temas consulares e sistemas eletrônicos da embaixada (principalmente o e-consular); dar conhecimento à comunidade de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior (por exemplo, esclarecer sobre necessidade de manter situação militar e eleitoral regulares, de registrar casamento contraído no exterior, etc.).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Agendamento de serviços: disponibilidade para a mesma semana ou, no máximo, para a semana seguinte (inexistência de filas virtuais);
- b) Resposta a consultas por e-mail em, no máximo, um dia útil;
- c) Validação de solicitações no sistema e-consular em, no máximo, um dia útil;
- d) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;
- e) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;
- f) Número de mensagens consulares postadas nas mídias sociais da embaixada.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 4, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor **EDUARDO PAES SABOIA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

Nascido no Rio de Janeiro em 1967, o indicado é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e ingressou na carreira diplomática em 1990. Na carreira, ascendeu a Ministro de Primeira Classe em 2016, por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado ao longo de sua exitosa carreira, destacam-se a atuação na missão brasileira junto à Organização



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, o cargo de Embaixador do Brasil em La Paz, na Bolívia, e, recentemente, a de Chefe da missão diplomática brasileira no Japão, entre 2018 e 2022.

Destacam-se, igualmente, as funções exercidas na Divisão do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e na Embaixada em Washington, nos Estados Unidos, como Ministro-Conselheiro. Registramos que o indicado atuou também neste Senado Federal, como assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a presidência do eminente Senador Aloysio Nunes.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a República da Áustria, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

A Áustria, uma República parlamentarista localizada na região central da Europa, detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento e de renda per capita do mundo. O país destaca-se no âmbito da União Europeia por sua economia estável, com base industrial sólida sustentada por setores tecnológicos de ponta, como o de máquinas e equipamentos, farmacêutico e químico.

A política externa da Áustria, da mesma forma que a brasileira, tem tradição na busca de consensos e soluções negociadas. Essa característica da política externa austríaca está relacionada à sua neutralidade e à sua localização geográfica. No plano bilateral, as boas relações do Brasil com o país ancoram-se em laços históricos existentes desde o Império, sobretudo pelo casamento, em 1817, da futura Imperatriz Leopoldina com Dom Pedro I.

No século XX, o território do país foi anexado pela Alemanha Nazista. Já em 1955, o “Tratado de Independência da Áustria” restabeleceu sua soberania e determinou que o país se tornaria politicamente neutro. Na ONU, o Brasil apoiou o pleno restabelecimento da soberania austríaca, fato que uniu a Áustria contemporânea ao Brasil. Hoje, esse profícuo relacionamento traduz-se em 17 (dezessete) acordos bilaterais assinados.

No âmbito comercial, o Brasil é o principal parceiro da Áustria na América do Sul. Os investimentos austríacos no Brasil somaram 2,1 bilhões de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

euros em 2023, por meio dos quais cerca de 50 empresas austríacas geram mais de 10 mil postos de trabalho no Brasil.

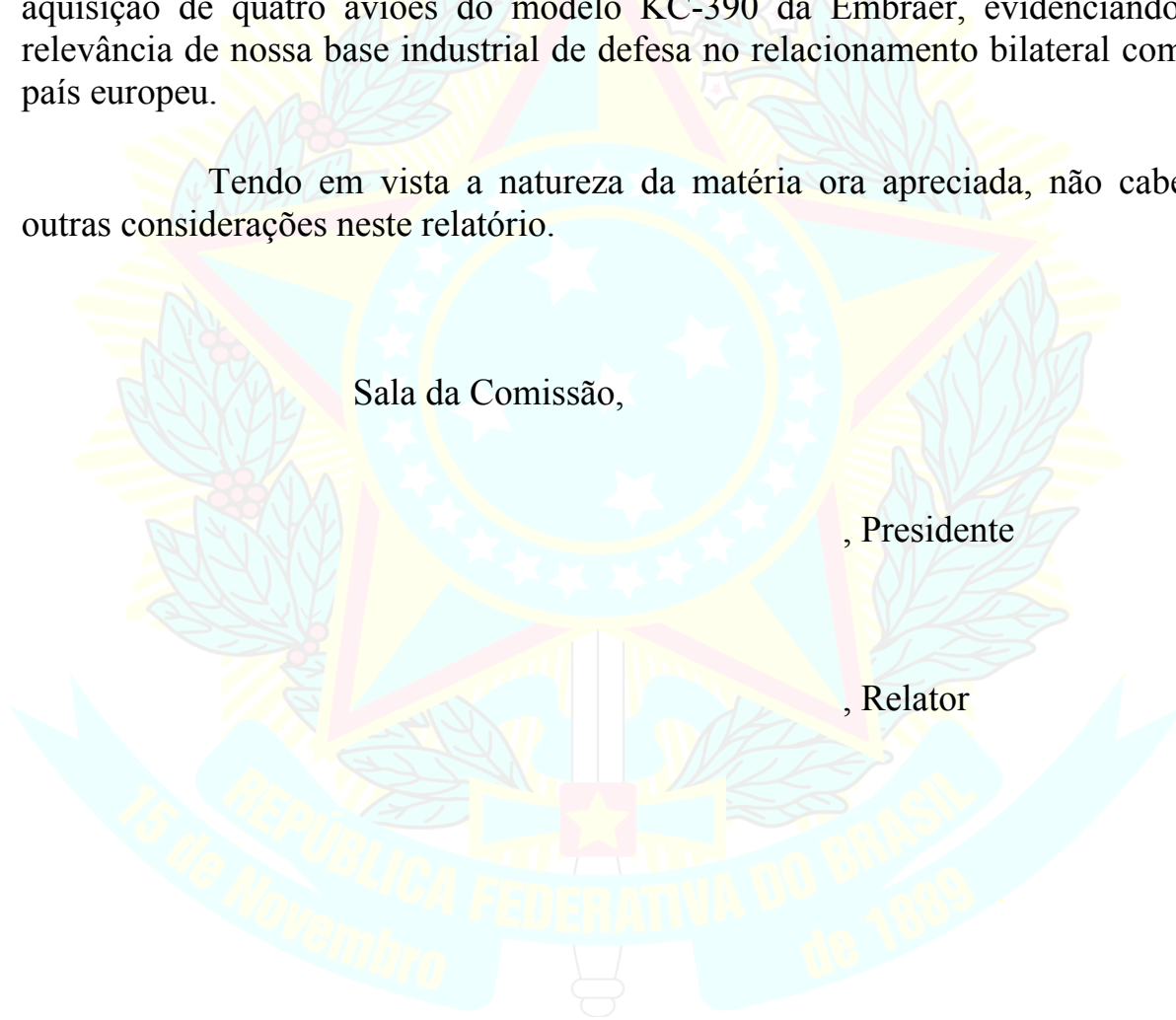
A pauta exportadora de produtos brasileiros à Áustria, apesar de deficitária, compõe-se de itens de alto valor agregado, como geradores elétricos giratórios, componentes mecânicos, barras de ferro e aço, além de celulose. Merece destaque o fato de que as Forças Armadas da Áustria anunciaram a aquisição de quatro aviões do modelo KC-390 da Embraer, evidenciando a relevância de nossa base industrial de defesa no relacionamento bilateral com o país europeu.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANDRÉ VERAS GUIMARÃES**

CPF: [REDACTED]

ID: [REDACTED]

1966

Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED].

Dados Acadêmicos:

1991	Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- IRBr
2005	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr

Cargos:

1996	Terceiro-secretário
2002	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário
2009	Conselheiro
2016	Ministro de segunda classe

Funções:

1997-99	Divisão de Atos Internacionais, Assistente
1999-00	Superior Tribunal de Justiça, Assessoria de Cerimonial e de Relações Públicas, Chefe
2000-01	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Assistente
2002-05	Consulado-Geral do Brasil em Nova York, Vicê-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2005-08	Embaixada do Brasil em Bogotá, Chefe do Setor Político
2009-12	Divisão de Pagamentos, Chefe
2012-16	Embaixada do Brasil em Washington, Chefe da Administração e do Setor de Cooperação Jurídica
2016-19	Divisão de Cooperação Jurídica Internacional, Chefe
2019-22	Departamento de Segurança e Justiça, Diretor
2022-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica, Diretor



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2025

(n° 252/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 252

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

EM nº 00041/2025 MRE

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 276/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/03/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6477759** e o código CRC **5E43832E** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001099/2025-13

SEI nº 6477759

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DOS PAÍSES DO GOLFO**

IRÃ



Fevereiro de 2025

OSTENSIVO

SUMÁRIO

RELAÇÕES BILATERAIS	4
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	7
POLÍTICA INTERNA.....	8
CRONOLOGIA HISTÓRICA	10
ECONOMIA.....	11
POLÍTICA EXTERNA	13
ACORDOS FIRMADOS	15

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Islâmica do Irã
CAPITAL	Teerã
ÁREA	1.648.000 km ²
POPULAÇÃO	87 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Farsi (persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã xiita (89%); islã sunita (9%); baha'ismo (0,5%); cristianismo (0,17%); zoroastrismo (0,07%); judaísmo (0,04%)
SISTEMA DE GOVERNO	República
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Consultiva Islâmica Unicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Masoud Pezeshkian
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Seyyed Abbas Araghchi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 464 bilhões (2024)
PIB <i>PER CAPITA</i> (FMI)	US\$ 5.310 (2024)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,3% (2024)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,783 (78º)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,6 anos
ALFABETIZAÇÃO	88,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iraniano
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixadora Ligia Scherer, encarregada de negócios, a.i.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, estabelecidas em 1903, desenvolvem-se com espírito de amizade e respeito mútuo. Em 2023, os dois países celebraram 120 anos de laços ininterruptos.

Na década de 1950, assinaram-se os primeiros acordos de cooperação cultural. Em 1960, o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília. A partir de então, foram registradas visitas de alto nível de lado a lado.

Em 1965, o xá Reza Pahlavi fez a primeira visita de um chefe de Estado iraniano ao Brasil. Em 2009, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad também esteve no Brasil. Em 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Irã. Ahmadinejad retornou ao Brasil em 2012 para a Rio+20. A Presidente Dilma Rousseff encontrou-se, por sua vez, com o Presidente Hassan Rouhani em Nova York, à margem da 70ª AGNU, em 2015.

Cabe ainda registrar visitas a Teerã, em 2015, do chanceler Mauro Vieira, em setembro, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Armando Monteiro, acompanhado de delegação empresarial, em outubro.

Em abril de 2018, o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília. Nela foram assinados os seguintes acordos bilaterais na área de cooperação jurídica internacional: extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal. Em fevereiro de 2022, a Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina, visitou Teerã.

Em julho de 2024, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin representou o Presidente da República na cerimônia de posse do Presidente Masoud Pezeshkian, acompanhado de delegação que incluiu representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária. Além de encontro com o presidente iraniano, o VPR encontrou-se com o presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Minas e Agricultura do Irã (ICCIMA) e participou de evento de negócios com 150 autoridades do governo e membros da comunidade empresarial iraniana.

O Brasil e o Irã contam, na esfera institucional, com mecanismo de consultas políticas e acordos nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

As reuniões do referido mecanismo foram retomadas em abril de 2016, em Teerã, após hiato de quase 5 anos. Em janeiro de 2021, no auge da pandemia de COVID-19, realizou-se a 10ª Reunião, em modalidade de videoconferência. Em agosto de 2022, teve lugar a 11ª edição em Teerã. A reunião mais recente (12ª) ocorreu em agosto de 2023, em Brasília.

A diplomacia parlamentar é vertente do relacionamento entre o Brasil e o Irã. Assistiram à posse do aiatolá Ebrahim Raisi na presidência da República Islâmica, em agosto de 2021, os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Irã, em representação do presidente da Câmara dos Deputados, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Além de comparecer à referida cerimônia, os deputados brasileiros foram recebidos pelo

presidente do Parlamento iraniano (*Majlis*), Mohammad Ghalibaf, e encontraram-se com o presidente do grupo parlamentar de amizade Irã-Brasil do *Majlis*, deputado Ahmad Naderi, e com o presidente da Comissão de Minas e Indústria do Parlamento, deputado Akbari Talarposhtee.

Em fevereiro de 2022, o deputado Evandro Roman e delegação empresarial reuniram-se no Irã, por ocasião da feira IranPlast, com empresas e órgãos governamentais ligados ao setor petroleiro e petroquímico.

Durante sua visita em fevereiro de 2022, a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi acompanhada pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Neri Geller (PP/MT) e pelo deputado estadual Dal Molin (PSC/MT), e foi igualmente recebida no *Majlis*.

O legislativo unicameral iraniano conta com o grupo "Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Irã". Em encontro, em abril de 2023, com o então Embaixador do Brasil, os deputados Naderi e Mohammad Javad Asgari, presidente do grupo parlamentar de agricultura, manifestaram desejo de seguir fomentando essa vertente do relacionamento bilateral.

Na esteira da visita da ex-Ministra Tereza Cristina, o presidente da Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO, na sigla em inglês) e vice-ministro da Agricultura, Dr. Mojtaba Khayam Nekoiee, visitou o Brasil, em março de 2022, acompanhado de delegação de alto nível. Foi recebido, na oportunidade, pelo então Secretário Executivo do MAPA, Marcos Montes, e pelo presidente da Embrapa, Celso Moretti.

Em projeto de cooperação trilateral capitaneado pelo Escritório do UNICEF em Teerã e coordenado, no Brasil, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), delegação de alto nível do Ministério de Cooperativas, Trabalhos e Bem-estar Social do Irã realizou visita de estudos a Brasília e a Boa Vista em junho/julho de 2022.

Comércio

Com população de quase 90 milhões de habitantes, concentrada em centros urbanos, o Irã constitui relevante mercado para o agronegócio brasileiro, a despeito do contexto de sanções vivido pelo país. Em 2024, foi o 12º principal destino das exportações de produtos agrícolas do Brasil.

Levando em conta as restrições à moeda forte por conta das sanções unilaterais norte-americanas, o Irã privilegia compras por meio de comércio compensado e de países que possuem recursos iranianos (não bloqueados) em seus bancos, sobretudo grandes importadores de petróleo iraniano até abril de 2019, como a China e a Índia.

Embora as sanções unilaterais norte-americanas ao Irã não se apliquem aos produtos exportados pelo Brasil, empresas nacionais temem efeitos secundários das sanções. O mesmo se aplica às empresas seguradoras e financiadoras de atividades comerciais internacionais, tanto no Brasil quanto em outros países. Esse receio gera o efeito conhecido por *overcompliance*.

O fluxo comercial entre Brasil e o Irã apresenta, ao longo dos anos, oscilações, com saldo comercial favorável, de maneira consistente, ao Brasil. Apesar de persistirem

entraves, o Irã é expressivo mercado — um dos maiores do Oriente Médio — para exportações brasileiras. Os superávits comerciais do Brasil com o Irã foram, em 2022, de US\$ 4,1 bilhões; em 2023, de US\$ 2,2 bilhões; e em 2024, de US\$ 2,9 bilhões.

Em 2024, as exportações brasileiras somaram US\$ 3 bilhões, o que representa crescimento de 30,7% em relação ao ano anterior, enquanto as importações atingiram US\$ 9,7 milhões. As exportações brasileiras concentram-se em milho não moído (31%), soja (28%), farelos de soja (28%) e açúcares e melaços (14%). Os principais produtos importados são frutas secas e nozes (52%), vidraria (9,2%), frutas preservadas e preparações (8,6%), além de medicamentos e produtos farmacêuticos (8,5%).

O Brasil inaugurou, recentemente, Adidância Agrícola na Embaixada em Teerã, responsável por mapear oportunidades de exportação e importação de produtos agrícolas. O Irã mostra, de sua parte, interesse no estreitamento da cooperação por intermédio da EMBRAPA.

O debate sobre temas agrícolas estrutura-se no Comitê Consultivo Agrícola (CCA). De forma mais ampla, o diálogo econômico transcorre na esfera da Comissão Econômico-Comercial Brasil-Irã, que já teve quatro edições.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 – Vice-presidente Geraldo Alckmim representou o Brasil na posse do Presidente Masoud Pezeshkian (30-31 de julho)

2023 – XII Reunião de Consultas Políticas (9 de agosto)

2022 – XI Reunião de Consultas Políticas (29 de agosto)

2021 – X Reunião de Consultas Políticas (25 de janeiro)

2018 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, Mohammad Javad Zarif (10 de abril)

2016 – IX Reunião de Consultas Políticas (11 de abril)

2016 – IV Reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral (novembro)

2016 – Visita do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (dezembro)

2015 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira (13 e 14 de setembro)

2013 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para assistir à cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani

2012 – Participação do presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20

2010 – Visita ao Irã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

2009 – Visita ao Brasil do presidente Mahmoud Ahmadinejad

2009 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki

2008 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

2006 – Visita ao Brasil do presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel

2002 – Visita ao Irã do ministro da Cultura, Francisco Weffort, para participar da reunião do "Diálogo das Civilizações"

2000 – I Reunião de Consultas Políticas, em Teerã

1993 – Visita ao Brasil do chanceler Ali Akbar Velayati para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista Bilateral

1991 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek

1976 – Visita ao Irã do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen

1965 – Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil

1903 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã

POLÍTICA INTERNA

O sistema político iraniano é um dos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias. No espectro local, sobressaem três núcleos de poder — líderes religiosos, Guarda Revolucionária e autoridades civis —, submetidos, em última instância, às instruções do Líder Supremo, aiatolá Ali Khamenei.

A Constituição de 1979 consagrou o princípio da “tutela do jurisconsulto islâmico” (*wilayat-e-faqih*), que fundamenta a noção de autoridade absoluta do Líder Supremo em assuntos religiosos e políticos. Também incorpora noções democráticas, prevendo eleições diretas para presidente, parlamentares e membros da Assembleia dos Sábios. A participação popular em eleições no Irã é celebrada como sinal de força da democracia iraniana.

O Líder Supremo tem atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas. É também responsável pela elaboração das políticas gerais do regime. Nomeia o Chefe do Poder Judiciário, os membros do Conselho de Discernimento, metade dos membros do Conselho dos Guardiães, os comandantes das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o comandante da Polícia, os chefes dos Serviços de Inteligência e Contraineligência, os imãs das mesquitas de todas as capitais provinciais do país e o Chefe da Fundação de Mártires e Veteranos, além de empossar o Presidente da República. É, ainda, responsável por declarar guerra e celebrar paz, determinar a mobilização das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária, convocar referendos e formalizar a convocação de eleições presidenciais.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) é ramo das forças armadas, criado após a Revolução Iraniana de 1979 por ordem do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Enquanto o Exército iraniano defende as fronteiras e mantém a ordem interna, a Guarda Revolucionária destina-se a proteger o sistema político e a prevenir interferências estrangeiras. A IRGC é formada por 125 mil militares, incluindo forças terrestres, aéreas e navais. Suas forças navais são hoje as principais encarregadas do controle operacional do Golfo Pérsico.

O Presidente da República, chefe do Poder Executivo, é responsável por elaborar e executar as políticas públicas e de relações exteriores e de defesa, nos limites das diretrizes impostas pelo Líder Supremo. Exerce a chefia do Gabinete de Governo, do Conselho Supremo de Segurança Nacional e do Conselho Supremo da Revolução Cultural.

O Parlamento iraniano (*Majlis*), unicameral, é composto por 290 deputados. As eleições ocorrem a cada quatro anos. Do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastras, cristãos armênios e cristãos caldeus). O *Majlis* possui funções típicas de parlamento de uma democracia participativa — proposição legislativa, voto de confiança aos membros do Gabinete do Governo, impedimento do

Presidente, aprovação de acordos internacionais —, sujeitas, não obstante, à ratificação ou ao veto do Conselho dos Guardiães.

O Conselho de Guardiães acumula funções de órgão legislativo, judiciário e eleitoral. É composto por 6 *faqihs* (especialistas em jurisprudência islâmica), nomeados pelo Líder Supremo, e 6 juristas, nomeados pelo chefe do Poder Judiciário (este, por sua vez, indicado pelo Líder Supremo), para mandato de 6 anos. O órgão ratifica ou veta qualquer projeto de lei aprovado pelo Parlamento, interpreta a Constituição, supervisiona as eleições e aprova ou veta candidatos à Presidência da República, à Assembleia dos Sábios e ao Parlamento.

A Assembleia dos Sábios (ou Conselho de Sábios) constitui órgão deliberativo formado por 88 especialistas islâmicos, eleitos por voto direto para mandatos de 8 anos, a partir de uma lista de candidatos aprovada pelo Conselho de Guardiães. Encarrega-se de eleger, supervisionar e remover, por eventual descumprimento de suas atribuições, o Líder Supremo.

O Conselho de Discernimento é órgão consultivo com a incumbência de assessorar diretamente o Líder Supremo em seu planejamento estratégico, incluindo a definição das grandes linhas de atuação doméstica e a elaboração de diretrizes de política externa da República Islâmica. Também atua como órgão de arbitragem e conciliação em caso de divergência entre o Parlamento e o Conselho de Guardiães. É composto hoje por 38 membros, apontados pelo Líder Supremo para mandatos de 5 anos.

O ex-presidente reformista Hassan Rouhani, eleito em 2013 e reeleito em 2017, buscou reinserir o Irã na comunidade internacional, mediante equacionamento do dossiê nuclear, com assinatura do acordo sobre o programa nuclear iraniano (*Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPOA) e avanços no campo dos direitos humanos. Colheu frutos nas eleições parlamentares de 2016.

Nas eleições parlamentares de fevereiro de 2020, venceu ampla maioria conservadora. Nas eleições presidenciais de 2021, o Conselho da Unidade, agrupamento de coordenação política da ala conservadora, logrou eleger Raisi.

Persistiram as dificuldades econômicas, agravadas pelas sanções unilaterais dos Estados Unidos e pela restrição aos mercados internacionais, inclusive de moedas fortes (e pelo congelamento, paralelo, de ativos iranianos em bancos no exterior).

A tomada do poder pelo Talibã no vizinho Afeganistão, em agosto de 2021, agravou a pressão sobre os serviços públicos, que receberam contingente extra estimado em mais de 2 milhões de refugiados, que se beneficiam de serviços básicos de saúde e educação.

A morte do presidente Ebrahim Raisi em acidente de helicóptero em 19 de maio de 2024 levou à convocação de eleições antecipadas. O candidato reformista Masoud Pezeshkian venceu o segundo turno das eleições presidenciais iranianas com 54% dos votos (cerca de 16,4 milhões) contra 44% (cerca de 13,5 milhões) do candidato conservador Saeed Jalili, seu rival no segundo turno.

Pezeshkian é político reformista moderado. Defendeu, durante a campanha, “relações construtivas” com os países ocidentais para levantamento de sanções econômicas e reativação do Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA). Também

prometeu reduzir restrições à internet e flexibilizar regras sobre o uso do véu islâmico pelas mulheres iranianas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1905-1911	Revolução Constitucional. Estabelecimento do parlamento (<i>Majlis</i>) e elaboração de Constituição (1906).
1908	Descoberta de petróleo na Pérsia e criação da Anglo-Persian Oil Company (APOC), em 1909.
1925	Início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder muda o nome do país para Irã (“terra dos arianos”).
1941	Reza Pahlavi é forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi (“o último xá”).
1951	Mohammad Mosaddegh se torna primeiro-ministro. Nacionalização da indústria do petróleo.
1953	Mohammad Mosaddegh é derrubado em um golpe de estado orquestrado pelos serviços de inteligência britânico (MI6) e norte-americano (CIA). Fazlollah Zahedi é proclamado primeiro-ministro.
1963	Revolução Branca
1979	Revolução Islâmica. Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio. É o fim da monarquia no Irã, que dá lugar à República Islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlavi foge para os EUA.
1980-88	Guerra Irã-Iraque
1989	Aiatolá Ruhollah Khomeini falece. Aiatolá Ali Khamenei torna-se Líder Supremo do Irã.
2013	O clérigo moderado Hassan Rouhani é eleito presidente.
2015	Assinatura do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA) entre Irã e o Grupo P5+1+UE (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, mais a Alemanha e União Europeia), sobre o programa nuclear iraniano. Suspensão das sanções econômicas contra o Irã.
2017	Reeleição do presidente Hassan Rouhani.
2018	Os EUA, sob o governo de Donald Trump, retiraram-se do JCPoA e impõem um sistema rigoroso de sanções unilaterais contra o Irã.

2019-20	Irã reduz gradualmente seus compromissos nucleares previstos no JCPoA.
2020	Operação militar dos EUA resulta na morte, em Bagdá, do comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Islâmica iraniana, Qasem Soleimani, em 3 de janeiro.
2021	Em 3 de agosto, o clérigo conservador Ebrahim Raisi toma posse como presidente do Irã. Retomada das negociações com os EUA para a retomada do JCPoA.
2022	Em fevereiro, 250 dos 290 membros do parlamento iraniano, de maioria conservadora desde 2020, emitiram declaração pedindo ao PR Raisi que envidasse esforços para reviver o JCPoA.
2024	Falecimento do Presidente Ebrahim Raisi e outras sete pessoas em acidente de helicóptero próximo à fronteira com o Azerbaijão
2024	Em 28/7, Masoud Pezeshkian foi empossado pelo líder supremo como nono presidente do Irã. Em 30/7 o novo presidente prestou juramento perante o Parlamento.

ECONOMIA

A economia iraniana baseia-se na exportação de produtos da indústria petrolífera, fortemente atingida pelas sanções unilaterais norte-americanas. Ainda assim, a economia iraniana, com PIB de US\$ 434,2 bilhões em 2024, encontra-se entre as 50 maiores do mundo. Em termos de paridade de poder de compra, o PIB iraniano está estimado em cerca de US\$ 1,7 trilhão, posicionando o país entre as principais economias da região.

Nos últimos anos, o Irã apresentou crescimento moderado do PIB, mas continua enfrentando desafios significativos, como inflação, desemprego e desvalorização da moeda. Desde a retirada unilateral dos Estados Unidos do acordo nuclear (JCPoA) e a reimposição de sanções em 2018, a economia iraniana sofre restrições no comércio exterior e no investimento estrangeiro, bem como dificuldades no acesso a moedas fortes.

De acordo com os dados mais recentes do FMI, o PIB iraniano teve crescimento de 3,3% em 2020, 4,7% em 2021, 3,8% em 2022, 5% em 2023 e 3,7% em 2024.

O Irã, apesar de contar com setor industrial diversificado, ainda depende bastante da produção e exportação de petróleo e gás. O país possui a 4ª maior reserva mundial comprovada de petróleo e a 2ª maior de gás natural. Sua produção petrolífera recupera-se gradualmente. Hoje, a China e a Índia são os principais destinos do petróleo iraniano, embora o aumento da concorrência do petróleo russo tenha reduzido algumas dessas exportações.

As vendas de petróleo continuam sendo essenciais para a estabilidade fiscal do Irã e para sua capacidade de importação. Investimentos domésticos em exploração e produção de petróleo foram anunciados, como o aporte de US\$ 7 bilhões nos campos de Azadegan, que poderá adicionar 600 mil barris de petróleo por dia à produção total do país.

Conforme dados do FMI, a inflação segue sendo um desafio para o Irã, apesar de mostrar desaceleração. Em 2022, alcançou 54%, com uma inflação alimentar ainda mais elevada. Em 2023, o índice ficou em 32% e, em 2024, alcançou 30%. A perda do poder de compra da população e a alta volatilidade dos preços têm gerado descontentamento social e pressionado o governo a manter subsídios significativos em serviços essenciais.

Quanto à taxa de desemprego, os dados oficiais do FMI indicam taxa de 8,1% para 2023 e 8% em 2024. O mercado de trabalho sofre, não obstante, com a baixa geração de empregos formais.

A moeda local, o Rial Iraniano, tem-se desvalorizado continuamente em face do dólar no mercado paralelo (a taxa oficial é fixa), impulsionando a inflação e aumentando a pressão sobre a população. Para lidar com os déficits fiscais, o governo tem recorrido à emissão monetária, agravando ainda mais a desvalorização cambial e o aumento dos preços. O mercado cambial no Irã é distorcido pelo efeito das sanções.

Nesse cenário, a economia iraniana segue em situação delicada, equilibrando crescimento moderado com dificuldades estruturais e impacto das sanções internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR

Na última estimativa consolidada de comércio exterior disponível, para o período de março a outubro de 2024, a Administração de Aduanas do Irã registrou total de comércio de US\$ 99,7 bilhões (US\$ 60,2 bilhões de exportações e US\$ 39,5 bilhões em importações).

Os maiores mercados de exportação do Irã durante esse período foram liderados pela China com US\$ 8,6 bilhões, seguida pelo Iraque com US\$ 7,3 bilhões, Emirados Árabes Unidos com US\$ 4,2 bilhões e Turquia com US\$ 3,3 bilhões. As principais fontes de importação do Irã foram os Emirados Árabes Unidos, com US\$ 12 bilhões, a China, com US\$ 10,2 bilhões, e a Turquia, com US\$ 6,6 bilhões.

Especificamente quanto aos EAU e à Turquia, é notório que grande parte do comércio é de reexportação, a partir de empresas iranianas constituídas em Dubai e em Istambul. Nos últimos anos, o Brasil tem oscilado entre as posições de 5º e 8º maior exportador de produtos ao Irã.

A principal dificuldade iraniana no comércio exterior é a restrição de acesso a moeda forte. A restrição no acesso a divisas explica-se tanto pela drástica diminuição das exportações de petróleo como pelo bloqueio de recursos iranianos no exterior, em razão das sanções norte-americanas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa iraniana prima pelo desenvolvimento socioeconômico por meio da plena inserção do Irã na comunidade internacional, pela segurança de seu território e pelo direito ao desenvolvimento de programa nuclear para fins pacíficos.

Repousa, à luz desses objetivos, sobre dois pilares: busca da "neutralização das sanções", alavancada pela tentativa de construção de consensos, na comunidade internacional, em torno do JCPOA, e pela diversificação da cooperação econômico-comercial; e "diplomacia de vizinhança", com a concentração dos esforços diplomáticos, políticos e de segurança nos países de seu entorno, sobretudo no Golfo Pérsico, na Ásia Central e no Cáucaso.

Outra vertente da política externa iraniana é o desenho de parcerias estratégicas com potências regionais, sobretudo a Rússia e a China, e com o "eixo anti-imperialista".

O Irã ressent-se da precariedade da segurança em sua região, inclusive por conta de sua inserção geográfica central. Além das porosas e extensas fronteiras terrestres com 7 países, o Irã — que é banhado pelo mar Cáspio, pelo golfo Pérsico e pelo golfo de Omã — tem fronteiras marítimas, ao norte e ao sul, com outros 7 vizinhos.

Do ponto de vista estratégico-militar, o Irã encontra-se cercado por 44 bases militares (*lato sensu*) dos Estados Unidos nos países a seu redor. Sobressai, no discurso iraniano, a necessidade de união na luta contra o terrorismo em prol da paz e da estabilidade na região, com ênfase no fim das “interferências externas”. Isso significa, na visão do Irã, sobretudo, a retirada de tropas ocidentais da Síria e do Iraque, assim como o fim das bases militares dos EUA na região.

Há escalada progressiva do confronto entre Israel e o Irã. Ao longo dos últimos anos, Israel conduziu ataques aéreos contra alvos iranianos na Síria. A crise foi aprofundada quando Israel atacou, em 1º de abril de 2024, o consulado iraniano em Damasco. Em retaliação, o Irã lançou ataque direto contra território israelense em 13 de abril, marcando a primeira ofensiva iraniana aberta em mais de quatro décadas de hostilidades. O ataque iraniano foi retaliado de maneira relativamente limitada por Israel, em 19 de abril de 2024, com lançamento de mísseis, a partir de *drones*, contra base iraniana na cidade de Isfahan, em área próxima a instalações nucleares do país.

A tensão intensificou-se em outubro, com a invasão israelense do Líbano. Em 1º de outubro, o Irã lançou 180 mísseis balísticos contra Israel sem aviso prévio, o que provocou nova resposta israelense, culminando em ataques aéreos e com mísseis balísticos ao território iraniano em 26 de outubro.

Em 4 de fevereiro de 2025, o presidente Donald Trump emitiu memorando que reestabelece a política de “pressão máxima”, utilizada em seu primeiro governo, ao intensificar as sanções contra o Irã, visando a conter seus programas nuclear e de mísseis. A medida instrui o Secretário do Tesouro a reforçar sanções econômicas, o Secretário de Estado a revogar isenções e eliminar as exportações de petróleo iraniano,

o Embaixador dos EUA na ONU a promover a restauração de sanções internacionais, e o Procurador-Geral a investigar redes financeiras ligadas ao Irã em território americano.

Em relação a seu entorno regional, o Irã, ademais de eventuais benefícios comerciais e da ruptura do isolamento, busca aprofundar a cooperação em segurança, por causa das atividades de grupos insurgentes e terroristas e das rotas do tráfico de drogas rumo à Europa, proveniente do Paquistão e do Afeganistão.

Embora não tenha presença militar direta no Afeganistão, o Irã envida esforços diplomáticos para mediar disputas entre facções no país vizinho, além de apoiar diálogos para formação de governo inclusivo. Por conta da instabilidade naquele país e pelo temor de que grupos terroristas penetrem em seu território, o Irã mantém grande contingente de tropas na região fronteira.

No Cáucaso, o Irã possui fronteiras com o Azerbaijão (tem expressiva população de etnia azeri) e a Armênia. No contexto do conflito de Nagorno Karabakh, que opõe esses dois países, a declarada neutralidade iraniana é percebida pelo Azerbaijão como pró-Armênia.

Acordo com a Arábia Saudita

A "diplomacia da vizinhança" produziu como um de seus mais tangíveis resultados — além do incremento de visitas políticas e de missões comerciais, bem como do próprio intercâmbio comercial com os países do entorno — o acordo para o restabelecimento de relações diplomáticas com a Arábia Saudita.

Mediado pela China, o acordo, alcançado em março de 2023, indica o desejo das potências regionais de resolver as disputas do Oriente Médio mediante diálogo e sem a interferência ostensiva de atores externos.

BRICS

Formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia e China (a África do Sul foi admitida em 2011), o BRICS passou a incluir, a partir de 2024, o Irã, além da Arábia Saudita, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos e da Etiópia. Os 11 membros, com o ingresso da Indonésia em 2025, participam de todas as reuniões, em processo decisório baseado no consenso. O BRICS oferece para o Irã, tal como para outros membros, plataforma para fortalecimento de alianças políticas e apoio na comunidade internacional.

ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	28/11/1962	17/1/1963
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	21/11/1975	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	26/9/1988	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/6/1991	10/7/1991 (Denunciado em 13/5/1997)	2/7/1991
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	23/11/2009 (Expirado)	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	16/5/2010 (Expirado)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	17/5/2010	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	26/7/2010	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	18/11/2016	1º/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018		Tramitação MRE
Tratado de Auxílio Jurídico	10/4/2018		Tramitação MRE

Mútuo em Matéria Civil			
Tratado de Extradicação	10/04/2018		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Memorando de Entendimento entre o IRBr/MRE e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	10/4/2018	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018		Tramitação MRE
Memorando de Entendimento sobre Serviços Aéreos entre a ANAC e a Agência de Aviação Civil do Irã (ICAO)	13/12/2018	13/12/2018	
Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO)	8/12/2020		
Memorando de Entendimento entre a Organização de Proteção das Plantas do Brasil e a Organização de Proteção das Plantas do Irã	8/12/2020		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TEERÃ

Candidato André Veras Guimarães

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em 1º de outubro de 1966, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, André Veras Guimarães é filho de Geraldo Medeiros Guimarães, bancário, falecido, e de Leila Maria Veras Guimarães, do lar.

É o segundo de quatro filhos, na ordem de nascimento: Andrea Veras Guimarães (1º/10/1964); Adriana Veras Guimarães (25/7/1971) e Alessandra Veras Guimarães (25/7/1974).

É pai de Luiz Felipe Fernandes Guimarães, agrônomo, nascido em 2/5/1999, e de Catarina Fernandes Guimarães, estudante de arquitetura, nascida em 2/1/2003.

Casado, em segundas núpcias, com Vanessa de Pádua Mendonça Guimarães, funcionária pública distrital – ADASA, tem como enteado Benício de Pádua Mendonça, nascido em 31/10/2016.

André estudou no colégio Estadual Pedro II, em Petrópolis, onde também cursou Direito, com bolsa de estudos, na Faculdade Católica de Petrópolis.

Foi admitido no Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas (CPCD) em 1995. Antes de ser aprovado no concurso, ministrou aulas em colégios privados e cursos de inglês, além de aulas particulares de francês.

Sua primeira lotação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores foi na Divisão de Atos Internacionais. Em seguida, foi, na presidência do Ministro Pádua Ribeiro, chefe do Cerimonial e da Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça.

Ao retornar ao Ministério das Relações Exteriores, foi assessor da Coordenação de Orçamento e Finanças. Entre 2009 e 2012 foi chefe da Divisão de Pagamentos. Entre janeiro de 2016 a dezembro de 2019 foi chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional.

No exterior, foi chefe do Setor Consular, no Consulado-Geral do Brasil em Nova York (2000-2005), do Setor Político, na Embaixada do Brasil em Bogotá (2005-2009), e do Setor de Administração e de Cooperação Jurídica, na Embaixada do Brasil em Washington (2012-2016). Ainda no exterior, foi encarregado do Consulado do Brasil em Nagóia, Japão (2009), Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Lomé, Togo (2011), e Encarregado do Consulado-Geral do Brasil em Lagos, Nigéria (2023).

Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata, André ocupa, desde janeiro de 2020, a chefia do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.

André tem como hobbies ouvir música, ler e fazer caminhadas.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**I - Relações diplomáticas**

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, estabelecidas em 1903, desenvolvem-se com espírito de amizade e respeito mútuo. Em 2023, os dois países celebraram 120 anos de laços ininterruptos.

Na década de 1950, foram assinados os primeiros acordos de cooperação cultural. Em 1960, o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília. A partir de então, foram registradas visitas de alto nível de lado a lado.

Em 1965, o xá Reza Pahlavi fez a primeira visita de um chefe de Estado iraniano ao Brasil. Em 2009, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad também esteve no Brasil. Em 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Irã. Ahmadinejad retornou ao Brasil em 2012 para a Rio+20. A Presidente Dilma Rousseff encontrou-se, por sua vez, com o Presidente Hassan Rouhani em Nova York, à margem da 70ª AGNU, em 2015. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve reunião bilateral com o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, por ocasião da Cúpula do BRICS, realizada em Joanesburgo, entre 22 e 24 de agosto de 2023.

Cabe ainda registrar visitas a Teerã, em 2015, do chanceler Mauro Vieira, em setembro, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Armando Monteiro, acompanhado de delegação empresarial, em outubro.

Em abril de 2018, o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília. Nela foram assinados os seguintes acordos bilaterais na área de cooperação jurídica internacional: extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal. Em fevereiro de 2022, a Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina, visitou Teerã.

Em julho de 2024, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin representou o Presidente da República na cerimônia de posse do Presidente Masoud Pezeshkian, acompanhado de delegação que incluiu representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária. Além de encontro com o presidente iraniano, o VPR encontrou-se com o presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Minas e Agricultura do Irã (ICCIMA) e participou de evento de negócios com 150 autoridades do governo e membros da comunidade empresarial iraniana.

O Brasil e o Irã contam, na esfera institucional, com mecanismo de consultas políticas e acordos nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

As reuniões do mecanismo de consultas políticas foram retomadas em abril de 2016, em Teerã, após hiato de quase 5 anos. Em janeiro de 2021, no auge da pandemia de COVID-19, realizou-se a 10ª Reunião, em modalidade de videoconferência. Em agosto de 2022, teve lugar a 11ª edição em Teerã. A reunião mais recente (12ª) ocorreu em agosto de 2023, em Brasília.

A diplomacia parlamentar é vertente do relacionamento entre o Brasil e o Irã. Assistiram à posse do aiatolá Ebrahim Raisi na presidência da República Islâmica, em agosto de 2021, os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Irã, em representação do presidente da Câmara dos Deputados, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Além de comparecer à referida cerimônia, os deputados brasileiros foram recebidos pelo presidente do Parlamento iraniano (*Majlis*), Mohammad Ghalibaf, e encontraram-se com o presidente do grupo parlamentar de amizade Irã-Brasil do *Majlis*, deputado Ahmad Naderi, e com o presidente da Comissão de Minas e Indústria do Parlamento, deputado Akbari Talarposhtee.

Em fevereiro de 2022, o deputado Evandro Roman e delegação empresarial reuniram-se no Irã, por ocasião da feira IranPlast, com empresas e órgãos governamentais ligados ao setor petroleiro e petroquímico.

Durante sua visita em fevereiro de 2022, a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi acompanhada pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Neri Geller (PP/MT) e pelo deputado estadual Dal Molin (PSC/MT), e foi igualmente recebida no *Majlis*.

O legislativo unicameral iraniano conta com o grupo "Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Irã". Em encontro, em abril de 2023, com o então Embaixador do Brasil, os deputados Naderi e Mohammad Javad Asgari, presidente do grupo parlamentar de agricultura, manifestaram desejo de seguir fomentando essa vertente do relacionamento bilateral.

II - Relação econômico-comercial

Com população de quase 90 milhões de habitantes, concentrada em centros urbanos, o Irã constitui relevante mercado para o agronegócio brasileiro, a despeito do contexto de sanções vivido pelo país. Em 2024, o Irã foi o 12º principal destino das exportações de produtos agrícolas do Brasil.

Levando em conta as restrições à moeda forte por conta das sanções unilaterais norte-americanas, o Irã privilegia compras por meio de comércio compensado e de países que possuem recursos iranianos (não bloqueados) em seus bancos, sobretudo grandes importadores de petróleo iraniano até abril de 2019, como a China e a Índia.

Embora as sanções unilaterais norte-americanas ao Irã não se apliquem aos produtos exportados pelo Brasil, empresas nacionais temem efeitos secundários das sanções. O mesmo se aplica às empresas seguradoras e financiadoras de atividades comerciais internacionais, tanto no Brasil quanto em outros países. Esse receio gera o efeito conhecido por *overcompliance*.

O fluxo comercial entre Brasil e o Irã apresenta, ao longo dos anos, oscilações, com saldo comercial favorável, de maneira consistente, ao Brasil. Apesar de persistirem entraves, o Irã é expressivo mercado — um dos maiores do Oriente Médio — para exportações brasileiras. Os superávits comerciais do Brasil com o Irã foram, em 2022, de US\$ 4,1 bilhões; em 2023, de US\$ 2,2 bilhões; e em 2024, de US\$ 2,9 bilhões.

Em 2024, as exportações brasileiras somaram US\$ 3 bilhões, o que representa crescimento de 30,7% em relação ao ano anterior, enquanto as importações atingiram US\$ 9,7 milhões. As exportações brasileiras concentram-se em milho não moído (31%), soja (28%), farelos de soja (28%) e açúcares e melaços (14%). As importações, em frutas secas e nozes (52%), vidraria (9,2%), frutas preservadas e preparações (8,6%), além de medicamentos e produtos farmacêuticos (8,5%).

O Brasil inaugurou, recentemente, Adidância Agrícola na Embaixada em Teerã, responsável por mapear oportunidades de exportação e importação de produtos agrícolas. O Irã mostra, de sua parte, interesse no estreitamento da cooperação por intermédio da EMBRAPA.

O debate sobre temas agrícolas estrutura-se no Comitê Consultivo Agrícola (CCA). De forma mais ampla, o diálogo econômico transcorre na esfera da Comissão Econômica-Comercial Brasil-Irã, que já teve quatro edições.

III - Cooperação Técnica

Visitou o Brasil, em março de 2022, na esteira da visita da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, o presidente da Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO, na sigla em inglês) e vice-ministro da Agricultura, Dr. Mojtaba Khayam Nekoiee,

Em projeto de cooperação trilateral capitaneado pelo Escritório do UNICEF em Teerã e coordenado, no Brasil, pela ABC, realizaram visita de estudos a Brasília e Boa Vista, em junho/julho de 2022, delegação de alto nível do Ministério de Cooperativas, Trabalhos e Bem-estar Social do Irã, acompanhada de representantes do escritório do UNICEF no Irã, a fim de conhecer as experiências brasileiras no cadastro único do Auxílio Brasil e no acolhimento a refugiados.

IV - Cooperação em outras áreas

No campo da cooperação educacional, são ainda muito reduzidas as iniciativas entre o Brasil e o Irã, não obstante a preeminência do Irã na esfera acadêmica, com mais de 300 instituições universitárias e importante produção científica.

Os principais programas de mobilidade acadêmica do Brasil, PEC-G e PEC-PG, têm procura limitada no Irã, cujos estudantes normalmente privilegiam países europeus ocidentais e norte-americanos, assim como buscam obter bolsas que contemplem, além do ensino, gastos de manutenção pessoal. Ainda assim, o Posto tem divulgado os programas e ocasionalmente recebe alguns pedidos de inscrição.

O Brasil atua em conjunto com a Embaixada de Portugal em Teerã para difundir o idioma português. Juntas, as Embaixadas alternam-se na promoção da "Semana da Língua Portuguesa", em parceria com Universidade local.

Há também demanda para estruturar o ensino de português em Teerã de forma mais duradoura, recorrendo-se, por exemplo, ao programa Leitorado mantido pelo Itamaraty, o que permitiria a instalação permanente de professor de português na capital iraniana.

V - Temas culturais

A realização de atividades de promoção cultural no Irã é particularmente complexa em razão dos costumes religiosos. Filmes a serem exibidos em festivais, por exemplo, requerem longo processo para aprovação e exigem a edição e/ou corte de determinadas cenas. A aprovação de concertos musicais também passa pelo envio prévio de repertório e pela tradução de letras de músicas. O futebol, esporte de grande popularidade no Irã, pode ser utilizado como ferramenta de aproximação cultural entre Brasil e Irã.

Há também oportunidades na área do turismo. A crescente demanda por visto de turismo da parte de iranianos (em 2023 foram emitidos 2.801 vistos nessa categoria; em 2024, foram 5.057) demonstra o interesse local nos destinos brasileiros. Em recente visita de autoridades do Ministério do Turismo do Brasil a esta capital, foram debatidas maneiras de aumentar o fluxo turístico entre os países.

VI - Temas consulares

A comunidade brasileira no Irã é composta de 180 pessoas.

O principal objeto de atenção do setor consular da Embaixada, além da emissão de vistos para iranianos, é a política de concessão de vistos humanitários a afegãos afetados pela situação naquele país.

Desde 2021 até o fim de 2024 haviam sido concedidos, pela rede consular brasileira habilitada, cerca de 13 mil vistos a afegãos naquela situação. Desse total, 8 mil foram emitidos pela Embaixada em Teerã.

À luz da legislação mais recente a respeito do tema — que limita a oferta de vistos de natureza humanitária à capacidade de recepção no Brasil —, aguarda-se, para retomada da emissão de vistos, aprovação, pelo Ministério da Justiça, de lista de organizações da sociedade civil (OSC) interessadas em atuar no acolhimento de afegãos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Promover, no Irã, os interesses do Brasil e da sociedade brasileira com vistas à geração de benefícios concretos para o desenvolvimento sustentável e para os cidadãos brasileiros, valendo-se de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Promover os interesses do Brasil junto ao governo, setor privado e sociedade iranianos, executar a política externa brasileira para o Irã, prestar serviços consulares de qualidade, aprofundar o conhecimento recíproco e promover as diversas vertentes de cooperação.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações bilaterais políticas e econômicas;
2. Fortalecer relações no âmbito de organismos internacionais, blocos regionais e temáticos, e foros de concertação;
3. Aprofundar mecanismos de cooperação existentes e identificar novas áreas de cooperação;
4. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil no Irã e dos produtos brasileiros no mercado local;
5. Promover investimentos iranianos no Brasil;
6. Promover a imagem e cultura do Brasil no Irã e aprofundar o conhecimento recíproco;
7. Prestar serviços consulares de qualidade;
8. Aprimorar práticas de gestão.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. AMPLIAR E DIVERSIFICAR O COMÉRCIO BILATERAL**

- Promover visitas a instituições relevantes no âmbito do comércio bilateral, atual e potencial (dos dois lados);
- Atualizar regularmente informações sobre os requisitos para importação pelo Irã;
- Incrementar a participação em feiras de lado a lado;
- Realizar eventos de promoção comercial, inclusive de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas, com o apoio da APEX;
- Aprofundar o conhecimento do mercado local de carne bovina e padrão de importação iraniana para buscar inserção da indústria brasileira;
- Manter contatos regulares com o Ministério de Agricultura do Irã;
- Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para a República Islâmica do Irã, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;
- Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial na República Islâmica do Irã;
- Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados na República Islâmica do Irã;
- Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e a República Islâmica do Irã.

2. ATRAIR INVESTIMENTOS IRANIANOS PARA O BRASIL E CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

- Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, em particular no setor de infraestrutura e no âmbito do PAC-PPI, com o apoio da APEX;
- Identificar setores de interesse de empresas iranianas, inclusive na área de energia e fertilizantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes dos dois governos;
- 2) Número de consultas atendidas pela embaixada, provenientes de empresas e outros atores brasileiros e iranianos, privados e de governo (associações setoriais, federações, confederações, Apex-Brasil, etc.);
- 3) Número de boletins e informações comerciais preparados;
- 4) Número de encontros e reuniões com potenciais compradores e investidores, órgãos de governo e outros agentes envolvidos na promoção comercial e de investimentos;
- 5) Número de eventos de promoção comercial organizados pela embaixada ou com sua participação ou apoio;
- 6) Participações em eventos organizados por outras entidades privadas e de governo, brasileiras ou iranianas;
- 7) Número de entrevistas, artigos e inserções em mídias sociais e publicações especializadas para promoção de produtos e serviços brasileiros, bem como para promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. APOIAR E FORTALECER A RELAÇÃO BILATERAL COM A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ POR MEIO DA INTENSIFICAÇÃO DE VISITAS OFICIAIS E DE TRABALHO DE LADO A LADO, POR MEIO DE:

a) Encontros regulares de alto nível

- Possível visita do PR Pezeshkian ao Brasil, em julho de 2025, para participar da Cúpula do BRICS;
- Apoiar possíveis visitas bilaterais dos ministros de Relações Exteriores e encontros bilaterais à margem de grandes eventos internacionais,
- promover visitas bilaterais de outros ministros das áreas de maior interesse recíproco.

b) Mecanismos de consultas e concertação

- Realizar no Irã a 13ª reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (a 12ª foi em Brasília, em 2023);
- Realizar no Irã ou em São Paulo a 5ª Comissão Econômico-Comercial Bilateral (a 4ª foi em 2016, em Brasília);
- Estabelecer diálogo regular em temas multilaterais de interesse recíproco.

c) Mapeamento dos acordos bilaterais em negociação e seu estágio de consideração e grau de interesse de parte a parte

2. APROFUNDAR O DIÁLOGO E INTERLOCUÇÃO ENTRE OS DOIS GOVERNOS E AS DUAS SOCIEDADES

- Manter canais regulares de diálogo e interação com órgãos e atores do Governo iraniano, em particular por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irã;
- Realizar gestões determinadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil junto à chancelaria ou outros órgãos de governo iranianos;
- Apoiar a realização de visitas de autoridades brasileiras ao Irã e de autoridades iraniana ao Brasil, inclusive representantes dos poderes legislativo, judiciário e de entes federativos;
- Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais, atores culturais e acadêmicos, e empresários, sempre que cabível;
- Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral.

3. ACOMPANHAR, REGISTRAR E ANALISAR AS ATIVIDADES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA IRANIANAS

- Manter contatos regulares com atores relevantes do Irã, nos níveis nacional, regional e local;
- Manter contatos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico, membros de missões estrangeiras e de organismos internacionais para melhor compreensão da realidade local nos campos político, social, econômico, cultural e de segurança;
- Produzir material de registro e análise sobre o Irã, inclusive em suas vertentes socioeconômica, de cooperação, de paz e segurança, direitos humanos, de comércio e investimentos, meio ambiente, defesa, energia, entre outros, com vistas a subsidiar a política externa brasileira em relação ao país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões das comissões e mecanismos bilaterais de consultas;
- 2) Número de visitas oficiais;
- 3) Número de acordos revisados e/ou assinados;
- 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;
- 5) Número de relatórios analíticos sobre temas de política interna e externa iraniana e demais assuntos de interesse para a política externa brasileira.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer o diálogo bilateral sobre temas da agenda internacional relevantes para ambos os países;
2. Buscar concertação de posições em organismos multilaterais ou plurilaterais para fazer avançar interesses compartilhados;
3. Examinar e registrar as atividades do Irã e seus interesses prioritários em foros e projetos de desenvolvimento ou concertação regionais que não contem com a participação do Brasil;
4. Buscar o apoio continuado a iniciativas e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e organizações internacionais, reforçando o objetivo comum de ampliar a participação de países em desenvolvimento nos processos decisórios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para discussão de temas multilaterais;
- 2) Número de reuniões para gestões em favor de candidaturas do Brasil;
- 2) Número de apoios iranianos comprometidos com iniciativas e candidaturas brasileiras;
- 3) Número de relatórios analíticos sobre temas de interesse multilateral ou de foros regionais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. INCENTIVAR O TURISMO AO BRASIL

- Promover participação brasileira em feiras dedicadas ao turismo;
- Promover destinos turísticos brasileiros, inclusive por meio de canais digitais;
- Buscar parcerias com empresas que divulguem a imagem do Brasil como destino turístico e operadores que ofereçam pacotes turísticos no Brasil.

2. DIVULGAR A IMAGEM DO BRASIL, A CULTURA BRASILEIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA

- Desenvolver parcerias para projetos e eventos de promoção das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais e eventos de divulgação ao público iraniano de artistas e profissionais da cultura brasileira, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos, músicos e chefs, entre outros;
- Promover a publicação de livros de autores brasileiros traduzidos para a língua persa;
- Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público sobre o País;

- Promover a língua portuguesa no escopo do grupo de embaixadas de países da CPLP em Teerã;
- Atualizar regularmente os canais digitais da embaixada, com conteúdo que gere interesse efetivo pelo Brasil e divulgação de projetos e eventos culturais;
- Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;
- 2) Número de reuniões para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, operadores de turismo e outros atores do setor;
- 3) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para ampliar a difusão da cultura brasileira no Irã;
- 4) Número de iniciativas de divulgação da língua portuguesa;
- 5) Número de postagens e reações em redes sociais;
- 6) Número de seguidores dos canais digitais do posto;
- 7) Número de artigos, livros e demais publicações traduzidos e publicados;

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A SEGURANÇA ALIMENTAR E HÍDRICA, O SANEAMENTO BÁSICO E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. PROMOVER A COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Promover a participação brasileira em eventos na República Islâmica do Irã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades iranianas em eventos realizados no Brasil;
- Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;
- Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos iranianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;

- Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;
- Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 30);
- Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e
- Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na República Islâmica do Irã.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de relatórios a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 3) Número de reuniões com agentes de governo para exame da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas várias áreas;
- 4) Número de reuniões para avaliação das possibilidades de cooperação;
- 4) Número de informe sobre o assunto;
- 5) Número de projetos estudados e desenvolvidos;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos.

VI - COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. IDENTIFICAR POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO AGROPECUÁRIA, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS, BEM COMO À DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

- Avaliar o interesse recíproco na cooperação em agricultura e em áreas de produção agrícola nas quais o Irã se destaca;
- Examinar oportunidades de cooperação no cultivo do solo árido e semi-árido, em vista das experiências e desafios brasileiros e iranianos;
- Explorar oportunidades de cooperação no setor pecuário que permitam ampliar o acesso ao mercado de carne bovina.

2. FORTALECER A COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

- Identificar potenciais parceiros e promover conexões entre os agentes;

- Planejar e executar iniciativas de diplomacia da inovação, em parceria com entidades do Irã e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro, levando em consideração perspectivas de inclusão e diversidade;
- Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica para promover a imagem do Brasil como nação inovadora.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e consultas com interlocutores da área de C, T & I e de agropecuária;
- 2) Número de atividades realizadas para negociação e conclusão de parcerias com foco em C, T & I e com foco em agropecuária;
- 3) Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;
- 4) Número de visitas de representantes de instituições e autoridades nos setores, em ambas as direções;

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR A COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

- Busca de parcerias com órgãos públicos e privados para ampliar difusão cultural brasileira no Irã;
- Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores iranianos e brasileiros;
- Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na República Islâmica do Irã, a exemplo da produção de grandes eventos.

2. PROMOVER O BRASIL COMO DESTINO TURÍSTICO DE VIAJANTES IRANIANOS

- Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;
- Participação brasileira em grandes feiras de turismo na República Islâmica do Irã;
- Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo no Irã;
- Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado iraniano.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para fazer avançar a cooperação educacional;
- 2) Número de reuniões para promoção de parcerias para difusão cultural brasileira;
- 3) Número de eventos culturais e educacionais realizados e público participante;
- 4) Número de informações produzidas sobre cada setor;
- 5) Número de projetos examinados e negociados;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos em cada setor.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. IDENTIFICAR ÁREAS DE INTERESSE COMUM E EXPERTISE ESPECÍFICA PARA PROMOVER A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL**

- Identificar principais agentes iranianos nas áreas de interesse;
- Promover trocas de experiências entre técnicos e agentes governamentais dos dois países nas áreas de maior êxito, de modo ao aproveitamento recíproco de experiências, como nas áreas de habitação popular, merenda escolar e energia limpa a preço acessível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes elaborados a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões com atores locais e brasileiros para compreensão de demandas e interesses específicos e complementariedades;
- 2) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 3) Número de projetos de cooperação discutidos e negociados.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Garantir a prestação de serviço consular de qualidade e eficiente à comunidade brasileira no Irã, inclusive por meio do sistema e-Consular e da constante facilitação do acesso a tais serviços;
2. Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, por meio das redes sociais da Embaixada e do portal consular do Itamaraty;
3. Realizar visitas a brasileiros presos e prestar-lhes a assistência consular cabível e identificar casos prioritários de transferência para cumprimento de pena no Brasil;

4. Mapear regularmente a comunidade brasileira, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;
5. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;
6. Promover o diálogo consular com a chancelaria iraniana, com vistas a agilizar a tramitação de pedidos de transferência de pessoas condenadas, solucionar eventuais questões migratórias e tratar de assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de satisfação do consulente;
- 2) Número de documentos produzidos e de atendimentos consulares prestados;
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
- 4) Número de consultas recebidas e respondidas;
- 5) Tempo para atendimento ao consulente (presencial, e-mail, telefone);
- 6) Número de visitas a brasileiros presos e número de processos de transferência de pessoas condenadas tramitados e concluídos;
- 7) Número de comunicações preparadas para a comunidade brasileira;
- 8) Número de postagens e de seguidores das redes sociais do posto.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 9, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Nascido em 1966, o diplomata graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis. No ano de 1995, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2005.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1996. Foi promovido a Segundo-Secretário em 2002; a Primeiro-Secretário em 2006; a Conselheiro em 2009; e a Ministro de Segunda Classe em 2016.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Chefe da Assessoria de Cerimonial e de Relações Públicas do Superior Tribunal de Justiça (1999-00); Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral do Brasil em Nova York (2002-05); Chefe do Setor Político da Embaixada do Brasil em Bogotá (2005-08); Chefe da Administração e do Setor de Cooperação Jurídica da Embaixada do Brasil em Washington (2012-16). No Itamaraty, foi Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional (2016-19); Diretor do Departamento de Segurança e Justiça (2019-22) e Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica, desde 2022.

Em conformidade com as normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a República Islâmica do Irã, com informações sobre relações bilaterais, política interna, economia, política externa e acordos firmados.

Igualmente, foi enviado o Planejamento Estratégico, apresentado em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e à Decisão do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de 12 de abril de 2023, com as metas prioritárias da gestão do candidato e respectivos indicadores para mensurar o cumprimento dessas metas.

Com 87 milhões de habitantes, o Irã é o único grande país do Oriente Médio em que prevalece a seita minoritária xiita do islamismo, com cerca de 90% de adeptos da população. O Líder Supremo, o Aiatolá Khamenei, tem autoridade absoluta sobre assuntos religiosos e políticos,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

detém atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas.

Desde 2024, o Chefe de Governo é o Presidente Masoud Pezeshkian, escolhido por sufrágio universal, tal como os parlamentares e a Assembleia dos Peritos ou Sábios. Esse sistema político complexo é margeado ainda por outros núcleos de poder, como o Conselho dos Guardiões e o Conselho do Discernimento, a fim de controlar o poder secular pelas diretrizes teocráticas.

Possui, com o Brasil, laços diplomáticos desde 1903. Nessa relação, alguns acordos bilaterais foram celebrados; todavia, a comunidade brasileira no Irã é diminuta, com 180 pessoas. Isso não significa afirmar que a atividade consular seja inexpressiva, pois é o canal para emissão de vistos humanitários aos afegãos que se evadem do regime talibã.

Neste ponto, cumpre lembrar que a mudança de poder no vizinho Afeganistão, em agosto de 2021, provocou a ida de cerca de dois milhões de refugiados afegãos ao Irã, gerando sobrecarga nos serviços públicos locais.

Na diplomacia parlamentar, cumpre ressaltar que o Senado possui seu Grupo Parlamentar Brasil-Irã desde 2021, e a Câmara dos Deputados possui seu Grupo homônimo desde 1993. Por sua vez, o legislativo unicameral do Irã conta com a Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Irã.

Quanto ao comércio, as sanções internacionais impostas ao Irã impactaram consideravelmente sua economia e dificultam os negócios com aquele país, embora isso não afete diretamente os produtos do agronegócio brasileiro exportados àquele país, onde contamos até mesmo com uma Adidância Agrícola.

Em 2024, exportamos ao redor de US\$ 3 bilhões, sobretudo de milho não moído (31%), soja (28%), farelos de soja (28%) e açúcares e

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

melaços (14%); enquanto importamos US\$ 9,7 milhões, em especial frutas secas e nozes (52%), vidraria (9,2%), frutas preservadas e preparações (8,6%), além de medicamentos e produtos farmacêuticos (8,5%).

Distintamente, é o mercado de exportação de produtos da indústria petrolífera, base da economia iraniana – que detém a 4ª maior reserva mundial comprovada de petróleo e a 2ª maior de gás natural –, fortemente atingido pelas sanções estadunidenses, impactando o comércio, os investimentos e o acesso a moedas fortes. Mesmo assim, a economia do Irã apresenta crescimento. Em 2024, o PIB cresceu 3,7%.

O relacionamento com os Estados Unidos é de grande tensão, pois o país é cercado por 44 bases militares estadunidenses nos países vizinhos ao Irã, e tem ressentido a escalada do uso da força com Israel, principal aliado do ocidente e particularmente próximo do Governo de Donald Trump.

Entre os principais temas nessa medição de forças, está o programa nuclear iraniano, que chegou a ser, em 2015, equacionado com a assinatura do Plano de Ação Conjunto Abrangente com os membros permanentes do Conselho de Segurança mais a União Europeia.

Porém, houve a retirada dos Estados Unidos do acordo, agravada pela operação militar estadunidense que resultou na morte do comandante iraniano Soleimani em 2020.

Contudo, o atual presidente iraniano, Pezeshkian, é visto como de posição moderada e defendeu, durante sua campanha, que buscaria relações construtivas com os países ocidentais para o levantamento de sanções econômicas e reativação do Plano de Ação.

Ressalta-se, por fim, que o BRICS, inicialmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, e posteriormente África do Sul (2011), passou a incluir, a partir de 2024, Irã, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos e Etiópia, além da Indonésia, em 2025. Nesse contexto, o Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

iraniano possivelmente visitará o Brasil neste ano, no encontro de cúpula do bloco.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1966 Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989	Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
1992	Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1994	CPCD - IRBr
2003	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

1995	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe, por merecimento
2023	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1996	Departamento de Europa, assistente
1996-99	Divisão de Europa I, assistente
1997	Embaixada em Oslo, terceiro-secretário e encarregado de negócios em missão transitória
1999-2000	Governo do Distrito Federal, assessor internacional chefe do Cerimonial
2000-01	Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, assessor especial
2001-02	Governo do Distrito Federal, assessor internacional e chefe do Cerimonial
2002-05	Embaixada em Paris, segundo-secretário
2005-06	Embaixada em Riade, segundo-secretário, conselheiro comissionado e encarregado de negócios
2006	Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006-09	Embaixada em Beirute, primeiro-secretário e conselheiro

2007	Embaixada em Doha, encarregado de negócios em missão transitória
2007	Escritório de Representação em Ramalá, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Embaixada em Riade, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Consulado-Geral em Beirute, encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009	Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009-11	Embaixada em Riade, Cconselheiro e encarregado de negócios
2010	Embaixada em Roseau, encarregado de negócios em missão transitória
2011-13	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-geral adjunto
2013-17	Embaixada em Kinshasa, embaixador
2017-18	Presidência da República, assessor internacional
2018-19	Consulado-Geral em Istambul, missão transitória
2019-22	Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2022-	Senado Federal, assessor internacional

Condecorações:

1999	Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, grã-cruz
1999	Ordem Dannebrog, Dinamarca, cavaleiro
1999	Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, comendador
1999	Mérito Fu Shingkan, Taiwan, medalha
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro
2000	Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, medalha



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2025

(n° 287/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 287

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de março de 2025.

EM nº 00050/2025 MRE

Brasília, 10 de Março de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e o curriculum vitae de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 351/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/03/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6524112** e o código CRC **7944CDD5** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001458/2025-32

SEI nº 6524112

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 11/2025 [4 de 29]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

REINO DA ARÁBIA SAUDITA



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE, REI SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD



Nasceu em 1935. É o sexto filho do fundador da Arábia Saudita, Abdulaziz Al Saud, com sua esposa mais influente, Hussa Al Sudairi. Em 1954, foi designado vice-governador da província de Riade. Em 1963, assumiu o governo da província, cargo que ocupou durante 48 anos. Em 2011, foi indicado pelo então Rei Abdullah bin Abdulaziz para chefiar o Ministério da Defesa. Em 2012, foi nomeado príncipe-herdeiro. Assumiu o trono em 2015, aos 79 anos.

SUA ALTEZA REAL, PRÍNCIPE HERDEIRO E PRIMEIRO-MINISTRO MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD (MBS)



Nasceu em 1985. É o filho mais velho do rei Salman com sua terceira esposa. Dedicou-se a atividades filantrópicas até ser nomeado, em 2009, assessor especial de seu pai, quando ainda exercia o governo da província de Riade. Desde 2015, acumula os cargos de ministro da Defesa, presidente do Conselho Econômico de Desenvolvimento e presidente do Conselho de Assuntos Políticos e de Segurança. Em 2017, tornou-se o príncipe-herdeiro. Desde então, tomou a frente na condução das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, foi nomeado primeiro-ministro e assim se tornou formalmente chefe de governo.

SUA ALTEZA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, PRÍNCIPE FAISAL BIN FARHAN AL SAUD



Nasceu em 1974, em Frankfurt. Em 2015, tornou-se assessor do então vice-príncipe-herdeiro Mohammad bin Salman (MBS). Em 2017, com a elevação de MBS à posição de príncipe-herdeiro, assumiu assento na diretoria da recém-criada *holding* de defesa *Saudi Arabian Military Industries* (SAMI). No mesmo ano, tornou-se assessor do embaixador saudita em Washington. Em fevereiro de 2019, foi nomeado embaixador em Berlim, posição que ocupou até assumir o cargo de chanceler, em outubro do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os laços diplomáticos entre o Brasil e a Arábia Saudita, estabelecidos em 1968, baseiam-se na amizade e na cooperação, que contribuíram para a construção de relevante parceira.

De parte a parte, verifica-se percepção da natureza estratégica dos vínculos bilaterais, decorrente não só de serem os dois países atores incontornáveis nas respectivas regiões, mas também de possuírem elevado grau de complementaridade entre suas economias.

A Arábia Saudita, além de segundo maior mercado, em 2024, para as exportações brasileiras no Golfo, integra o G20 e compartilha, com o Brasil, posições semelhantes em temas da agenda regional e global. Participa, ainda, como estado convidado, das atividades do BRICS.

Ambos os países apresentaram, nos últimos anos, crescentes níveis de aproximação, com a realização, a partir de 2019, de visitas bilaterais de alto nível e intensificação da agenda econômica, com enfoque na promoção de investimentos recíprocos.

A Arábia Saudita conta com o 5º maior fundo soberano do mundo — o *Public Investment Fund* (PIF) —, que controla US\$ 925 bilhões em ativos. O PIF anunciou, em 2019, a intenção de investir até US\$ 10 bilhões no Brasil.

Em novembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em Riade, de encontro com o Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, Mohammed bin Salman, e de fórum empresarial, com expressiva participação de empresas brasileiras e sauditas.

Em junho de 2024, visitou Riade, por sua vez, o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a convite do titular do Ministério do Investimento da Arábia Saudita (MISA), Khalid Al-Falih. Participou, na ocasião, de mesa-redonda com o setor financeiro e fundos de investimento de ambos países.

Ainda em 2024, em duas ocasiões, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, esteve na Arábia Saudita: em março, em Jedá, para consultas bilaterais com o Chanceler saudita Faisal bin Farhan e, em setembro, em Riade, para participação na I Reunião Ministerial Brasil-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), quando foi assinado memorando de entendimento sobre diálogo estratégico Brasil-CCG.

Registram-se, também, visitas a Riade dos seguintes ministros: o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, avistou-se, em julho de 2023, com sua contraparte saudita e outras entidades locais; o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, em janeiro de 2025, do evento *Future Minerals Forum*, quando manteve encontros com os ministros sauditas de Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud, e de Indústria e Recursos Minerais, Bandar Alkhorayef; o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou-se, em fevereiro de 2025, na Arábia Saudita, com o titular do MISA, para apresentar oportunidades de investimentos no Brasil.

Também se realizaram, no período 2023-2034, duas missões sauditas ao Brasil. A primeira, liderada pelo titular do MISA e composta por representantes do governo e setor privado do Reino, participou, em julho de 2023, em São Paulo, entre outras atividades, de fórum empresarial Brasil-Arábia Saudita na FIESP. Por sua vez, o Ministro da Indústria e Recursos Minerais saudita, Bandar Alkhorayef, cumpriu, em julho de 2024, extensa programação no Brasil, com encontros no Ministério de Minas e Energia, FIESP, BNDES e Vale, assim como visitas à Embraer, ao Instituto Butantan e às instalações da Vale em Carajás.

No âmbito político-institucional, foi assinado — por ocasião da reunião de Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024 — memorando de entendimento para a criação do Conselho de Coordenação Brasil-Arábia Saudita, com vistas ao estreitamento da cooperação bilateral.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

No campo do comércio, considerando o valor das trocas bilaterais, a Arábia Saudita é o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio e Norte da África. Em 2024, o intercâmbio foi de US\$ 6,2 bilhões. Em 2022 e em 2023, esse montante atingiu, respectivamente, US\$ 8,2 bilhões e US\$ 6,7 bilhões. A pauta bilateral apresenta forte nível de complementaridade, com exportações, pelo Brasil, de proteína animal (carne vermelha e de frango) e agrícolas (complexo soja, açúcar, milho e trigo). As importações brasileiras limitaram-se a petróleo bruto, outros produtos petroquímicos ou de origem mineral e fertilizantes.

As exportações de *commodities* agrícolas representam mais de 85% da pauta. O Brasil é o maior fornecedor desses produtos para o Reino, com 11% do mercado, seguido da Índia. Em regra, o saldo da balança comercial foi, nos últimos anos, desfavorável ao Brasil, sobretudo nos momentos de alta nos preços do petróleo, como em 2022, quando o déficit atingiu US\$ 2,4 bilhões. Esse quadro foi agravado em razão do aumento das importações brasileiras de fertilizantes sauditas. Em 2024, registrou-se saldo, favorável ao Brasil, de US\$ 76 milhões.

Há potencial para diversificação da pauta exportadora brasileira para além de *commodities*, com produtos de maior valor agregado, especialmente alimentos industrializados, cosméticos, móveis, materiais para construção, materiais elétricos, outros produtos manufaturados e material de emprego militar. A Arábia Saudita é o 2º maior importador mundial de produtos e serviços de defesa e deverá investir no setor em consonância com os objetivos de expansão da produção local previstos no plano “Visão 2030” de diversificação da economia local.

Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja hoje da ordem de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 5 bilhões, concentrado em empresas privadas brasileiras como a Vale, a Minerva, a BRF e a Pátria Investimentos. O ano de 2023 foi recordista em matéria de investimentos sauditas no país, com duas importantes operações: aquisição de 10% da Vale Metais Básicos pela Manara, empresa do fundo soberano saudita PIF (US\$ 2,6 bilhões), e de 11% da BRF (US\$ 340 milhões) pela *Saudi Agriculture and Livestock Investment Company* (SALIC) — braço agropecuário do PIF, que tem ainda uma

participação de 34% (US\$ 450 milhões) na Minerva Foods. A *Saudi Basic Industries Corporation* (SABIC), empresa do setor petroquímico ligada à petroleira Saudi Aramco, detém uma unidade de produção de polímeros e um laboratório de pesquisa em São Paulo; outras duas subsidiárias da Aramco com sede no exterior, a Arlanxeo e a Clariant, possuem conjuntamente US\$ 120 milhões em investimentos no Brasil.

Há também casos de investimentos privados sauditas no Brasil, como é o caso do grupo Abdul Latif Jameel em energia solar no Estado do Ceará (Complexo Fotovoltaico Banabuiu, com capacidade de 300 MW) e da Fal Holdings na produção e exportação de café.

Registrou-se, igualmente, nos últimos três anos, crescente presença de empresas brasileiras com interesse na Arábia Saudita, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo plano Visão 2030, frequentemente na forma de parcerias ou 'joint ventures' com empresas especializadas do PIF (SALIC e SAMI, por exemplo).

É expressiva a presença de empresas brasileiras no setor de proteína animal na Arábia Saudita, em especial no segmento de processamento de carne de aves. Nesse sentido, merece especial menção a ampliação da atuação, no Reino, dos grupos BRF/Sadia e da JBS/Seara. Este último está concluindo a construção de uma unidade de produção de frango na zona industrial de Jedá; em outubro de 2024, a BRF anunciou a aquisição de 26% (US\$ 84 milhões) da unidade de produção de frango *Addoha Poultry Company*, como parte de uma 'joint venture' com a *Halal Products Development Company*, empresa do PIF; a JBS assinou, em janeiro de 2025, memorando de entendimento com o MISA, que prevê um investimento conjunto de US\$ 2 bilhões para construção de unidade de abate, refrigeração e processamento de produtos cárneos no Reino; e, em fevereiro de 2025, a empresa Vibra Agroindustrial S.A. anunciou a conclusão de acordo com a *Tanmiah Food Company*, o qual contempla investimento de US\$ 150 milhões na expansão da capacidade de produção da empresa saudita com uso de aves criadas localmente.

No setor de defesa, destacam-se, além da Avibrás, presente no mercado saudita há quatro décadas, a Mac Jee (produção de explosivos), a Companhia Brasileira de Cartuchos/Taurus (munições) e, mais recentemente, a Akaer, que estabeleceu parceria com o grupo de defesa saudita *Intra Defense Technologies* com vistas ao desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados (VANTs).

A Vale, por sua vez, assinou memorando de entendimento com o '*National Industrial Development Center*' (NIDC), em 2022, para realizar estudo de viabilidade com vistas à instalação de planta de beneficiamento e aglomeração de minério de ferro, com tecnologia de baixo carbono, na região da Província do Leste.

É de notar que, nos últimos três anos, o número de empresas brasileiras estabelecidas na Arábia Saudita mais que duplicou: Avibrás, Embraer, CBC/Taurus, Mac Jee e BTG Pactual (primeiro banco de investimentos latino-americano presente no Reino) mantêm atualmente escritórios de representação em Riade; a WEG, a InvestSP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, com sede em São Paulo, também estão considerando a abertura de representações locais.

POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado monárquico unitário, fundado em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que governou até 1953. A "Lei Básica de Governo", editada em 1992 por meio de decreto real, fornece as diretrizes básicas de organização do Estado e da sociedade. A Lei Básica atribui ao Corão o papel de Constituição, sendo o livro sagrado observado pelo Judiciário, quando aplicável.

Tradicionalmente, o rei é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, acumulando o título de primeiro-ministro. O Conselho de Ministros, criado em 1953, exerce funções executivas e discute proposições legislativas. Os ministros são indicados pelo rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho.

O *Majlis Ash-Shura* (Conselho Consultivo) é órgão unicameral essencialmente consultivo, criado em 1992 e composto por 150 membros (dos quais 30 mulheres), todos indicados pelo rei dentre lideranças e expoentes do meio religioso, acadêmico, político e de negócios. O Conselho é presidido desde 2009 por Abdullah ibn Muhammad Al ash-Sheikh, Ministro da Justiça de 1992 a 2009 e membro da mais influente família religiosa do país. O Conselho Consultivo — cujas atribuições incluem a proposição de projetos de lei para a apreciação do rei e do Conselho de Ministros — configura o órgão mais próximo de um Poder Legislativo na Arábia Saudita.

O atual rei, Salman bin Abdulaziz Al Saud, foi coroado em 23 de janeiro de 2015, aos 79 anos de idade, após o falecimento do seu meio-irmão, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. Desde a morte do fundador, não houve mudança geracional na liderança do país: de 1953 até o presente, o trono tem sido ocupado sucessivamente, em linha horizontal, por filhos de Abdulaziz Al Saud. Três meses após ascender ao trono, Salman nomeou como príncipe herdeiro seu sobrinho Mohammed bin Nayef Al Saud, e, como vice-príncipe herdeiro, seu filho Mohammed bin Salman Al Saud. Foi a primeira vez que foram incluídos, na linha sucessória, netos de Abdulaziz Al Saud.

Em 21 de junho de 2017, Mohammed bin Nayef — que acumulava os cargos de primeiro vice-primeiro-ministro, Ministro do Interior e presidente do Conselho para Assuntos de Políticos e de Segurança — foi destituído, por decreto real, de suas funções. Mohammed bin Salman (MBS) foi nomeado príncipe herdeiro e tornou-se a principal liderança política do país, tomando a frente da condução do dia a dia das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, MBS foi nomeado primeiro-ministro, tornando-se, formalmente, o chefe de governo da Arábia Saudita.

ECONOMIA

A Arábia Saudita é a maior economia do mundo árabe e a 19ª maior do mundo, com PIB de mais de US\$ 1,1 trilhão em 2024. É o único país árabe no G-20, grupo de maiores economias do mundo.

Detém a 2ª maior reserva de petróleo (17% do total mundial, cerca de 300 bilhões de barris), item do qual é o 2º maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos, e o maior exportador, com 20% das exportações mundiais.

A economia saudita é historicamente dependente do setor petrolífero. A contribuição total dos setores de petróleo e gás, incluindo refino de petróleo, responde por 75% das exportações do país e cerca de 55% das receitas fiscais, números que flutuam de acordo com o preço do petróleo.

Assim como ocorre com outros países do Golfo, os maiores mercados das exportações sauditas situam-se na Ásia, em razão da dependência desses países de importações de petróleo. Em 2024, os maiores destinos das exportações sauditas foram a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul.

A Arábia Saudita é importadora de produtos industriais e alimentícios. Em 2024, as maiores origens dessas importações foram a China, os Emirados Árabes Unidos, os Estados Unidos, a Alemanha e a Índia.

Em abril de 2016, foi anunciada a estratégia de desenvolvimento econômico saudita, o plano "Visão 2030". O projeto, liderado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, congrega metas e políticas em setores diversos que visam à diminuição da dependência da exportação de hidrocarbonetos e incluem a privatização de amplos setores de atuação estatal, o aumento da atratividade do país para investidores estrangeiros e a dinamização de setores pouco explorados da economia, como mineração, indústria e entretenimento.

O governo tem anunciado, no contexto da estratégia "Visão 2030", medidas para promover o equilíbrio das contas públicas, como a diminuição de subsídios vários e a criação de impostos.

Efetivamente, não havia no país, até janeiro de 2018, tributação de renda ou de consumo, quando entrou em vigor a cobrança de 5% sobre o valor agregado de bens e serviços (IVA), acordada no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Foram ainda, naquele ano, introduzidos impostos especiais de consumo de 50% a 100% sobre sobre tabaco, bebidas energéticas, gaseificadas e açucaradas. Em 2020, o IVA passou a ser cobrado na alíquota de 15%.

POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita possui posição central no mundo islâmico por ser a sede das mesquitas sagradas de Meca e de Medina. Como maior economia no mundo árabe, é também um ator incontornável no cenário político regional. Tradicionalmente, a política externa saudita volta-se para seu entorno e para o eixo Europa-EUA. Nos últimos anos, porém, nota-se tendência à diversificação regional das parcerias, incluindo países emergentes. Nesse cenário, o Brasil desponta como parceiro potencial relevante.

A aliança estratégica entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, forjada a bordo do navio *USS Quincy*, em 1945, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt e o rei fundador Abdulaziz Al-Saud, completou 80 anos de existência. Durante esse período, as relações bilaterais vivenciaram ciclos que transitaram entre maior aproximação, durante a primeira Guerra do Golfo, por exemplo, até momentos de distanciamento, como durante a crise do petróleo, em 1973, e os ataques ao World Trade Center, em 2001.

A Arábia Saudita tem adotado, em anos recentes, sobretudo desde a ascensão do rei Salman (2015) e do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (2017), postura mais assertiva de política externa, que difere do relativo isolacionismo que historicamente caracterizou a atuação externa do Reino.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Como liderança natural do Islã e do Arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Arábia Saudita vem ampliando sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, ponto focal da instabilidade do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv.

Em 2002, uma nova proposta de paz — “Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz” — foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe. A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos.

Em duas reuniões de cúpula posteriores, os líderes dos países membros da Liga dos Estados Árabes voltaram a endossar formalmente a iniciativa: na reunião de 2007, em Riade, e na de 2017, em Amã. O plano teve apoio, ainda em 2002, da Autoridade Nacional Palestina.

Mais recentemente, a Arábia Saudita lançou, na mesma linha, em setembro de 2024, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a “Aliança Global para a Implementação da Solução de Dois Estados”, iniciativa da qual o Brasil tem participado regularmente.

COMUNIDADE BRASILEIRA NA ARÁBIA SAUDITA

Segundo dados oficiais do documento *Comunidades Brasileiras no Exterior*, publicado pelo MRE em 2023, a população de brasileiros residentes na Arábia Saudita é inferior a 700. Estima-se, com base no volume mensal mais recente de serviços consulares (registros, passaportes e atos notariais), que o tamanho da comunidade residente real/efetiva possa exceder 2.500 pessoas.

Boa parte desse excedente é constituído de brasileiros integrantes da diáspora levantina — com dupla cidadania libanesa, palestina e síria, em especial — que passaram a fixar residência na Arábia Saudita, em busca de postos de trabalho com melhor remuneração e maior segurança, sobretudo após a irrupção ou agravamento de conflitos civis e militares na região.

Não há registro de brasileiros hoje encarcerados na Arábia Saudita. É bastante reduzido o número de inadmissões e de repatriações efetivadas.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL	Riade
ÁREA	2.153.168 km ² (140% da área do Amazonas)
POPULAÇÃO	33,2 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (85% sunitas; 15% xiitas)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia
PODER LEGISLATIVO	Majlis Ash-Shura (Assembleia Consultiva) – parlamento unicameral essencialmente consultivo, composto por 150 membros indicados pelo rei para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mohammed bin Salman Al Saud (príncipe herdeiro)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Príncipe Faisal bin Farhan Al Saud
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 1,1 trilhão (est. 2024); US\$ 1,07 trilhão (2023); US\$ 1,1 trilhão (2022); US\$ 874 bilhões (2021).
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 33.040 (2024)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-0,8% (2023); 7,5% (2022); 5,1% (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,875 (2024); 40ª posição entre 188 países
EXPECTATIVA DE VIDA	77,9 anos (2022)
ALFABETIZAÇÃO	94,7% (2022)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	5,65% (2024)
UNIDADE MONETÁRIA	Riyal Saudita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador Sérgio E. Bath
EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA	Dr. Faisal bin Ibrahim Ghulan
BRASILEIROS NO PAÍS	700 – 2500

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ARÁBIA SAUDITA (US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	672	894	1.567	- 221
2004	824	1.341	2.165	- 517
2005	1.203	1.339	2.543	- 135
2006	1.485	1.642	3.127	- 157
2007	1.478	1.708	3.186	- 230
2008	2.560	2.910	5.470	- 350
2009	1.952	1.597	3.550	355
2010	3.096	2.059	5.155	1.037
2011	3.476	3.093	6.569	383
2012	2.996	3.196	6.192	- 200
2013	2.836	3.194	6.030	- 358
2014	2.540	3.299	5.839	- 759
2015	2.750	1.906	4.656	844
2016	2.487	1.300	3.787	1.187
2017	2.657	1.882	4.539	774
2018	2.100	2.318	4.418	- 218
2019	2.036	2.299	4.332	- 263
2020	1.886	1.527	3.414	359
2021	2.070	2.880	4.951	- 810
2022	2.924	5.297	8.222	- 2.732
2023	3.203	3.531	6.735	- 328
2024	3.114 (-2,8%)	3.059 (-13,4%)	6.173 (-8,3%)	55,3

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açúcar (28%), carne de aves, (26%), milho (11%), carne bovina (8,1%), tubos e perfis de aço (3,7%).

Principais produtos importados (2024): óleos brutos de petróleo (63%); adubos e fertilizantes (16%); outras matérias plásticas (7,3%), óleos combustíveis (4,7%).

ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	2/4/1975	5/5/1976 (Substituído pelo Acordo Geral de Cooperação)	2/6/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	13/8/1981	15/9/1987	3/6/1985
Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar	9/10/1984	9/10/1984	22/10/1984
Acordo Geral de Cooperação	16/5/2009	22/9/2010	3/6/2011
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	16/5/2009	16/5/2009	2/6/2009
Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita	14/4/2015	14/4/2015	30/4/2015
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/4/2015	26/2/2021	1/3/2021
Acordo sobre Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países	30/10/2019		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural entre o Ministério da Cultura do Reino da Arábia Saudita e o Ministério da Cidadania da República Federativa do Brasil	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Autoridade Geral de Indústrias Militares do Reino da Arábia Saudita sobre Parceria	30/10/2019		

Relacionada a Aquisições, Indústria, Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Defesa			
Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL) e a Autoridade Saudita de Investimentos (SAGIA) para Fortalecer as Relações de Investimentos Bilaterais	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o Fundo Saudita de Desenvolvimento	30/10/2019		
Acordo de Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Reino da Arábia Saudita	3/6/2024		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Conselho de Coordenação Brasileiro-Saudita	19/11/2024		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

IÊMEN



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

PERFIS BIOGRÁFICOS**RASHAD MUHAMMAD AL-ALIMI, PRESIDENTE DO CONSELHO DE LIDERANÇA PRESIDENCIAL**

Nasceu em 1954. Formou-se em ciências militares pelo Kuwait Police College em 1975 e obteve diploma em artes pela Universidade de Sanaa em 1977. Concluiu mestrado e doutorado em sociologia na Universidade Ain Shams, no Egito (1984-1988). Filiado ao Congresso Geral do Povo, ocupou o cargo de Ministro do Interior (2001-2008) e tornou-se, em 2008, presidente do Comitê Supremo de Segurança e vice-primeiro-ministro para Assuntos de Defesa e Segurança. Participou da Conferência Nacional de Diálogo do Iêmen e tornou-se, em 2014, conselheiro do presidente Abdrabbuh Mansur Hadi. Em 7 de abril de 2022, assumiu a presidência do Conselho de Liderança Presidencial do Iêmen, órgão que recebeu os poderes presidenciais por decreto de Hadi e que representa o governo internacionalmente

reconhecido do país.

AHMAD AWAD BIN MUBARAK, PRIMEIRO-MINISTRO

Nasceu em 1968. Formou-se em administração de empresas e obteve doutorado na área pela Universidade de Bagdá. Professor na Universidade de Sanaa, dirigiu o Centro de Administração de Empresas, uma parceria entre a instituição e a *Maastricht School of Management*. Atuou como consultor em projetos internacionais voltados à educação, emprego e desenvolvimento, além de colaborar com organizações públicas e privadas em vários países. No campo político, foi secretário-geral da Conferência de Diálogo Nacional do Iêmen em 2013 e, posteriormente, diretor do gabinete presidencial. Em 2014, chegou a ser nomeado primeiro-ministro, mas renunciou ao cargo dias depois. No governo, ocupou as funções de embaixador do Iêmen nos Estados Unidos a partir de 2015 e de 2018 de representante junto à ONU. Em 5 de fevereiro de 2024, foi nomeado primeiro-ministro do Iêmen pelo Conselho de Liderança Presidencial, posição que ocupa atualmente.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen (RAI), ou Iêmen do Norte, assim como com a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI), ou Iêmen do Sul, em 1984. A representação brasileira em Sanaa, capital da RAI, era cumulativa com a embaixada do Brasil em Riade. Por sua vez, a representação brasileira em Áden, capital da RDPI, era cumulativa com a embaixada do Brasil no Kuwait. Com a unificação do Iêmen, em 1990, a embaixada em Riade tornou-se responsável pela representação brasileira naquele país.

O Brasil e o Iêmen mantiveram, nas últimas décadas, baixa intensidade de diálogo político e cultural, dificultado, a partir de setembro de 2014, pela irrupção da guerra civil iemenita. Não há registros de visitas oficiais de altas autoridades entre os países, embora tenham estado no Brasil, em duas ocasiões, ministros da Água e do Meio Ambiente do Iêmen. Em 2006, Abdul Rahman Al-Eryani participou, em Curitiba, da Conferência sobre Diversidade Biológica e, em 2012, Abdou Razaz Saleh chefiou a delegação iemenita na Conferência Rio +20.

Em maio de 2012, o Brasil passou a integrar o mecanismo "Amigos do Iêmen", com cerca de 50 países, destinado a angariar apoio internacional para enfrentamento dos múltiplos desafios nos setores econômico, político, financeiro e de segurança daquele país. Participou das reuniões de maio e de setembro de 2012, de março e de setembro de 2013 e de abril de 2014.

Em agosto 2014, foi assinado, em Brasília, o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Iêmen, único ato internacional celebrado entre ambos os países, o qual aguarda ratificação da parte iemenita.

No campo do comércio, a despeito da reduzida dimensão econômica do Iêmen e do prolongado conflito civil ainda em curso naquele país, é expressivo o volume de intercâmbio com o Brasil, equivalente a US\$ 458 milhões em 2024, composto, em quase sua totalidade, de exportações brasileiras de produtos primários, sobretudo açúcares e melão (60%) e carnes de aves (33%), complementados por vendas de milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%). Nesse mesmo ano, as importações brasileiras corresponderam a US\$ 41 mil. Esse nível de comércio assemelha-se ao verificado antes da irrupção da guerra civil naquele país.

Em setembro de 2024, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, manteve reunião com o Vice-presidente do Iêmen, Aidarous Qassem Abdulaziz Al-Zubaidi, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, foi ressaltada a disposição brasileira para auxiliar nos esforços de paz para pôr fim à guerra civil.

A esse último respeito, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob auspícios da ONU, com inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem.

POLÍTICA INTERNA

A República do Iêmen foi criada a partir da unificação, em maio de 1990, entre a República Árabe do Iêmen (RAI – no Norte, com capital em Sanaa) e a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI – no Sul, com capital em Áden).

O novo Iêmen unificado seria, nos termos da constituição de 1991, um Estado democrático unitário, com capital em Sanaa. Com a nova formação republicana, surge regime democrático representativo

de modelo francês, multipartidário, porém fortemente centrado na figura do presidente da República. Ali Abdullah Saleh, presidente da RAI, tornou-se o primeiro presidente da República do Iêmen.

Além dos partidos únicos que governavam em Sanaa e Áden — o Congresso Geral do Povo, partido de Saleh, e o Partido Socialista do Iêmen —, foram criados novos partidos. Dentre esses, ressalta o Al Islah, que possui fortes ligações com a Irmandade Muçulmana e defende agenda associada ao islã político. Apesar de, inicialmente, contar com apoio da Arábia Saudita, o partido foi declarado organização terrorista pelo governo saudita, no contexto da deterioração das relações do Reino com a Irmandade Muçulmana.

O acúmulo de poderes na figura de Saleh e o aumento da centralização estatal acirraram as tensões entre grupos políticos herdeiros dos governos do Norte e do Sul, culminando em guerra civil, em que representantes do Sul buscavam secessão. Além do movimento sulista, destacavam-se, como fonte de resistência ao poder de Saleh, o movimento zaidista, ramo do xiismo, predominantemente do Norte do país. Saleh seria, entretanto, confirmado na liderança do país em 1999, tornando-se o primeiro presidente eleito da república do Iêmen. Em 2006, com o boicote da oposição às eleições, Saleh seria reeleito com 96% dos votos.

A atual guerra civil no Iêmen irrompeu na esteira da Revolução Tunisiana e em simultaneidade com outras revoltas, que constituíram, coletivamente, a Primavera Árabe, fenômeno social que teve lugar, a partir de 2011, no Oriente Médio e no Norte da África. Em sua fase inicial, os protestos no Iêmen foram direcionados contra o desemprego, as condições econômicas e a corrupção, bem como contra proposta governamental de alteração constitucional, destinada a permitir a extensão ilimitada do mandato presidencial. As demandas dos manifestantes logo escalaram para pedidos de renúncia do presidente Ali Abdullah Saleh. Subsequentes defecções em massa nas Forças Armadas e no governo de Saleh deixaram grande parte do país fora do controle governamental.

Seguiram-se diversas manifestações de grande escala em cidades como Sanaa, Áden, Taiz e Mukallah. Os manifestantes exigiam a saída de Saleh e a derrubada do governo. A repressão dos protestos resultou em espiral de violência, que levou a crescente número de mortes.

Como tentativa de solucionar a crise, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) mediou acordo de transição, o qual, contudo, foi renegado por Saleh. A subsequente adesão de líderes tribais à causa da oposição ao governo acarretou o recrudescimento do conflito e da violência. Em 3 de junho de 2011, Saleh foi ferido em bombardeio realizado no complexo presidencial. No dia seguinte, o vice-presidente Abdrabbuh Mansur Hadi assumiu o exercício temporário da presidência, enquanto Saleh viajou para a Arábia Saudita a fim de receber tratamento médico.

Em fevereiro de 2012, foi realizada eleição presidencial na qual Hadi concorreu sem oposição e obteve vitória. Em 27 de fevereiro, após meses de protestos, Saleh renunciou à presidência e transferiu formalmente o poder para seu sucessor, marcando o fim de seus 33 anos de governo. Como parte do acordo, Hadi supervisionaria a elaboração de uma nova constituição e serviria apenas por dois anos, até que novas eleições parlamentares e presidenciais fossem realizadas em 2014.

No período subsequente, Saleh aliou-se aos houthis, minoritários no Iêmen e originários de Saada, no extremo norte do país. Em conjunto, atacaram o governo de Hadi e iniciaram nova guerra civil. Em setembro de 2014, conquistaram Sana'a e a cidade portuária de Hodeida. Em janeiro de 2015, forçaram a renúncia de Hadi, o qual, dias depois, restabeleceu seu governo na cidade portuária de Áden, no Sul do país. A cidade, no entanto, foi atacada pelos houthis, impelindo Hadi a fugir para a Arábia Saudita.

Irrompeu, nesse contexto, conflito entre os houthis — majoritariamente xiitas e autodenominados Ansar Allah (“partidários de Deus”) — e o governo iemenita — controlado pela maioria sunita do país, internamente apoiado pelo Islah (partido sunita e próximo da Irmandade Muçulmana) e pelo General People’s Congress (GPC, antigo grupo político do ex-presidente Saleh).

A pedido do governo iemenita, a Arábia Saudita anunciou, em março de 2015, a formação de coalizão internacional para restaurar, por meio de operações militares, sobretudo aéreas, o controle do governo sobre o território do país. Dessa coalizão, participaram os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Bahrein, o Kuwait, o Catar (2015-2017), o Egito, a Jordânia, o Sudão (2015-2019), o Marrocos (2015-2019) e o Senegal.

Em dezembro de 2017, Saleh rompe sua aliança com os houthis e declara interesse em negociar com os sauditas e o governo Hadi. Dois dias depois, é assassinado pelos houthis. As tropas leais a Saleh passam a ser lideradas pelo seu sobrinho, Tareq Saleh. A partir de 2018, as milícias houthis logram controlar virtualmente a totalidade do antigo Iêmen do Norte, que concentra mais de 70% da população do país. .

Desde 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem-se envolvido no conflito interno do país. A resolução 2216 (2015) reconheceu nominalmente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi como presidente e expandiu o regime de sanções para incluir embargo de armas contra o movimento rebelde “Ansar Allah” — os denominados houthis — e seus aliados. Esse embargo, desde 2016, é implementado pelo Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas para o Iêmen (UNVIM).

Em dezembro de 2018, sob o patrocínio da ONU, o governo Hadi e as milícias houthis assinaram o Acordo de Estocolmo, que evitou uma batalha por Hodeida e previu a administração conjunta da segurança e das rendas do porto. A Resolução 2452 estabeleceu a Missão das Nações Unidas para apoio ao Acordo de Hodeida (UNMHA), com o propósito de supervisionar o Acordo de Estocolmo.

Nesse ínterim, em 2017, é criado o Conselho de Transição do Sul (STC), que objetiva a restauração da independência do Iêmen do Sul. Em janeiro de 2018, o STC conquista Áden. Em 2019, Arábia Saudita e EAU patrocinam o Acordo de Riade, que prevê o compartilhamento de poder entre o governo Hadi e o STC, sem grandes efeitos.

A ONU tem alcançado limitada efetividade em suas iniciativas de pacificação do conflito. Já foram enviados três representantes especiais para o país: Ismail Ould Cheikh Ahmed, Martin Griffiths e Hans Grundberg. Em abril de 2022, Grundberg anunciou trégua entre os houthis e a coalizão saudita, que teria, inicialmente, a duração de dois meses, mas que foi estendida sucessivamente até outubro de 2022. Nessa conjuntura, Hadi deixou a presidência e transferiu o governo do Iêmen para o Conselho de Liderança Presidencial (CLP), constituído por oito membros e com representação paritária entre o norte e o sul. Em outubro de 2022, as demandas das milícias houthis levaram ao fracasso de uma nova extensão da trégua.

Estima-se que mais de 20,7 milhões de iemenitas (68% da população) necessitem de ajuda humanitária. O conflito já provocou o deslocamento de cerca de 4,5 milhões e pessoas. Insegurança alimentar, fome e epidemias de cólera e de outras doenças, combinadas com a violência gerada pelo conflito, já resultaram na morte de mais de 370 mil pessoas.

Desde fim de 2022, a Arábia Saudita iniciou negociações diretas com os houthis com o objetivo de encerrar o conflito. Em março de 2023, negociadores sauditas reuniram-se com suas contrapartes houthis em Sanaa, sob mediação do Omã.

No dossiê iemenita, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob os auspícios da ONU, com a inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem. Apoiou a resolução 2675 (2023), que renovou por nove meses o regime de sanções contra o Iêmen (embargo de armas limitado contra os houthis e outras milícias). Apoiou também a resolução 2691 (2023), que renovou até 14/7/2024 o mandato da Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hodeidah (UNMHA), a qual conta com um observador militar brasileiro.

Hoje, os rebeldes houthis controlam a capital do país, cerca de 70% da população e a quase totalidade do antigo território do “Iêmen do Norte”.

Somam-se ao conflito com os houthis divisões internas entre as facções que conformam o governo de direito do Iêmen. As principais tensões são entre grupos do Norte do país e o Conselho de Transição do Sul.

A guerra de Israel em Gaza e os ataques dos houthis a Israel trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa iemenita concentra-se, majoritariamente, no relacionamento com a Arábia Saudita — o país tem fronteira apenas com a Arábia Saudita e Omã — e com os Estados Unidos. Com o início dos protestos no contexto da “primavera árabe” e com a irrupção do atual conflito civil, a política exterior do país torna-se mais complexa, registrando acusações de interferência em assuntos internos de outras potências regionais.

A Arábia Saudita mantém, em razão da proximidade territorial, grande interesse no conflito do Iêmen. No contexto da primavera árabe, Riade liderou iniciativa, no âmbito do CCG, para a transição política no Iêmen, levando à ascensão de Abdo Rabbu Mansour al Hadi. Exaustão com o longo conflito parece ter levado a reposicionamento saudita, que, desde o fim de 2022, busca negociações diretas com os houthis para resolução do conflito.

Outros países do entorno, como o Kuwait e Omã, adotam postura mais discreta em relação ao conflito, empreendendo esforços de mediação. O Kuwait tem reiterado posição de que a solução para o conflito seria de natureza política, e não militar. Entre abril e agosto de 2016, o país sediou rodada de negociações entre os rebeldes houthis e o governo Hadi, mediada pelo então enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas (EESG), Ismail Ould Cheikh Ahmed. As negociações fracassaram, com as partes acusando-se mutuamente de intransigência e violações das promessas de cessação de hostilidades.

País fronteiro ao Iêmen, Omã pauta sua atuação pelo princípio da não interferência. Sua neutralidade lhe permitiria facilitar contatos entre os grupos em disputa. Nesse contexto, atuou para liberação de reféns capturados em território iemenita. Mediou, ainda, em março de 2023, encontro de negociadores sauditas e houthis em Sanaa.

O CSNU renovou, por sua vez, sucessivas vezes, o regime de sanções relativo ao Iêmen.

O conflito em Gaza e os ataques dos houthis a Israel, em julho de 2024, trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Como resposta, a Força Aérea de

Israel bombardeou, em julho de 2024, o porto iemenita de Hodeida, principal centro logístico controlado pelos houthis. Em dezembro de 2024, Israel bombardeou o aeroporto de Sana'a e diversas instalações de infraestrutura de energia e depósitos de armamentos no Iêmen.

Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

Navios das marinhas norte-americana, britânica e francesa passaram a engajar-se na derrubada de *drones* ou mísseis lançados pelos houthis contra navios mercantes.

Em dezembro de 2023, os EUA anunciaram a formação de coalizão naval internacional para buscar criar corredor seguro para os navios cargueiros que passam pelo estreito. O Bahrein é o único país da região a participar da operação, chamada Guardiã da Prosperidade. A partir de janeiro de 2024, os EUA e o Reino Unido passaram a lançar ataques contra alvos das milícias houthis no Iêmen, com apoio da Austrália, do Bahrein, do Canadá e dos Países Baixos.

ECONOMIA

O Iêmen distingue-se, com sua baixa renda, do entorno regional, dominado por países detentores de grandes reservas de hidrocarbonetos. Mesmo antes da eclosão do atual conflito, era inquietante a situação econômica da única república da Península Arábica, com problemas relacionados à baixa integração do território nacional e à limitada capacidade administrativa, altos índices de inflação e desemprego.

A agricultura e a exploração do petróleo são, tradicionalmente, os principais setores econômicos do Iêmen, responsáveis por sustentar, respectivamente, os setores interno e externo da economia do país. Apesar das reservas de petróleo relativamente pequenas em relação à região, as exportações de óleos brutos de petróleo correspondiam, em 2014, a 70% do total de produtos exportados. Mesmo antes do início do atual conflito, a produção iemenita de petróleo estava em diminuição, correspondendo a 125 mil bpd em 2014, consideravelmente abaixo do número de 439 mil bpd obtido no início da década de 2000.

A eclosão e o prolongamento do conflito causaram, entretanto, severos danos à infraestrutura de extração e de transporte de petróleo no país, de forma que o setor de petróleo perdeu preeminência na economia do país. Em face da desestruturação de outros setores econômicos em decorrência do prolongamento do conflito, a agricultura de subsistência torna-se, novamente, a principal atividade econômica do Iêmen.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Comunicado sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Iêmen.	7/5/1984	Em vigor	7/5/1984
Acordo de Cooperação Técnica	6/8/2014	Em ratificação pela outra Parte	Decreto legislativo 4/2023, de 16/3/2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Iêmen
CAPITAL	Sanaa
ÁREA	527.968 km²
POPULAÇÃO	34,8 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (sunitas 55-70%, xiitas zaiditas 30-45%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista (modelo francês)
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO	Rashad al Alimi (Presente do Conselho de Liderança Presidencial desde abril de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Ahmed Awad Bin Mubarak, primeiro-ministro
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmed Awad Bin Mubarak
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 16,1 bilhões (est. 2024)
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 4,6 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-1,0 (est. 2024); -2,0 (est. 2023); 1,5 (2022); -1,0 (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,42 (2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	63,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	70,1% (2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	17,22%
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iemenita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Sérgio Eugênio de Risios Bath
EMBAIXADOR DO IÊMEN	Sr. Mohammed Al-Hadrami, não residente, sediado em Havana
BRASILEIROS NO PAÍS	5 (estimativa)

ANEXO II - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-IÊM MEM
(US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	105.4	0.0	105.4	105.4
2004	117.8	0.0	117.8	117.8
2005	179.7	0.0	179.7	179.6
2006	279.0	0.0	279.0	279.0
2007	161.9	0.0	161.9	161.9
2008	214.0	0.8	214.8	213.2
2009	321.3	0.1	321.4	321.2
2010	387.4	0.0	387.4	387.4
2011	586.5	0.0	586.5	586.5
2012	425.6	0.4	426.0	425.1
2013	239.2	0.0	239.2	239.2
2014	126.5	0.0	126.5	126.5
2015	214.3	0.3	214.6	214.1
2016	384.4	0.1	384.5	384.2
2017	297.4	0.0	297.4	297.4
2018	250.8	0.1	250.9	250.7
2019	204.8	0.0	204.8	204.8
2020	364.5	0.0	364.5	364.5
2021	269.5	0.0	269.5	269.5
2022	327.8	0.0	327.8	327.8
2023	608.4	0.0	608.4	608.4
2024	458.6	0.05	458.6	458.6

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açúcares e melão (60%), carnes de aves (33%), milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%).

Principais produtos importados (2024): vidraria (96%) e demais produtos da indústria de transformação (3,5%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM RIADE

Candidato Paulo Uchoa Ribeiro Filho

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em Brasília, em 24 de setembro de 1966, o embaixador Paulo Uchoa Ribeiro Filho é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade em Brasília (UnB) e mestre em Relações Internacionais e Cultura Comparada pela Universidade Sophia, em Tóquio, no Japão. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1994.

Em Brasília, atuou como assistente junto à Divisão de Europa I (1996 a 1998) e ocupou as posições de Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial do Governo do Distrito Federal (1999 a 2000), de Assessor Internacional da Secretaria-geral da Presidência da República (2017 a 2019) e Assessor Internacional da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (2022 a 2025).

No exterior, a primeira missão do embaixador Paulo Uchoa foi a serviço da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas, cargo para o qual foi cedido pelo Governo brasileiro. Em Díli, integrou a equipe de Sergio Vieira de Mello, então Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas durante a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor-Leste (2000 a 2001). Nesse período, foi membro do Departamento Político da ONU e Secretário-Executivo do Conselho Consultivo Nacional, presidido por Vieira de Mello, órgão provisório que mais tarde se tornaria o Parlamento Nacional de Timor-Leste.

Pelo Ministério das Relações Exteriores, atuou nas embaixadas do Brasil em Paris (2002 a 2005 e 2019 a 2022), em Beirute (2006 a 2009), em Riade (2010 a 2011) e no Consulado-Geral do Brasil em Nova Iorque (2011 a 2013). Em 2013, assumiu o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo, onde permaneceu por quase 5 anos.

Durante os anos que morou no Oriente Médio, foi designado para várias missões de curta duração em embaixadas brasileiras nos países vizinhos. Dentre essas missões, a evacuação de nacionais brasileiros do conflito entre Israel e o Hezbollah, em 2006, e a reabertura da Embaixada do Brasil em Bagdá, em 2008.

Ao longo de sua carreira e em função dos cargos que ocupou, o embaixador Paulo Uchoa adquiriu experiências em temas políticos, econômicos, culturais e de administração pública. Em Timor Leste, no Líbano e na República Democrática do Congo, desenvolveu habilidades na gestão de postos diplomáticos em situação de conflito ativo, o que lhe conferiu experiência em direitos humanos, negociações internacionais e missões de paz.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

I - Relações diplomáticas

Os laços diplomáticos entre o Brasil e a Arábia Saudita, estabelecidos em 1968, baseiam-se na amizade e na cooperação, que contribuíram para a construção de relevante parceria.

De parte a parte, verifica-se percepção da natureza estratégica dos vínculos bilaterais, decorrente não só de serem os dois países incontornáveis atores nas respectivas regiões, mas também de possuírem elevado grau de complementaridade entre suas economias.

A Arábia Saudita, além de segundo maior mercado, em 2024, para as exportações brasileiras no Golfo, integra o G20 e compartilha, com o Brasil, posições semelhantes em temas da agenda regional e global. Participa, ainda, como estado convidado, das atividades do BRICS.

Ambos os países apresentaram, nos últimos anos, crescentes níveis de aproximação, com a realização, a partir de 2019, de visitas bilaterais de alto nível e intensificação da agenda econômica, com enfoque na promoção de investimentos recíprocos.

A Arábia Saudita conta com o 5º maior fundo soberano do mundo — o *Public Investment Fund* (PIF) —, que controla US\$ 925 bilhões em ativos. O PIF anunciou, em 2019, a intenção de investir até US\$ 10 bilhões no Brasil.

Em novembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em Riade, de encontro com o Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, Mohammed bin Salman, e de fórum empresarial, com expressiva participação de empresas brasileiras e sauditas.

Em junho de 2024, o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, visitou Riade, a convite do titular do Ministério do Investimento da Arábia Saudita (MISA), Khalid Al-Falih. Participou, na ocasião, de mesa-redonda com o setor financeiro e fundos de investimento de ambos países.

Ainda em 2024, em duas ocasiões, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, esteve na Arábia Saudita: em março, em Jedá, para consultas bilaterais com o Chanceler saudita Faisal bin Farhan e, em setembro, em Riade, para participação na I Reunião Ministerial Brasil-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), quando foi assinado memorando de entendimento sobre diálogo estratégico Brasil-CCG.

Registram-se, também, visitas a Riade dos seguintes ministros: o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, avistou-se, em julho de 2023, com seu contraparte saudita e outras entidades locais; o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, em janeiro de 2025, do evento *Future Minerals Forum*, quando manteve encontros com os ministros sauditas de Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud, e de Indústria e Recursos Minerais, Bandar Alkhorayef; o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou-se, em fevereiro de 2025, na Arábia Saudita, com o titular do MISA, para apresentar oportunidades de investimentos no Brasil.

Também se realizaram, no período 2023-2034, duas missões sauditas ao Brasil. A primeira, liderada pelo titular do MISA e composta por representantes do governo e setor privado do Reino, participou, em julho de 2023, em São Paulo, entre outras atividades, de fórum empresarial Brasil-Arábia Saudita na FIESP. Por sua vez, o Ministro da Indústria e Recursos Minerais saudita, Bandar Alkhorayef, cumpriu, em julho de 2024, extensa programação no Brasil, com encontros no Ministério de Minas e Energia, FIESP, BNDES e Vale, assim como visitas à Embraer, ao Instituto Butantan e às instalações da Vale em Carajás.

No âmbito político-institucional, foi assinado — por ocasião da reunião de Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024 — memorando de entendimento para a criação do Conselho de Coordenação Brasil-Arábia Saudita, a fim de concorrer para o estreitamento da cooperação bilateral.

II - Relação econômico-comercial

No campo do comércio, considerando o valor das trocas bilaterais, a Arábia Saudita é o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio. Em 2024, o intercâmbio foi de US\$ 6,2 bilhões. Em 2022 e em 2023, esse montante atingiu, respectivamente, US\$ 8,2 bilhões e US\$ 6,7 bilhões. A pauta bilateral apresenta forte nível de complementaridade, com exportações, pelo Brasil, de proteína animal (carne vermelha e

de frango) e agrícolas (complexo soja, açúcar, milho e trigo). As importações brasileiras limitaram-se a petróleo bruto, outros produtos petroquímicos ou de origem mineral e fertilizantes.

As exportações de *commodities* agrícolas representam mais de 85% da pauta. O Brasil é o maior fornecedor desses produtos para o Reino, com 11% do mercado, seguido da Índia. Em regra, o saldo da balança comercial foi, nos últimos anos, desfavorável ao Brasil, sobretudo nos momentos de alta nos preços do petróleo, como em 2022, quando o déficit atingiu US\$ 2,4 bilhões. Esse quadro foi agravado em razão do aumento das importações brasileiras de fertilizantes sauditas. Em 2024, registrou-se saldo favorável ao Brasil de US\$ 76 milhões.

Há potencial para diversificação da pauta exportadora brasileira para além de *commodities*, com produtos de maior valor agregado, especialmente alimentos industrializados, cosméticos, móveis, materiais para construção, materiais elétricos, outros produtos manufaturados e material de emprego militar. A Arábia Saudita é o 2º maior importador mundial de produtos e serviços de defesa e deverá investir no setor em consonância com os objetivos de expansão da produção local previstos no plano “Visão 2030” de diversificação da economia local.

Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja hoje da ordem de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 5 bilhões, concentrado em empresas privadas brasileiras como a Vale, a Minerva, a BRF e a Pátria Investimentos. O ano de 2023 foi recordista em matéria de investimentos sauditas no país, com duas importantes operações: aquisição de 10% da Vale Metais Básicos pela Manara, empresa do fundo soberano saudita PIF (US\$ 2,6 bilhões), e de 11% da BRF (US\$ 340 milhões) pela *Saudi Agriculture and Livestock Investment Company* (SALIC) — braço agropecuário do PIF, que tem ainda uma participação de 34% (US\$ 450 milhões) na Minerva Foods. A *Saudi Basic Industries Corporation* (SABIC), empresa do setor petroquímico ligada à petroleira Saudi Aramco, detém uma unidade de produção de polímeros e um laboratório de pesquisa em São Paulo; outras duas subsidiárias da Aramco com sede no exterior, a Arlanxco e a Clariant, possuem conjuntamente US\$ 120 milhões em investimentos no Brasil.

Há também casos de investimentos privados sauditas no Brasil, como é o caso do grupo Abdul Latif Jameel em energia solar no Estado do Ceará (Complexo Fotovoltaico Banabuiú, com capacidade de 300 MW) e da Fal Holdings na produção e exportação de café.

Registrou-se, igualmente, nos últimos três anos, crescente presença de empresas brasileiras com interesse na Arábia Saudita, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo plano Visão 2030, frequentemente na forma de parcerias ou 'joint ventures' com empresas especializadas do PIF (SALIC e SAMI, por exemplo).

É expressiva a presença de empresas brasileiras no setor de proteína animal na Arábia Saudita, em especial no segmento de processamento de carne de aves. Nesse sentido, merece especial menção a ampliação da atuação, no Reino, dos grupos BRF/Sadia e da JBS/Seara. Este último está concluindo a construção de uma unidade de produção de frango na zona industrial de Jedá; em outubro de 2024, a BRF anunciou a aquisição de 26% (US\$ 84 milhões) da unidade de produção de frango *Addoha Poultry Company*, como parte de uma 'joint venture' com a *Halal Products Development Company*, empresa do PIF; a JBS assinou, em janeiro de 2025, memorando de entendimento com o MISA, que prevê um investimento conjunto de US\$ 2 bilhões para construção de unidade de abate, refrigeração e processamento de produtos cárneos no Reino; e, em fevereiro de 2025, a empresa Vibra Agroindustrial S.A. anunciou a conclusão de acordo com a *Tanmiah Food Company*, o qual contempla investimento de US\$ 150 milhões na expansão da capacidade de produção da empresa saudita com uso de aves criadas localmente.

No setor de defesa, ressaltam, além da Avibrás, presente no mercado saudita há quatro décadas, a Mac Jee (produção de explosivos), a Companhia Brasileira de Cartuchos/Taurus (munições) e, mais recentemente, a Akaer, que estabeleceu parceria com o grupo de defesa saudita *Intra Defense Technologies* com vistas ao desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados (VANTs).

A Vale, por sua vez, assinou memorando de entendimento com o '*National Industrial Development Center*' (NIDC), em 2022, para realizar estudo de viabilidade com vistas à instalação de planta de beneficiamento e aglomeração de minério de ferro, com tecnologia de baixo carbono, na região da Província do Leste.

É de notar que, nos últimos três anos, o número de empresas brasileiras estabelecidas na Arábia Saudita mais que duplicou: Avibrás, Embraer, CBC/Taurus, Mac Jee e BTG Pactual (primeiro banco de investimentos latino-americano presente no Reino) mantêm atualmente escritórios de representação em Riade; a WEG, a InvestSP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, com sede em São Paulo, também estão considerando a abertura de representações locais.

III - Cooperação Técnica

Não há registro de atividades de cooperação ao amparo do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, assinado em 1975.

Desde 2003, o Brasil e a Arábia Saudita negociam Acordo Básico de Cooperação Técnica (ABCT). O lado brasileiro apresentou a proposta inicial e versão revisada em 2017. A contraproposta apresentada pela parte saudita em 2018 previa, entretanto, modalidades de cooperação distintas de cooperação técnica propriamente dita. Não têm-se verificado novos desdobramentos, embora a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) mantenha interesse em avançar as negociações do instrumento.

IV - Cooperação em outras áreas

Durante visita a Riade, em junho de 2024, o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, firmou, com o Ministro da Defesa da Arábia Saudita, o Acordo de Cooperação em Defesa. Estão em curso contatos entre os Ministérios de Defesa do Brasil e da Arábia Saudita para operacionalizar a implementação do acordo. O instrumento prevê parcerias em áreas estratégicas, a saber, fomento às indústrias de defesa; transferência e aplicação de tecnologia militar; treinamento e exercícios militares; financiamento de sistemas militares; suporte logístico; produtos de defesa e armamentos, equipamentos, e serviços; pesquisa, desenvolvimento e estudos em projetos de defesa; gerenciamento de emergências e crises; troca de informações militares; serviços militares de saúde e legislação militar.

No contexto da visita presidencial de novembro de 2023, fora assinado o memorando de entendimento de cooperação no campo de energia entre o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e seu contraparte saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud. O instrumento prevê várias modalidades de cooperação, como pesquisas conjuntas e parcerias em setores como petróleo, gás, eletricidade, energias renováveis, eficiência energética, petroquímicos e hidrogênio, assim como economia circular de carbono e suas tecnologias, para reduzir os efeitos das mudanças climáticas (captura, reutilização, transferência e armazenamento de carbono). No momento, as duas partes estão elaborando plano de ação conjunto para implementação do acordo.

V - Temas culturais

A Arábia Saudita apresenta potencial para implementação, que poderia ser incrementada, de atividades de promoção e divulgação da cultura brasileira.

A celebração do dia da língua portuguesa, em 5 de maio, tem sido circunscrita a atividade pontual promovida pela embaixada de Portugal, com a adesão dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) presentes em Riade, com participação, sobretudo, de membros dessas embaixadas e de nacionais de seus países, assim como de pequena parcela de público saudita.

A embaixada do Brasil em Riade tem logrado realizar ações pontuais de promoção da cultura e das artes brasileiras, entre as quais a exibição de filme brasileiro no 'Festival de Cinema Latino-Americano', organizado anualmente por embaixadas latino-americanas residentes com apoio institucional e logístico da embaixada da Índia, que cede seu auditório para realização do evento. Trata-se de atividade sem cunho comercial, em espaço de tamanho pequeno/médio, com participação de membros do corpo diplomático local, público saudita e representantes da comunidade brasileira e latino-americana.

VI - Temas consulares

Segundo dados oficiais do documento *Comunidades Brasileiras no Exterior*, publicado pelo MRE em 2023, a população de brasileiros residentes na Arábia Saudita é inferior a 700. Estima-se, com base no volume mensal mais recente de serviços consulares (registros, passaportes e atos notariais), que o tamanho da comunidade residente real/efetiva possa exceder 2.500 pessoas.

Boa parte desse excedente é constituído de brasileiros integrantes da diáspora levantina — com dupla cidadania libanesa, palestina e síria, em especial — que passaram a fixar residência na Arábia Saudita, em busca de postos de trabalho com melhor remuneração e maior segurança, sobretudo após a irrupção ou agravamento de conflitos civis e militares na região.

Não há registro de brasileiros hoje encarcerados na Arábia Saudita. É bastante reduzido o número de inadmissões e de repatriações efetivadas.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Promover, na Arábia Saudita, os interesses do Brasil e da sociedade brasileira com vistas à geração de benefícios concretos para o desenvolvimento sustentável e para os cidadãos brasileiros, valendo-se de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Promover os interesses do Brasil junto ao governo, setor privado e sociedade sauditas, executar a política externa brasileira para a Arábia Saudita, prestar serviços consulares de qualidade, aprofundar o conhecimento recíproco e promover as diversas vertentes de cooperação.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações bilaterais políticas e econômicas;
2. Fortalecer relações no âmbito de organismos internacionais, blocos regionais e temáticos, e foros de concertação;
3. Aprofundar mecanismos de cooperação existentes e identificar novas áreas de cooperação;
4. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil na Arábia Saudita e dos produtos brasileiros no mercado local;
5. Promover investimentos sauditas no Brasil;
6. Promover a imagem e cultura do Brasil na Arábia Saudita e aprofundar o conhecimento recíproco;
7. Prestar serviços consulares de qualidade;
8. Aprimorar práticas de gestão.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR E DIVERSIFICAR O COMÉRCIO BILATERAL

- Promover visitas a instituições relevantes no âmbito do comércio bilateral, atual e potencial (dos dois lados);
- Atualizar regularmente informações sobre os requisitos para importação pela Arábia Saudita;
- Incrementar a participação em feiras de lado a lado;
- Realizar eventos de promoção comercial, inclusive de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas, com o apoio da APEX;
- Aprofundar o conhecimento do mercado local de carne bovina e padrão de importação da Arábia Saudita para buscar inserção da indústria brasileira;
- Manter contatos regulares com o Ministério de Agricultura da Arábia Saudita;
- Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para a Arábia Saudita, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;
- Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial na Arábia Saudita;
- Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados na Arábia Saudita;
- Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e a Arábia Saudita.

2. ATRAIR INVESTIMENTOS SAUDITAS PARA O BRASIL E CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

- Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, em particular no setor de infraestrutura e no âmbito do PAC-PPI, com o apoio da APEX;
- Identificar setores de interesse de empresas da Arábia Saudita, inclusive na área de energia e fertilizantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes dos dois governos;
- 2) Número de consultas atendidas pela embaixada, provenientes de empresas e outros atores brasileiros e sauditas, privados e de governo (associações setoriais, federações, confederações, Apex-Brasil etc);
- 3) Número de boletins e informações comerciais preparados;
- 4) Número de encontros e reuniões com potenciais compradores e investidores, órgãos de governo e outros agentes envolvidos na promoção comercial e de investimentos;
- 5) Número de eventos de promoção comercial organizados pela embaixada ou com sua participação ou apoio;
- 6) Participações em eventos organizados por outras entidades privadas e de governo, brasileiras ou sauditas;
- 7) Número de entrevistas, artigos e inserções em mídias sociais e publicações especializadas para promoção de produtos e serviços brasileiros, bem como para promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. APOIAR E FORTALECER A RELAÇÃO BILATERAL COM A ARÁBIA SAUDITA POR MEIO DA INTENSIFICAÇÃO DE VISITAS OFICIAIS E DE TRABALHO DE LADO A LADO, POR MEIO DE:****a) Encontros regulares de alto nível**

- Possível visita do príncipe-herdeiro ao Brasil, em 2025;
- Apoiar possíveis visitas bilaterais dos ministros de Relações Exteriores e encontros bilaterais à margem de grandes eventos internacionais;
- Promover visitas bilaterais de outros ministros das áreas de maior interesse recíproco.

b) Mecanismos de consultas e concertação

- Realizar a primeira reunião do Conselho de Coordenação Brasileiro-Saudita;
- Estabelecer diálogo regular em temas multilaterais de interesse recíproco.

c) Mapeamento dos acordos bilaterais em negociação e seu estágio de consideração e grau de interesse de parte a parte**2. APROFUNDAR O DIÁLOGO E INTERLOCUÇÃO ENTRE OS DOIS GOVERNOS E AS DUAS SOCIEDADES**

- Manter canais regulares de diálogo e interação com órgãos e atores do Governo saudita, em particular por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita;

- Realizar gestões determinadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil junto à chancelaria ou outros órgãos de governo sauditas;
- Apoiar a realização de visitas de autoridades brasileiras à Arábia Saudita e de autoridades sauditas ao Brasil, inclusive representantes dos poderes legislativo, judiciário e de entes federativos;
- Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais, atores culturais e acadêmicos, e empresários, sempre que cabível;
- Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral.

3. ACOMPANHAR, REGISTRAR E ANALISAR AS ATIVIDADES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA SAUDITAS

- Manter contatos regulares com atores relevantes da Arábia Saudita, nos níveis nacional, regional e local;
- Manter contatos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico, membros de missões estrangeiras e de organismos internacionais para melhor compreensão da realidade local nos campos político, social, econômico, cultural e de segurança;
- Produzir material de registro e análise sobre a Arábia Saudita, inclusive em suas vertentes socioeconômica, de cooperação, de paz e segurança, direitos humanos, de comércio e investimentos, meio ambiente, defesa, energia, entre outros, com vistas a subsidiar a política externa brasileira em relação ao país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões das comissões e mecanismos bilaterais de consultas;
- 2) Número de visitas oficiais;
- 3) Número de acordos revisados e/ou assinados;
- 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;
- 5) Número de relatórios analíticos sobre temas de política interna e externa saudita e demais assuntos de interesse para a política externa brasileira.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer o diálogo bilateral sobre temas da agenda internacional relevantes para ambos os países.
2. Buscar concertação de posições em organismos multilaterais ou plurilaterais para fazer avançar interesses compartilhados.

3. Examinar e registrar as atividades da Arábia Saudita e seus interesses prioritários em foros e projetos de desenvolvimento ou concertação regionais que não contem com a participação do Brasil.
4. Buscar o apoio continuado a iniciativas e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e organizações internacionais, reforçando o objetivo comum de ampliar a participação de países em desenvolvimento nos processos decisórios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para discussão de temas multilaterais.
- 2) Número de reuniões para gestões em favor de candidaturas do Brasil;
- 2) Número de apoios sauditas comprometidos com iniciativas e candidaturas brasileiras;
- 3) Número de relatórios analíticos sobre temas de interesse multilateral ou de foros regionais

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. INCENTIVAR O TURISMO AO BRASIL

- Promover participação brasileira em feiras dedicadas ao turismo
- Promover destinos turísticos brasileiros, inclusive por meio de canais digitais
- Buscar parcerias com empresas que divulguem a imagem do Brasil como destino turístico e operadores que ofereçam pacotes turísticos no Brasil.

2. DIVULGAR A IMAGEM DO BRASIL, A CULTURA BRASILEIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA

- Desenvolver parcerias para projetos e eventos de promoção das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais e eventos de divulgação ao público saudita de artistas e profissionais da cultura brasileira, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos, músicos e chefs, entre outros;
- Promover a publicação de livros de autores brasileiros traduzidos para a língua árabe;
- Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público sobre o País;
- Promover a língua portuguesa no escopo do grupo de embaixadas de países da CPLP em Riade;
- Atualizar regularmente os canais digitais da embaixada, com conteúdo que gere interesse efetivo pelo Brasil e divulgação de projetos e eventos culturais.
- Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação

de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;
- 2) Número de reuniões para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, operadores de turismo e outros atores do setor;
- 3) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para ampliar a difusão da cultura brasileira na Arábia Saudita;
- 4) Número de iniciativas de divulgação da língua portuguesa;
- 5) Número de postagens e reações em redes sociais;
- 6) Número de seguidores dos canais digitais do posto;
- 7) Número de artigos, livros e demais publicações traduzidos e publicados;

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A SEGURANÇA ALIMENTAR E HÍDRICA, O SANEAMENTO BÁSICO E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. PROMOVER A COOPERAÇÃO COM A ARÁBIA SAUDITA NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Promover a participação brasileira em eventos na Arábia Saudita ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades sauditas em eventos realizados no Brasil;
- Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;
- Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos sauditas e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;
- Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;
- Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 30);
- Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e
- Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Arábia Saudita.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de relatórios a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 3) Número de reuniões com agentes de governo para exame da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas várias áreas;
- 4) Número de reuniões para avaliação das possibilidades de cooperação;
- 4) Número de informe sobre o assunto;
- 5) Número de projetos estudados e desenvolvidos;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos.

VI - COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**1. IDENTIFICAR POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO AGROPECUÁRIA, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS, BEM COMO À DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL**

- Avaliar o interesse recíproco na cooperação em agricultura e em áreas de produção agrícola nas quais a Arábia Saudita se destaca;
- Examinar oportunidades de cooperação no cultivo do solo árido e semi-árido, em vista das experiências e desafios brasileiros e sauditas;
- Explorar oportunidades de cooperação no setor pecuário que permitam ampliar o acesso ao mercado de carne bovina.

2. FORTALECER A COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

- Identificar potenciais parceiros e promover conexões entre os agentes;
- Planejar e executar iniciativas de diplomacia da inovação, em parceria com entidades da Arábia Saudita e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro, levando em consideração perspectivas de inclusão e diversidade;
- Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica para promover a imagem do Brasil como nação inovadora;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e consultas com interlocutores da área de C, T & I e de agropecuária;
- 2) Número de atividades realizadas para negociação e conclusão de parcerias com foco em C, T & I e com foco em agropecuária;
- 3) Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;
- 4) Número de visitas de representantes de instituições e autoridades nos setores, em ambas as direções;

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR A COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

- Buscar estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para ampliar difusão cultural brasileira na Arábia Saudita;
- Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores sauditas e brasileiros; e
- Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na Arábia Saudita, a exemplo da produção de grandes eventos.

1. 2. PROMOVER O BRASIL COMO DESTINO TURÍSTICO DE VIAJANTES IRANIANOS

- Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;
- Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Arábia Saudita;
- Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissor na Arábia Saudita; e
- Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado saudita.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para fazer avançar a cooperação educacional;
- 2) Número de reuniões para promoção de parcerias para difusão cultural brasileira;
- 3) Número de eventos culturais e educacionais realizados e público participante;
- 4) Número de informações produzidas sobre cada setor;
- 5) Número de projetos examinados e negociados;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos em cada setor.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. IDENTIFICAR ÁREAS DE INTERESSE COMUM E EXPERTISE ESPECÍFICA PARA PROMOVER A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL

- Identificar principais agentes sauditas nas áreas de interesse;
- Promover trocas de experiências entre técnicos e agentes governamentais dos dois países nas áreas de maior êxito, de modo ao aproveitamento recíproco de experiências, como nas áreas de habitação popular, merenda escolar e energia limpa a preço acessível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes elaborados a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões com atores locais e brasileiros para compreensão de demandas e interesses específicos e complementariedades;
- 2) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 3) Número de projetos de cooperação discutidos e negociados.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Garantir a prestação de serviço consular de qualidade e eficiente à comunidade brasileira na Arábia Saudita, inclusive por meio do sistema e-Consular e da constante facilitação do acesso a tais serviços;
2. Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, por meio das redes sociais da Embaixada e do portal consular do Itamaraty;
5. Realizar visitas a brasileiros presos e prestar-lhes a assistência consular cabível e identificar casos prioritários de transferência para cumprimento de pena no Brasil;
6. Mapear regularmente a comunidade brasileira, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;
7. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;
8. Promover o diálogo consular com a chancelaria saudita, com vistas a agilizar a tramitação de pedidos de transferência de pessoas condenadas, solucionar eventuais questões migratórias e tratar de assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de satisfação do consulente;
- 2) Número de documentos produzidos e de atendimentos consulares prestados;
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
- 4) Número de consultas recebidas e respondidas;
- 5) Tempo para atendimento ao consulente (presencial, e-mail, telefone);
- 6) Número de visitas a brasileiros presos e número de processos de transferência de pessoas condenadas tramitados e concluídos;
- 7) Número de comunicações preparadas para a comunidade brasileira;
- 8) Número de postagens e de seguidores das redes sociais do posto.

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 11, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela

Universidade de Sophia, de Tóquio, ingressou na carreira diplomática em 1994 e tornou-se Conselheiro, por merecimento, em 2008; ascendeu a Ministro de segunda classe em 2014 e, também por merecimento, a Ministro de primeira classe em 2023. Ao concluir o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2011, apresentou a tese: “Relações Brasil-Arábia Saudita: Novas Perspectivas”.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se a de Conselheiro na Embaixada em Beirute (2006), Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Riade (2009), Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral de Nova York (2011-2013), e Embaixador em Kinshasa (2013-2017), na República Democrática do Congo.

Ademais, foi Assessor Internacional da Presidência da República (2017-2018), Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris (2019-2022), e, atualmente, ocupava a função de assessor internacional da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nesta Casa.

Ainda em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Arábia Saudita e o Iêmen, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O Reino da Arábia Saudita é uma monarquia islã sunita com parlamento unicameral que se caracteriza como Assembleia de caráter consultiva com cento e cinquenta membros, por mandato de quatro anos. Desde 2015, o rei é Salman Bin Abdulaziz Al Saud. O príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, que goza de grande popularidade, foi nomeado, em 2022, primeiro-ministro do país.

A Arábia Saudita integra o G20 e compartilha, com o Brasil, posições semelhantes em temas da agenda regional e global, participando, na condição de Estado convidado, das atividades do BRICS.

Segundo dados oficiais do Itamaraty, há cerca de 700 brasileiros residentes na Arábia Saudita, que é a principal parceira comercial do Brasil no Oriente Médio e também no norte da África.

Em 2024, o intercâmbio comercial foi de US\$ 6,2 bilhões, impulsionado pela exportação de proteína animal e agrícola, enquanto nossas importações concentraram-se em óleos brutos de petróleo e fertilizantes químicos.

Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja hoje da ordem de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 5 bilhões, mas há de se destacar a crescente presença, nos últimos três anos, de empresas brasileiras com interesse na Arábia Saudita, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo plano Visão 2030, o qual objetiva diversificar a economia do país árabe e reduzir a dependência do petróleo.

É expressiva a presença de empresas brasileiras no setor de proteína animal na Arábia Saudita. Além disso, o país árabe é o 2º maior importador mundial de produtos e serviços de defesa. Nesse setor, destacam-se, além da Avibrás, presente no mercado saudita há quatro décadas, a Mac Jee (especializada na produção de explosivos), a Companhia Brasileira de Cartuchos/Taurus (especializada na produção de munições) e, mais recentemente, a Akaer (especialista no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia para a área de defesa). Em 2024, o Brasil e a Arábia Saudita reforçaram seus laços bilaterais, com a assinatura do Acordo de Cooperação em Defesa entre os seus respectivos Ministérios da Defesa.

A República do Iêmen, por sua vez, conta com terras férteis, em contraste com o deserto que domina o restante da Península Arábica.

Em 2014, na esteira da chamada “primavera árabe”, instalou-se, no Iêmen, crise seguida de conflito, após os houthis, milícia xiita do norte do Iêmen, terem tomado a capital, Sanaa. Estima-se que mais de 20 milhões de iemenitas (68% da população) necessitem de auxílio humanitário.

Além dos houthis, o Governo central ainda enfrenta a oposição de separatistas do Conselho de Transição do Sul. Hoje, os rebeldes houthis controlam a capital do país, cerca de 70% da população e a quase totalidade do antigo território do “Iêmen do Norte”.

A guerra de Israel em Gaza e os ataques dos houthis a Israel trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes.

Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho. Desde o fim de 2022, a Arábia Saudita iniciou negociações diretas com os houthis, com o objetivo de encerrar o enfrentamento.

Apesar da conflagração, o intercâmbio bilateral entre o Brasil e o Iêmen tem sido estável e totalizou US\$ 458 milhões em 2024. Entre as exportações brasileiras, destacam-se produtos primários, sobretudo açúcares e melãos, além de carnes de aves e suas miudezas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES

CPF: [REDACTED]
 ID.: [REDACTED]

1963 Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1986	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2001	Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
2007	CAE - IRBr, "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro".

Cargos:

1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1987	Secretaria de Controle Interno, Chefe de Divisão
1992-95	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-96	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1996-2000	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
2000-03	Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
2003-06	Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
2006-09	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2009-11	Presidência da República, Assessor Especial
2011-12	Presidência da República, Porta-Voz
2012-15	Chefe da Assessoria Especial para Assuntos de Defesa
2015-18	Embaixada em Maputo, Embaixador
2018-21	Embaixada em Lima, Embaixador
2021-	Embaixada em Moscou, Embaixador

Obras publicadas:

2011	"Política Externa e Mídia", in Política Externa, volume 20, número 2
2015	"Base Industrial de Defesa Brasileira e a Política Externa" in Caderno de Política Exterior, ano I número 1

- 2019 "Gateway and Neighbourhood: Brazilian Perspective on South Atlantic Security" in
"Navies and Maritime Policies in the South Atlantic" (Palgrave Macmillian)

Condecorações:

Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande-Oficial
Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
Medalha da Vitória, Brasil
Medalha Santos Dumont, Brasil
Medalha Tamandaré, Brasil
Medalha Duque de Caxias, Brasil
Ordem Infante D. Henrique, Portugal
Ordre du Mérite, França
Ordem do Cedro, Líbano



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 3, DE 2025

(n° 91/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 91

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de janeiro de 2025.

EM nº 00001/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 104/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/01/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6381256** e o código CRC **01760764** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000358/2025-99

SEI nº 6381256

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 3/2025 [4 de 50]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão da Europa Central e Oriental

ALEMANHA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	Alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km²
POPULAÇÃO (2024)	82,7 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (29%), Protestantismo (27%) e Islamismo (4,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Frank-Walter Steinmeier (desde 19 de março de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Olaf Scholz
MINISTRO DO EXTERIOR	Annalena Baerbock
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023)	US\$ 4,46 trilhões (205% do do Brasil, 2,17 trilhões)
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (2023)	US\$ 5,86 trilhões (133% do do Brasil, 4,01 trilhões)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2023)	US\$ 52.730 (493% do do Brasil, 10.704)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2023)	US\$ 69.380 (332% do do Brasil, 18.600)
VARIAÇÃO DO PIB (1)	2,7% (2017); 1,0% (2018); 1,1% (2019); -3,7% (2020); 2,6% (2021); 1,8% (2022); -0,3% (2023)
ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (IDH) (2021) (4)	0,942 (9ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	81 anos (homens: 78,5 anos; mulheres: 83,4 anos)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	5,7%
INVESTIMENTO EM P&D / PIB (2021)	3,13%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BERLIM	Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Bettina Cadenbach
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 144.120 brasileiros residentes

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ bilhões - FOB)

BRA-ALE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	16,15	15,56	13,49	16,39	19,08	18,80	19,85
Exportações	5,21	4,73	4,12	5,04	6,27	5,65	5,85
Importações	10,94	10,83	9,37	11,35	12,81	13,15	13,73
Saldo	-5,73	-6,10	-5,25	-6,30	-6,54	-7,50	-7,87

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é um país da Europa Central, banhado pelo mar do Norte e pelo mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados, área correspondente à do estado do Mato Grosso do Sul. O país tem população de 84,3 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim, e a língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que estabeleceria as fronteiras setentrionais do império romano nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados), frouxamente associadas por meio do Sacro-Império Romano-Germânico.

No início do século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo se esforçariam por cultivar, com fulcro na consolidação de língua comum. Em 1871, o poder militar da Prússia (estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo príncipe-eleitor de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro foi o Sacro-Império Romano Germânico).

A derrota na Primeira Guerra Mundial levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, em período marcado por profunda crise econômica, pagamento de reparações pela Primeira Guerra Mundial, surtos de

hiperinflação, fragmentação partidária e sucessão rápida de governos de frágil respaldo parlamentar. A situação foi agravada com a Grande Depressão, iniciada em 1929, e que contribuiria para a ascensão do Partido Nazista ao poder, em 1933.

Em 1945, novamente derrotada, dessa vez na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha teve seu território ocupado e dividido. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, durante o governo de Helmut Kohl, com absorção da RDA pela RFA, após a queda do muro de Berlim, no ano anterior (1989).

A Alemanha experimentou forte crescimento econômico a partir da década de 1950, em parte como resultado do Plano Marshall dos EUA, de reconstrução no pós-guerra. Ao final da Guerra Fria, a Alemanha consolidou sua posição de destaque na Europa e no cenário internacional. O país detém a maior economia europeia e a quarta maior mundial. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica, química e farmacêutica. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.

PERFIS BIOGRÁFICOS



PRESIDENTE

FRANK-WALTER STEINMEIER

Nasceu em 5 de janeiro de 1956, em Detmold (Renânia do Norte-Westphália). É casado, desde 1995, com a juíza Elke Büdenbender, com quem tem uma filha. Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade Justus Liebig, em Giessen (Hessen). Em 1991, concluiu doutorado em Direito na mesma Universidade. Ingressou no Partido Social-Democrata (SPD) em 1975. Em 1998, com a vitória de Gerhard Schröder nas eleições federais, tornou-se secretário de Estado na Chancelaria Federal. De

1999 a 2005, foi ministro-chefe da Chancelaria Federal. Foi ministro do Exterior entre 2005 a 2009 e de 2013 a 2017. É presidente da Alemanha desde 19 de março de 2017, tendo sido reeleito, em 13 de fevereiro de 2022, para um segundo mandato.



CHANCELER FEDERAL

OLAF SCHOLZ

Nasceu em 14 de junho de 1958, em Osnabrück (Baixa Saxônia). É formado em direito e tornou-se advogado em 1985, especializado em direito do trabalho e do emprego. Filiou-se ao Partido Social Democrata (SPD) em 1975, ainda cursando o estudo secundário, e foi membro do Bundestag de 1998 a 2011. Entre 2007 e 2009, foi Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais no primeiro gabinete de Angela Merkel. Foi governador de Hamburgo de 2011 a 2018, quando tornou-se ministro das Finanças e vice-chanceler no quarto governo de Merkel. Permaneceu no cargo até 08/12/2021, quando se tornou chanceler federal, em decorrência do êxito do SPD nas eleições federais de setembro e da formação subsequente de coalizão governista com Verdes e Liberais (FDP).



MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ANNALENA BAERBOCK

Nascida em Hannover, em 15 de dezembro de 1980 (42 anos), Annalena Baerbock formou-se e obteve mestrado em direito pela London School of Economics, em 2005. De 2009 a 2013, foi líder da seção estadual de Brandemburgo do partido Os Verdes. É membro do Bundestag desde 2013 e liderou sua agremiação, juntamente com Robert Habeck, de 2018 a 2021. Nas eleições de 2021, foi a primeira candidata de seu partido à Chancelaria Federal. Assumiu o Ministério do Exterior da Alemanha em 08/12/2021.

RELAÇÕES BILATERAIS

A parceria entre Brasil e Alemanha é firmemente estruturada em experiências históricas. Antes mesmo da existência da Alemanha como país unificado, desde 1824, o Brasil já recebia imigrantes germânicos oriundos do que viria a ser o território do estado alemão unificado. Em 1871, o Brasil e o recém-constituído Império Alemão

prontamente estabeleceram relações diplomáticas. Após novo estabelecimento de relações, desta vez com a República Federal da Alemanha, ao final da 2ª Guerra Mundial, o Brasil passou a ver no país um potencial fornecedor de tecnologia e um parceiro crucial no processo de industrialização da economia brasileira. Principal marca dessa parceria tecnológica foi o Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro de 1975, que teria como maior resultado a construção da Usina Nuclear Angra II.

Atualmente, as relações Brasil-Alemanha são sólidas e densas, apoiadas pela convergência na observância dos princípios universais do direito internacional. Entre esses preceitos, destacam-se a igualdade entre os estados, a não intervenção nos assuntos internos dos países, a solução pacífica de controvérsias, o compromisso com a cooperação internacional, o respeito à diversidade étnica e cultural dos povos e o respeito aos direitos humanos. Ademais, a diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos, comerciais e tecnológicos e a clara percepção mútua da importância de cada país, na sua região, reforçam a contínua aproximação bilateral até os dias atuais. Ao final do documento, apresenta-se a relação dos mais de 450 acordos bilaterais em vigor entre Brasil e Alemanha.

REPRESENTANTES DO BRASIL E DA ALEMANHA	
Embaixador do Brasil em Berlim	Roberto Jaguaribe
Cônsul-Geral do Brasil em Frankfurt	Roberto Abdalla
Cônsul- Geral do Brasil em Munique	Leonardo Cleaver de Athayde
Embaixadora da Alemanha em Brasília	Bettina Cadenbach
Cônsul-Geral da Alemanha no Rio de Janeiro	Jan Freigang
Cônsul-Geral da Alemanha em São Paulo	Martina Hackelberg
Cônsul-Geral da Alemanha em Porto Alegre	Marc Bogdahn
Cônsul-Geral da Alemanha em Recife	Johannes Bloos

PRINCIPAIS MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Consultas Intergovernamentais de Alto Nível	2	Dezembro de 2023, em Berlim
Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha (COMISTA)	50	Setembro de 2024, em Wolfsburg
Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA)	40	Outubro de 2024, em Wolfsburg

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

A Alemanha é a quarta maior parceira comercial brasileira e seu principal parceiro comercial na Europa. O Brasil, por sua vez, é o maior parceiro da Alemanha na América do Sul. Em 2024, a Alemanha foi o décimo maior destino das exportações brasileiras e a terceira maior origem das importações do Brasil. Em 2023, corrente de comércio bilateral alcançou USD 18,7 bilhões, dos quais USD 5,6 bilhões de exportações do Brasil e USD 13,1 bilhões de importações (superávit de USD 7,5 bilhões para a Alemanha). Em 2024, a corrente de comércio alcançou USD 19,5 bilhões (+4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior), dos quais USD 5,8 bilhões de exportações (+4,7%) e USD 13,7 bilhões de importações (+4,4%), resultando em superávit de USD 7,8 bilhões para a Alemanha.

Destacam-se, na pauta exportadora brasileira de 2024, café não torrado (31%), minérios de cobre e seus concentrados (13%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (12%), motores de pistão e suas partes (3,7%), celulose (2,9%), minério de ferro e seus concentrados (2,8%). Entre as importações, sobressaíram-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (8,2%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (6,7%), partes e acessórios de veículos automotivos (5,5%), e outros medicamentos, incluindo veterinários (5,4%).

Segundo o MDIC, o fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto vindo da Alemanha foi de USD 264 milhões entre janeiro e setembro de 2024. Segundo os mesmos critérios, a Alemanha ocupou, no mesmo período, a 17ª posição entre investidores estrangeiros no Brasil, representando a origem de 1,21% dos investimentos. Já o estoque de investimento brasileiro na Alemanha cresceu USD 408 milhões em 2021, o que representa um aumento de 61% em relação a 2020. Em termos comparativos, a Alemanha subiu para a 27ª posição no ranking de destino de estoque brasileiro no exterior.

Em 2024, na 50ª Comissão Mista e do 40º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, além de em outras reuniões de alto nível entre os países, tratou-se da possibilidade de negociação de novo instrumento bilateral para evitar dupla tributação (ADT). O Brasil manteve, de 1976 a 2005, ADT com a Alemanha, que foi denunciada pelo lado alemão. Esse novo acordo possibilitaria aprofundar as trocas entre os dois países, fomentando novas oportunidades para empresários alemães e brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma república federal parlamentarista, na qual o Bundestag elege o chefe de governo (chanceler federal ou *Bundeskanzler*). As decisões legislativas são tomadas pelo *Bundestag* (Parlamento), devendo, conforme a matéria em apreço, passar

pela aprovação adicional do *Bundesrat* (Conselho Federal). Os 69 membros do *Bundesrat* são indicados pelos governos estaduais, não por voto popular. De acordo com critérios demográficos, cada unidade da federação possui de três a seis votos no *Bundesrat*. Já o *Bundestag* tem pelo menos 598 deputados, variando a cada eleição. Na presente legislatura são 736 assentos. Os deputados do *Bundestag* são eleitos em pleitos diretos, que ocorrem de quatro em quatro anos e consistem em dois votos, o distrital (primeiro voto) e o proporcional (segundo voto, dado ao partido). Normalmente, o chanceler federal e os ministros também são deputados e frequentam as plenárias do Parlamento. Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o governo federal é composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. A agremiação política de maior bancada busca parceiro(s) para formar maioria, eleger o chanceler federal e compor o gabinete de governo. Chanceler e gabinete só podem ser destituídos pelo parlamento se já houver alternativa definida de chefia de governo ("moção construtiva de desconfiança").

Já o chefe de estado é o presidente federal. Suas atribuições são executivas e cerimoniais: assina o ato de nomeação do chanceler federal; chancela acordos internacionais; nomeia e destitui ministros, a pedido do chanceler, respeitando a maioria parlamentar; nomeia e exonera juízes federais, servidores públicos federais, oficiais e suboficiais das Forças Armadas (*Bundeswehr*); decide sobre concessão de indulto a presidiários; sanciona novas leis federais; recebe e credencia embaixadores. É escolhido pela Assembleia Nacional (*Bundesversammlung*), formada pelos deputados federais e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos 16 estados, e tem mandato de cinco anos, com uma reeleição possível. O Poder Judiciário é independente do Executivo, conforme disposição constitucional. A instância máxima é o Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), sediado em Karlsruhe, no estado de Baden-Württemberg.

Os 736 assentos da atual legislatura do *Bundestag* estão distribuídos da seguinte forma: o SPD detém 206; a União (CDU/CSU), 197; os Verdes, 118; o FDP, 92; a Alternativa para a Alemanha (AfD), 78; e o Die Linke, 28 (adicionalmente, há 16 deputados que não estão vinculados a quaisquer das bancadas). O *Bundestag* conta com Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Alemanha, de composição multipartidária, que realizou viagem ao Brasil em maio de 2023.

Em dezembro de 2021, o chanceler federal, Olaf Scholz, do Partido Social-Democrata (SPD), foi nomeado primeiro-ministro, formando-se uma coalizão governista com os Verdes e o Partido Democrático Liberal (FDP). A Guerra da Ucrânia teve forte impacto em seu governo, relegando-se a segundo plano suas promessas de

campanha. Em 2024, no contexto de crise econômica e tensões na coalizão de governo, o chanceler federal submeteu-se, em 16/12, a voto de confiança no Parlamento alemão. Como era intenção de Scholz, o *Bundestag* negou-lhe a confiança necessária para seguir no cargo, resultado que lhe permitiu propor ao presidente federal a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições. Em seguida, o presidente Frank-Walter Steinmeier decidiu dissolver o *Bundestag*, marcando eleições para 23/02. Estima-se que o novo governo alemão entre em funções em meados de 2025.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa alemã orienta-se tradicionalmente pelos seguintes princípios basilares: integração europeia; fortalecimento das relações transatlânticas; defesa da paz e segurança; feminismo; luta contra a mudança do clima; e promoção de uma ordem internacional voltada a defender o estado de direito, a democracia, os direitos humanos e uma globalização justa e sustentável.

As diretrizes tradicionais da atuação internacional de Berlim e mesmo seus objetivos têm passado por profundo questionamento, em decorrência de mudanças geopolíticas, como a ascensão da China e o conflito na Ucrânia. No entanto, o que tem emergido desse câmbio não é novo paradigma de política externa, mas exercício diplomático por vezes discordante entre a Chancelaria Federal e o Ministério do Exterior. Este, sob a liderança da verde Annalena Baerbock, tem sido porta-voz de uma "política externa de valores", em que a defesa assertiva da democracia e dos direitos humanos na esfera internacional teria precedência. Aquela, premida pela necessidade de governar e gerir as múltiplas crises por que passa o país, atem-se mais proximamente ao proceder cauteloso e pragmático tradicional da diplomacia alemã.

A integração europeia constitui um dos eixos da política externa alemã. Nos últimos anos, o país assumiu protagonismo em frentes diversas, como no enfrentamento da crise financeira, nas tratativas do Brexit, na crise de refugiados e nas tensões entre Moscou e Kiev (na esteira da anexação da Criméia pela Rússia, em 2014). Nesse contexto, um desafio diz respeito à demanda crescente por posicionamentos comuns em matéria de política externa e de segurança, temas que exigem o consenso de todos os Estados-membros. Em especial, Hungria e Polônia têm sido vistos como países que recorreriam ao seu poder de veto em dissonância com os demais. Se, no período Merkel, essa discrepância era tratada por meio de uma postura de “apaziguamento”, as diferenças político-ideológicas da nova coalizão com os governos de Budapeste e Varsóvia por vezes dificultam esse entendimento.

Na prática, essa dificuldade tem levado à redução da margem de manobra dos países europeus, inclusive a Alemanha, nas crises internacionais recentes, como na Ucrânia e em Gaza. Esses episódios, ao exporem fragilidades europeias em matéria de segurança e defesa, favorecem um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos.

Confrontada com o avanço econômico-empresarial chinês na Europa do Leste e com uma Rússia percebida como crescentemente agressiva, a Alemanha busca impulsionar com maior vigor a expansão da UE. Nesse sentido, a Alemanha tem-se empenhado em acelerar o processo de acesso dos seis países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia). Mais recentemente, com a deflagração do conflito na Ucrânia, esse país, a Moldávia e, até recentemente, a Geórgia, foram acrescentadas ao rol de países candidatos.

A Alemanha assumiu postura de firme apoio à Ucrânia desde a eclosão do conflito, engajando-se no apoio humanitário e político, bem como na ajuda financeira e militar (esta com relutância inicial). O governo alemão é o segundo maior doador financeiro e militar para Kiev, ficando atrás somente dos Estados Unidos, e é o maior receptor de refugiados ucranianos. O conflito russo-ucraniano preocupa a Alemanha por sua dependência do gás como fonte energética, o que tem levado o país, por um lado, a condenar o que percebe como belicismo russo e, por outro, a buscar acelerar a transição energética germânica.

Também se destaca o posicionamento de Scholz sobre a Guerra em Gaza, marcado pela aliança inequívoca com Israel, pela condenação dos atos terroristas do Hamas e pela noção de responsabilidade especial perante o país.

Deve-se sublinhar também a ênfase alemã na diplomacia do clima, embasada na constatação de que a crise climática é o maior desafio global da atualidade. Historicamente, a Alemanha assumiu posição de vanguarda na defesa do meio ambiente e, atualmente, busca reforçar seu protagonismo no combate à mudança do clima. Em 2023, o país adotou sua primeira “Estratégia sobre a Política Externa do Clima”, que apresenta as metas dos diversos ministérios no tema e postula prioridades comuns, de forma a estruturar uma política coerente sobre o clima.

Ademais, as autoridades alemãs apoiam a reforma da governança global, seja no âmbito financeiro, seja no político. A Alemanha integra o G4, grupo formado com Brasil, Índia e Japão para alavancar a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual defendem que a corrente configuração do Conselho não reflete a corrente estrutura de poder mundial. Em seu discurso na Chamada Global para a Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, Scholz pleiteou que a ordem internacional reflita a realidade multipolar, com igualdade de representação e participação dos países em desenvolvimento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo o FMI, a Alemanha é a 3ª maior economia do mundo, com PIB nominal de US\$ 4,4 trilhões (2023), atrás somente dos EUA (US\$ 27 trilhões) e da China (US\$ 17,9 trilhões). Sólida e diversificada, a economia alemã beneficia-se da inovação

no setor industrial e de dinamismo nos serviços. O setor de serviços é o principal eixo dinâmico da economia do país, contribuindo, em 2022, com 69,3% do PIB alemão e empregando 75,2% dos trabalhadores no país.

A Alemanha é o país mais industrializado da Europa. O setor industrial contribuiu, em 2022, com 29,5% do PIB e emprega 23,6% da força de trabalho local. Entre os ramos da indústria alemã, destacam-se: automobilístico; farmacêutico; químico; equipamentos eletrônicos; e engenharia mecânica. A indústria alemã concentra-se na região do Vale do Ruhr, no estado da Renânia do Norte-Vestfália e no estado de Baden-Württemberg.

O setor primário – que inclui a agropecuária, pesca e silvicultura - responde por apenas 1,2% do PIB alemão e emprega apenas 1,2% da força de trabalho. Cerca de 46% do território alemão é destinado à agropecuária. Apesar da pequena expressividade, a agricultura alemã é extremamente produtiva. Nos últimos anos, há crescente discussão sobre transformações na agricultura alemã relativas à sustentabilidade, mudança do clima, segurança alimentar, agricultura orgânica e bem-estar animal.

De acordo com o *Statistisches Bundesamt* (SB), o Escritório Federal de Estatísticas alemão, a corrente de comércio alemã foi de 218,5 bilhões de euros em 2023. Naquele ano, o fluxo de exportações alemão concentrou-se em Estados Unidos, França e Holanda; enquanto o país importou principalmente de China, Países Baixos e Estados Unidos. A Alemanha exporta principalmente veículos automotores (US\$ 273 bilhões em 2023), máquinas e equipamentos e produtos químicos, com evidente predomínio da indústria em sua matriz exportadora. Entre as principais importações, estão gás natural e petróleo, denotando a dependência energética alemã perante seus parceiros.

No entanto, a economia alemã tem passado por dificuldades consideráveis nos últimos anos. O Instituto de Pesquisa Handelsblatt (HRI) divulgou perspectiva econômica para a Alemanha em 2025, na qual enuncia que a economia alemã deverá regredir 0,1% neste ano, na sequência de duas retrações seguidas, em 2023 (-0,3%) e 2024 (-0,2%). Será a primeira vez na história que o país registrará regresso do PIB por três anos consecutivos. Segundo o HRI, a inflação alemã deve permanecer acima da marca de 2% em 2025 e 2026, o que poderá provocar conflito de objetivos no Banco Central Europeu (BCE), que almeja estimular a economia europeia por meio da redução da taxa de juros. O aumento dos preços ao consumidor e as elevadas taxas de juros dos empréstimos têm pressionado as famílias, bem como têm influenciado na estagnação do mercado de trabalho. Nesse contexto, como enunciado pela União Europeia, o desemprego se manterá constante nos próximos anos, na casa dos 3%, e a dívida se estabilizará em um patamar elevado, em torno de 60%, em meio à estagnação econômica.

O HRI registrou que os investimentos no país, pela primeira vez, regrediram por cinco anos consecutivos. Tal situação decorre de contínua postergação de investimentos privados, bem como do direcionamento das inversões para empreendimentos no exterior. De acordo com a Câmara Alemã de Indústria e Comércio (DIHK), uma em cada três empresas alemãs planeja reduzir investimentos ao longo de 2025. Apenas 26% das

empresas alemãs classificam sua situação atual de negócios como "boa", percentual equivalente à proporção das que descrevem sua situação como "ruim" (25%). Ademais, o indicador de clima de negócios do Instituto de Pesquisa Econômica de Munique (Ifo), divulgado em dezembro último, encontra-se em seu nível mais baixo desde maio de 2020. Por fim, diante da perspectiva de imposição de tarifas alfandegárias pelo governo Donald Trump, cresce a incerteza sobre o futuro da economia alemã. Nesse cenário, o HRI avalia serem improváveis quaisquer reformas para estimular o crescimento econômico da Alemanha antes de 2026.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ALEMANHA
1871 - Guilherme I proclamado imperador alemão em Versalhes (18/1)
1914-1918 - O imperador Guilherme II isola a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1918 - O Imperador Guilherme II abdica; o social-democrata Philipp Scheidemann proclama a República
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1933 - Adolf Hitler torna-se chanceler do Reich
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45, com a derrota da Alemanha, dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim dividida em 4 setores
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais, a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental.
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)
1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)

1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1961 – Início da construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão, sob a ONU
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes, sob a liderança de Gerhard Schröder
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel

2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2015 - Eclode a "crise dos refugiados", com grande número de migrantes, sobretudo do conflito Sírio, buscando residência na Alemanha e em países da União Europeia
2017 - Realização de eleições legislativas, em 24 de setembro
2021 – Realização de eleições legislativas, em 26 de setembro
2022 – Reeleição de Frank-Walter Steinmeier, em 13 de fevereiro, como presidente.
2024 – Dissolução do Parlamento, após perda de voto de confiança por Olaf Scholz
2025 – Eleições marcadas para 23 de fevereiro

LISTA DE ACORDOS BILATERAIS BRASIL-ALEMANHA (EM VIGOR)		
Título do Acordo	Data de Celebração	Data de Promulgação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Direitos e Territórios Indígenas"	30/09/2024	06/11/2024
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Guardiões da Floresta"	30/09/2024	06/11/2024
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Economia Social e Ecologicamente Justa em Áreas Florestais e de Assentamento na Amazônia"	30/09/2024	06/11/2024
Declaração Conjunta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Integridade de Informação e Combate à Desinformação	04/12/2023	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Action4Forests"	03/05/2024	14/05/2024
Declaração Conjunta de Intenção sobre o Estabelecimento de um Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha	04/12/2023	
Declaração Conjunta de Intenções sobre a Parceria para o Desenvolvimento Global entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha.	04/12/2023	
Declaração Conjunta de Intenção sobre a Parceria para uma Transformação Ecológica e Socialmente Justa entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	04/12/2023	

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS)"	17/11/2023	26/12/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Transparência e Sustentabilidade nas Cadeias Produtivas na Amazônia"	13/04/2023	14/06/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Acoplamento de Setores e Economia Verde".	13/04/2023	19/06/2023
Acordo por Troca de Notas para o projeto "Reflorestamento e proteção das florestas pelos pequenos produtores".	27/01/2023	05/05/2023
Acordo por Troca de Notas para os projetos "Conservação Florestal na Região Amazônica do Brasil - Fundo Floresta - Bioeconomia" e " Conservação Florestal na Região Amazônica do Brasil - Fundo Floresta - Controle de Desmatamento".	27/01/2023	28/04/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Bioeconomia e Cadeias Produtivas no Brasil"	30/12/2022	23/03/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto "Tecnologias Ambientalmente Adequadas e Desenvolvimento de Capacidades para a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil"	30/12/2022	23/03/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Educação Profissional para Desenvolvimento Econômico Verde e Empregos"	30/12/2021	08/03/2022
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto "Investimentos Transformadores de Eficiência Energética na Indústria (TI4E) no Brasil"	30/12/2021	08/03/2022
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica "REDD Early Movers Brazil"	04/05/2021	22/06/2021
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Parcerias para Inovações para a Proteção da Floresta Tropical na Amazônia Brasileira"	17/11/2020	02/02/2021
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Concessões de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal"	24/11/2020	27/05/2021
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica "Fundo de Estudos e Peritos".	14/05/2019	06/06/2019
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Regulação do Mercado para Financiamento Verde e Títulos Verdes".	31/10/2018	

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Proteção e Gestão Sustentável de Terras Indígenas na Amazônia Legal: Fortalecimento das Instâncias e Instrumentos de Governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)"	08/05/2018	14/05/2018
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de uma Contribuição Financeira não Reembolsável, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "REDD Early Movers (REM) Mato Grosso".	20/11/2017	21/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Eficiência energética para Desenvolvimento Urbano Sustentável".	16/11/2017	12/12/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente aos Projetos "Prevenção, Controle e Monitoramento de Incêndios no Cerrado", "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb" e "Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica".	31/08/2017	05/02/2018
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Empréstimos Alemães no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil - "Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)".	31/07/2017	23/11/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de um Empréstimo no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil - "Programa ProClima Em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)".	31/07/2017	23/11/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de uma Contribuição Financeira Não Reembolsável no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	10/07/2017	23/08/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de uma Contribuição Financeira Não Reembolsável no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	10/07/2017	23/08/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Projeto para Setor de Serviços" Componente 4 da Etapa do 2 Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCS (PBH)	01/08/2017	11/08/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Apoio ao Brasil na Implementação de Sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Combustíveis Alternativos Sem Impactos Climáticos".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	12/04/2017	27/04/2017

para a Implementação do Projeto “Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil”		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Tecnologias Ambientalmente Adequadas e Desenvolvimento de Capacidades para a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil"	12/04/2017	27/04/2017
Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reich Alemão sobre Liquidação de Dívidas de Guerra	05/10/1921	
Acordo para Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	24/10/1969	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Negócios Sustentáveis com Base na Sociobiodiversidade da Amazônia"	22/02/2017	20/03/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às Atividades de Fomento e de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável no Âmbito do Fundo Amazônia"	22/02/2017	15/03/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Gestão Ambiental e Territorial e Cadastro Ambiental Rural"	22/02/2017	20/03/2017
Ajuste Complementar sobre o prosseguimento do projeto "Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis" entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	17/09/1986	06/10/1986
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Programa de Fontes Renováveis e Eficiência Energética"	30/12/2016	15/02/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Sistemas de Energia do Futuro"	30/12/2016	15/02/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Incêndios no Cerrado (Módulo de Cooperação Técnica)	07/12/2016	19/12/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Sistemas de Propulsão Eficiente”	07/12/2016	19/12/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Programa de Cooperação Trilateral	16/09/2016	06/10/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha para a Implementação do Projeto "Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial".	16/09/2016	06/10/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal”	12/08/2016	22/08/2016

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Projeto Brasil Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético do Biogás - Probiogás”	12/08/2016	22/08/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, de 30/11/63, sobre o Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas na Universidade Federal de Pernambuco	23/03/1992	07/05/1992
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira	28/06/2016	27/07/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Programa Planos Setoriais - Brasil"	28/06/2016	27/07/2016
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de um Empréstimo no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "Reflorestamento e Restauração das Áreas Degradadas (BNDES)".	21/03/2016	13/03/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade para Energias Renováveis e Eficiência Energética"	15/02/2016	04/05/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal"	17/02/2016	15/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil para a implementação do projeto de cooperação técnica “Eficiência Energética no Abastecimento de Água”	11/12/2015	23/05/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Economia Verde Inclusiva com Foco na Sociobiodiversidade da Amazônia".	11/12/2015	
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis bem como de Empréstimos Alemães, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	31/07/2015	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Regularização Ambiental no Brasil - CAR"	13/08/2015	
Ajuste Administrativo para Execução do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de 03 de Dezembro de 2009 para a Área de Seguro Obrigatório de Acidentes	10/06/2015	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho	13/02/2015	20/11/2019
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de Contribuições Financeiras Alemães não Reembolsáveis, no marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	13/11/2014	09/04/2015

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 17 de setembro de 1996, para implementação do "Projeto para o Setor de Serviços".	28/04/2014	30/07/2014
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em Relação à Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, bem como de Empréstimos Alemães, no marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	07/03/2014	12/05/2014
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto de Cooperação Acadêmica e Técnica na Área de Florestas Tropicais, Eficiência Energética e Energias Renováveis [Nota 5/2011]	18/10/2011	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais de 2007 [Nota 4/2011]	17/10/2011	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais realizadas em setembro de 2009 [Nota 3/2011]	29/09/2011	
Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha Confirmando Reciprocidade de Tratamento Tributário referente a Rendimentos Auferidos por Governos Estrangeiros [Isenção Recíproca de Imposto de Renda sobre Juros de Bancos Oficiais - Nota DCF/DAI/DE I/ 2 /EFIN RFA; Nota alemã Wi-551.20 BRA]	14/09/2011	27/09/2011
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira relativo ao Projeto "Programa Aberto Energias Renováveis/Eficiência Energética (Eletrobrás) e Copa Solar [Nota 1/2011]	27/06/2011	
Declaração Conjunta sobre o Intercâmbio na Área de Combustíveis Alternativos e Tecnologias de Propulsão Inovadoras entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha	31/03/2011	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	19/08/2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Realização de Atividades de Cooperação em Terceiros Países	31/08/2010	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira DAI/ABC/2/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 440.81 262 2010] - Reciclagem de Geladeiras	27/08/2010	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira ABC/DEU/DAI/DIM/1/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 445.00 59 2010]	25/05/2010	10/06/2010
Memorando de Entendimento entre O Governo da República Federativa da Alemanha sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos Domínios da Infraestrutura e da Segurança, com vistas à Copa do Mundo Brasil, em 2014, e aos XXXI Jogos Olímpicos e XV Jogos Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016	03/12/2009	07/01/2010
Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	03/12/2009	

Convênio de Execução do Acordo de Previdência Social de 3 de Dezembro de 2009 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	03/12/2009	
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha e Protocolo Adicional	03/12/2009	09/05/2013
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	03/12/2009	06/01/2010
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Financeira sobre o Programa “Parques Eólicos”	30/12/2008	12/01/2009
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	02/03/2012
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha sobre a Continuidade de Projetos de Cooperação Técnica	06/10/2008	08/01/2009
Ajuste Complementar sobre o Projeto “Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas/Eletronbras”	13/08/2008	25/05/2010
Entendimento sobre Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética.	14/05/2008	07/08/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis”	14/05/2008	05/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006	14/05/2008	14/11/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética	14/05/2008	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular	14/02/2008	22/02/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Isenção de Contribuições Sociais	13/11/2007	28/11/2007
Acordo relativo a Isenções Recíprocas de Impostos sobre a Renda e o Capital de Empresas de Transporte Marítimo e Aéreo	14/12/2005	26/12/2005
Emenda ao Ajuste Complementar, de 7 de julho de 2000, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Gestão Ambiental Urbana."	28/06/2005	26/07/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o projeto "Ações para Disseminação de Fontes Renováveis de Energia em Áreas Rurais no Norte e Nordeste do Brasil" PN: 2001.2511.2.	15/06/2005	27/06/2005

Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	02/03/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Região da Mata Atlântica de Minas Gerais (Doces Matas), PN 2002.2105.1.	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil/PP-G7 (AMA), PN 2002.2271.1, no âmbito do Programa Proteção e Manejo Sustentável das Florestas Tropicais	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Proclima - Fundo de Ozônio/Projeto de Treinamento de Oficiais de Aduana e de Mecânicos Refrigерistas no Sub-Setor de Serviços em Refrigeração Doméstica e Comercial.	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Cooperação com Órgãos Estaduais Brasileiros de Meio Ambiente (PROEMA) (PN 2001.2248.1)	13/05/2005	20/06/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/02/2008
Emenda, p. t. n., ao Ajuste Complementar do Projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro" (PN 1999.2038.0), de 30 de maio de 2000.	27/08/2004	22/09/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001)	27/11/2003	04/12/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	29/07/2004
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Cooperação, Capacitação e Desenvolvimento do Cooperativismo Brasileiro" PN 2000.1003.3	12/02/2003	07/03/2003
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Demarcação de Terras Indígenas na Amazônia." (PN 2001.2117.8):	14/11/2002	05/12/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Corredores Ecológicos" (PN 1999.2067.9):	18/10/2002	18/11/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio a Processos Sustentáveis de Desenvolvimento Local em Pernambuco: Microempresas" (PN2001.2120.2):	19/09/2002	11/10/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Áreas de Disposição de Resíduos Industriais em São Paulo" (PN 2001.2001.4)	19/09/2002	11/10/2002
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí (SRS)" (PN 2000.2239.2)	19/09/2002	11/10/2002
Aditivo ao Ajuste Complementar de 27 de outubro de 2000, sobre os "Projetos Demonstrativos "A" (PD/A inclusive componente indígena PDPI)" PN 94.2206.4	19/09/2002	11/10/2002

Ajuste Complementar sobre o Projeto "Consolidação dos órgãos Estaduais do Meio Ambiente nos Estados do Acre, Amazonas, do Pará e de Rondônia, dentro do PPG - 7 (SPRN)" (PN 95.2198.0)	22/07/2002	26/08/2002
Ajuste Complementar sobre a Ampliação do "Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos)" PN 95.3585.7	22/07/2002	26/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio a Processos Sustentáveis de Desenvolvimento Local em Pernambuco: Urbano e Regional" (PN 2000.2256.6)	22/07/2002	29/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável no Estado da Bahia" (PN 2001.2197.0)	22/07/2002	22/07/2002
Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento de Economias Locais e Regionais no Nordeste do Brasil" (2a fase do projeto "Aumento da Competitividade da Pequena e Média Indústria no Nordeste")	03/07/2002	22/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Nordeste Paraense"	31/05/2002	22/07/2002
Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da Perimetral Norte no Município de Pedra Branca do Amapari"	24/05/2002	27/06/2002
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o Projeto "Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina"	28/02/2002	01/04/2002
Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (1997 - 2000)	14/02/2002	29/04/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, sobre o Projeto "Apoio aos pequenos agricultores no Estado do Amazonas."	17/10/2001	18/02/2002
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, sobre o Projeto "Elaboração do 1 Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro"	15/08/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, sobre o Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS"	15/08/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, sobre o Projeto "Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para Controle Ambiental na Indústria" (UFGM)	29/06/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Unidades de Conservação"	19/06/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o Projeto "Apoio à Modernização das Ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Campo da Educação e Informação Tecnológica e da Assistência Técnica e Tecnológica às Pequenas e Médias Empresas."	15/01/2001	21/02/2001
Ajuste Complementar sobre o "Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise" no âmbito do Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7)	22/12/2000	25/01/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "PRORENDA Rio Grande do Sul - Promoção de Desenvolvimento Local Sustentável."	24/11/2000	09/01/2000
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Apoio ao Setor de Indústria na Aferição de Instrumentos e Padrões", em Florianópolis/Santa Catarina	24/11/2000	09/01/2001
Ajuste Complementar sobre os "Projetos Demonstrativos "A" (PD/A)."	27/10/2000	08/12/2000
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio Tecnológico aos Centros Têxteis e de Confecção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)"	27/10/2000	08/12/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Manejo dos Recursos Naturais da Várzea Amazônica."	19/07/2000	18/08/2000
Ajuste Complementar sobre o Projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais	19/07/2000	18/08/2000
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Gestão Ambiental Urbana"	07/07/2000	17/08/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro"	30/05/2000	13/07/2000
Ajuste Complementar ao Projeto "PRORENDA - Apoio à Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco."	20/04/2000	06/04/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "PRORENDA RURAL - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Espírito Santo."	02/02/2000	08/03/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "PRORENDA - Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais no Estado do Rio Grande do Sul."	31/01/2000	08/03/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Utilização Racional de Energia na Agricultura no Estado de Minas Gerais ."	14/01/2000	28/02/2000
Ajuste Complementar sobre o "Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas."	12/01/2000	28/02/2000
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha sobre o Projeto "Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí"	04/11/1999	13/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para Controle Ambiental na Indústria em Minas Gerais"	04/11/1999	10/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Saúde Ambiental Urbana no Contexto do Desenvolvimento Sustentável."	04/11/1999	13/12/1999

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Alemanha sobre o projeto " Apoio Técnico Administrativo para a Execução do Componente Unidades de Conservação do Programa Nacional de Meio Ambiente".	04/11/1999	10/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996 sobre o Projeto "PRORENDA - Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/10/1999	08/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/09/1999	08/11/1999
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17 de setembro de 1996, sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	09/09/1999	06/10/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto " Apoio ao Manejo Florestal da Amazônia" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	05/08/1999	09/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto " Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	08/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto "Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	08/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado de Pernambuco", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	09/09/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Águas de Disposição de Resíduos Industriais em São Paulo".	05/08/1999	16/09/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Prorenda Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Micro Empresários do Setor Informal, em Fortaleza e outros Municípios do Estado do Ceará	05/08/1999	16/09/1999
Ajuste Complementar sobre o Projeto Prorenda Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Micro Empresários do Setor Informal, em Fortaleza e outros Municípios do Estado do Ceará	05/08/1999	16/09/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos – Reforço"	10/03/1999	20/06/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 30/11/63, sobre o Projeto Prorenda - Apoio a MicroEmpresas em Pernambuco	13/01/1998	04/02/1998
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por troca de Notas, sobre o Projeto "Controle de Defensivos"	26/09/1997	21/11/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, fase de Pós-Assessoramento, sobre o Projeto "Assistência Técnica dos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina"	26/09/1997	21/11/1997

Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por troca de Notas, sobre o Projeto "Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas (IARA)"	26/09/1997	21/11/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha Relativo à fase final do projeto Apoio Institucional ao Órgão de Proteção Ambiental do Estado de Alagoas	04/07/1997	21/07/1997
Ajuste Complementar sobre o Projeto Implantação de Melhorias Urbanas em Assentamentos Populares de Baixa renda na região Metropolitana do Recife/Est. Pernambuco entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Alemanha.	04/07/1997	21/07/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Prorenda Apoio a Microempresas no Rio Grande do Sul.	23/06/1997	21/07/1997
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	06/10/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha ao Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro".	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Projetos Demonstrativos PD/A."	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto PRORENDIA Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Pernambuco.	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "PRORENDIA - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Minas Gerais".	27/03/1997	11/04/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Melhoria da Qualidade Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul".	27/03/1997	11/04/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto PRORENDIA - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Pará.	27/03/1997	20/10/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Consolidação dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente nos Estado do Acre, do Amazonas e do Pará.	27/03/1997	16/04/1997
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de 30/11/63, sobre o "Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	28/02/1997	18/03/1997
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal."	29/01/1997	21/02/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Estruturação e Implementação de Sistemas de qualidade na Indústria"	13/12/1996	22/01/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos).	03/12/1996	23/12/1996

Declaração Conjunta sobre Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente.	20/11/1996	
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Cooperação na Área de Transporte".	17/09/1996	25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	17/09/1996	07/05/1998
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha sobre o Projeto "Controle de Defensivos Agrícolas."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-Industrial das Pequenas e Médias Empresas do Paraná."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República federal da Alemanha sobre o Projeto "Prorenda Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Microempresários do Setor Informal em Fortaleza e outros Municípios do Estado do Ceará	11/04/1996	25/04/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a "Fase de Follow-Up do Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas."	04/04/1996	22/04/1996
Ajuste Complementar, por Troca de Nota entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Elaboração de Primeiro Plano de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro."	01/04/1996	22/04/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Implantação do Centro Nacional de Tecnologia Ambiental, em Curitiba/PR."	29/03/1996	22/04/1996
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	09/04/1997
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Aumento da Competividade da Pequena e Média Indústria no Nordeste.	11/03/1996	17/04/1996
Ajuste Complementar, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, fase de Pós-Assessoramento, sobre o Projeto "Impacto Ambiental Provocado por grandes barragens".	29/01/1996	21/02/1997
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Reestruturação e Dinamização do Centro de Tecnologia Madeireira - CTM."	30/10/1995	16/11/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ampliação e Otimização do Monitoramento Ambiental no Estado do Espírito Santo."	30/10/1995	16/11/1995

Ajuste Complementar por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Pos-Graduação em química na Universidade Federal de Santa Maria."	30/10/1995	16/11/1995
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha na Área de Correios e Telecomunicações.	21/09/1995	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre".	19/05/1995	06/06/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Apoio ao Setor Industrial na Aferição de Instrumentos e Padrões".	19/05/1995	06/06/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro."	19/05/1995	06/06/1995
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impacto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no Corredor Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, Inclusive em seus Acessos aos Portos da Região"	06/04/1995	18/10/1995
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	13/10/1995
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	13/10/1995
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná"	06/04/1995	13/10/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Implantação de um Cadastro Territorial Rural no Paraná - Pós-assessoria."	21/02/1995	13/03/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais.	23/01/1995	15/02/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Apoio Tecnológico aos Centros Téxteis e de Confecção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.	19/01/1995	15/02/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos (SFF) "Pool de Peritos".	19/12/1994	23/12/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Urbanização e Fortalecimento de Espaços Econômicos em Favelas de Fortaleza.	25/11/1994	14/12/1994
Ajuste Complementar sobre o Projeto Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí.	25/11/1994	14/12/1994

Ajuste Complementar, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha por Troca de Notas, sobre o Projeto Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado da Bahia.	12/09/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, sobre o projeto Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina	24/08/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, sobre o Projeto " Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores", de Interesse da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul	24/08/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e Governo da República Federativa sobre o Projeto Tecnologia para Poços Radiais em Imuna, Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.	22/07/1994	26/08/1994
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos (Pool de Peritos).	13/06/1994	06/07/1994
Ajuste Complementar , por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Fase de Follow-up do Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas.	04/05/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Controle Ambiental no Estado de Pernambuco.	06/04/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto Apoio Técnico-Administrativo para a Execução do Componente Unidades de Conservação do Programa do Meio Ambiente - PNMA.	06/04/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha relativamente à Fase de Acompanhamento Final, sobre o Projeto de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	06/04/1994	07/06/1994
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Utilização Racional da Energia na Agricultura."	06/08/1993	09/09/1993
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia de Solda SENAI-CETEC.	04/06/1993	28/06/1993
Ajuste , por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Setor Energético, Complementar ao Acordo Geral de 09 de junho de 1969.	03/06/1993	27/07/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Implantação de Sistema Estadual de Gerenciamento Ambiental para Bacia Hidrográfica."	18/03/1993	22/04/1993
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Programa de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para Controle Ambiental na Indústria."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento na Área Biomédica."	19/02/1993	16/04/1993

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Agrometeorologia Aplicada no Nordeste Brasileiro."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Áreas de Disposição de Resíduos Industriais."	01/12/1992	21/01/1993
Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	17/11/1992	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, para o processo dos contratos e dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	19/11/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o "Projeto Planejamento Pesqueiro Artesanal."	10/09/1992	30/09/1992
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Promoção do "Projeto Centro de Formação Aperfeiçoamento e Tecnologia da Madeira e do Mobiliário, em São José dos Pinhais, no Estado do Paraná."	10/09/1992	30/09/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o Projeto PRORENDIA: "Desenvolvimento da Pequena Produção Rural e Implantação do Centro de Capacitação."	11/08/1992	24/08/1992
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-Industrial das Pequenas e Médias Empresas"	10/04/1992	06/05/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Impacto Ambiental Provocado por Grandes Barragens".	18/02/1992	09/03/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o "Programa de Fomento da Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte".	17/02/1992	04/03/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, e ao Ajuste de 10/01/86, sobre o Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área Biomédica/FIOCRUZ".	31/01/1992	27/02/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Pós-Graduação em Química na Universidade Federal de Santa Maria"	30/12/1991	06/02/1992
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira no Montante de Trezentos e Quatro Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Oito Mil, Duzentos e Dois Milhões de Marcos.	24/10/1991	29/06/1992
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha ao Acordo de 30.11.63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina", P.N.83.2078	07/07/1991	17/07/1991

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre a Ampliação do Projeto "Fundo para Estudos e Técnicos" ("Pool de Peritos")	01/07/1991	09/08/1991
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, Sobre o Projeto "Controle de Defensivos Agrícolas"(PN 86.2155.9)	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha sobre a Fase de "Follow Up" do Projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati"	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER)."	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/IBAMA"	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Apoio Institucional ao Órgão de Proteção Ambiental do Estado de Alagoas - IMA/AL - Prorenda - Tipologia 4"	17/12/1990	24/08/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização da Melhoria da Qualidade Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul/DMA - Prorenda - Tipologia 4"	06/09/1990	04/10/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Educação Pós-Graduada Integrada em Ciências Ambientais e Gerenciamento de Recursos para Ação Comunitária/UFBa - PRORENDIA - Tipologia 5"	04/09/1990	21/09/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e de Recursos Humanos"	27/07/1990	20/07/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30 de Novembro de 1963, Concluído entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, sobre o Projeto "Implantação do Cadastro Territorial Rural no Paraná"	19/07/1990	20/08/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Adoção de Nova Tecnologia na Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina".	21/05/1990	20/08/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, por Troca de Notas, sobre a Ampliação do Fundo para o Envio de Técnicos a Curto Prazo ("Pool" de Peritos) PN-87.2080.7	08/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda da Periferia Urbana - PRORENDIA - Tipologia 2".	01/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda da Periferia Urbana - PRORENDIA - Tipologia 2".	01/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar, Acordo de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Apoio à Pequena Produção Rural na Zona da Mata de Pernambuco - PRORENDIA - Tipologia 1".	01/02/1990	19/04/1990

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais - PRORENDIA Tipologia I".	01/02/1990	19/04/1990
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da República Federal da Alemanha	29/08/1989	22/11/1989
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, sobre a Promoção do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) em Xerém/Rio de Janeiro	05/07/1989	10/10/1989
Ajuste Complementar, ao Concorde Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/06/1989	10/07/1989
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Implementação e Operação do "Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia e da Soldagem"	08/06/1989	10/07/1989
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, P.T.N., sobre Projeto "Cooperação entre as Universidades UFSC Florianópolis - RWTH Aquisgrana no Setor de Engenharia Mecânica"	16/03/1989	24/04/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	26/09/1987	09/10/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geo-Física", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	20/08/1987	17/09/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/07/1987	13/07/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre "Implementação do Cadastro Territorial Rural no Paraná" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/07/1987	13/08/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	06/07/1987	12/08/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	06/07/1987	13/07/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará"	11/06/1987	19/06/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental"	11/06/1987	19/06/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo"	11/05/1987	19/05/1987

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO"	11/05/1987	19/05/1987
Ajuste Complementar por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63 sobre Projeto "Impacto Ambiental Provocado por Grandes Barragens"	24/02/1987	04/05/1987
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	16/12/1986	07/10/1988
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	30/10/1986	20/11/1986
Ajuste Complementar para o Projeto "Tecnologias de Óleos Comestíveis na Universidade de Campinas - UNICAMP" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	17/09/1986	07/05/1992
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria". entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	01/09/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Capacitação e Aumento da Integração Universidade/Indústria", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Cooperação entre as Universidades de Paraíba e de Stuttgart no Campo da Energia Elétrica", de 30/11/63. entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto Ferramentas, Mecânica de Precisão Supervisão e Aproveitamento de Pessoal", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Aproveitamento Integral do Babaçu a Nível do Produtor Rural - INEP" entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha.	14/05/1986	23/06/1986
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Desenvolvimento da Pesquisa Bioquímica sobre Ferrugem do Cafeeiro", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/02/1986	17/03/1986
Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área Biomédica/FIOCRUZ"	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Agrometeorologia Aplicada no Nordeste Brasileiro" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria".	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Prosseguimento do Projeto de Cooperação, entre a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e a Universidade	27/12/1985	24/01/1986

Albert-Ludwing, Intitulado "Desenvolvimento do Ensino Superior de Engenharia Florestal", de 30/11/63.		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati/PR".	27/12/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS".	29/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas".	22/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha com vistas à Promoção Industrial no Estado de Minas Gerais.	22/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental", entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de 30/11/63	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e Recursos Humanos", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina", entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63 sobre o Prosseguimento, por três anos, do Projeto "Supervisor de 1ª Linha e Preparação de Multiplicadores" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Nordeste" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	08/07/1985	05/08/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA)" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/04/1985	13/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle de Doenças Diarréicas no Estado do Maranhão" - IMEC, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/04/1985	13/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto Cooperação Técnica "Programa de Fomento de Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	24/04/1985	09/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implementação do Nível do Sistema de Informações da Região Metropolitana do Recife (FIDEM)", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	19/12/1984	23/01/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro (FEEMA)", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/12/1984	15/01/1985

Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão/SENAI", entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	23/11/1984	06/12/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS)	19/10/1984	01/11/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/10/1984	01/11/1984
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	19/10/1984	31/10/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/09/1984	22/10/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/09/1984	18/10/1984
Adendo ao Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro e o Institut Fur Meereskunde (Instituto para Ciências do Mar), de Kiel, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	09/04/1985	07/06/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Centro Multi-Regional de Formação em Tecnologia de Solda", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	06/07/1984	03/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Cooperação entre as Universidades da Paraíba e de Stuttgart no Campo da Energia Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Convênio entre o CNPq e a MPG Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/02/1984	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, Relativo ao Prosseguimento da Cooperação no Âmbito do Projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul" (PN 77.2510.4) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/02/1984	16/03/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, referente ao Projeto "Cooperação entre a Universidade Técnica de Berlim e a Universidade Federal do Pará, em Belém, no Setor de Geofísica" (PN 76.2518.9).	16/01/1984	20/01/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), referente ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	15/12/1983	13/12/1984

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre Projeto "Assessoramento e Treinamento em Controle de Qualidade" (PN. 76.2187.3) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha".	15/12/1983	21/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim), entre a República do Brasil e a República Federal da Alemanha.	09/12/1983	15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto PROVÁRZEAS/ES) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	09/12/1983	15/12/1983
Acordo, que aprova o Adendo ao Convênio Especial entre o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e o Instituto Alemão de Pesquisas e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial (DFVLR) Relativo à Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Pesquisa Aeronáutica Especial, de 19.11.71..	14/07/1983	01/08/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto de Cooperação Técnica, "Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa" (PN 76.2024.8).	18/05/1983	26/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Projeto de Cooperação Técnica "Ensino de Nutrição a Nível de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro". (P.N. 80.2190.9).	20/04/1983	10/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um "Fundo para Envio de Peritos a curto e longo prazo ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)" Projeto nº 81.2185.7, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/04/1983	17/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação do Núcleo do Sistema de Informações da Região Metropolitana do Recife"	02/08/1982	30/08/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/07/1982	15/07/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a "Ampliação do Fundo para Envio de Técnicos a Curto Prazo (POOL DE PERITOS)", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	28/06/1982	15/07/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Aperfeiçoamento do Sistema de Normalização Técnica no Brasil entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	11/05/1982	07/06/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnica Administrativas e de Recursos Humanos".	11/05/1982	07/06/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Tecnologia de Carvão", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/03/1982	07/04/1982
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Engenharia do Produto e Desenho Industrial", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	18/01/1982	13/05/1982
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, referente ao Projeto "Assistência ao Cooperativismo Pesqueiro", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/12/1981	23/12/1981

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	12/06/1981	17/07/1981
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (Empréstimo de DM 56,74 milhões)	12/06/1981	30/06/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Tecnologia Mineral e Lavra de Minas entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/06/1981	12/06/1981
Comunicado Brasil - República Federal da Alemanha.	19/05/1981	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Desenvolvimento de Processo Bioquímico contra a Ferrugem no Cafeeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	05/05/1981	02/06/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um Departamento de "Tecnologia de Óleos Comestíveis" na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/04/1981	09/04/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Adoção de Nova Tecnologia em Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/04/1981	09/04/1981
Acordo, por Troca de Notas, Colocando em Vigor o Adendo ao Convênio Especial entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Sociedade de Matemática e de Processamento de Dados entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	01/04/1981	09/04/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Prosseguimento da Cooperação entre as Universidades de Freiburg e Federal do Paraná, no Campo do Ensino Superior da Engenharia Florestal entre a República Federativa do Brasil e o República Federal da Alemanha.	18/12/1980	17/02/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Promoção do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO)	18/12/1980	17/02/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ferramentaria, Mecânica de Precisão, Supervisão Média e Aperfeiçoamento de Pessoal"	03/11/1980	12/12/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Supervisor de Primeira Linha e Preparação de Multiplicadores" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	03/11/1980	18/12/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento da Agricultura de Encostas no Estado do Rio de Janeiro" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/09/1980	04/11/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Cooperação no Campo das Geociências entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/04/1980	25/04/1980
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	19/12/1979	11/03/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Continuidade da Atuação dos Assessores em "Tecnologia do Carvão" junto	19/12/1979	13/02/1980

ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.		
Ajuste sobre o Projeto "Promoção da Agricultura em Áreas Semi-Áridas no Nordeste (Piauí) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	26/11/1979	21/12/1979
Acordo sobre Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/11/1979	20/11/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um Fundo para o Envio de Técnicos a Curto Prazo (POOL de Peritos), entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	16/08/1979	27/08/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre "Cooperação entre as Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Saarbrücken, no Setor de Ecologia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/07/1979	06/08/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Promoção da Economia de Pastos no Estado de Santa Catarina	20/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, referente ao Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	12/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Hidrologia Aplicada e Aproveitamento de Recursos Hídricos na Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	12/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNPU" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	19/04/1979	19/07/1979
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/04/1979	
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, Relativo ao Art. 5 do Protocolo de Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Protocolo de Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha (no montante de 26 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/04/1979	24/04/1979

Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.	04/04/1979	09/11/1983
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Ampliação das Faculdades de Medicina Veterinária de Universidades Brasileiras.	12/01/1979	25/01/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Ajuste sobre Geofísica na Universidade Federal do Pará entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	13/09/1978	25/09/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo à Prorrogação do Convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Albert Ludwig, de Friburgo entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha	10/08/1978	23/08/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro 1963, sobre Sistemas de Normalização	20/07/1978	04/12/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Tecnologia de Carvão entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	20/07/1978	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Envio de um Consultor de Irrigação entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	30/06/1978	13/07/1978
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	10/03/1978	
Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI0 e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich (KFA)	08/03/1978	29/09/1978
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. (KFK) sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	03/10/1978
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia Elétrica", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/02/1978	01/03/1979
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia de Sistemas", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/02/1978	01/03/1979
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre a Cooperação ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/12/1977	21/05/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Prorrogando a Atuação do Especialista em Prospecção de Carvão junto ao DNPM-MME entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	12/12/1977	04/01/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, e aos Ajustes de 16/01/69, de 15/02/74 e de 21/01/76, referente ao Desenvolvimento da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis-RS entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	07/12/1977	01/03/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Envio de uma Missão Hidrogeológica Alemã e de Peritos, para a Execução de Tarefas Específicas Geofísicas, Hidráulicas e Hidrológicas entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/07/1977	17/08/1977

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Cooperação ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT) entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.	16/06/1977	18/08/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, relativo ao Envio de um Especialista em Prospeção de Carvão, para Assessorar o Departamento Nacional de Prospeção Mineral (DNPM) ao Ministério das Minas e Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	27/05/1977	11/07/1977
Minuta de Conversações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	26/04/1977	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Envio de um Grupo de Assessores à Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	14/03/1977	11/07/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Relativo à Colaboração entre o Instituto Dernhard Hocht e a Fundação Osvaldo Cruz entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/02/1977	11/07/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Convênio sobre Cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Rheinisch-Westfälische Technische Hochschule entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/02/1977	26/05/1977
Ajuste para a Continuação do Fomento à Universidade Federal de Santa Maria, RS, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 30/11/63.	18/02/1977	26/05/1977
Adendo ao Convênio Especial, assinado em 24 de julho de 1974, entre o então Conselho Nacional de Pesquisas e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro, e o Instituto para Ciências do Mar, de Kiel, complementar ao Acordo Geral entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Convênio Especial a NUCLEBRÁS e Gesellschaft für Kernforschung (GCK), sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 30/11/63, para a Cooperação entre Professores Brasileiros e Alemães no Campo da Geologia entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha	02/07/1976	19/08/1976
Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Plano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre, de 30/11/63 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/01/1976	03/02/1976
Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre a Cooperativa Agro-Pecuária Petrópolis, em Nova Petrópolis, RS. entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/01/1976	03/02/1976
Acordo, por Troca de Notas, Interpretativas do Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, de 27 de junho de 1975 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	30/12/1975	15/01/1976
Comunicado Conjunto sobre a Visita Oficial do Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha no Brasil.	18/11/1975	

Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira, no Montante de 25 Milhões de Marcos Alemães, de 18/11/75 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/11/1975	28/11/1975
Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira, no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães, de 18/11/75 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/11/1975	28/11/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha.	18/11/1975	02/12/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1975	02/12/1975
Ajuste Referente à Promoção da Economia de Pastos em Santa Catarina. Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	25/07/1975	20/08/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República Federal da Alemanha.	27/06/1975	02/12/1975
Ajuste Complementar para Ampliação das Atividades Metrológicas no Brasil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/06/1975	30/07/1975
Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros	03/04/1975	
Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial entre o CNPq e a GMD	03/04/1975	11/04/1975
Ata Final das Discussões sobre Cooperação nos Campos da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Oceanográfico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/03/1975	
Convênio Complementar ao Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola, 1975 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/01/1975	
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	21/01/1975	28/02/1975
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Regular as Atividades da Estação Experimental do IPEAME entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	04/11/1974	02/12/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros (DAA/CNPq), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/07/1974	09/08/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial entre o CNPq e a GMD, de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/07/1974	26/08/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Cooperação para o Desenvolvimento do Ensino em Faculdades de Medicina Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	16/07/1974	19/08/1974

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Fornecimento de Fertilizantes à Cooperativa Central Agrária Limitada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/05/1974	10/06/1974
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/03/1974	13/03/1974
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/03/1974	
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq, o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/10/1973	09/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico-Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	04/10/1973	27/11/1973
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Cooperação Alemã à Escola Técnica de São Bernardo do Campo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	13/10/1972	05/12/1972
Ajuste Complementar ao Protocolo sobre Cooperação Financeira de 31/07/72 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	31/07/1972	06/12/1972
Protocolo sobre Cooperação Financeira e Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	31/07/1972	07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/06/1972	25/12/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica, Relativo à Celebração de Convênio entre o CNPq e a GMD sobre Cooperação Científico Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/06/1972	20/06/1972
Ajuste Relativo à Entrada em Vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisas Espaciais e o Ministério de Educação e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/04/1972	
Acordo de Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	11/04/1972	26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial, para a Execução de Projeto Científicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1971	15/03/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich para a Execução de Projetos Científicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1971	15/03/1972
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	

Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	01/06/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo sobre Cooperação Financeira da Mesma Data entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 5 do Protocolo sobre Cooperação Financeira da Mesma Data entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para o Fomento da Cooperação Científica (UFSM) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	29/12/1970	09/02/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 03 do Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal a Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Ajuste Relativo ao Artigo 5 do Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Ajuste Complementar do IV Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/03/1970	25/08/1970
Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	28/11/1969	27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil	09/06/1969	17/09/1969
Acordo Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/06/1969	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/05/1969	01/07/1969
Ajuste Complementar ao Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	09/04/1969	18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/04/1969	18/07/1969
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha relativo ao Envio de um Grupo Alemão para o Planejamento Básico Hidráulico do Vale do Rio dos Sinos (Sétimo Convênio)	25/01/1967	16/02/1967

Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Promoção de Pesquisas Geológicas, Hidrológicas e Cartográficas (Quinto Convênio).	29/11/1966	
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, relativo ao Envio de Voluntários Alemães ao Brasil.	29/11/1966	
Terceiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de 30 novembro de 1963 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Técnica.	15/03/1966	14/04/1966
Segundo Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de Novembro de 1963 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Promoção da Colonização Agrícola	10/08/1964	
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/11/1963	07/01/1964
Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de Novembro de 1963, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para Instalação de uma Escola Técnica em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo	30/11/1963	
Declaração Conjunta sobre Cooperação Econômica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	05/09/1960	
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	29/08/1957	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem Regulados em Futuros Acordos.	29/08/1957	17/10/1957
Acordo sobre visto em passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/07/1957	14/08/1957
Acordo de Garantia de Reciprocidade na Transmissão de Informações do Registro Penal entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	15/05/1957	
Acordo para a Inclusão do "Land Berlin" no Revigoramento da Convenção Internacional sobre a Circulação de Automóveis de 1926	10/02/1956	
Ajuste Modificativo do Acordo de Investimentos e Financiamentos de 4 de setembro de 1953, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha	01/07/1955	05/08/1955
Retificação ao Acordo sobre Convenções e os Acordos a Respeito de Marcas de Fábrica, Propriedade Industrial e Direitos Autorais concluídos no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1953	20/12/1954	03/02/1955
Nota Brasileira sobre as Conversações Relativas aos Bens Alemães no Brasil entre a República Dos Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	31/08/1956
Acordo de Investimentos e Financiamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	

Acordo sobre Restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais Atingidos pela Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	
Acordo sobre as Convenções e Acordos a Respeito de Marcas de Fábrica, Propriedade Industrial e Direitos Autorais entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	
Declaração Conjunta dos Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Federal da Alemanha	03/09/1953	

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM, REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

Candidato: RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**

Nascido no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1963 (61 anos).

Graduado pelo Instituto Rio Branco em 1987 e pós-graduado em Administração Pública (2001) pela Escola Nacional de Administração de Paris (ENAP), França. Coursou Relações Internacionais (1985) na American University de Washington, Distrito da Columbia, nos Estados Unidos.

Ingressou na carreira diplomática em 1986. Serviu na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (1992-1994), na Embaixada em Assunção (1995-1996), na Embaixada em Paris (2000-2003) e na Embaixada em Buenos Aires (2006-2009). Como Embaixador, serviu na Embaixada em Maputo (2015-2018), na Embaixada em Lima (2018-2021) e, atualmente, na Embaixada em Moscou (2021-2025). O agrément do governo alemão foi recebido em 3 de janeiro de 2025.

Na Secretaria de Estado, atuou na Secretaria de Controle Interno (1987-1992) e no Gabinete do Ministro de Estado (1996-2000). Foi cedido à Presidência da República em diferentes ocasiões, exercendo as seguintes funções: Assessor no Cerimonial (1990-1992), Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa Adjunto (2003-2006), e Porta-Voz (2011-2012). Além disso, foi Chefe da Assessoria Especial para Assuntos de Defesa (2012-2015).

Condecorado, pelo Estado brasileiro, com a Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial; Medalha da Vitória; Medalha Santos Dumont; Medalha Tamandaré e Medalha Duque de Caxias. Recebeu também condecorações estrangeiras: “Orden del Sol”, Grã-Cruz, do Peru; “Ordre du Mérite”, da França; Ordem Infante D. Henrique, de Portugal e Ordem do Cedro, do Líbano.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA**I – Relações diplomáticas**

- Brasil e Alemanha têm longa história de intercâmbio humano, político e econômico. Relações diplomáticas do Brasil com a República Federal foram estabelecidas em 1951, dois anos após fundação da RFA. Ambos os países têm forte compromisso com a democracia, os direitos humanos e a inclusão social. Os textos constitucionais brasileiro e alemão salientam, em seu artigo primeiro, a dignidade da pessoa humana como preceito fundamental. Em 2024, celebraram-se 200 anos do início da migração de alemães ao Brasil, com registro de assentamento em São Leopoldo (RS) em 1824. Pelo menos cinco milhões de brasileiros têm ascendência germânica. Empresas alemãs desempenharam importante papel no desenvolvimento do Brasil, particularmente no setor industrial. São Paulo permanece um dos principais centros industriais alemães fora da Europa.
- Em 2008, as relações bilaterais foram alçadas ao nível de Parceria Estratégica, gerida desde 2015 pelo mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (CIG). Trata-se de reunião periódica entre chefes de governo e ministros de estado selecionados. O Brasil é o único país na América Latina com o qual a Alemanha mantém tal arranjo. Após primeira edição das Consultas realizada no Brasil em 2015 com a presidenta Dilma Rousseff e a chanceler federal Angela Merkel, a segunda edição realizou-se em dezembro de 2023, quando o presidente Lula visitou Berlim acompanhado de 12 ministros para encontros com contrapartes alemãs.
- Em 2023, houve intensa sequência de viagens de altas autoridades alemãs ao Brasil. O presidente federal Frank-Walter Steinmeier compareceu à posse do senhor presidente da República, em Brasília. Ainda em janeiro daquele ano, o chanceler federal Olaf Scholz fez visita oficial ao Brasil; foi a primeira visita de chefe de governo alemão ao País em oito anos. Outros sete ministros de seu governo também o fizeram, antes das Consultas Intergovernamentais de dezembro do mesmo ano (Meio Ambiente, Economia, Agricultura, Exterior, Trabalho, Cooperação Internacional e chefe da Chancelaria Federal). Em 2024, a ministra do Interior, Nancy Faeser, visitou Brasília.
- Em fevereiro de 2023, o Ministro de Estado das Relações Exteriores (MERE) esteve na Alemanha, onde participou da Conferência de Segurança de Munique; em dezembro, visitou Berlim, por ocasião das referidas Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (CIG). Em 2023 e 2024, visitaram a Alemanha - à parte as reuniões de Consultas Políticas - os titulares das pastas da Agricultura (duas vezes); do Desenvolvimento Agrário; do Turismo; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Os senhores MAPA, MDA e MT e a Sra. MMA participaram, em suas visitas, de eventos de perfil multilateral organizados pelo governo alemão, com sessões anuais: o Fórum Global de Alimentação e Agricultura (MAPA e MDA); a Feira Internacional de Turismo (MT); e o Diálogo de Petersberg (MMA).
- Na segunda edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (II CIG), em dezembro de 2023, o presidente Lula e o chanceler federal Olaf Scholz firmaram Declaração Conjunta de Intenção sobre a Parceria para Transformação Ecológica Socialmente Justa. O instrumento serve como moldura para ampla gama de programas de cooperação entre os dois governos, em diversas áreas de atuação, particularmente em matéria de proteção climática e transição energética. A Declaração expressa objetivo mútuo de acelerar transformação das respectivas economias,

fomentar desenvolvimento inclusivo e neutralidade climática; conter perda da biodiversidade; combater as diversas formas de poluição; reduzir a pobreza e erradicar a fome. Outros 18 atos internacionais foram firmados na ocasião, entre os quais: MoU sobre Parceria para o Desenvolvimento Global, MoU para Cooperação sobre Transformação Ecológica, MoU sobre estabelecimento de Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ambição e Ação Climática, MoU sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Bioeconomia, Declaração Conjunta (DC) sobre Ambição e Cooperação Ambientais, DC sobre Pesquisa e Desenvolvimento de Energias Renováveis e DC sobre Integridade da Informação e Combate à Desinformação.

- Brasil e Alemanha defendem a prevalência do direito internacional no relacionamento entre os países e apoiam com empenho o sistema multilateral. Ambos favorecem reformas nos mecanismos de governança global. São parceiros no G4, junto com Índia e Japão, em favor da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Favorecem o fortalecimento do sistema multilateral de comércio sob os auspícios da OMC e o restabelecimento da operacionalidade do sistema de solução de controvérsias da Organização. Ao longo de 2024, a Alemanha conferiu franco apoio à iniciativa da presidência brasileira do G20 de aprovar o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global. Foi, ademais, um dos primeiros países a aderir à formação da Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza, igualmente no âmbito da presidência brasileira do G20. O governo alemão foi igualmente instrumental nos esforços de acelerar conclusão das negociações de um Acordo de Associação equilibrado entre MERCOSUL e União Europeia.

- Há variados mecanismos de diálogo bilateral: Comissão Mista de Cooperação Econômica (em nível de vice-ministros das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro, e da Economia, pelo lado alemão), Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (em nível de vice-ministros de C&T, pelo Brasil, e de Educação e Pesquisa, pela Alemanha), Consultas Políticas (em nível de vice-chanceleres), Diálogo Político-Militar, Consultas sobre Desarmamento, Consultas sobre África (essas três últimas, em nível de diretor de departamento). Todos esses mecanismos mantiveram encontros em 2024.

- Nas áreas ambiental e climática, temáticas de elevada importância na agenda diplomática bilateral, sobressai o Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ambição e Ação Climática, estabelecido na segunda edição das Consultas Intergovernamentais, com reuniões em nível secretarial (Ministério do Exterior, pelo lado alemão; MMA, pelo lado brasileiro). O objetivo do Diálogo Estratégico é debater e definir soluções para desafios ambientais. De acordo com a Lei Federal de Mudança Climática, as emissões de gases do efeito estufa, na Alemanha, devem ser reduzidas em pelo menos 65% até 2030, e em 88% até 2040, em comparação com os níveis de 1990. A neutralidade dos gases de efeito estufa deve ser alcançada até 2045. O setor de energia continua constitui a principal fonte de emissões da Alemanha (30%), seguido da indústria (23%) e dos transportes (21%).

- Realizou-se em Berlim, Bruxelas e Paris, entre 16 e 27/09/24, a segunda edição da Semana da Amazônia, com amplo conjunto de atividades e debates em torno da conservação e do desenvolvimento sustentável da floresta amazônica. A Semana da Amazônia 2024, em Berlim, compreendeu 24 atividades. A primeira edição ocorreu em Berlim, de 11 a 15/09/23, por iniciativa da Embaixada do Brasil. A terceira edição da Semana da Amazônia deverá ocorrer em junho próximo (2025).

- A cooperação bilateral em energia gerou projetos de pesquisa em temas como eficiência energética e desenvolvimento de fontes alternativas de energia, bem como a iniciativas conjuntas do BNDES e do banco de fomento alemão KfW, para financiamento de investimentos em energias

renováveis, em especial em usinas eólicas no Brasil. O País propugna, nesse campo, ações visando à identificação e promoção de convergências voltadas para iniciativas de agregação de valor, no Brasil, em cadeias produtivas globais intensivas em energia ou estratégicas para a transição energética. No âmbito das Consultas Intergovernamentais de 2023, BNDES e KfW firmaram instrumento em prol do desenvolvimento da eletromobilidade urbana no Brasil, em transportes coletivos.

- No âmbito do trabalho conjunto bilateral em produtos de defesa, consórcio integrado pela empresa Thyssenkrupp Marine Systems e a Embraer Defesa e Segurança constrói para a Marinha do Brasil fragatas da classe Tamandaré, em Itajaí (SC), com base no modelo alemão MEKO. A primeira de quatro unidades encomendadas, produzida com alto índice de conteúdo local e transferência de tecnologia, foi lançada em agosto de 2024.

II – Relação econômico-comercial

- A conjuntura econômica, na Alemanha e no Brasil, oferece grande leque de oportunidades de cooperação bilateral, com vistas a relação mais intensa, diversificada e estrategicamente integrada, em ampla gama de cadeias de suprimentos globalmente relevantes, em segmentos estratégicos. A Alemanha, cuja base industrial é intensiva em consumo energético, passa por enorme desafio de reduzir a pegada de carbono de sua matriz energética, que prescindiu da produção de energia nuclear, por iniciativa própria, e da importação de gás russo a baixo custo, em decorrência da guerra na Ucrânia. O Brasil oferece estabilidade e segurança jurídica, além de matriz energética diversificada e renovável, que permite agregação de valor sustentável no país, ao mesmo tempo em que demanda apoio tecnológico e financeiro para melhorar a eficiência energética e proteger o meio ambiente.
- A agenda bilateral na área de energia é regida pelo Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, de 2008 (em vigor desde 2009). A última reunião do Comitê Diretor da Parceria, copresidido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo Ministério alemão da Economia e Proteção do Clima (BMWK), teve lugar em outubro de 2023, quando se decidiu pela reestruturação dos grupos de trabalho, os quais passaram de três a dois: (i) energia limpa e descarbonização da indústria; e (ii) transição energética justa.
- O mercado de hidrogênio de baixa emissão de carbono é considerado prioritário para a estratégia de transição energética alemã, com promessa de alternativa para setores de difícil descarbonização, apesar de incertezas quanto à demanda real. Seria interessante para o Brasil, contudo, exportar não apenas energia limpa (como hidrogênio verde e seus derivados), mas também produtos industrializados verdes de maior valor agregado à Alemanha. Interessaria, por conseguinte, avançar diálogo sobre reconhecimento de padrões de sustentabilidade e tecnologias sustentáveis adotados no Brasil, bem como sobre sistemas de certificação que venham a garantir acesso dos referidos produtos aos mercados alemão e europeu.
- Em março de 2024, MME e BMWK assinaram, em Brasília, Declaração Conjunta de Intenções sobre Extração e Processamento de Recursos Minerais, a qual reconhece o propósito das partes de cooperar na transformação dos recursos minerais, ao longo de toda a cadeia de valor da indústria de mineração. Além de econômica e ambientalmente mais sustentável, o processamento desses minerais no Brasil contribuiria para diversificação e, portanto, para

segurança e estabilidade globais das cadeias de valor de minerais estratégicos para a transição energética.

- As relações no campo econômico-comercial e dos investimentos são acompanhadas por dois instrumentos de alto nível, com edições anuais: a mencionada Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha e o Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA). Durante a 50a edição da Comissão Mista (24/09/2024, dia seguinte ao 40o EEBA), os lados brasileiro e alemão divulgaram comunicado conjunto à imprensa pelo qual expressaram concordância em discutir opções de financiamento para potenciais projetos que visem agregação de valor, no país de extração, em cadeias de processamento mineral estratégicas; as de terras raras, grafite e lítio tendem a ser candidatas naturais.
- No âmbito da 50a Comissão Mista e do 40o EEBA, bem como por ocasião das Consultas Intergovernamentais de 2023, tratou-se da possibilidade de negociação de novo instrumento bilateral para evitar dupla tributação (ADT). O Brasil manteve, de 1976 a 2005, ADT com a Alemanha, descontinuado após denúncia pelo lado alemão. No âmbito da tributação de serviços, o Brasil defende que tenha lugar onde efetivamente realizados; a Alemanha favorece tributação no estado-sede da empresa. A Câmara de Comércio e Indústria Alemã (AHK) de São Paulo divulgou, em setembro passado, resultado preliminar de estudo a respeito dos efeitos de eventual novo ADT sobre as relações econômicas bilaterais, concluindo que o incremento de investimentos esperado mais do que compensaria eventuais perdas de arrecadação tributária.
- Entre janeiro e novembro de 2024, a Alemanha foi o décimo maior destino das exportações brasileiras e a terceira maior origem das importações do Brasil. Em 2023, a corrente de comércio bilateral alcançou USD 18,7 bilhões, dos quais USD 5,6 bilhões de exportações do Brasil e USD 13,1 bilhões de importações (superávit de USD 7,5 bilhões para a Alemanha). Em 2024, considerando dados de janeiro a novembro, a corrente de comércio alcançou USD 18,1 bilhões (+4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior), dos quais USD 5,4 bilhões de exportações (+4,7%) e USD 12,6 bilhões de importações (+4,4%), resultando em superávit de USD 7,2 bilhões para a Alemanha.
- Principais produtos exportados pelo Brasil: café não torrado (32%), minérios de cobre e seus concentrados (12%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (11%), motores de pistão e suas partes (3,7%), celulose (3%), minério de ferro e seus concentrados (2,9%). Principais produtos importados da Alemanha: medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (8,4%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (6,9%), partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%), outros medicamentos, incluindo veterinários (5,5%).
- A Alemanha é investidora tradicional no Brasil, sobretudo no setor industrial. Segundo o MDIC, a Alemanha foi a sétima maior origem do investimento estrangeiro no Brasil desde 2001. Segundo o mesmo ministério, atuam no Brasil 1.132 empresas com controlador final alemão (isto é, com ao menos 10% de capital acionário alemão). Segundo a Federação das Indústrias Alemãs (BDI), haveria no Brasil cerca de 1.600 empresas daquele país, as quais respondem por aproximadamente 10% do PIB industrial brasileiro. Metade dessas empresas encontram-se em São Paulo e responderiam por 250 mil empregos diretos.
- De acordo com o MDIC, o fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto vindo da Alemanha foi de USD 264 milhões entre janeiro e setembro de 2024 (apenas ingresso de investidores imediatos, excluindo retornos, operações intercompanhia e reinvestimento de

lucros). Segundo os mesmos critérios, a Alemanha ocupou, no mesmo período, a 17ª posição entre investidores estrangeiros no Brasil, representando a origem de 1,21% dos investimentos.

- O Brasil será, em 2026, país parceiro da Feira Industrial de Hannover, uma das maiores e mais importantes do mundo em soluções industriais. O MoU correspondente foi assinado no âmbito do 40o Encontro Econômico bilateral (EEBA), em 23/09/2024, pelo presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, e pelo presidente do Conselho de Administração da Deutsche Messe AG, Jochen Köckler.
- Empresas e instituições brasileiras na Alemanha: Alpargatas Germany GmbH (Calçados), Electro Aço Altona / Altona Europe GmbH (Metalurgia), Braskem Europe GmbH (Petroquímica), Citrosuco FIAS GmbH (Frutas e sucos), Fras-Le Europe Handelsgesellschaft GmbH (Automotivo), Ioshpe-Maxxion (Autopeças), KATT / Antriebstechnik KATT Hessen GmbH (Motores), Romi Europa GmbH (Maquinário), Stahlwerk Thüringen/SWT (Metalurgia), Stefanini Deutschland GmbH (IT), Tramontina Deutschland GmbH (utensílios para cozinha), Tupy (Europe) GmbH (fundição), WEG (Equipamentos Elétricos), LATAM (transporte aéreo), Banco do Brasil (Financeiro). Empresas e instituições da Alemanha no Brasil: Allianz (Seguros, Serviços Financeiros), Audi (Automotivo), B. Braun (Farmacêutico), BASF (Produtos Químicos), Bayer (Farmacêutica, Produtos Químicos), Beiersdorf / BDF Nívea (Cosméticos), Bertelsmann SE (Educação/Mídia), BMW (Automotivo), Boeringer Ingelheim (Farmacêutico), Bosch (Tecnologia, Engenharia), Continental (Autopeças), Daimler AG (Automotivo), Deutsche Bank (Bancário, Financeiro), DHL (Logística), Faber-Castell (Material de escritório), Fendt (Maquinário agrícola), Fraport (Aeroportos), Fresenius (Farmacêutico), GFT Technologies (Tecnologia), HDI Seguros (Seguros), Henkel (Produtos de Consumo, Químicos), Horsch (Maquinário agrícola), KfW Bank (Financeiro), Linde (Gases Industriais), Lufthansa (Transporte aéreo), Mahle/Metal Leve (Autopeças), Mercedes-Benz (Automotivo), SAP (Tecnologia), Schneider Electric (Energia, Automação), Siemens (Tecnologia, Maquinário e Engenharia), Siemens Energy (Maquinário), Thyssenkrupp (Indústria, Siderurgia, Engenharia), Voith (Maquinário), Volkswagen (Automotivo), Zech/HTB (Engenharia e construção).

III – Cooperação bilateral

- A assinatura da Declaração Conjunta de Intenções por uma Transformação Ecológica e Socialmente Justa, em 04/12/23, nesta capital, por ocasião da segunda edição das Consultas Intergovernamentais, conferiu renovado impulso à pauta de cooperação entre os dois países, particularmente em matéria de proteção climática e transição energética. Foram assinados 7 atos bilaterais na área de ciência, tecnologia e inovação. Além do interesse na proteção climática, o governo alemão também persegue os seguintes objetivos: (i) reforçar a ideia de que a proteção do clima é, em maior ou menor grau, responsabilidade de todos, sobretudo os países situados entre os maiores emissores (exemplos: China, Índia, Rússia e Brasil); (ii) firmar a Alemanha como fornecedora global de "tecnologias verdes" necessárias para transição energética e ambiental; e (iii) importar energia renovável para a descarbonização de sua indústria pesada nacional.
- De acordo com a agência alemã de cooperação (GIZ), a Alemanha mantém atualmente 54 projetos de cooperação no Brasil, com recursos da ordem de EUR 290 milhões. Os recursos destinam-se principalmente a: proteção ambiental (EUR 87,2 milhões); produção, distribuição e eficiência energética (EUR 54 milhões); e ensino secundário (EUR 11,5 milhões).
- Cabe destacar a participação da Alemanha no Fundo Amazônia, para o qual já contribuiu, desde sua criação, com cerca de R\$ 380 milhões em doações em valores históricos (cerca de EUR 90 milhões), que superam R\$ 500 milhões convertidos ao câmbio atual. O país é hoje o segundo

maior doador do Fundo (8,64% do total), tendo aportado R\$ 186 milhões em 2023. Em julho de 2024, o governo alemão anunciou liberação de R\$ 88 milhões adicionais ao Fundo Amazônia, por intermédio do banco de fomento KfW. O Brasil é considerado "país prioritário" (junto com China, Índia e outros onze países do Sul Global) na Iniciativa Internacional do Clima (IKI), programa governamental instituído em 2008 sob responsabilidade dos ministérios da Economia e Proteção do Clima (BMWK), do Meio Ambiente (BMUV), de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e das Relações Exteriores (AA).

- No âmbito da cooperação bilateral em temas de meio ambiente e clima, as abordagens dos governos da Alemanha e do Brasil podem divergir em temas como padrões ambientais da União Europeia, uso de biocombustíveis e meios preferidos para produção de hidrogênio. Há, também, diferenças conceituais, principalmente no que se refere às implicações das emissões atuais e históricas para as respectivas responsabilidades dos estados. Os dois países demonstram, porém, disposição para cooperar mais estreitamente. Brasil e Alemanha compartilham opinião sobre necessidade de política climática ambiciosa em nível global, incluindo fontes adicionais de financiamento e novas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) ambiciosas para todos os estados. Ambos buscam atuar como países mediadores, com papel de liderança no fortalecimento da confiança nas negociações climáticas, no multilateralismo e na promoção de maior cooperação entre o Norte e o Sul Global. Esse sentido de cooperação poderá ser empregado em favor dos interesses brasileiros, particularmente no contexto de preparação da COP 30, a realizar-se em novembro próximo, em Belém.
- No que diz respeito à cooperação em prol da expansão do uso de energias renováveis, importante avanço registrado em 2024 foi a assinatura, em 21/06 passado, de declaração conjunta de intenções (DCI) do Ministério da Fazenda com a Sociedade Fraunhofer (SF) sobre cooperação, intercâmbio de experiências e possibilidades de projetos conjuntos de pesquisa em energias renováveis e eficiência energética.
- Também merece destaque declaração conjunta firmada entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério alemão do Interior (BMI) em 25/10/2024. O instrumento contempla cooperação para projetos de infraestrutura pública digital; plataformas digitais para iniciativas sustentáveis; inovação em serviços centrados no cidadão; governança de dados; compras públicas sustentáveis; e gestão de pessoas. O governo brasileiro tem expectativa de contar com parceria alemã para o aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: ao oficializar adesão à mencionada iniciativa da presidência brasileira do G20, o governo alemão colocou à disposição da Aliança base de dados com perfis nacionais e indicadores de segurança alimentar, em diferentes regiões do mundo, bem como ferramentas desenvolvidas para plataforma voltada à promoção da segurança alimentar, lançada pelo governo alemão em 2022, no âmbito de sua presidência do G7 naquele ano.
- Reconstrução da infraestrutura no Rio Grande do Sul: a Alemanha atendeu ao chamado do governo brasileiro de apoio à reconstrução da infraestrutura do referido estado brasileiro após o grave evento climático de maio de 2024. Sobressai anúncio, em outubro passado, de disponibilização de EUR 200 milhões para empréstimos com taxas de juro reduzidas para projetos de drenagem urbana e proteção contra enchentes naquela unidade da federação. Em 20/12/24, o banco de fomento KfW e a prefeitura de Porto Alegre firmaram - no que constitui a primeira etapa daquela disponibilização - operação de crédito de EUR 100 milhões destinada ao Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre.
- Patrimônio Cultural e Científico: após a devolução ao Brasil do fóssil "ubirajara jubatus", em junho de 2023, o posto tem realizado seguidas gestões junto a interlocutores do governo federal alemão e do estado de Baden-Württemberg com vistas à restituição do fóssil "irritator challenger" (IC), adquirido pelo Museu de História Natural de Stuttgart em 1991. Em

desenvolvimento recente, em dezembro último, a Agência Nacional de Mineração comunicou ao posto haver iniciado, junto ao Museu Nacional de Hannover, providências para devolução, ao Brasil, de quatro fósseis brasileiros ilegalmente exportados para a Alemanha na década de 1980; o referido museu aceitara receber os exemplares em doação, mas somente em caráter temporário, por entender carecerem de documentação comprobatória de sua obtenção por via legal. O Brasil tem interesse na devolução de mais de 70 fósseis da Bacia do Araripe depositados em museus da Alemanha e no acesso facilitado a tais bens a pesquisadores brasileiros.

- 30ª Comissão Mista de CTI: realizou-se em Brasília, em 18/06/24, a 30ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Conferiu-se relevo à colaboração em pesquisa e inovação com foco na sustentabilidade, bem como aos fortes laços acadêmicos formados por programas de intercâmbio Brasil-Alemanha. A ministra de estado do MCTI, Luciana Santos, ressaltou exitosa parceria bilateral no Observatório de Torre Alta da Amazônia (ATTO) e expressou expectativa de fortalecer cooperação em áreas como energia renovável e tecnologias quânticas.
- Diálogos Digitais: estabelecido em 2021 pelo ministério alemão de Temas Digitais e Transportes (BMDV) e pelo MCTI, o Diálogo Digital Brasil-Alemanha teve sua quarta edição realizada em outubro passado, nesta capital. A delegação brasileira visitou relevantes centros de pesquisa, teste e produção nas áreas de inteligência artificial, semicondutores, ecossistema de dados, segurança cibernética e tecnologia quântica, em Frankfurt, Kaiserslautern, Dresden e Berlim. O encontro também propiciou divulgação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 e prospecção de parcerias. No mês seguinte, o Brasil participou da Conferência Internacional dos Diálogos Digitais, evento também realizado em Berlim pelo BMDV e pela GIZ. Na edição de 2024, foram abordados os seguintes tópicos: i) promoção da internet livre; ii) infraestrutura digital pública (DPI) para inclusão social; iii) economia digital e promoção de 'startups'; e iv) desinformação e inteligência artificial em contexto eleitoral.
- Firmou-se, por ocasião das Consultas Intergovernamentais de 2023, Declaração de Intenções Conjunta sobre Integridade da Informação e Combate à Desinformação, cuja implementação ainda se encontra em estágio exploratório. A iniciativa visa a tratar de tema candente para os sistemas democráticos contemporâneos e consequentemente de grande visibilidade e impacto político. Eventuais soluções encontradas conjuntamente têm potencial para projetarem mensagem positiva sobre a resiliência das democracias e a capacidade de cooperação entre o Norte e o Sul Global.
- Cooperação parlamentar: Brasil e Alemanha mantêm ativa e tradicional cooperação no âmbito parlamentar. No Legislativo brasileiro, encontra-se ativo o Grupo Parlamentar Brasil/Alemanha, presidido atualmente pelo deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos/DF, Presidente). No Parlamento da Alemanha, encontra-se ativo o Grupo de Amizade Parlamentar Alemanha-Brasil, presidido por Thomas Silberhorn (CDU/CSU). Desde o início do atual governo brasileiro, em janeiro de 2023, ocorreram diversas missões parlamentares de lado a lado, o que demonstra interesse mútuo e potencial de desenvolvimento dessa vertente das relações bilaterais. O Brasil foi visitado, de 1 a 5 de maio de 2023, por delegação do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha, primeira visita do gênero desde 2016. Ademais, foram registradas outras visitas de representantes do Parlamento alemão nos últimos dois anos, entre as quais podem ser mencionadas: do Deputado Christoph Hoffmann (FDP), presidente da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (24/02 a 03/03/24); do deputado Helge Braun (CDU), presidente da Comissão de Orçamento, acompanhado de delegação (03 a 09/03/24); da presidente do Conselho Federal da Alemanha ("Bundesrat") e governadora de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Manuela Schwesig (15 a 21/09/24) e de membros da Comissão de Proteção do Clima e Energia do Bundestag (26/10 a 3/11/24);

IV – Temas culturais

- A Alemanha, como uma das maiores economias do mundo e país dotado de vínculos históricos densos com o Brasil, constitui mercado importante para a produção cultural brasileira. O número crescente de artistas e produtores culturais brasileiros vivendo no país, associado à existência de uma sólida rede de fomento à cultura aberta à cooperação internacional, são fatores que devem ser aproveitados para incrementar a difusão das expressões culturais brasileiras no país.
- Embora o Brasil não conte com um centro cultural próprio na capital alemã, as instalações da embaixada oferecem espaço propício para determinadas atividades culturais, que acontecem com uma regularidade média de duas vezes por mês. Entre essas, contam-se concertos, leituras, exposições, peças de teatro e sessões de cinema. Mencione-se que, no ano de 2024, a embaixada acolheu três exposições e 21 eventos culturais, os quais atraíram um total de cerca de cinco mil pessoas. A eventual abertura de um centro cultural brasileiro em Berlim, com estrutura adequada de pessoal e orçamento, seria de grande importância para ampliar a programação cultural própria e expandir o escopo de atividades, a exemplo da oferta de cursos de língua e de cultura, caso a situação orçamentária assim o permita futuramente.
- O financiamento de projetos e a cooperação com instituições locais propiciam maior alcance à promoção cultural brasileira, além de favorecer a interação entre brasileiros e alemães no campo da cultura. Em 2023 e 2024, a embaixada cooperou com o Festival Internacional de Cinema de Berlim (Berlinale), a Semana da Crítica, a Casa das Culturas do Mundo, o Instituto Ibero-Americano, A Livraria, escolas de música públicas, a Casa da Poesia, os festivais de cinema de Leipzig, Dresden, Hamburg e Regensburg, a Feira do Livro de Leipzig, o festival Jazzahead, o Instituto KW para Arte Contemporânea, entre outros.
- O Festival Internacional de Cinema de Berlim (Berlinale) figura como um dos momentos de maior projeção cultural do Brasil na Alemanha. Visto singularmente, o Brasil é um dos países em desenvolvimento mais contemplados na programação do festival e também em seus eventos paralelos, como o programa Berlinale Talents.
- No campo da promoção da língua portuguesa, o governo brasileiro, por meio da embaixada, mantém posto de Leitorado na Universidade de Heidelberg. Seria importante a abertura de pelo menos mais um posto de Leitorado. Há atualmente, duas universidades candidatas para tal: Universidade Humboldt (Berlim) e Universidade de Jena.
- Além do Leitorado, a promoção do português é impulsionada pela aplicação do exame Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros). No último ano, a embaixada logrou elevar de um para três o número de postos aplicadores do Celpe-Bras na Alemanha: Universidade de Jena, Universidade de Heidelberg e Universidade Livre de Berlim.
- Adicionalmente, o apoio à difusão da língua portuguesa na Alemanha dá-se por meio do apoio institucional e financeiro a ações promovidas por terceiros atores, como as associações da diáspora brasileira (em especial no campo do português como língua de herança), instituições de ensino locais e livrarias, além das atividades na própria embaixada (leituras, feira do livro, etc).
- Há significativa margem para a ampliação da colaboração entre os dois países na seara cultural. Um diálogo prospectivo entre Instituto Goethe e Instituto Guimarães Rosa sobre caminhos para incrementar a colaboração cultural poderia ser um caminho interessante. Da parte

do governo brasileiro, a abertura de centro cultural próprio em Berlim e de mais postos de Leitorado no país; a disponibilização constante e robusta de recursos financeiros para apoiar a participação de artistas brasileiros em festivais na Alemanha; e a oferta de ações de qualificação dos agentes culturais brasileiros residentes na Alemanha para disputar editais locais seriam algumas medidas relevantes para se elevar o perfil da presença cultural brasileira.

V – Temas consulares

- O Brasil mantém três repartições consulares na Alemanha. A jurisdição da embaixada corresponde aos estados do norte do país. Segundo dados de 2023, Berlim já se encontra entre as dez maiores jurisdições consulares na Europa, com mais de 65 mil pessoas registradas.
- Nos últimos anos, observa-se uma tendência clara de aumento no fluxo de brasileiros para a Alemanha. De acordo com a Agência Federal de Emprego ("Bundesagentur für Arbeit - BA"), entre 2012 e 2023 o número de trabalhadores brasileiros registrados no país cresceu mais de 250%. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, em 2022, o número de eleitores aptos a votar nesta capital foi 260% superior ao de 2014 e 177% maior em relação a 2018.
- Esse aumento está diretamente relacionado à crescente demanda por trabalhadores qualificados por parte de empresas alemãs. Projeções indicam que a Alemanha enfrentará escassez de sete milhões de profissionais qualificados até 2035, o que exigirá atração de mais de 300 mil trabalhadores estrangeiros anualmente. Na jurisdição consular de Berlim, essa necessidade se reflete em maior procura por especialistas brasileiros, sobretudo nas áreas de enfermagem e tecnologia da informação, entre outras.
- O crescimento da comunidade brasileira exige esforços para qualificação operacional. Nesse sentido, o Setor Consular da Embaixada tem implementado ações para aumentar a produtividade, incluindo treinamento de equipe, redesenho de processos e melhorias nos canais de comunicação.
- Para lidar com o aumento na demanda, entre as muitas medidas adotadas, introduziram-se novos sistemas digitais, como o e-Consular e a plataforma Microsoft Teams, de modo a aprimorar triagem, agendamento e automação de etapas da prestação de serviços, permitindo maior eficiência no atendimento. Novos protocolos de atendimento foram introduzidos. Em 2023, lançou-se o Informativo Consular, ferramenta que promove comunicação direta com os consulentes por meio da divulgação de orientações, avisos e informações relevantes. Atualmente, o informativo já alcança mais de 5% da comunidade da jurisdição, contribuindo para um relacionamento mais ágil e eficiente.
- No campo da assistência consular, que tem sido, cada vez mais, demandada tanto pelo crescimento da comunidade quanto pela recuperação do turismo pós-pandemia, a embaixada tem buscado ampliar seu papel como facilitadora do acesso ao sistema de assistência social alemão. Além de atuação em situações emergenciais, houve reforço de campanhas preventivas em temas como saúde mental, violência doméstica, integração laboral, empreendedorismo e adaptação cultural.
- Em relação às ações comunitárias, após as restrições impostas pela pandemia deu-se retomada das iniciativas presenciais, incluindo revitalização do Conselho de Cidadãos. Paralelamente, novas modalidades de interação com a comunidade foram desenvolvidas, tanto para fortalecer os laços comunitários quanto para aprimorar o atendimento consular. Nesse contexto, a cooperação com entidades representativas da diáspora tem sido essencial para compreender interesses e demandas dos consulentes, otimizando o uso dos recursos disponíveis.

- O dinamismo da diáspora brasileira tem ampliado a projeção do Brasil na Alemanha e fortalecido a atuação da embaixada em áreas como cultura e cooperação técnico-científica. A importância crescente dessa comunidade evidenciou-se durante a visita presidencial de dezembro de 2023, que incluiu encontro com lideranças e personalidades da comunidade brasileira na capital alemã. Nesse evento, discutiram-se temas como participação social na formulação de políticas públicas e os desafios do Brasil no contexto global.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa falada no Brasil e prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que vive ou se encontra momentaneamente no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover a língua portuguesa falada no Brasil.
4. Promover serviços consulares de qualidade.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais e regionais.
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Gerir de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com a Alemanha, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com o país, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional, tendo sempre por norte o desenvolvimento nacional e a defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto à Alemanha.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Cumprimento do dever. Excelência. Integridade. Respeito à hierarquia e aos valores que inspiram a política externa brasileira em dois séculos de história. Atenção aos valores e identidades que caracterizam o povo junto ao qual a embaixada realiza seu trabalho na Alemanha.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar as relações políticas, econômicas, culturais e educacionais com a Alemanha nos âmbitos bilateral e internacional, com foco na prosperidade das sociedades e no desenvolvimento sustentável dos países;
2. Situar e operar essas relações dentro do quadro mais amplo da política externa do Brasil para a Europa, diante do papel da Alemanha na Europa (em especial no contexto da UE);
3. Entabular parcerias políticas, econômicas e sociais com a Alemanha que permitam a elevação do perfil das relações diplomáticas entre aquele país e o Brasil, a partir da identificação de áreas de interesse comum para o benefício mútuo das respectivas sociedades;
4. Promover o adensamento dos laços econômicos com a Alemanha e a inserção competitiva do Brasil na Europa, incentivando o adensamento e a consolidação das correntes de comércio e investimentos em ambos os sentidos, a partir do mapeamento das complementaridades econômicas, do apoio às empresas brasileiras interessadas em comercializar ou investir, e de esforços para identificação e remoção de eventuais barreiras;
5. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a Alemanha em todas as áreas de interesse comum, como agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, desenvolvimento industrial, saúde e outras. Articular iniciativas em áreas prioritárias para os países, como ciência e tecnologia e inovação;
6. Compartilhar com a Alemanha a experiência brasileira sobre políticas públicas, sobretudo na área de direitos humanos e imigração;
7. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Alemanha, em especial mediante a promoção da língua portuguesa com o apoio de leitorados brasileiros nas universidades alemãs;
8. Intensificar a coordenação com a Alemanha nos temas da agenda internacional, em particular nas organizações internacionais em que ambos os países atuam, como as Nações Unidas, a OMC, a OMS, a FAO e a UNESCO;

9. Fortalecer, por meio das relações com a Alemanha, os laços do Brasil com o continente europeu, inclusive por meio de eventuais interações com os mecanismos de integração sub-regional e outras organizações de que esse país faz parte, a exemplo da União Europeia;
10. Promover o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Alemanha;
11. Realizar o seguimento ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e a Alemanha sejam partes;
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a otimizar os benefícios da atividade diplomática e consular do Brasil na Alemanha.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral;
- b) Buscar manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito de oportunidades de negócios na Alemanha;
- c) Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral;
- d) Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros;
- e) Entabular diálogo e buscar parcerias com instituições, associações setoriais e outros atores locais capazes de influenciar a tomada de decisão referente a medidas com impacto sobre o comércio;
- f) Apoiar técnica e politicamente as exportações brasileiras eventualmente afetadas por medidas restritivas;
- g) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas alemãs de capital brasileiro atuantes na Alemanha;
- h) Mapear os setores e nichos nos quais há oportunidades para produtos brasileiros, por meio de estudos preliminares desenvolvidos pelo posto e eventualmente aprofundados em trabalhos contratados;
- i) Divulgar produtos e serviços brasileiros por meio de eventos especificamente concebidos e organizados pela Embaixada com tal objetivo, bem como em feiras presenciais ou virtuais realizadas na Alemanha;
- j) Divulgar as oportunidades existentes na Alemanha, por meio de parcerias com instituições, agências de fomento estaduais e municipais, federações de indústrias e outras associações setoriais;
- k) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros;
- l) Promover a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos;
- m) Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica na Alemanha, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil;
- n) Apresentar o ambiente de negócios brasileiros nos foros pertinentes e para parceiros com potencial interesse investidor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios de acompanhamento da economia na Alemanha e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- b) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;

- c) Número de reuniões e gestões junto ao governo alemão referentes aos interesses expressos nas metas;
- d) Número de eventos de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios na Alemanha.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa na Alemanha, sob a perspectiva do interesse brasileiro

- a) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna da Alemanha, com destaque para implementação de reformas políticas e econômicas e evolução do cenário político local;
- b) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa da Alemanha;
- c) Acompanhar o relacionamento da Alemanha com seus vizinhos;
- d) Acompanhar assuntos relativos a interesses étnicos, religiosos e regionais relevantes para a análise do comportamento da população alemã;
- e) Elaborar materiais informativos que atendam às solicitações específicas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília, e outros órgãos públicos brasileiros.

2) Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo

- a) Dar continuidade à realização do mecanismo de consultas políticas;
- b) Cultivar rede de contatos na Alemanha e aprofundar a interlocução com autoridades civis e militares, com vistas a estreitar diálogo bilateral transparente e profícuo para ambos os países;
- c) Ampliar contatos com acadêmicos, analistas e jornalistas locais, de forma a subsidiar as análises a serem enviadas à SERE.

3) Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado

- a) Trabalhar, junto ao Congresso brasileiro e ao parlamento alemão, as oportunidades de diplomacia parlamentar;
- b) Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras na Alemanha, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e os do país em questão;
- c) Defender a realização de reuniões da Comissão Mista sobre temas selecionados de maior interesse.

4) Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- a) Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais;

- b) Identificar temas prioritários em apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;
- c) Promover a colaboração entre o governo alemão e o Instituto Rio Branco, no âmbito da formação de diplomatas dos dois países;
- d) Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de eventuais propostas realizadas pela Alemanha.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre política interna e externa e demais temas de interesse da política externa brasileira;
- b) Número de visitas oficiais realizadas, tanto de autoridades brasileiras à Alemanha quanto de autoridades locais ao Brasil;
- c) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos;
- d) Número de reuniões de outra natureza, em formato presencial ou virtual, de que a embaixada participe;
- e) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;
- f) Número de projetos de cooperação em andamento ou em discussão;
- g) Número de acordos bilaterais e ajustes complementares negociados durante a gestão;
- h) Número de acordos assinados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Assegurar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil e a posições brasileiras em fóruns internacionais

Realizar gestões junto ao governo da Alemanha em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais.

2. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais

Elaborar informações e análises sobre a atuação da Alemanha no âmbito da União Europeia e em outros mecanismos regionais de integração, bem como em organismos multilaterais, notadamente as Nações Unidas, a OCDE e a OMC.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões junto ao governo da Alemanha para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais;
- b) Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação da Alemanha em organizações internacionais;

- c) Índice de apoio alemão a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem do Brasil

Difundir a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos disponíveis.

2. Promover a cultura brasileira e a língua portuguesa

- a) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade alemã e diversificar as referências culturais brasileiras.

3. Promover o Brasil como destino turístico

- a) Divulgar o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Alemanha;
- b) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público alemão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de contatos com agentes formadores de opinião e de postagens em redes sociais, com controle sobre eventuais compartilhamentos de material produzido pelo posto;
- b) Número de ações de promoção cultural, tradicionais ou virtuais, aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Buscar promover a cooperação com a Alemanha, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.

- a) Incentivar a cooperação com o governo alemão no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
- b) Explorar novas áreas para cooperação, com especial enfoque em florestas, aliadas a iniciativas vinculadas aos ministérios de ciência, tecnologia e inovação de ambos os países;
- c) Difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, de sua biodiversidade e sustentabilidade de sua produção de alimentos;

- d) Acompanhar e monitorar a implementação de políticas locais com o objetivo de proteção do meio ambiente;
- e) Auxiliar na promoção de tecnologias limpas produzidas no Brasil, com o objetivo de sua introdução no mercado alemão;
- f) Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas, particularmente solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos;
- g) Analisar os impactos ambientais, geopolíticos e econômicos dos efeitos da mudança do clima na Alemanha.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral em áreas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- b) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Alemanha.**
 - a) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação técnica e em C,T&I, principalmente em áreas já identificadas como prioritárias, como agricultura, educação, inovação, digitalização e inteligência artificial;
 - b) Promover iniciativas nas áreas de C,T&I, mobilidade, intercâmbio acadêmico e experiências de gestão, governamentais e privadas.
- 2. Contribuir para o fortalecimento da “marca Brasil” como país inovador, por meio de iniciativas que visam à promoção de tecnologias desenvolvidas nacionalmente, assim como para a divulgação de instituições do Sistema Nacional de Inovação.**
 - a) Organizar eventos em conjunto com atores relevantes dos ecossistemas de inovação de ambos os países;
 - c) Elaborar estudos e material de inteligência de mercado para guiar as ações brasileiras na área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

- a) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema;
- b) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e a Alemanha;
- c) Número de estudos e informações preparados pelo posto.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

- 1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e buscar favorecer a mobilidade acadêmica mútua**
- 2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
- 3. Ampliar o diálogo em temas afetos à cooperação em saúde, com especial ênfase no enfrentamento de pandemias**
 - a) Monitorar e relatar avanços realizados localmente na área de saúde.
 - b) Promover a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e da Alemanha.
- 4. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de ações realizadas em favor da divulgação da variante brasileira do português;
- b) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito dos avanços realizados localmente nessas áreas;
- c) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhadas pela Embaixada.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Cooperar na área de políticas de inclusão social e de combate às desigualdades de gênero e raça**
 Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países.
- 2. Ampliar o escopo dos mecanismos de cooperação**
 - a) fortalecer os mecanismos brasileiros de cooperação por meio da manutenção de canais diretos entre instituições competentes brasileiras e respectivas congêneres locais;
 - b) No campo da agricultura, cooperar cientificamente, entabular iniciativas de formação e capacitação de agentes e intercambiar boas práticas agrícolas, amparadas em perspectivas sustentáveis;
 - c) fortalecer o diálogo entre as instituições locais e brasileiras responsáveis pelo tema.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- a) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades;
- b) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhados pela Embaixada;
- c) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Prestar atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade;
- b) Prestar assistência consular cabível aos brasileiros na Alemanha;
- c) Familiarizar a comunidade brasileira com os temas consulares e sistemas eletrônicos da Embaixada (principalmente o e-consular); dar conhecimento à comunidade de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior (por exemplo, esclarecer sobre necessidade de manter situação militar e eleitoral regulares, de registrar casamento contraído no exterior, etc.).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Agendamento de serviços: disponibilidade para a mesma semana ou, no máximo, para a semana seguinte (inexistência de filas virtuais);
- b) Resposta a consultas por e-mail em, no máximo, um dia útil;
- c) Validação de solicitações no sistema e-consular em, no máximo, um dia útil;
- d) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;
- e) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;
- f) Número de mensagens consulares postadas nas mídias sociais da Embaixada.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO Nº , DE 2025-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Chega ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz do *nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.*

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1963, o diplomata Rodrigo de Lima Baena Soares tem trajetória profissional no MRE marcada por excelência, comprometimento e notável contribuição à diplomacia brasileira. Ele é detentor de sólida formação intelectual e teve destacada atuação em diversas funções estratégicas, tanto no Brasil quanto no exterior, o que evidencia sua capacidade de articulação, visão geopolítica e dedicação ao serviço público.

Seu desempenho e atuação em temas complexos da política externa demonstram profundo conhecimento técnico e elevado espírito de liderança e integridade, características que o tornam uma referência no corpo diplomático nacional.

Dentro do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1986); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1988); e o Curso de Altos Estudos (2007), ocasião em que defendeu a tese “Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro”.

Em 2001, concluiu pós-graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris, na França. É autor de artigos publicados em revistas de política externa.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007; e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Chefe de Divisão da Secretaria de Controle Interno (1987); Oficial de Gabinete do Ministro de Estado (1996-2000); Primeiro-Secretário da Embaixada em Paris (2000-2003); Conselheiro e Ministro-Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires (2006-2009); Assessor Especial da Presidência da República (2009-2011); Porta-Voz da Presidência da República (2011-2012); Embaixador em Maputo (2015-2018); Embaixador em Lima (desde 2018-2021); Embaixador em Moscou (desde 2021).

Foi agraciado com diversas condecorações nacionais: Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial; Ordem do Mérito Naval, Brasil, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, Brasil, no grau de Grande Oficial; Medalha da Vitória, Brasil; Medalha Santos Dumont, Brasil; Medalha Tamandaré, Brasil; Medalha Duque de Caxias, Brasil. Recebeu, ainda, a Ordem

Infante Dom Henrique, Portugal; a Ordem do Mérito, França; e Ordem do Cedro, Líbano.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Federal da Alemanha.

Localizada na Europa Central e com população de 84,3 milhões, a República Federal da Alemanha é banhada pelos mares do Norte e Báltico e faz fronteira com nove países.

Sua identidade nacional foi forjada ao longo de séculos, desde a ocupação romana até a unificação, em 1871, liderada pelo poderio militar da Prússia. Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, seguiu-se um período de instabilidade com a República de Weimar, agravado pela crise de 1929, que abriu caminho para a ascensão do nazismo. Derrotada novamente em 1945, a Alemanha foi dividida. A reunificação se deu em 1990. O país consolidou-se como a maior economia da Europa e a quarta do mundo, com forte setor industrial. No cenário internacional, é defensora do multilateralismo, da integração europeia e da aliança com os Estados Unidos da América (EUA).

A parceria entre Brasil e Alemanha tem raízes históricas profundas, iniciadas com a imigração germânica ao Brasil em 1824, ainda antes da unificação alemã.

As relações diplomáticas formais começaram em 1871 e foram retomadas com a República Federal da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, marcando o início de uma cooperação estratégica, especialmente na área tecnológica — exemplificada pelo Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro de 1975, que resultou na construção da Usina de Angra II.

Atualmente, os vínculos bilaterais são sólidos, sustentados por princípios compartilhados do direito internacional e fortalecidos por laços econômicos, comerciais, tecnológicos e culturais, além da expressiva diáspora alemã no Brasil. Há mais de 450 acordos bilaterais em vigor, o que demonstra a profundidade e continuidade dessa relação.

No âmbito do comércio bilateral, importa registrar que, em 2024, a Alemanha foi o décimo maior destino das exportações brasileiras e a terceira maior origem das importações do Brasil. A corrente de comércio alcançou USD

19,5 bilhões: USD 5,8 bilhões de exportações e USD 13,7 bilhões de importações, com superávit de USD 7,8 bilhões para a Alemanha.

Merecem destaque na pauta exportadora brasileira de 2024: café não torrado (31%), minérios de cobre e seus concentrados (13%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (12%), motores de pistão e suas partes (3,7%), celulose (2,9%), minério de ferro e seus concentrados (2,8%). Nas importações, destacam-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (8,2%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (6,7%), partes e acessórios de veículos automotivos (5,5%), e outros medicamentos, incluindo veterinários (5,4%).

Como se pode observar, predominam as *commodities* entre os itens de exportação brasileira, de maneira que o setor de agronegócios segue respondendo por parcela expressiva dessa pauta.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2ª PARTE - SELEÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Pública Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos o presente requerimento para sugerir que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), durante o ano de 2025, avalie a Política Nacional de Cibersegurança, de preferência no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, haja vista a realidade que se impõe, diante do desafio do Brasil e de todo Mundo em lidar com as ameaças cibernéticas que crescem, vertiginosamente, com ciberataques em todas as áreas da sociedade.

A título de ilustração, de acordo com o INCC (Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime), os ataques cibernéticos custaram ao Brasil 18% do PIB em 2024, informação também estimada pelo Fórum Econômico Mundial (WEC). Esse prejuízo se deve às violações de dados, que afetam empresas de todos os portes, principalmente as pequenas e médias.

De acordo a Google, o Brasil passou a liderar o rank de País mais atacado nesse tipo de crime na América Latina em 2024, No ano de 2023 erámos o segundo País. Essa pesquisa revela uma piora vertical do cenário brasileiro.

Importante frisar que esse número não representa a totalidade de ataques, pois o relatório traz, tão somente, dados referentes as vítimas que necessitaram de auxílio de terceiros.

Estimativas do Serasa Experien informam que: “o número de golpes digitais evitados contra bancos e cartões de crédito cresceram 10,4% em 2024



ante 2023, representando 53,4% das fraudes registradas no período. Caso fossem concretizadas, o prejuízo estimado chegaria a R\$ 51,6 bilhões”

Outro levantamento da Serasa, feito com consumidores, aponta que 50,7% dos brasileiros foram vítimas de fraudes no último ano, um salto de 9 pontos percentuais em relação a 2023. Desse total, 54,2% das vítimas afirmaram ter perdido dinheiro.

No âmbito do Setor Financeiro não foi diferente. Segundo a FEBRABAN, os prejuízos com fraudes financeiras atingiram R\$ 10,1 bilhões em 2024, representando uma alta de 17% se comparada com 2023, importante observar que a maior parte das perdas foram relacionadas com canais eletrônicos e cartões de crédito. Já as fraudes, via Pix, cresceram 43%, totalizando R\$ 2,7 bilhões de prejuízo em 2 anos.

Ou seja, todos os indicadores demonstram que os crimes cibernéticos, sejam via ataques hackers ou via golpes digitais causados pela engenharia social, têm aumentado exponencialmente.

Não obstante a nossa Avaliação de Política Pública Nacional sobre o tema, realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no exercício de 2024, inclusive com a sugestão ao Governo Federal, que uma Agência de Cibersegurança fosse criada no País, com maior brevidade possível, ainda consideramos a necessidade de continuarmos a acompanhar “pari passu” a efetivação e os andamentos da Política Nacional de Cibersegurança realizada pelo Governo Federal.

Ademais, ainda não foi enviado ao Congresso pelo Executivo uma proposta de criação de uma Agência de Cibersegurança, a fim de viabilizar a interação do setor público com o setor privado, além do estabelecimento de mecanismos efetivos de combate aos crimes cibernéticos, com a centralização de todas as ocorrências, sejam elas, no setor público, em infraestruturas críticas, na economia e na sociedade como um todo.

Dessa forma, além de avaliarmos, poderemos continuar a contribuir para mitigar os nefastos efeitos causados pelo aumento crescente dos prejuízos causados a todos os setores e segmentos da sociedade.



Diante de todo o exposto, encarecemos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4551087964>

3ª PARTE - DELIBERATIVA

1